UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

MARIA LUÍZA GUTIERREZ DE CAMARGO

**O latifúndio do Projeto Jari
e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**

Versão corrigida

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira

Maria Luíza Gutierrez de Camargo

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Humana
do Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo

2015

Aos meus avós

*Valdomiro, que resiste na solidão de um
tempo no qual já não se reconhece;
e Célia, que enfrenta, digna, uma fase da
vida à qual ninguém se prepara.*

Agradecimentos

Agradeço a meu orientador, professor Ariovaldo U. de Oliveira, pelo acolhimento e pela disponibilidade, por ter me fornecido as bases para compreender o campo no Brasil e, sobretudo, pelo exemplo de compromisso social que não compete, mas se alia à atividade acadêmica.

Aos professores Valéria de Marcos e Wanderley Messias da Costa que fizeram a leitura da primeira versão desse trabalho no exame qualificação e contribuíram para seu amadurecimento. À professora Valéria também agradeço as proveitosas discussões no âmbito da disciplina por ela ministrada e que foram, em parte, aqui incorporadas.

À Dra. Ione Missae Nakamura, promotora de justiça do Ministério Público do Estado do Pará e titular da Promotoria Agrária, e à Dra. Andréia Barreto, Defensora Pública e atual coordenadora do Núcleo da Defensoria Agrária no Pará. A atuação de ambas, no sentido de buscar e defender os interesses das comunidades instaladas na área reivindicada pela Jari, é sem dúvida uma referência e muito tenho a lhes agradecer pela atenção e disponibilidade com as quais sempre me atenderam. Igual atenção me foi dispensada pelos funcionários do Grupo Técnico Interdisciplinar do Ministério Público do Pará, que me acolheram nas várias semanas em que estive no órgão.

Aos professores Girolamo Treccani e José Heder Benatti, da faculdade de Direito da UFPA, e ao Dr. Ibraim Rocha, procurador do estado do Pará, pela acessibilidade e atenção com que me receberam, e pelo muito que me ensinaram.

Também agradeço a dedicação dos funcionários do arquivo do Instituto de Terras do Pará. Em especial ao Sr. Edmilson Martins da Silva, coordenador de Documentação e Informação Fundiária e responsável pelo arquivo, e à Rosalina Ferreira Brunini, gerente de Documentação e Arquivo, pela paciência nas explicações para alguém que entrava num arquivo de documentos fundiários pela primeira vez e pelo empenho em atender às solicitações. À Cassia Regina Neves Maradei Pereira, que mantém em impecável ordem o setor de aforamentos, dos quais fala com uma motivação contagiante.

Aos professores João Nahum e Maria Goretti da Costa Tavares que me receberam na UFPA, no âmbito do programa Procad-Casadinho (CNPq/Capes) UFPA/USP, convênio ao qual devo o apoio ao trabalho de campo. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP e à Capes pela bolsa que viabilizou a pesquisa.

Às lideranças comunitárias do vale do Jari que me receberam e me acompanharam nas andanças pelo planalto.

A Ricardo Folhes, que fez o convite que me levou ao Jari, por compartilhar comigo análises e críticas, pela enorme ajuda em momentos cruciais e pela parceira em grande parte das reflexões que conduziram e estão nesse trabalho. À querida amiga Cristiane Capuchinho, companheira da primeira vigem ao Jari e da vida.

À Adélia Bezerra de Meneses e à Natália Guerrero, seria pouco agradecer pela amizade, seria pouco agradecer pelas ajudas nesse trabalho e seria pouco agradecer por tê-las na minha vida.

À Daniela Alarcon pela amizade e pelo exemplo de seriedade e comprometimento. Aos amigos Paula Carvalho, Guilherme Alpendre, Natalia Engler e Gabriel Pasqualini que de diferentes modos me acompanharam nesses últimos anos e, com certeza, não sabem o quanto ajudaram por aqui. O que também vale para a Gabi e o Greg, mas teria que acrescentar anos nesses “últimos anos”.

À minha família pelo apoio constante, mesmo nas minhas ausências.

Ao Manuel Lopes por tudo.

"O Cristo do Corcovado desapareceu, levou-o Deus quando se retirou para a eternidade, porque não tinha servido de nada pô-lo ali. Agora, no lugar dele, fala-se em colocar quatro enormes painéis virados às quatro direcções do Brasil e do mundo, e todos, em grandes letras, dizendo o mesmo: UM DIREITO QUE RESPEITE, UMA JUSTIÇA QUE CUMPRA."

(José Saramago. Prefácio ao livro Terra, de Sebastião Salgado)

SUMÁRIO

Lista de tabelas	9
Lista de gráficos	10
Lista de mapas	11
Lista de figuras	12
Resumo	13
Abstract	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS	22
2.1 Capitalismo e território no Brasil	22
2.2 Capitalismo e território	28
2.2.1 Campesinato e resistência	28
2.3 A função social da propriedade da terra.....	31
2.3.1 A gênese da “propriedade”	32
2.3.2 Ordenamentos católicos e a propriedade.....	32
2.3.3 Locke, o teórico do liberalismo	36
2.3.4 Proudhon e a crítica à propriedade	41
2.3.5 Quando a terra se torna propriedade	45
2.3.6 A propriedade da terra no Brasil	49
2.3.7 A propriedade privada na Lei de Terras	52
3 O ENREDO DO LATIFÚNDIO: BREVE RESGATE HISTÓRICO.....	61
3.1 José Júlio de Andrade	62
3.2 O Projeto Jari	67
3.2.1 Daniel K. Ludwig	67
3.2.2 O Projeto Jari no contexto geopolítico voltado à implantação do grande capital na Amazônia	71
3.2.3 O Projeto Jari e os impactos na ocupação do vale	74
3.2.4 A nacionalização (de uma dívida)	77
3.2.5 O Grupo Orsa	79
3.2.6 A formação de uma “elite local”	80
3.2.7 O Jari hoje	82
4 O ENREDO DO LATIFÚNDIO: ANÁLISE DOCUMENTAL	89

4.1	Dificuldades de espacialização	91
4.2	A unificação das matrículas	95
4.3	Várias matrículas e um único <i>imóvel rural</i>	99
4.4	Análise dos imóveis sobre os quais a Jari alega direito de propriedade	101
4.4.1	Os pareceres sobre a área.....	107
4.4.2	Títulos supostamente representativos de domínio	112
4.4.3	Os aforamentos.....	149
4.4.4	Os títulos de posse não legitimados.....	165
4.4.5	Síntese da avaliação da documentação fundiária da Jari ..	188
4.5	Os termos de compromisso	199
4.6	Da complacência ao incentivo: a convivência do estado do Pará frente a apropriação de terras públicas pela Jari	204
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
7	ANEXOS.....	226
7.1	Tabela “Os maiores detentores de terras”	227
7.2	Resumo das alterações societárias da Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A.	228
7.3	Mapas produzidos pelo Iterpa	230

Lista de tabelas

Tabela 1 – Limites federais para alienação de terras públicas.....	106
Tabela 2 – Limites para alienação de terras públicas estaduais	107
Tabela 3 – Títulos de propriedade sem irregularidade	113
Tabela 4 – Títulos de propriedade em desobediência ao limite máximo permitido pela legislação vigente	121
Tabela 5 – Imóveis com supostas matrículas Torrens	125
Tabela 6 – Título de aforamento	160
Tabela 7 – Títulos de Posse com área até o limite máximo permitido pela legislação vigente	170
Tabela 8 – Títulos de Posse com área maior que o limite permitido pela legislação vigente.....	171
Tabela 9 – Área de pretensão da Jari	212
Tabela 10 – Total de títulos apresentados por tipo	212
Tabela 11 – Total de títulos apresentados por situação.....	213
Tabela 12 – Títulos emitidos com respeito à legislação por tipo	213
Tabela 13 – Títulos emitidos à revelia da legislação por tipo	213

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Comparação das áreas dos títulos de propriedade por tipo	149
Gráfico 2 – Área total de aforamentos comparada	162
Gráfico 3 – Comparação das áreas dos títulos de posse apresentados pela Jari (ha), segundo análise documental Iterpa, 1978	168
Gráfico 4 – Área dos títulos de posse apresentados pela Jari (ha), segundo análise do Iterpa em 1978	172
Gráfico 5 – Comparação das soma das áreas (ha) apresentadas pela Jari e indicadas como legitimáveis pelo Iterpa em 1978 e 2013	180
Gráfico 6 – Comparação das áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo e obediência à legislação da época	189
Gráfico 7 – Participação da Fazenda Saracura em relação ao total das áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo	190
Gráfico 8 – Áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo e obediência à legislação da época	190
Gráfico 9 – Áreas (ha) dos títulos emitidos em obediência à legislação da época por tipo	191
Gráfico 10 – Áreas (ha) dos títulos emitidos à revelia da legislação da época por tipo	191
Gráfico 11 – Comparação das áreas (ha) dos títulos segundo os diferentes critérios de avaliação	196

Lista de mapas

Mapa 1 – Gleba Jari I	103
Mapa 2 – Imóveis pretendidos pela Jari de acordo com o tipo de documentação apresentada	111
Mapa 3 – Imóveis com títulos de propriedade sem irregularidade*	116
Mapa 4 – Imóveis com títulos expedidos com área maior que o limite legal*	122
Mapa 5 – Imóveis com supostos registros Torrens	135
Mapa 6 – Santo Antônio da Cachoeira.....	139
Mapa 7 – Porto Salvo*	146
Mapa 8 – Aforamentos	159
Mapa 9 – Imóveis com títulos de posse*	166
Mapa 10 – Títulos de posse classificados quanto a documentação e limites legais de área	181
Mapa 11 – Fazenda Saracura e Campo Saracura	187
Mapa 12 – Tipos de documentos segundo legislação vigente na época da emissão	193
Mapa 13 – “Área total”	230
Mapa 14 – “Posse legitimada”	231
Mapa 15 – “Aforamento”	232
Mapa 16 – “Áreas públicas estaduais”	233
Mapa 17 – “Título de terceiro”	234
Mapa 18 – “Todas as áreas”	235

Lista de figuras

Figura 1 – Título de Legitimação de Posse do imóvel Boca do Jary	117
Figura 2 – Terra de Legitimação de Posse do imóvel São Bento.....	118
Figura 3 – Terra de Legitimação de Posse do imóvel São Bento (verso)	119
Figura 4 – Título Definitivo de Venda de Terras do imóvel “Sem denominação”	123
Figura 5 – Título Definitivo de Venda de Terras do imóvel “Sem denominação” (verso)	124
Figura 6 – Título de Propriedade de Santo Antônio da Cachoeira (1ª folha)..	142
Figura 7 – Licença de arrendamento em nome de José Antônio de Almeida para exploração de balata.	154
Figura 8 – Título de Aforamento em nome de Aires Julio da Fonseca.....	163
Figura 9 – Título de Aforamento em nome de Aires Julio da Fonseca (verso)	164
Figura 10 – Declaração de posse da Fazenda Saracura (trecho), 14 set. 1894.	183
Figura 11 – Registro de posse da Fazenda Saracura (trecho 1), 27 out. 1894.	184
Figura 12 – Registro de posse da Fazenda Saracura (trecho 2), 27 out. 1894.	185

Resumo

CAMARGO, M.L.G. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

No vale do rio Jari, divisa entre os estados do Pará e Amapá, surgiu, ainda no século XIX, o que muitos acreditam ser um dos maiores latifúndios do mundo, sob o jugo de José Júlio de Andrade, migrante cearense que virou coronel e explorava castanha, seringa e balata pelo sistema de aviamento, “com direitos de vida e morte” em todo vale. Em 1967, o milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig adquiriu a enorme extensão de terras com a intenção de fundar um projeto pioneiro que serviria de modelo para o aproveitamento econômico da Amazônia. Tendo como carro chefe a produção de celulose, o empreendimento ficou conhecido como Projeto Jari. Após receber centenas de milhões em incentivos na onda dos grandes projetos para a Amazônia das décadas de 1960 e 1970, e acumular escândalos e prejuízos, em 1982, o Projeto é assumido por um grupo de empresas nacionais e, em 2000, passa para o comando do Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose tido como exemplo pioneiro de “empresa verde” e com muitos prêmios recebidos como reconhecimento de sua responsabilidade social e ambiental. Porém, apesar dos projetos econômicos ali desenvolvidos e que vão se sucedendo, se somando e/ou se atualizando nas últimas décadas, a empresa ali instalada não é capaz de comprovar ser proprietária da área. Trata-se de um imenso latifúndio, com mais de três milhões de hectares, onde também vivem milhares de famílias camponesas. O Estado, há décadas, tem ciência da debilidade da documentação fundiária e, portanto, de que se tratam de terras públicas, mas nada é feito. A partir desse cenário, este trabalho aposta na ideia de que estudar esse imóvel fornecerá importantes elementos para se debater a constituição da propriedade privada da terra e sobre a questão agrária no Brasil. Para tanto, adotamos o entendimento defendido por Ariovaldo U. de Oliveira de que “a formação territorial brasileira é consequência do processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração”. Assim, tratar da propriedade da terra é tratar, também, de parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Abordamos, então, a questão a partir da análise dos documentos que supostamente fundamentam a propriedade privada do latifúndio, de pareceres jurídicos elaborados sobre eles, bem como da postura do poder público diante das conclusões apresentadas nesses pareceres. Pretende-se, assim, lançar luz sobre os mecanismos que, apesar dos conflitos e questionamentos, têm permitido e sustentado a continuidade das atividades econômicas e a permanência da empresa na área.

Palavras-chave: Projeto Jari. Latifúndio. Propriedade da terra. Grilagem. Amazônia.

Abstract

CAMARGO, M.L.G. 2015. **The Jari Project's landed estate and land ownership in the Brazilian Amazon**. 2015. Master's Dissertation submitted to the Department of Human Geography of the Faculty of Philosophy, Arts and Human Sciences, University of São Paulo. São Paulo.

What many believe to be one of the largest landed estates in the world was to emerge in the nineteenth century along the Jari River valley, which straddles the border between the Brazilian Amazonian states of Pará and Amapá. A migrant-turned-colonel from the northeastern state of Ceará, called José Júlio de Andrade, then controlled the valley: he had "rights over life and death" in the area where Brazil nut, rubber and *balata* were extracted through a system based on indebtedness known as *aviamento*. Then, in 1967, the American millionaire Daniel Keith Ludwig acquired the huge expanse of land. His intention was to found a pioneering project whose aim was to serve as a model for economic activities in the Amazon. The enterprise became known as the Jari Project; its flagship was cellulose production. At a time of major governmental projects for the Brazilian Amazon in the 1960s and 1970s, the project received hundreds of millions of dollars in governmental incentives; it would accumulate monumental scandals and losses. In 1982, the project was taken over by a consortium of national enterprises and in 2000, again passed hands, this time to the Grupo Orsa – a paper and cellulose pulp conglomerate from São Paulo, considered as a pioneering example of a "green enterprise" and which has received a string of awards in recognition of their social and environmental responsibility. Yet, in spite of these ongoing, successive projects in the area over the last few decades, the conglomerate is unable to prove its title to the land. The huge landed estate, covering over three million hectares, is also home to thousands of peasant families. For decades, the state has been aware of the estate's deficient documentation – which in effect means that these are public lands – but nothing has been done. This study is based on the idea that the investigation of the estate's trajectory will reveal important elements on which to base a discussion of the constitution of private landed property and the agrarian question in Brazil. Towards this end, we have adopted Ariovaldo U. de Oliveira's perspective – that "Brazil's territorial formation results from the process through which capital submitted the land to its economic logic of exploitation". Thus, inherent to debating land ownership in Brazil is a consideration of the fundamental part of the development of capitalism in the country. We approach the issue by analysing the documents that supposedly prove the estate to be private property and the legal assessments based on these documents, as well as the government's reaction to the findings presented in these assessments. In this way, the mechanisms that have allowed and sustained the continuity of these economic activities and the enterprise's continued permanence in the area – in spite of conflicts and questioning – will be illuminated.

Key-words: Jari Project. Landed estate. Land ownership. Landgrabbing. Amazonia

1 Introdução

O Brasil é tomado pelo latifúndio e, até aí, nada de novo.

Segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)¹, os imóveis com mais de 5 mil hectares, 0,12% do total de imóveis rurais cadastrados (7.109, em números absolutos), ocupam, juntos, aproximadamente 76,2 milhões hectares – 14,6% da área abarcada pelo Cadastro. Enquanto isso, mais de 4,9 milhões de imóveis com menos de 100 ha (86,5% do total) ocupam apenas 20,9% da área. Utilizando-se o critério das categorias fundiárias, as grandes propriedades eram, em 2014, 130,3 mil imóveis (2,3%) e apropriavam-se de 244,8 milhões de hectares (46,9%). Os minifúndios eram 3,8 milhões de imóveis (65,2%) ocupando 53,2 milhões de hectares (10,2%), e as pequenas propriedades eram 1,5 milhão de imóveis (25,4%) ocupando 99,5 milhões de hectares (19,1%).²

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2014 o Brasil "convivia" com a existência de 21.835 grandes propriedades se apropriando de 43 milhões de hectares cujos declarantes afirmaram não possuir documentos comprobatórios de propriedade. São, portanto, 43 milhões de hectares de terras públicas griladas, de acordo com o próprio declarante. No estado do Pará esse número chegou a 5.350 grandes propriedades, abrangendo 13,4 milhões de hectares de terras públicas.

A despeito de haver ou não consistência nas cadeias de dominialidade e, por conseguinte, legalidade de parte considerável dessas pretensões de propriedades, tal concentração fundiária se legitima ideologicamente perante a sociedade brasileira, de maneira bastante difusa e arraigada, com base no valor propagado de naturalização (e, até, sacralização) do “direito à propriedade”. Mesmo no plano jurídico, não são raras as vezes em que esse direito é ratificado, ainda que à revelia da lei, tanto por ação como por omissão.

¹ INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais, posição da base em 30 de março de 2014.

² A prática de se dividir propriedades apenas formalmente, nos leva a supor, como observa Arioaldo U. de Oliveira, que a concentração é ainda maior do que sugerem esses registros.

Com essa questão candente da realidade brasileira no horizonte, tive contato, em 2011, com os conflitos fundiários existentes no latifúndio onde, na década de 1960, teve lugar o Projeto Jari. Ao começar a estudar a história desse latifúndio, descobri que ele se formou ainda no século XIX, pelas mãos de José Júlio de Andrade, um “coronel de barranco”, e que, desde essa época, a legalidade da ocupação daquela área tem sido alvo de suspeitas, acusações, boatos e disputas. Ocorre, então, que há mais de cem anos e apesar de todas as transformações que ali aconteceram, o conflito fundiário se repõe e, mais recentemente, é, também, objeto de contestações judiciais, como se verá adiante. A real situação fundiária da área continua obscura e não há registro de que a documentação dominial tenha sido suficientemente levantada e sistematizada de modo a se esclarecerem as disputas.

Em um capítulo recente dessa história, o empreendimento instalado no latifúndio foi assumido pelo Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose, celebrado como exemplo pioneiro de “empresa verde”, ganhador de muitos prêmios como reconhecimento de sua responsabilidade social e ambiental, e que, contudo, opera na Amazônia em meio a conflitos com posseiros e processos judiciais que apuram grilagem de terras e irregularidades do plano de manejo florestal madeireiro em atividade.

Assim, este trabalho aposta na ideia de que estudar esse imóvel – constituído por José Júlio de Andrade e hoje sob a (contestada) dominialidade do Grupo Orsa –, bem como os conflitos que abriga, fornecerá importantes elementos para se debater a constituição da propriedade privada da terra e sobre a questão agrária no Brasil. Para tanto, adotamos o entendimento defendido por Ariovaldo U. de Oliveira e Camila Salles de Faria (OLIVEIRA, 2009, p. 3) de que “a formação territorial brasileira é consequência do processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração”. Tratar da propriedade da terra é tratar, também, de parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O foco deste trabalho não é o Projeto Jari, mas o imóvel rural pretendido por ele. E, mais, o aspecto formal, documental dessas terras.

Há milhares de famílias que ocupam áreas reivindicadas pela Jari, com quem disputam em um desigual conflito. As dinâmicas desse conflito são algo

de fundamental importância, e sobre elas tampouco há estudos. Diante disso, foi feita uma escolha de enfoque para este trabalho que não é sobre as características da ocupação das comunidades ou o conflito em que se veem envolvidas, mas, sim, algo anterior, que está na base, inclusive, desses conflitos. Não raro, algumas dessas famílias são vítimas de reintegrações de posse dadas a partir de decisões e sentenças da justiça estadual paraense que, comumente, pautam-se em uma titularidade dominial que aqui questionaremos. Assim, o foco deste trabalho é contar como se originou o mega-latifúndio reivindicado pela Jari e a analisar sua legitimidade. Enfim, as terras da Jari são, de fato, propriedades privadas ou são terras públicas?

Para dar conta dessa tarefa, proponho os objetivos:

- Identificar a composição do mosaico dos mais de 100 imóveis que formam a suposta propriedade privada da Jari;
- Sistematizar e analisar os diversos tipos de instrumentos de alienação de terras públicas encontrados nas matrículas imobiliárias em nome da Jari;
- Quantificar e espacializar as informações escriturais;
- Sistematizar e analisar os documentos de origem do destacamento das terras do patrimônio público;
- Identificar as porções em que, com efeito, houve o destacamento do imóvel do erário e aquelas em que a pretensão da Jari se dá sobre terras públicas;
- Analisar o nível de ciência do estado do Pará acerca da real situação das terras da Jari;
- Recompilar e analisar a cadeia dominial das matrículas que integram o imóvel do Grupo Orsa, de modo a se entender a legalidade (ou não) da suposta propriedade;
- Debater como a apropriação de terras da Jari se coaduna com o perfil rentista de um capitalismo brasileiro afeito à concentração de terras.

Este é um trabalho sem pretensões jurídicas, ainda que obrigatoriamente dialoguemos com uma considerável gama de peças da legislação fundiária. Espera-se, antes, proceder a uma análise agrária dos efeitos em termos das ciências sociais, dos contextos que geraram tais normativas, assim como dos quadros sociais engendrados por elas. Enfim, esta é uma pesquisa de Geografia

e, como tal, tem o **território** como cerne. No limite, a discussão acerca da apropriação de terras do mega-latifúndio da Jari é o *corpus* escolhido para compreender o território a partir do conflito instalado com a territorialização do capital.

Sem distância do método dialético, concebendo o avanço do capital como, também, força motriz da geração das condições de reprodução de seu contrário, ou, dizendo de outra forma, de relações sociais de produção não-capitalistas, busco entender o **território** com embasamento conceitual na teoria do desenvolvimento desigual e combinado, desenvolvida por Leon Trotsky e com as contribuições de Ariovaldo U. de Oliveira à geografia agrária.

Dentro dessa discussão, articula-se o material teórico sobre a função social da terra produzido por Carlos Frederico Marés e outros, de forma a comporem lentes nítidas e coerentes entre si para pensar a apropriação de terras do Projeto Jari.

No formato aqui pretendido, após a discussão teórica (capítulo 2), seguiremos a narrativa crítico-analítica da gênese e trajeto do mega-latifúndio (capítulo 3). A ideia inicial era começar essa parte falando de Daniel K. Ludwig, o idealizador do lendário “Projeto Jari”. Porém, a história que aqui se pretende contar é a da formação do latifúndio onde teve lugar o Projeto. Uma história que começa antes (como tratado no tópico 3.1), com o coronel José Júlio de Andrade, que acumulou as terras por meio de trâmites, ao que apuramos até então, alheios aos ditames da legislação vigente, caracterizando o que parece ser um processo de enorme grilagem de terras. Foi José Júlio de Andrade quem “inventou” o imóvel rural³ onde veio a se instalar o Projeto Jari.

³ Ao longo de todo este texto usarei o termo “imóvel” para remeter ao latifúndio. Falo em “imóvel” como unidade, segundo a definição de imóvel rural do Incra, elaborada na intenção de impedir que latifúndios fossem mascarados por meio do parcelamento da terra em várias matrículas. Assim, um “imóvel rural” pode ser formado por várias “propriedades rurais” (estas relacionadas à matrícula única), desde que haja “unidade de exploração econômica voltada ao desenvolvimento de atividades agrárias” (CHACPE, 2012, p. 08). Porém, que isso não se confunda com a intenção – obstaculizada pela justiça federal – de o Grupo Orsa unificar todas as matrículas em uma só. Essa passagem será detalhadamente estudada no capítulo 4.2 “A unificação das matrículas”.

Será obedecida a cronologia da apropriação da terra e não a do Projeto Jari, que foi, em alguma medida, consequência do latifúndio e acabou por conferir-lhe certa blindagem, mediante suposta importância econômica, ambiental e, até, social. Assim, o trabalho começa com um resgate histórico da ocupação não indígena do vale do rio Jari, passando, brevemente, pela euforia de alguns mercados, como os da seringa e da castanha, pela caracterização política e censitária dos municípios que ali estão e, principalmente, pelo mosaico de destinação fundiária da região, o que inclui diversas modalidades de unidades de conservação, terras indígenas, léguas patrimoniais, terras estaduais e terras públicas devolutas ou sem destinação conhecida, além, é claro, da substantiva porção, até hoje e a despeito das muitas ações judiciais em curso, tida como propriedade privada dos sucessores do Projeto Jari.

Como dito, o latifúndio nasce da concentração de terras operada por José Júlio de Andrade. O coronel, aproveitando-se da confusa e recém implantada legislação fundiária paraense e de seu *status* político e econômico, vai somando **posses**⁴, que reunidas (aparentemente à revelia da lei) compuseram um imóvel rural de mais de um milhão de hectares⁵.

Velho e enfraquecido politicamente, em 1948, José Júlio de Andrade vende o latifúndio a um grupo de portugueses. Esta passagem, bem como o interregno em que as terras ficam em poder do grupo luso é um dos pontos menos tratados pela bibliografia disponível. No tópico a respeito deste período, buscaremos somar às informações publicadas alguns dados primários para tentar um passo adiante no concernente a este ponto específico.

O tópico 3.2 tratará do enredo do Projeto Jari propriamente dito, de Ludwig ao Grupo Orsa.

⁴ Ao longo de todo este texto, sempre que o termo posse não estiver em negrito não estarei me referindo a posse civil, ou mesmo agrária, mas, ao instituto jurídico da posse instituído pela legislação fundiária do Pará, o Decreto n. 410, de 8 de outubro de 1891.

⁵ Chegou-se a falar em mais de seis milhões de hectares: “com base em dados do Incra, técnicos do governo chegaram a suspeitar que a área total possa chegar a 6 milhões de hectares; e com base na hipótese de que a Jari amplie suas posses até suas concessões de bauxita no município de Oriximiná, na região entre os rios Paru e Trombetas, essa área poderia superar a casa dos 8 milhões de hectares” (SAUTCHUK et al., 1981, p. 62)

O capítulo 4 visa uma análise da pretensão da propriedade do imóvel. Isso será feito pela análise documental do imóvel em confronto com a legislação pertinente. Importa adiantar que o acesso à documentação que cerca o imóvel da Jari não é de fácil acesso ainda mais se lembrarmos de que se trata, do começo ao fim, de informações públicas –; vários processos que tratam da questão fundiária da Jari e que tramitam em esferas administrativas e judiciais trazem informações vitais para o entendimento da questão. Por conta das disputas envolvidas, sua simples solicitação gera bastante desconfiança.

Vistos os aspectos formais que sustentam ou não a presunção da propriedade, apuramos que a mais substantiva porção apropriada pela Jari é, na verdade, composta de terras públicas do estado do Pará e, mais, que esse estado tem ciência disso há décadas. Daí, o tópico 4.6 buscará entender o posicionamento de complacência com a situação, operada em sucessivos governos paraenses.

O capítulo 5, à guisa de conclusão, sumário os resultados da pesquisa, retomando as conclusões de cada capítulo anterior e sintetizando a análise sobre o latifúndio e sobre sua percepção pelas autoridades públicas que estão ou estiveram envolvidas com a questão.

Resta ainda esclarecer que quando usarmos o termo “grilagem”, adotamos a conceituação intencionalmente ampla e abrangente formulada pelo próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Incra, no *Livro branco da grilagem*:

Genericamente, toda a ação que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida em campo mediante a imissão na posse da terra. (INCRA, s.d., p. 12s.)

2 APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

2.1 Capitalismo e território no Brasil

Tratar do mega-latifúndio pretendido pelo Projeto Jari remete a uma emblemática face do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mais do que falar do processo de industrialização, diz do que se planejou como “desenvolvimento do campo” ou, mais especificamente, “desenvolvimento da Amazônia”, além de nos forçar a dialogar com o caráter rentista e concentrador de terras do capitalismo brasileiro.

O imóvel pretendido pela Jari constitui, se não o maior, um dos maiores latifúndios do país. A empresa chegou a se dizer proprietária de mais de 3 milhões de hectares, com um perímetro que, sem maiores compromissos com qualquer facticidade, avançava mil quilômetros ao norte do rio Amazonas, saindo do Brasil – e mesmo do continente – e avançando 300 quilômetros Caribe adentro.

Como tentaremos demonstrar, esse latifúndio não existe. Seja na ordem de grandeza dos milhões de hectares, seja dentro dos 900 mil hoje pretendidos no Pará, essas são essencialmente terras públicas. Entretanto, também como detalharemos adiante, o Estado parece não poupar esforços para garantir a “legalização” do imóvel e, ainda mais grave, o faz em detrimento de milhares de famílias camponesas que, sob todos os aspectos, sejam legais, sejam sociais, teriam toda prevalência em relação à empresa em termos de destinação e legitimação das terras que já ocupam.

A história do latifúndio pretendido pela Jari pode ser considerada um caso raro, se nos concentrarmos nas dimensões territoriais envolvidas, mas de forma alguma o é se pensado na dinâmica do campo brasileiro em termos de concentração fundiária.

Neste tópico, pretendemos resgatar, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e das análises de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, um breve quadro da distribuição de terras no Brasil, de modo a termos mais contextualizados os desmandos em prol da pretensão do latifúndio da Jari nos capítulos seguintes.

A estrutura fundiária brasileira, desde o início da colonização portuguesa, esteve marcada pela concentração de terras. Como sintetiza Oliveira,

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual. Primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte dos latifúndios do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte.

Com a independência do Brasil e, depois, com o fim da escravidão, trataram os governantes de abrir a possibilidade de, através da “posse”, legalizar grandes extensões de terras. Com a Lei de Terras de 1850, entretanto, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

Dessa forma, pode-se verificar que essas marcas que caracterizam a concentração fundiária no Brasil têm sua origem na própria história do país. (OLIVEIRA, 2003, p. 481s.)

Essas “marcas que caracterizam a concentração fundiária no Brasil”, de que fala Oliveira, aparecerão ao longo de todo este trabalho, às vezes, no não cumprimento da legislação de terras, outras, justamente, no cumprimento dessa mesma legislação que, quando não é feita com foco no latifúndio, sempre guarda uma brecha em seu favor.

Contudo, é preciso lembrar que, embora a concentração fundiária marque toda a história do Brasil, ela não conta a história toda. Como aponta Oliveira:

O traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrador da propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento do número de pequenas propriedades. Esse aumento decorre do processo de formação do campesinato brasileiro neste século. A concentração nas duas pontas do processo está expressa no crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha e, simultaneamente, o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha entre 1950 e 1985. (OLIVEIRA, 2003, p. 484)

Oliveira vai mostrar, então, como entre 1940 e 1985 os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha cresceram principalmente em número, enquanto os

grandes estabelecimentos, com mais de 1.000 ha foram responsáveis pela maior parte da expansão da área ocupada por estabelecimentos rurais:

O processo histórico que gerou essa concentração fundiária nesse último século revela que ocorreu, simultaneamente à concentração de terras nas mãos dos latifundiários, um grande crescimento dos estabelecimentos com menos de 100 ha.

Analisando-se os dados referentes à diferença entre a estrutura fundiária em 1940 e em 1985, verifica-se que o número dos estabelecimentos com menos de 100 ha (que cresceram no período mais de 300%) ficaram com 92,5% do crescimento total do número de estabelecimentos. Enquanto isso, no polo oposto, relativo ao total do crescimento da área ocupada no período, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha ficaram com 40%, e aqueles que ocupam a faixa entre 100 ha e 1.000 ha ficaram com mais de 36%. Portanto, os médios e grandes estabelecimentos ficaram, nesse período, com 76% da expansão da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 487)

Latifúndios e pequenas propriedades estão, assim, distribuídos de forma desigual pelo território: latifúndios dominando em extensão enquanto pequenas propriedades, em número. Essa é uma característica da concentração de terras no Brasil.

Uma análise preliminar em dados do último Censo Agropecuário do IBGE sugere que, nos últimos 30 ou 35 anos, iniciou-se uma discreta tendência de queda da área ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 ha, paralela à redução no número desses estabelecimentos. Já o número de estabelecimentos rurais com menos de 100 ha cresceu discretamente entre 1995 e 2006 depois de uma queda entre 1985 e 1995.

Isso se refletiu em uma discreta mudança no índice de Gini de concentração fundiária apresentado pelo IBGE. Observando os valores desde 1950 (0,84), temos um pico em 1980 e 1985 (0,857), seguido de discreta queda entre 1995/6 (0,856) e 2006 (0,854). Os dados do Incra, apesar de mais oscilantes, enfatizam essa tendência: 0,836, em 1967; 0,854, em 1972; 0,833, em 1992; 0,843, em 1998; e 0,820, em 2010.

Não é nosso objetivo aqui nos alongarmos na análise desses dados, apenas notar que ainda não podemos falar em mudança da estrutura fundiária brasileira tal como caracterizada por Oliveira.

Além disso, os dados do Censo Agropecuário de 2006 reforçam a profunda concentração na distribuição das terras no Brasil: 86% dos estabelecimentos rurais têm menos de 100 ha e dispõem de cerca de 21% da área ocupada, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 ha representam 0,9% do total e ocupam 45% da área. No Pará, 76% das unidades têm menos de 100 ha e ocupam 18% da área.⁶

No que diz respeito a presença do camponês nessa estrutura, contudo, o crescimento do número de estabelecimentos com menos de 100 ha no levantamento de 2006 reforça que continuamos diante de um campesinato que, no exercício de suas possibilidades históricas, luta para ocupar a terra:

Uma das características do campesinato brasileiro, já salientou há muito tempo José de Souza Martins, é que ele é um campesinato que quer a terra e luta para entrar nela, e não um campesinato que não quer sair da terra, como na transição europeia do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, pois, de um campesinato que não esgotou a sua possibilidade histórica de formação e recriação. (OLIVEIRA, 2003, p. 484)

Quanto ao período de implantação do Projeto Jari, em especial, observando-o a partir do “traço essencial da estrutura fundiária brasileira” apontado por Oliveira – qual seja, “o caráter concentrador da propriedade da terra e, contraditoriamente, o crescimento do número de pequenas propriedades” –, ele apresenta peculiaridades. Como nota o próprio Oliveira, graças às políticas territoriais dos governos militares a partir de 1964, no período entre 1970 e 1980 houve um relativo estancamento no crescimento do número de estabelecimentos rurais com menos de 100 ha. Nesse mesmo intervalo de

⁶ É preciso notar, como aponta Oliveira (2003, p. 490s.), que essa concentração é mais acentuada nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste que no Sul e Sudeste. O índice de Gini da área total dos estabelecimentos agropecuários de 2006, por exemplo, mostra que nenhum município da região Sul atinge os patamares mais altos do índice, que indicam maior concentração de terras, o que é mais comum nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (ver IBGE, 2006, p. 113).

dez anos, a área ocupada por unidades com mais de 1.000 ha teve uma enorme expansão passando de 116 para 165 milhões de hectares, um incremento de quase 50 milhões de hectares (OLIVEIRA, 2003, p. 486) – apenas como comparação, nas três décadas anteriores, entre 1940 e 1970, esse incremento foi de aproximadamente 20 milhões de hectares.

A despreocupação com o ritmo da concentração fundiária – embora latifúndio e minifúndio sejam predestinados a serem combatidos no Estatuto da Terra – pode ser vista nos capítulos 4.4.5, 4.5 e 4.6, onde apresentamos a intenção do estado do Pará de “regularizar” em nome da Jari algo em torno de 700 a 800 mil hectares, enquanto as milhares de famílias camponesas lá instaladas teriam garantidos apenas 100 hectares cada uma, área que fatalmente lhes expropriaria as porções de uso comum, como os castanhais tradicionalmente ocupados, dos quais depende a sobrevivência de muitos. Ou seja, a postura estatal em relação à Jari exemplifica como, no Brasil, podem ser construídos os números trazidos e analisados por Oliveira.

Aliás, na Amazônia, em especial, os números da concentração fundiária sob efeito das políticas territoriais dos governos militares tornaram-se ainda mais alarmantes. Ao analisar a tabela com os maiores latifúndios do Brasil, organizada por Carlos Lorena com dados do Incra⁷, Oliveira chega a duas conclusões:

A primeira é que a maioria absoluta desses superlatifúndios está na Amazônia. A segunda, que ocupam uma área quase igual à do estado de São Paulo, ou maior do que a ocupada pelos estados de Amapá, Acre, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

⁷ Publicada originalmente em: **Revista Reforma Agrária**, Campinas, ano 16, n. 01, abr.-jul. 1986, p. 28s. (Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=9670>>. Acesso em: 08 abr. 2015). Nessa tabela (ver Anexo 7.1), aparecem a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. e a Cia. Florestal Monte Dourado entre os maiores detentores de terras do Brasil, em segundo e quarto lugares da lista, respectivamente. Essas duas empresas, porém, são, na verdade, a mesma, pois em 18 de fevereiro de 1982, a Jari Florestal e Agropecuária Ltda. transformou-se em sociedade anônima, passando a se chamar Cia. Florestal Monte Dourado (de acordo com Certidão n. 05/86, da Junta Comercial do Pará, de 3 de janeiro de 1986). A diferença no tamanho da área, responsável pela mudança do segundo para o quarto lugar na lista, pode ser mais um indício das mudanças do tamanho da área que a Jari se diz proprietária, de que trataremos ao longo desse trabalho. (As alterações na razão social da empresa desde 1948, quando foi fundada, até os dias de hoje constam no Anexo 7.2)

[...]

Assim, o que se vê nas últimas décadas deste século XX é a formação, na Amazônia brasileira, dos maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou em todos os tempos. É conveniente ressaltar que não se trata de um traço “feudal” da estrutura fundiária brasileira, pois entre esses latifundiários estão os grandes grupos empresariais do Centro-Sul do país. O que essa realidade revela é o caráter rentista presente no capitalismo que se desenvolve no Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 489)

No que tange a relação do Projeto Jari com as tantas intervenções da ditadura militar na Amazônia, lembramos, aqui, como adiantado na introdução, que este trabalho não foca o “projeto” da Jari, mas o latifúndio pretendido por ele. E, embora o Projeto Jari tenha contado com franco empenho e benevolências da ditadura militar, o latifúndio precede o regime e não foi alvo de ações significativas do governo federal neste período.

Na verdade, no contexto de grandes intervenções federais, principalmente no Pará⁸, foi criado o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Gebam), no início da década de 1980, com foco bastante voltado ao Projeto Jari⁹. Nessa ocasião, a competência sobre a questão, bem como a documentação das terras pretendidas pela Jari, foi transferida ao Gebam, entretanto, consta que o processo ficou parado por todo o período que lá esteve:

Devemos esclarecer, a propósito, que a regularização pretendida àquela época [no âmbito do Iterpa] foi interrompida a partir da criação do GEBAM – Grupo Executivo do Baixo Amazonas, no início dos anos 80, sob a alegação do Governo Federal de que havia a necessidade de administrar, naquela instância, as questões surgidas com a nacionalização do Projeto Jari, que abrangia áreas do Amapá e do Pará. A coordenação daquele órgão foi atribuída ao então Contra-Almirante Gama e Silva, que recrutou técnicos e contratou os serviços do Projeto Radam, visando a elaboração de

⁸ Veja-se, por exemplo, a promulgação do Decreto 1.164, de 1971, que federalizou cerca de 70% das terras devolutas no Pará (OLIVEIRA, 1997; 2005 e TORRES, 2012).

⁹ Segundo seu decreto de criação (n. 84.516, de 28 de fevereiro de 1980, posteriormente modificado pelo Decreto n. 86.106, de 11 de junho de 1981), o Gebam estaria ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, e sua finalidade seria “promover e coordenar as ações de fortalecimento do Governo Federal na margem esquerda do Baixo Amazonas, promover e acompanhar projetos de desenvolvimento e colonização naquela região, bem como propor medidas para a solução de seus problemas fundiários” (Art. 1º do Decreto n. 86.106/81).

estudos e o levantamento de informações mais detalhadas que possibilitassem definir a base física pertencente à empresa Jari Florestal e Agropecuária Ltda.

Entretanto, nada de concreto foi produzido que alterasse a posição assumida pelo Departamento Jurídico do Iterpa, em 1978. Tanto é assim que o processo de legitimação de posse nº 05562/77, avocado por orientação do então Conselho de Segurança Nacional, foi devolvido sem qualquer acréscimo ou sugestão ao Iterpa quanto ao encaminhamento do assunto, tendo sido encaminhado pelo então Governador do Estado Alacid Nunes, por meio do Ofício nº 360/80. (PGE, 2006, p. 65)

2.2 Capitalismo e território

No Jari, o capital se apropriou da terra instaurando uma das maiores pretensões de apropriação privada no Brasil. Porém, no âmago do maior empreendimento de um dos maiores capitalistas do planeta, Daniel K. Ludwig, floresceu e, ainda hoje, resiste e se reproduz, um substantivo contingente de camponeses.

Além do campesinato como resultado contraditório do avanço capitalista no campo, o caso é fecundo ao debate sobre a propriedade privada da terra e, por conseguinte, fundamental para entender, sob outros ângulos, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, em especial, no campo.

2.2.1 Campesinato e resistência

Como observa Oliveira (2007), a questão agrária sob o modo capitalista de produção não é propícia a consensos. Em síntese, a dificuldade decorre de a questão se colocar, simultaneamente, em três campos: o político, o ideológico e o teórico¹⁰ – sempre haverá ocasião para questionamentos e polêmicas em ao

¹⁰ “[...] esta temática cria atritos entre os conservadores e os progressistas, entre os socialistas e os comunistas, e entre todos eles e os anarquistas. [...] Sempre haverá pressupostos que se interporão abrindo espaço para polêmica e discussões. Não há como encerrá-la no mundo político, ideológico ou teórico, pois sempre haverá um novo texto para reavivá-la, ou mesmo, o devir da história para (re) ou propô-la.” (OLIVEIRA, 2007, p. 06)

menos um deles. Assim, no que diz respeito à questão agrária, haverá mais espaço para respostas diferentes, e mesmo divergentes, que em outros temas. Isso representa dificuldade, mas também oportunidade. Muitas vezes é necessário se posicionar e se justificar diante de diferentes concepções, ou buscar novas respostas, e sempre se deve estar disposto a enfrentar questionamentos, pois, certamente, virão.

Encontramos base teórica para as questões aqui propostas na teoria da criação e recriação do campesinato, amadurecida principalmente nas reflexões de José de Souza Martins e Ariovaldo U. de Oliveira. Essa teoria entende o camponês e o latifúndio como parte do próprio capitalismo dominante e não como um resquício de um tempo passado, fadado ao desaparecimento (ver OLIVEIRA, 2007, p. 11s.). Para esses autores, o capitalismo se reproduz, também, por meio de relações não-capitalistas de produção. Assim, não só há espaço para relações não-capitalistas, como a sociedade capitalista necessita e cria relações não-capitalistas de produção. O desenvolvimento do capitalismo não é uniforme e unidirecional, mas intrinsecamente contraditório.

O capital teria, de acordo com essa formulação, um processo específico de expansão no campo: não é a “sujeição formal do trabalho ao capital” seu fundamento, como na indústria, mas, sim, a sujeição da **renda da terra** ao capital, “esse é o mecanismo básico de expansão do capital no campo” (Idem).

Em outro texto, Oliveira (2004, p. 41ss.) formula dois conceitos que serão caros ao entendimento das diferentes formas de o capital se apropriar da renda da terra. São eles: **territorialização do capital monopolista** e **monopolização do território** pelo capital. Na **territorialização do capital**, indústria e agricultura são etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, capitalista da agricultura e proprietário da terra são a mesma pessoa física ou jurídica, e a força de trabalho é assalariada. No caso do empreendimento iniciado por Ludwig, é o que acontece, até hoje, na silvicultura em grandes plantações para alimentar a fábrica de celulose. A propriedade e o controle da terra pela empresa é condição para sua exploração e para a realização da atividade.

A precariedade da condição fundiária das terras da Jari equaciona-se nessa discussão, à medida que, como explica Oliveira,

Sem ter o título de propriedade, ou seja, com "autorização do Estado brasileiro" a Jari está se apropriando das rendas capitalistas da terra, porém, como não tem o título de propriedade, ela não consegue fazer com que a propriedade se torne reserva patrimonial, para ela dar em garantia quando vai ao sistema financeiro. E, é óbvio, se vender o empreendimento, ou for ao mercado de capitais colocar suas ações em Bolsa, não pode converter a terra em equivalente de capital, e ampliar o capital da empresa. (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entrevista em 26 jun. 2015)

Na **monopolização do território** pelo capital monopolista, o capitalista industrial compra a produção do camponês, que, ao mesmo tempo, detém a terra e a força de trabalho necessárias para suprir de matéria-prima a indústria. Neste processo, entendemos o quadro atual no vale do Jari. O Grupo Orsa, atual “senhor” da terra e do empreendimento, tem pressionado os camponeses e pequenas fazendas instalados como posseiros no interior do imóvel a aderirem ao que o Grupo chama de “fomento florestal”. Os posseiros plantariam eucalipto em parte de suas terras e seriam responsáveis pelos cuidados com o cultivo até chegar ao ponto de corte, quando venderiam as árvores unicamente para a empresa¹¹. A inserção da empresa nessas comunidades também costuma se dar pela atuação da Fundação Orsa, o “braço social” da empresa. Com projetos de formação e educação, podemos dizer de modo sucinto que a Fundação atua onde o Estado falha, nas lacunas deixadas pelo poder público, como, por vezes, o próprio poder público reconhece¹². Se esses projetos trazem benefícios imediatos para as comunidades, geram, também, mais um laço de dependência.

Ambos os processos, **territorialização do capital e monopolização do território** – hoje coexistentes no latifúndio –, geram resistência e conflitos no Jari. No primeiro, como veremos adiante, pressiona-se (muitas vezes com

¹¹ O fato de o Grupo Orsa buscar incluir posseiros instalados dentro no imóvel no “fomento florestal” não significa, entretanto, que outra parcela de posseiros deixe de enfrentar um processo de expulsão da terra movido pelo próprio Grupo Orsa. Os critérios motivadores dos diferentes tratamentos não são aleatórios e correspondem às diferentes estratégias mobilizadas pelo Grupo para realização de seus projetos econômicos.

¹² Ao longo do trabalho, veremos como isso se dá, em especial, relativamente ao cuidado ambiental com a área ocupada pela empresa.

sucesso) pela expulsão do camponês; no segundo, ele perde autonomia e o controle sobre a produção – a terra fica comprometida por anos.

Sem prejuízo da relevância dessa questão, inquestionável e premente, não é nosso objetivo tratar da relação da empresa ou do latifúndio com as muitas comunidades lá instaladas. Neste trabalho, optamos por particularmente debater como se constitui a propriedade da terra no Brasil, tomando como recorte um caso específico da Amazônia. Essa discussão se insere na história da formação territorial brasileira, entendida aqui como consequência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como “consequência do processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração” (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 4)

2.3 A função social da propriedade da terra

Além da discussão sobre a questão do campesinato, os aportes teóricos buscarão dar conta de outro (intimamente ligado) debate: a propriedade da terra, o lugar do latifúndio no Brasil e seu papel no desenvolvimento do capitalismo. O entendimento do histórico do Jari e o movimento de expropriação e resistência camponesa, passando pela monopolização do território, não pode prescindir de uma análise à luz da função social da propriedade da terra.

A partir de questões apontadas por diversos autores – mas essencialmente pautadas por Carlos Frederico Marés em *A função social da terra*¹³ –, pretende-se aqui ter como aporte o debate sobre a construção social e o ideário que levaram o instituto da propriedade a se tornar um direito individual, excludente e acumulativo, e desvinculado do fato de a terra ser condição para a mais básica necessidade humana – a produção de alimento.

Dentro de tal discussão serão pontuadas principalmente as questões que parecem essenciais para discutir o caso específico da pretensão do empreendimento do vale do Jari¹⁴. Marés, ao tecer uma análise da gênese da

¹³ MARÉS, 2003.

¹⁴ As mudanças e as diferentes caras assumidas pelo empreendimento que ocupou o latifúndio do vale do Jari, desde seu surgimento, refletidas no modo como se autodenomina e como a população local se refere a ele, se apresenta como dificuldade quando procuramos um termo

instituição da propriedade, faz-se fundamental para estabelecermos algumas das bases sobre as quais pensaremos a respeito dessa extensa apropriação de terras.

2.3.1 A gênese da “propriedade”

No primeiro capítulo de *A função social da terra*, Carlos Frederico Marés chama a atenção para o caráter de construção social da propriedade e do direito à propriedade. O autor aponta como “a ideia de apropriação individual, exclusiva e absoluta, de uma gleba de terra não é universal, nem histórica, nem geograficamente” (MARÉS, 2003, p. 17). A pertinência de tal ponto de partida é dada pela naturalidade com que nos acostumamos a tratar a propriedade privada da terra, naturalidade que Marés se dedica a desconstruir. Não se trata exatamente de uma discussão exaustiva, mas que destaca formulações exemplares de autores representativos de modo a enumerar os elementos fundamentais do argumento que pretende desmontar.

A concepção de propriedade que conhecemos hoje teria se forjado entre os séculos XVI e XVIII, juntamente com o mercantilismo, e se consolidou com os Estados nacionais (MARÉS, 2003, p. 17s.). Ela serve, portanto, a um tipo bem determinado de sociedade e depende de uma configuração específica de elementos, como pretendemos demonstrar a seguir.

2.3.2 Ordenamentos católicos e a propriedade

As primeiras teorizações a respeito da propriedade foram formuladas no seio da igreja católica ou fortemente influenciadas por ela. Entre os primeiros religiosos a se debruçarem sobre o assunto, denunciava-se o caráter excludente da propriedade: o direito de propriedade estaria intimamente ligado ao seu uso

que designe o projeto que perdura há mais de quatro décadas, pois, sem prejuízo de algumas mudanças, muito – e o principal para o interesse desta pesquisa – se manteve. De todo modo, buscamos manter a própria denominação utilizada pela empresa responsável pelo empreendimento (no sentido exato dado por Houaiss, 2009: “organização formada para explorar um negócio”), que mudou ao longo do tempo, quando isso nos pareceu útil para demarcar os eventos de uma época específica. Esperamos que isso não atrapalhe a fluidez e a clareza do texto. Um quadro das alterações societárias e de denominação da empresa encontra-se no Anexo 7.2.

e à satisfação de necessidades. Entre esses, Tomás de Aquino (1225-1274), citado por Marés, se destaca por posições como as expressas em sua *Suma Teológica*:

O que é o direito humano não pode abolir o direito natural ou o direito divino. Pois bem, segundo a ordem natural instituída pela divina providência, as coisas inferiores estão ordenadas à satisfação das necessidades dos homens. Por esta razão, os bens supérfluos que algumas pessoas possuem são devidos por direito natural ao sustento dos pobres.

[...]

Usar uma coisa alheia subtraída ocultamente em casos de extrema necessidade não é um furto propriamente dito, pois tal necessidade torna nosso o que tomamos para sustentar nossa própria vida. No caso de uma necessidade semelhante pode-se também tomar clandestinamente a coisa alheia para socorrer o próximo indigente. (2,2, 66, 7) (Apud MARÉS, 2003, p. 21)

Para Tomás de Aquino,

Las cosas exteriores pueden considerarse de dos maneras: una, en cuanto a su naturaleza, la cual no está sometida a la potestad humana, sino solamente a la divina, a la que obedecen todos los seres¹⁵; otra, en cuanto al uso de dichas cosas, y en este sentido tiene el hombre el dominio natural de las cosas exteriores, ya que, como hechas para él, puede usar de ellas mediante su razón y voluntad en propia utilidad [...]. (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 543 – 2, 2, 66, 1)

Assim, como todas as coisas foram feitas por Deus para o homem, “según el derecho natural, todas las cosas son comunes, y a esta comunidad, ciertamente, se opone la propiedad de las posesiones” (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 544 – 2, 2, 66, 2). O posicionamento de Tomás de Aquino não expressa que todas as coisas devam ser possuídas em comum e que nada possa ser apropriado individualmente, destarte, a posse individual não se fundaria no

¹⁵ “[...] el dominio de todas las criaturas es propio de Dios, según Sal 23,1: *Del Señor es la tierra.*” (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 543 – 2, 2, 66, 1.)

direito natural, mas no positivo, como convenção humana, e, por isso, não se sobrepõe, mas se submete àquele.¹⁶

Ao menos no plano teórico e ideológico, então, possuir se justificaria pelo **uso** e pela **necessidade**. Portanto, para Tomás de Aquino, a posse ou a propriedade de um não poderia ser respeitada diante da necessidade de outrem.

no actúa ilícitamente el rico si, habiéndose apoderado el primero de la cosa que era común en el comienzo, la reparte con otros; mas peca si priva indistintamente del uso de ellas a los demás. (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 545 – 2, 2, 66, 2)

Tal ideia se reafirma, ainda, quando Tomás de Aquino retoma Santo Ambrósio: “Lo que excede de lo necesario para el gasto, se ha obtenido violentamente.” (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 545 – 2, 2, 66, 2)

Tomás de Aquino admite a licitude de duas coisas diante dos bens materiais: **usar** de acordo com as necessidades, um direito natural de todos os homens; e **administrar** e **dispor** desses bens, um direito positivo, estabelecido pelos homens. Contudo, de acordo com Marés, para o religioso, **dispor** significa basicamente gerir a distribuição. Neste ponto, Tomás de Aquino não prevê a venda ou a troca de um bem por outro¹⁷, ou seja, não contempla a acumulação, de forma que aquilo que se possui para além das necessidades não é possuído licitamente e, portanto, deve ser distribuído.

Além dos escritos de Tomás de Aquino, a atenção sobre a questão da desigualdade aparece de forma interessante na obra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), para quem a existência de classes opostas seria uma transgressão ao direito natural:

¹⁶ “la propiedad de las posesiones no está contra el derecho natural, sino que es um desarrollo de éste hecho por la razón humana.” (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 545 – 2, 2, 66, 2).

¹⁷ “Acerca de los bienes exteriores, dos cosas le competen al hombre. La primera es la potestad de gestión y disposición de los mismos, y en cuanto a esto, es lícito que el hombre posea cosas propias. [...]”

En segundo lugar, también compete al hombre, respecto de los bienes exteriores, el uso de los mismos; y en cuanto a esto no debe tener el hombre las cosas exteriores como propias, sino como comunes, de modo que fácilmente dé participación de éstas en las necesidades de los demás. Por eso dice el Apóstol, en 1 Tim 17-18: *Manda a los ricos de este siglo que den y repartan con generosidad sus bienes.*” (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 544 – 2, 2, 66, 2).

[...] é manifestamente contra a lei da natureza, de qualquer maneira que a definamos, que uma criança mande num velho, que um imbecil conduza um homem sábio, ou que um punhado de pessoas nade no supérfluo, enquanto à multidão esfomeada falta o necessário. (ROUSSEAU, s.d.)

A desigualdade como consequência primeira da propriedade é também comentada na segunda parte do *Discurso sobre a origem da desigualdade* (1754) de Rousseau:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!”. (ROUSSEAU, s.d.)

Portanto, também para o filósofo, a propriedade privada não comporia um direito primitivo, inerente ao estado de natureza. A propriedade seria, antes, uma instituição posterior legitimada pela sociedade por uma questão de necessidade sob as custas de seu leque de desigualdades consequentes.

Já se aventou¹⁸ que no *Discurso* estivesse a mais contundente denúncia à ideologia liberal burguesa até o *Manifesto comunista* de Marx e Engels. Entretanto, em textos posteriores, Rousseau não só admite o instituto da propriedade privada como o elenca entre os direitos do cidadão. Tal guinada teria surgido em paralelo à elaboração do *Contrato social* (1762): assim como um estado primitivo de convívio social teria degenerado em guerras e conflitos se não houvessem instituído o pacto social; também a fartura pródiga da natureza, para garantir o sustento do homem cauteloso, demandou a instituição da propriedade. É como se a propriedade, assim como o **contrato**, fosse um mal menor se pensado ante a alternativa aterrorizante da luta fratricida inevitável em sua ausência. E, por outro lado, teria um valor altíssimo como instrumento de controle à dominação dos mais fortes e asseguradora da ordem pública. Num parênteses, podemos inferir a atualidade desse discurso rousseauiano para

¹⁸ Ver BOSI, 2010, p. 26.

embasar políticas públicas como o Programa Terra Legal: só pode haver ordem e democracia com a instituição da propriedade privada.¹⁹

Nessa relação tecida entre a ordem social e a propriedade privada, notamos certa proximidade entre Rousseau e Tomás de Aquino, que, já no século XIII, listava os motivos pelos quais a propriedade era necessária:

segundo, porque se administran más ordenadamente las cosas humanas si a cada uno le incumbe el cuidado de sus propios intereses; sin embargo, reinaría confusión si cada cual se cuidara de todo indistintamente; tercero, porque así el estado de paz entre los hombres se mantiene si cada uno está contento con lo suyo. De ahí que veamos que entre aquellos que en común y *pro indiviso* poseen alguna cosa se suscitan más frecuentemente contiendas. (TOMÁS DE AQUINO, 1990; p. 544 – 2, 2, 66, 2)

“Mas qual seria o verdadeiro Rousseau?”, questiona Alfredo Bosi em consistente obra sobre a ideologia liberal:

Os defensores de sua memória propõem-se fazer justiça a seu pensamento político, reconhecendo que o contrato por ele augurado é, antes de mais nada, uma **convenção unânime** concebida para impedir que os interesses mais selvagens descartem ou abafem o bem da *polis*. Feito o pacto, cada cidadão deverá sentir-se membro livre de uma sociedade equitativa, justa, democrática. (BOSI, 2010, p. 131)

2.3.3 Locke, o teórico do liberalismo

Voltando ao caminho formulado por Marés, não foi Rousseau, mas o inglês John Locke quem lançou as bases para que a propriedade deixasse de ser entendida, primordialmente, como **utilidade**, para se tornar um **direito** subjetivo e independente. Movimento que acompanha a transformação do mercantilismo em capitalismo.

John Locke (1632-1704) foi o grande pensador da propriedade contemporânea, analisou a sociedade em mutação e organizou a defesa teórica da propriedade burguesa absoluta, que viria a se transformar no direito fundante das constituições liberais próximas. Até Locke, a civilização cristã entendia propriedade como uma utilidade, um *utend*, a partir dele e na construção capitalista, passa a

¹⁹ Ver, a esse respeito, TORRES, 2012, *passim*.

ser um direito subjetivo independente. (MARÉS, 2003, p. 23)

Em Locke, a propriedade privada apoia-se em uma argumentação de cunho moral²⁰, mais precisamente na ideia do uso necessário à reprodução social e biológica do homem. Para Locke, o limite até o qual se pode possuir e acumular algo é dado por sua deterioração. Com argumento semelhante ao de Tomás de Aquino quando entende que “o direito de propriedade se restringe ao uso, porque tudo o que exceda ao utilizável será de outro” (MARÉS, 2003, p. 23), para Locke, “o excedente, para não pertencer ao proprietário tem que estar em risco de se deteriorar” (MARÉS, 2003, p. 23s.). Ou, ainda: “tudo o que uma pessoa possa reter será sua propriedade, mas se alguma coisa se deteriora sem uso, fere o direito natural de todos de usar das coisas que Deus criou na natureza” (MARÉS, 2003, p. 23). Assim, “não é a falta de uso que descaracteriza a propriedade, mas a possibilidade de que se ponha em deterioro” (MARÉS, 2003, p. 24).

Porém, se é a degeneração de um bem sem uso que limita a propriedade, não haveria, para Locke, limite para o acúmulo de bens duráveis. Nas palavras de Marés:

Se uma pessoa colhe mais frutos do que pode comer está avançando na propriedade comum, mas se não são frutos deterioráveis, são bens duráveis que não se deterioram, pode tê-los à vontade. Em geral, afirma, os bens duráveis, como a pedra, não têm utilidade humana e, portanto, não tem interesse em se discutir a propriedade. Por isso, e para isso, a sociedade inventou bens não deterioráveis com valor universal, como ouro, prata, âmbar e, finalmente, o dinheiro, passível de acumulação. Esta lógica é o ponto chave para construir a legitimidade da acumulação capitalista futura, porque restringia os bens comuns às coisas corruptíveis, como os alimentos. (MARÉS, 2003, p. 24)

Além disso, de acordo com Locke, ouro e prata, “por terem pouca utilidade para a vida humana em comparação com o alimento, as vestimentas e o transporte, derivam seu **valor** apenas do consentimento dos homens” (LOCKE, 2005, p. 428). É como se, sendo o valor do ouro e da prata estabelecidos por

²⁰ Cf. JORGE FILHO, 1992; em especial, p. 77.

convenção humana e não por utilidade, pudéssemos dizer que não se aplicaria a eles o direito natural que, para Tomás de Aquino, fazia com que todos os homens, indistintamente, tivessem direito ao uso de todas as coisas criadas por Deus.

Locke não tinha o alcance da Revolução Industrial em seu horizonte. Sem equacionar variáveis como o capital e a divisão do trabalho, Locke não considera a propriedade de bens acumulados que não são fruto do trabalho, ou, ainda, que derivam do trabalho de outros. Isso lhe permitiu vislumbrar a limitação da apropriação da terra a partir do trabalho:

A natureza fixou bem a medida da propriedade pela extensão do **trabalho e da conveniência de vida** dos homens. O trabalho de nenhum homem seria capaz de dominar ou apropriar-se de tudo nem poderia o seu desfrute consumir mais que uma pequena parte. De modo que era impossível a qualquer homem usurpar dessa forma os direitos de outro ou adquirir uma propriedade em prejuízo do vizinho, que ainda teria espaço para uma posse tão boa e tão grande (depois que outro houvesse tomado a sua) quanto a que havia antes da apropriação. Tal **medida** confinava a **posse** de cada homem a uma porção bastante moderada, tanta quanto ele pudesse apropriar para si sem causar injúria a quem quer que fosse, nas primeiras eras do mundo, quando os homens estavam mais em perigo de se perderem por se afastarem da companhia dos demais, nos vastos ermos da Terra de então, do que de serem pressionados pela falta de espaço no qual plantar. (LOCKE, 2005, p. 415s.)

Como se percebe, a linha justificativa de Locke é essencialmente moral e, nessa mesma toada, ele diferencia a propriedade da terra da de ouro e prata, na medida em que estas não estão no âmbito das necessidades. Assim, “oro y plata pueden ser acumulados sin causar daño a nadie”²¹.

Assim, a acumulação ilimitada acaba por ser justificada moralmente, ao passo que para Locke o excedente perecível pode sempre ser trocado por bens duráveis e acumulado de forma legítima. Posteriormente, somada a isso a possibilidade de se comprar trabalho alheio, lançaram-se as bases para a acumulação capitalista.

²¹ Locke, John. *Segundo tratado sobre el gobierno civil* apud MARÉS, 2003, p. 24.

Em Locke a propriedade seria consequência natural da evolução da relação do homem com a terra por meio do seu trabalho. Também por determinação divina, o sujeito apropria-se individualmente daquilo que era comum.

Como resume Marés, “Locke retoma a ideia de que a origem ou o fundamento da propriedade é o trabalho humano, isto é, o poder sobre as coisas se exerce na medida em que se agrega a elas algo de si, o trabalho” (MARÉS, 2003, p. 23). Tal argumento é válido porque se aceita que cada um é proprietário de seu próprio corpo e o trabalho é uma extensão do corpo. Sendo assim, a possibilidade de apropriação estaria limitada ao alcance do próprio trabalho. Entretanto, o trabalho é, para Locke, passível de compra e venda. Desse modo, ao comprar o trabalho de outro, é legítimo que o fruto do trabalho vendido seja propriedade de quem pagou por esse trabalho.

Na síntese de Marés:

Locke inicia sua reflexão afirmando que a única propriedade legítima é a produzida pelo trabalho e somente pode se acumular até a quantidade corruptível. Se o bem não é corruptível é infinitamente acumulável, mas como se junta tantos bens? Com a possibilidade de pagar pelo trabalho alheio, já que o trabalhador produz propriedade. Esta elaboração teórica e moral se encaixava como uma luva para o pensamento burguês e suas necessidades de acumulação de capital. Daí a importância para o capitalismo do contrato livre entre partes formalmente iguais. Toda teoria jurídica posterior vai assentar a legitimidade da propriedade de bens na transferência contratual e na legitimidade originária da aquisição, normalmente um contrato de trabalho. (MARÉS, 2003, p. 25s.)

Aqui, já foram acrescentados outros dois elementos essenciais para a configuração que o direito de propriedade foi adquirindo: liberdade individual, que implica ser dono do próprio corpo para vender o próprio trabalho, e igualdade entre as partes contratantes para se estabelecer legítimos contratos de compra e venda.

Pode parecer incoerente que Locke, enquanto defensor da liberdade e combatente do regime de escravidão fosse acionista da African Royal Company e, portanto, conivente com a escravidão negra nas Américas, uma vez que o

liberal comungava de ideais segundo os quais o homem no estado de natureza e por ação de Deus nasce livre. Sobre isso, Alfredo Bosi comenta:

O liberalismo puro e duro não detém (pelo contrário, desencadeia) certas forças latentes na dinâmica do capitalismo; daí seu limite perverso, que é legitimar a propriedade vitalícia do trabalho alheio desde que comprado legalmente pelo capitalista. (BOSI, 2010, p. 28)

A propriedade vai ganhando legitimidade como privada, individual, “acumulável, disponível, alienável” (MARÉS, 2003, p. 25), de tal modo que no século XVIII, às vésperas de os Estados se constitucionalizarem, ela já é tratada como direito natural (ou seja, inerente ao homem e não por ele estabelecida) nas leis e na teoria política (MARÉS, 2003, p. 22).

Na era do direito positivo, das Constituições, quando o Estado foi “constituído”, as leis esqueceram os preâmbulos e as diferenças entre perecíveis e não perecíveis; toda a propriedade, da terra, dos alimentos, dos remédios, do ouro ou do âmbar, passou a ser direito subjetivo e até mesmo direito natural de cada indivíduo que tivesse a sorte ou a argúcia de tomá-lo para si. Os tímidos limites que os pensadores imaginaram para a propriedade absoluta de terras e outros bens deixaram de existir, os Estados constitucionais reconheceram na propriedade a base de todos os direitos e, mais do que isso, o fundamento do próprio Direito (MARÉS, 2003, p. 28).

A crítica ao ideário da naturalização (e, até, sacralização) da propriedade veio somente na metade do século XIX com Marx e Engels²², que se distanciaram do entendimento moral da questão e leram o instituto da propriedade a partir do processo histórico no qual esse brotou. Engels, em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, por exemplo, discute o contexto de transformações sociais que teria levado à conversão da apropriação comum à propriedade privada:

O desenvolvimento de todos os ramos da produção – criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos – tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao

²² Alguns creditam o germe da crítica à propriedade a P. J. Proudhon, ideias com as quais Marx teve uma conturbada relação. A esse autor retomaremos adiante.

mesmo tempo, aumentou a soma de trabalhos diários correspondentes a cada membro das gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra, os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo – necessariamente – a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (ENGELS, 1985, p. 123)

Porém, é importante que se credite o refutamento da naturalização da propriedade a Pierre-Joseph Proudhon, que, em 1840, abordava a questão frontalmente na obra *Qu'est-ce la propriété?*.

2.3.4 Proudhon e a crítica à propriedade

Na obra *O que é propriedade?*, publicada em 1840, o francês Pierre-Joseph Proudhon foi o primeiro a reivindicar para si o título de “anarquista” (WOODCOCK, 2002, p. 9s.). Ineditamente, o termo foi usado com sentido positivo, diferente de “desordem”. A condição de anarquista de Proudhon relaciona-se de perto com sua crítica tecida à propriedade, pois a condenação tanto da autoridade²³ quanto da propriedade está na gênese das primeiras ideias anarquistas (WOODCOCK, 2002, p. 41 e 42). Na discussão do ataque à propriedade, em especial à propriedade da terra, o anarquismo assumiu uma posição de vanguarda, como exemplifica Woodcock, ao comentar o vínculo autoridade/propriedade discutido desde as revoltas camponesas medievais:

O fragmento do discurso de John Ball preservado por Froissart – quase tudo o que sabemos sobre as opiniões desse homem violento, cuja presença mal pôde ser percebida entre as sombras medievais – ataca tanto a autoridade quanto a propriedade, sugerindo que existe um elo entre ambas – o que antecipa os argumentos desenvolvidos pelos anarquistas do século XIX: “As coisas não podem ir bem na Inglaterra, nem jamais irão até que

²³ Vale notar que, de modo geral, a oposição dos anarquistas à autoridade se faz na medida em que ela estabelece uma hierarquia entre os homens e se contrapõe à igualdade.

todos os bens sejam comuns a todos, até que não existam nem servos nem senhores e sejamos todos iguais. Pois que razão têm aqueles a quem chamamos senhores para aproveitar-se de nós? O que fizeram para merecê-lo? Por que nos mantêm em servidão? Se descendemos todos do mesmo pai e da mesma mãe, Adão e Eva, como podem afirmar e provar que são mais senhores do que nós? Exceto talvez porque nos fazem trabalhar para que eles gastem!” (WOODCOCK, 2002, p. 42s.)

A publicação de *O que é a propriedade?* foi reverenciada à época por Marx como um divisor de águas na discussão sobre o tema. Proudhon defende que a ficção jurídica do instituto da propriedade seria um grande óbice a uma situação de justiça integral demandante de plena igualdade. Em sua obra, o francês questiona o *status* da propriedade como um direito natural do homem, como a liberdade, a igualdade e a segurança.

Tendo como referência a França de meados do século XIX, Proudhon toma a Declaração dos Direitos do Homem como exemplo. Nela, a propriedade figura entre os direitos naturais e imprescritíveis ao lado da liberdade, igualdade e segurança, o que, na visão de Proudhon, seria absurdo. “A liberdade é inviolável. Eu não posso vender nem alienar minha liberdade. Muito ao contrário: toda condição de contrato que tenha por objeto a alienação ou a suspensão da liberdade não é válida”. “A igualdade perante a lei não admite restrição nem exceção” (PROUDHON, s.d., p. 36)²⁴. Quanto à segurança, “a sociedade não promete aos seus membros uma semiproteção, uma semidefesa. [...] A obrigação que os une reciprocamente é absoluta” (PROUDHON, s.d., p. 37). A propriedade, por outro lado, “só existe em estado potencial para a maior parte dos cidadãos, como uma faculdade latente, sem exercício” (PROUDHON, s.d., p. 36).

O discurso de que a propriedade teria caráter natural e absoluto foi contra argumentado por Proudhon. Ele acredita que a própria sociedade não trata a propriedade como um direito natural: “é suscetível, para os que a desfrutam, de certas transações e modificações que repugnam a ideia de um direito natural; [...] na prática, os governos, os tribunais e as leis não a respeitam”; e conclui:

²⁴ Em todas as citações dessa obra, a grafia de foi atualizada.

“todo o mundo, espontânea e unanimemente, a julga quimérica” (PROUDHON, s.d., 36); “Adorada por todos, não é reconhecida por ninguém. Leis, usos, costumes, consciência pública e privada, tudo conspira para sua ruína e para sua morte.” (PROUDHON, s.d., p. 37) Para ele a propriedade é uma incoerência para a vida em sociedade: “estamos associados para a liberdade, para a igualdade e para a segurança, não o estamos para a propriedade”, pois a propriedade, tal como estabelecida, gera privilégios e vantagens, conflito e miséria, contrariando o próprio princípio social da igualdade. Para que seja um direito natural ela não pode ser **social**, mas **antissocial** (PROUDHON, s.d., p. 42). Na sociedade, ela seria, então, uma anormalidade, uma “ilusão da nossa capacidade de julgar” que não se sustentaria à medida que a sociedade evoluísse racionalmente.²⁵ Sendo assim:

[...] cedo ou tarde, a conversão se realizará, e a propriedade será violada, porque é impossível que as coisas aconteçam de outro modo; porque a propriedade, considerada como um direito, e não sendo um direito, deve perecer pelo direito; porque a força das coisas, as leis da consciência, a necessidade física e matemática devem destruir finalmente esta ilusão da nossa capacidade de julgar.

[...]

Propriedade e sociedade são coisas que se excluem reciprocamente, de forma invencível [...]. Força é, portanto, ou que a sociedade pereça ou que mate a propriedade. (PROUDHON, s.d., p. 41s.)

A tensão propriedade-liberdade pode, aliás, ser observada – talvez em sua expressão máxima – na celeuma acerca da abolição da escravidão negra na América.

O anarquista contra argumenta à ideia dos supostos substratos primitivos da propriedade, notadamente, a ocupação original da terra e o trabalho, por não serem suficientes à legitimação da propriedade. A ocupação original não se sustentaria por não considerar os direitos similares dos outros homens, a quem

²⁵ Embora “evolução” não seja um termo recorrente no texto de Proudhon, essa noção nos pareceu presente em diversas passagens e é recorrente a ideia de que a humanidade caminha, ou deve caminhar, no sentido da “razão” e da “verdade”, fruto do raciocínio lógico, matemático. Embora o apego à liberdade e a feroz crítica à autoridade configurem um diferencial, há, aí, certo traço positivista.

o acesso a esses recursos naturais também seria essencial para sobrevivência. Também o trabalho não poderia justificar a propriedade, como tão recorrentemente aparecia em Locke e outros liberais, pois, se assim fosse, ao terminar a capacidade de trabalho do indivíduo findaria também o direito de dispor da terra.

Proudhon e Marx estabeleceram um espinhoso debate entre 1845 e 1846, entretanto ambos tiveram trajetória de ideias divergentes:

Marx evoluiu do radicalismo democrático para a perspectiva revolucionária proletária (comunista); Proudhon, ao contrário, desloca-se de uma posição revolucionária para uma angulação reformista: deixa de ver a propriedade como um roubo (*O que é a propriedade?*, de 1840), para pretender cozinhá-la ao fogo lento (*Filosofia da miséria ou o sistema das contradições econômicas*, de 1846). (SANTOS, 2006)

É Woodcock que, apoiando-se no conjunto da obra de Proudhon, esclarece que ele “não quisera dizer literalmente o que disse” quando afirmou “a propriedade é um roubo!” (WOODCOCK, 2002, p. 124s.), sentença que tornou-se bandeira política durante o século XIX. Woodcock ameniza justamente o que Marx entendeu ser o melhor na obra: o tom. Acidamente, Marx diz que *O que é propriedade?* “faz época, se não por um conteúdo novo, pelo menos pela maneira nova e atrevida de dizer o velho. [...] [Na obra,] domina ainda, se assim me posso expressar, uma forte musculatura de estilo. E eu considero o estilo dele como seu principal mérito.”

Woodcock comenta a denúncia de Proudhon à propriedade usada por um para explorar o trabalho de outrem:

quanto à posseção, o direito que cada homem tem de controlar efetivamente o lugar onde habita, a terra e os instrumentos de que necessita para viver e trabalhar, Proudhon nada tem contra ela, pelo contrário, ele a considera como um dos pilares necessários para a liberdade e a principal crítica que fazia aos comunistas era o fato de desejarem destruí-la. (WOODCOCK, 2002, p. 125)

É a propriedade privada dos meios de produção, de acordo com Woodcock, o principal alvo das críticas de Proudhon. É o não acesso a matérias primas, instalações e técnicas que gera desigualdade.

Porém, o impetuoso tom de *O que é a propriedade?* – que, inclusive rendera ao autor processos por ameaçar a segurança pública – não permite vislumbrar essa postura. Para os entusiastas de Proudhon, isso se deve ao fato de, como dissemos, ele não haver dito “literalmente o que disse” e que a defesa deste tipo de propriedade ficaria mais clara em obras posteriores. Aos críticos, que também reconhecem a ideia nas obras posteriores, Proudhon teria aderido ao reformismo.

Marx responde à *Filosofia da miséria*, de 1846, com sua *A miséria da filosofia*, de 1847. Num tom ríspido, Marx acusa Proudhon de ignorar a genealogia histórica das categorias econômicas, como a do valor de troca, concebendo-as sob o viés do entendimento da burguesia. A despeito do tom de Marx, as críticas, parece-nos, têm conteúdo, entretanto, cumpre registrar a defesa de Proudhon feita pelos anarquistas.

Segundo Woodcock, no encontro de Proudhon e Marx surgiram as primeiras evidências da grande cisão entre “socialismo autoritário” e anarquismo (WOODCOCK, 2002, p. 131). Woodcock, falando de *A miséria da filosofia*, que rotula como uma “pretensa crítica” de *Filosofia da miséria*, acusa Marx de ter publicado um “emaranhado de informações falsas e insultuosas, demonstrando a sua total incapacidade para entender a originalidade e a flexibilidade do raciocínio que se ocultava sob a aparente desordem dos seus argumentos” (WOODCOCK, 2002, p. 133).

A discussão entre Marx e Proudhon toma corpo, de fato, após 1846 com a publicação de *Filosofia da Miséria* e a resposta, *A miséria da filosofia*, e, portanto, foge ao nosso escopo maior discussão sobre ela, uma vez que nosso interesse recai sobre a questão da propriedade privada, tema essencialmente tratado em obra anterior de Proudhon. Aliás, obra que Marx considerou “incondicionalmente seu melhor trabalho” (MARX, s.d.).

2.3.5 Quando a terra se torna propriedade

Para os primeiros pensadores da propriedade, a terra era passível de ser tratada como propriedade, embora houvesse implícita à questão uma essencial relativização: o direito à propriedade da terra vincula-se diretamente a seu uso produtivo. Ela era concebida por Locke como abundante e, além disso, lhe

parecia economicamente irracional que alguém mantivesse a terra improdutiva. Daí, o enquadramento da terra como propriedade não era fator de maiores preocupações.

Porém, na medida em que ela se torna um bem jurídico e a ela se atribui valor de troca e passa a ser legítimo ao proprietário destruir ou simplesmente deixar seus bens em desuso, o direito à propriedade estendido à terra começa a gerar impasses.

Embora Locke afirmasse que havia terra abundante e que sua propriedade estava ligada diretamente à produção, isto é, proprietário seria quem a usasse, o capitalismo a transformou em bem jurídico sujeito a uma propriedade privada, a ela estabelecendo valor de troca. Por muito tempo o mercantilismo se baseava em comércio de bens supérfluos, de luxo, restrito às classes abastadas. A terra passou a ser mercadoria com o crescimento do capitalismo e com a transformação agrária na Inglaterra, que reduziu as propriedades comuns de campos e pastagens a proprietários únicos, individuais pelo processo de cercamento (*enclosures*). De tal forma que duzentos anos depois de Locke, a terra já era propriedade privada, legitimada pelo contrato e tendo com origem um ato do governo que a sedia ou reconhecia a sua ocupação. Com esta transformação, os frutos da terra, corruptíveis por natureza passaram também a ser acumuláveis, abandonando-se a ideia de Locke. Poder acumular bens deterioráveis significava a possibilidade e o poder de destruí-los, quer dizer, se o proprietário não desejasse usar o bem, é lícito que o destruísse porque nisto consiste sua liberdade. A terra deixava de ser uma provedora de alimento para ser uma reprodutora de capital. (MARÉS, 2003, p. 26)

Essas transformações influenciaram tanto a propriedade da terra que, a partir do século XVIII, “o direito e a coisa passam a se confundir, chama-se a terra de propriedade, porque passa a ser demarcada, cercada, identificada individualmente e ‘melhorada’” (MARÉS, 2003, p. 27).

É preciso também entender que no momento de declínio do feudalismo “a propriedade feudal, relativa e ligada a servos não-proprietários se contrapunha a outra propriedade nascente, de homens livres, que livremente contratavam sua força de trabalho” (MARÉS, 2003, p. 27). Neste contexto, em oposição à

propriedade feudal e a servidão, a propriedade que ia se tornando absoluta foi entendida como **liberdade**.²⁶

Entretanto, seguindo a interpretação de Macpherson, entendemos a complexidade na relação liberdade-propriedade. A liberdade individual só se materializaria a partir do momento em que o indivíduo se tornasse cidadão com a posse de bens (dinheiro e terras). O assalariado não teria condições de participar da vida pública como um cidadão portador de direitos, fora da propriedade não haveria cidadania. O individualismo de Locke, portanto, estaria longe de ser universal ou absoluto.

Para permitir o funcionamento de uma sociedade dessas, a autoridade política precisaria ter superioridade sobre os indivíduos; porque, se assim não for, não pode haver garantia de que as instituições da propriedade essenciais para essa espécie de individualismo terão sanções adequadas. (MACPHERSON, 1979, p. 267)

A propriedade passa a ocupar um lugar central na sociedade moderna e na formulação das constituições nacionais ao ponto de todas as pendências serem equacionadas, no limite, em termos de perdas e danos:

O objeto do direito individual haveria, também, de ser individual, conhecido e avaliável economicamente. Nesta avaliação reside sua juridicidade, a tal ponto que o direito resolve todas as pendências, em última instância, em perdas e danos. Esta regra até mesmo para bens patrimoniais intangíveis, como o chamado dano moral, a propriedade intelectual e os direitos de autor. Até mesmo a vida individual passa a ser valorada patrimonialmente. (MARÉS, 2003, p. 38)

A aura de elemento natural serve de argumento legitimador para que a propriedade privada “tão discutida nos séculos anteriores passe a ser um dado da realidade, absoluta e indefinível e de proteção cogente para as Constituições e Estados Constitucionais capitalistas” (MARÉS, 2003, p. 35).

A partir daí, o liberalismo nascia combinando direitos individuais à aceitação de um controle público focado essencialmente na proteção do cidadão proprietário, ainda que para tanto necessitasse alçar mão da força, o que, a

²⁶ Ver a esse respeito VOLTAIRE, 1978.

princípio poderia parecer como ato coator dos direitos do indivíduo. Daí a impossibilidade do **liberalismo dos proprietários** ser democrático,

não só porque os proprietários de terra já usufruem do direito do primeiro ocupante, e chegará um momento em que as terras aráveis já estarão todas ocupadas, mas também porque a invenção do dinheiro permitiu a acumulação e concentração de riquezas, logo produziu **assimetria de classe e de status**. Em face da desigualdade estrutural dessa sociedade, o liberalismo individualista é obrigado a transferir recurso e poder a uma instituição que, de algum modo, o represente e o proteja. (BOSI, 2010, p. 29)

Marés é feliz ao reformular a premissa de que o Estado moderno foi teoricamente construído para garantir a igualdade, a liberdade e a propriedade, ao explicar que, na prática, esse Estado foi pensado de modo a afiançar “a propriedade que necessita da liberdade e da igualdade para existir”. O autor explica:

Só homens livres podem ser proprietários, podem adquirir propriedade, porque faz parte da ideia de propriedade a possibilidade de adquiri-la e transferi-la livremente. A igualdade é, por sua vez, essencial para a relação entre homens livres, somente o contrato entre iguais pode ser válido. O escravo e o servo não contratam, se submetem. Para que exista o Estado e a propriedade de terra e de outros bens, tal como a conhecemos hoje, é necessário que haja o trabalhador livre; a contrapartida da propriedade absoluta, plena, da terra é a liberdade dos trabalhadores. (MARÉS, 2003, p. 18)

Jean Touchard, nesta mesma direção, aponta como para Locke, a sociedade civil, basicamente, tomou suas feições para conservar a propriedade, e o poder público seria, no limite, “depósito confiado pelos proprietários a outros proprietários” (TOUCHARD, s.d., p. 158). Ou seja, para Locke, a função do poder público seria a proteção da propriedade.

Propriedade absoluta, trabalho livre assalariado (venda da força de trabalho entendida no âmbito da liberdade), Estado constitucional, direitos individuais, produção de mercadorias e o próprio capitalismo intrincam-se, desenvolvendo-se concomitantemente. Daí a dificuldade em se questionar um desses elementos e modificar apenas um deles. Essa foi também a percepção de Proudhon quando formulou a máxima: “**soberania do homem, desigualdade**

de condições, propriedade, formam apenas um, e que se pode tomar um pelo outro, e que são reciprocamente conversíveis, não terei de esforçar-me para deduzir, pelo princípio da contradição, a base do governo e do direito” (PROUDHON, s.d., p. 31, grifos no original).

Assim, entender qualquer propriedade de um modo diferente – por exemplo, aceitando-se a função social da propriedade da terra –, faz com que esbarremos nos outros elementos, obstaculizando que a função social da terra estabeleça-se, na prática, na sociedade.

2.3.6 A propriedade da terra no Brasil

O aparato legal da instituição da propriedade no Brasil colônia não oferece maior colaboração para explicar a detenção de terras da Jari Celulose, uma vez que a cadeia dominial do imóvel nasce a partir de títulos emitidos pelo estado do Pará. Entretanto, entender as peculiaridades de como se importou e se aplicou a noção de propriedade da terra é importante para pensar como este ideário se forjou nacionalmente e, direta ou indiretamente, ofereceu as condições sociais para a apropriação de terras da empresa.

“A história territorial do Brasil começa em Portugal” – com esta frase Ruy Cirne Lima inicia seu livro *Pequena história territorial do Brasil* (1988). Com a colonização, o território conquistado passa a ser domínio da Coroa portuguesa e é a partir daí que a propriedade privada da terra chega ao Brasil. A primeira legislação a ser aplicada à gestão de terras no Brasil foi a lei portuguesa de sesmarias. Embora não configurassem, em si, propriedade, as sesmarias estão na origem do direito individual de propriedade da terra no Brasil – e, neste ponto, concorda Marés.

Em Portugal, o instituto das sesmarias serviu para recolocar terras abandonadas na produção de alimentos, gerando a obrigação do cultivo e funcionou como um tipo de reforma agrária (MARÉS, 2003, p. 57). No Brasil, ela foi usada como “instrumento de conquista” para reafirmar o domínio português da terra e “também de garantia aos capitais mercantilistas de que sua mão de obra, escrava ou livre, não viria a ser proprietária de terras vagas.” (MARÉS, 2003, p. 57). No Brasil, a lei de sesmarias foi uma lei excludente. Lá, o sistema de sesmarias corroborou, segundo Marés, com o desenvolvimento do trabalho

livre. Aqui, com a abundância de terras e escassez de mão de obra, o mesmo sistema serviu para restringir o acesso à terra e impedir que a mão de obra se esparramasse pelo continente deixando de produzir as mercadorias que interessavam ao capital mercantil.

Como observa Marés:

Na falta de ouro ou prata, [Portugal] utilizou a terra para remunerar os capitais mercantilistas, produzindo para a exportação bens desnecessários aqui, como o açúcar. As terras eram concedidas para que o beneficiário viesse ao Brasil ocupá-las, em nome da Coroa, produzindo em larga escala bens de exportação, ainda que fosse preciso perseguir, escravizar ou matar populações indígenas, e gerar escravidão africana e fome. (MARÉS, 2003, p. 59)

Ou seja, no seu estabelecimento, o direito e a propriedade da terra tiveram, no Brasil, nuances diferentes do que ocorrera em Portugal, ainda que a legislação para a destinação de terras fosse a mesma ou muito semelhante. Aqui, ainda de acordo com Marés, “a propriedade e a liberdade não formaram um casal, ao contrário, se excluíam como a água ao óleo” (MARÉS, 2003, p. 60), não se estabeleceu a relação entre direito de propriedade e trabalho livre assalariado. Retomando a ideia de “direito de conquista”, que legitimou a colonização das Américas, Marés afirma que “aqui a propriedade não é fruto do trabalho livre, é fruto do saque”.

A sesmaria não era um direito e a concessão de áreas dependia da vontade do funcionário responsável, sendo abertamente nepotista: “Os Sesmeiros entregavam terras para si mesmo e seus próximos, familiares ou amigos, até o ponto em que a palavra **sesmeiro** passou a designar também o titular de uma sesmaria e não mais a autoridade pública responsável por sua concessão” (MARÉS, 2003, p. 61).

Tudo isso regulava-se, não por acaso, por um direito inspirado no romano, com marcado acento da propriedade individual. Porém, no direito romano a concepção individual de propriedade não galgava qualquer caráter absoluto, “acendrado ou historicamente personalizado na figura de seu detentor” (FOSTER, 2003, p. 9), sendo descabido ver a propriedade sem subordiná-la às necessidades sociais. Mesmo o “individualismo dos romanos” subordinava a propriedade às necessidades sociais (BEVILÁQUA, 1955; v. 3, p. 44).

A peculiaridade da implementação das sesmarias acabou por ditar um pernicioso traço do que viria a ser a propriedade de terras no Brasil: o latifúndio. Como sintetizou o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira: “a propriedade no Brasil já nasce grande”²⁷.

Isso se deu a despeito da legislação que limitava a área máxima das sesmarias a serem concedidas. Legalmente, as concessões não poderiam ser maiores que a capacidade do beneficiário de aproveitar a terra, mas esse limite acabou por não ser respeitado. O modo como se dava a exploração agrícola no Brasil contribuía para que, na prática, não houvesse nenhum limite para a apropriação: a produção não visava a subsistência e o consumo interno. Produzia-se para o mercado externo em grande quantidade e estas *plantations*, essencialmente calcadas na mão de obra escrava, demandavam grandes extensões de terras. Esse foi um dos fatores que, no século XVI, fez fracassar algumas tentativas da Coroa no sentido de fazer valer o que dizia a lei.

Segundo Ruy Cirne Lima, as sesmarias não poderiam exceder o limite de 3 léguas e, em algumas capitanias, restringia-se a uma ou até mesmo meia légua (LIMA, 1988, p. 45)²⁸. O jurista atribui às “graças especiais do soberano” o desrespeito a esses limites legais:

E não é de se estranhar que se encontrem concessões de sesmarias além das três léguas da lei: – graças especiais do soberano as proporcionavam a alguns afortunados. Neste regime latifundiário, porém, em que o agricultor independente, o lavrador livre é economicamente asfixiado, vê-se, então, o apossamento pelos colonos dos tratos de terreno, deixados entre os limites das grandes propriedades, e assiste-se à migração dos mais audazes, para as paragens distantes dos núcleos de povoamento, em demanda de terras que, de tão remotas, ao senhor de fazendas lhe não valha ainda a pena requerer das sesmarias. (LIMA, 1988, p. 47)

Esse sistema de concessões acabou contribuindo para a formação de uma elite local que só distribuía terra para si mesma e “transformou-se em

²⁷ Comunicação pessoal, 2012.

²⁸ O autor cita o Alvará de 05 de outubro de 1795, parágrafos XI e VII como legislação que regulamenta os limites citados.

instrumento de conquista interna, servindo de consolidação do poder do latifúndio” (MARÉS, 2003, p. 62).

2.3.7 A propriedade privada na Lei de Terras

Em julho de 1822, a menos de dois meses da independência brasileira, o Príncipe Regente pôs fim ao regime de sesmarias. Extinguia-se, assim, o instituto que, já pouco utilizado em Portugal, vinculava o direito à terra à obrigatoriedade de torná-la produtiva, e se abria caminho para propriedade privada da terra, terra com valor de troca. E assim aconteceu. Após a independência, os ideais liberais, burgueses e individualistas marcaram fortemente a legislação e estabeleceu-se a “propriedade privada em seu sentido mais amplo e irrestrito” (FOSTER, 2003, p. 8s.). A Constituição Imperial brasileira de 1824 estabelecia:

Art. 179: A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império pela seguinte maneira:

XXII – é garantido o direito de propriedade em **toda sua plenitude**. Se o bem jurídico legalmente verificado exigir o uso e o emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta **única exceção**, e se dará as regras para se determinar a indenização. [sem negrito no original]

Na verdade, essa Constituição reproduzia a portuguesa de 1822, que definia como objetivo a garantia de liberdade, segurança e propriedade do povo português, além de, em seu artigo 6º, definir que a “propriedade é um direito sagrado e inviolável de se dispor à vontade de todos os bens” (MARÉS, 2003, p. 33).

Treccani (2001, p. 72) também lembra que, com a Constituição de 1824, “o **direito de propriedade** foi visto como algo de absoluto, intocável” (grifos no original). Essa constituição não veio acompanhada de uma lei complementar que regulamentasse a questão das terras, o que acabou “consolidando e consagrando a estrutura agrária latifundiária vigente concentradora da propriedade” (Idem). Ou, pior, sem um regime legal que ordenasse a ocupação e a propriedade das terras, reinou a lei do mais forte:

Este reconhecimento do caráter absoluto da propriedade da terra a liberava de qualquer condição ou cláusula resolutiva. Criou-se, desta maneira, uma situação paradoxal: de um lado a Constituição garantia o direito pleno de propriedade, do outro precisava ser aprovada uma lei complementar que regulamentasse a matéria. Passaram-se trinta anos neste vazio de regulamentação infraconstitucional, até 1854, tempo durante o qual não existiam meios jurídicos que permitissem o reconhecimento das ocupações, normas que as limitassem e ordenassem estabelecendo a modalidade de seus registros. Desta maneira, favoreceu-se o **regime do mais forte**, da lei da selva (ou do estado hobbesiano que definia o homem como: *homo, hominis lupus*) onde quem tinha maiores condições poderia se apoderar de maiores quantidades de terras. Grandes e pequenos posseiros eram iguais perante a lei, mas esta isonomia legal revelou-se fictícia, pois os primeiros tinham muito mais condição de ampliarem suas já extensas posses. Além disso, não foi previsto nenhum mecanismo para reincorporar ao patrimônio público as terras que tinham sido subtraídas contrariando dispositivos legais vigentes. Desta maneira pode-se afirmar que este período caracteriza-se como o do **império das posses** (JONES, 1997, p. 12)^[29] ou **Período Áureo da Posse** (MATTOS NETO, 1988, p. 95)^[30], pois de um lado era facultada a constituição das mesmas, do outro não existia, nenhum procedimento jurídico que as transformasse em propriedade. (TRECCANI, 2001, p. 72s., grifos no original)

A regulamentação para alienação de terras da Coroa a particulares veio somente na Lei de Terras de 1850. E também neste momento a legislação inclinou-se em favor do latifúndio.

Marés atribui parte da demora em se instituir uma lei de terras – foram 28 anos entre a independência e a promulgação da lei – às dificuldades em se estabelecer uma lei que desse conta, ao mesmo tempo, de restringir o livre acesso à terra, à semelhança do que se fazia durante o regime de sesmarias, e

²⁹ JONES, Alberto da Silva. **Propriedade legítima da terra, grilagem especializada e desapropriação**: os falsos custos da reforma agrária. São Paulo: USP; NAIPPE, 1997. Mimeo.

³⁰ MATTOS NETO, Antônio José de. **A posse agrária e suas implicações jurídicas no Brasil**. Belém: Cejup, 1988.

de contemplar os interesses econômicos do capital, incorporando o direito à livre aquisição de propriedade. (MARÉS, 2003, p. 66s.)³¹

Nesse sentido, a maior preocupação seriam as chamadas “terras devolutas”.

Todas as terras que não estavam sob o domínio privado ou não estavam afetadas a um fim público, que eram senhorio do rei de Portugal e que foram, com a independência, devolvidas ao Estado brasileiro criado em 1824, passaram a ser chamadas de **terras devolutas**. Terras devolutas, portanto, estavam definidas, e estão até hoje, por sua negação [...]. (MARÉS, 2003, p. 73)

Estabeleceu-se, então, que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por meio de compra, afastando dos pobres a possibilidade de acesso a elas: “Art. 1º: Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.”³²

Novamente não havia qualquer direito vinculado à reivindicação de terras devolutas: sendo do Estado, ele só poderia transferi-las por meio de um contrato de compra e venda, o mesmo tipo de contrato que se estabelecia entre dois entes privados, ou seja, de acordo com a livre vontade de ambas as partes. Mesmo pela compra, não era um direito dos cidadãos reivindicar terras devolutas e, assim como nas sesmarias, o acesso à terra dependia de vontade política. Na prática, ocorria, como ainda hoje, a sujeição aos interesses oligárquicos.

Dificultar o acesso dos pobres à terra estabelecendo-lhe um preço foi um plano deliberado, inspirado na doutrina conservadora do economista Edward Wakefield segundo a qual a disponibilidade de terras em abundância para os trabalhadores livres desencorajaria o trabalho assalariado, provocando o aumento dos salários, encarecendo a produção e prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externos.

³¹ Segundo Treccani, “analisando os debates parlamentares que antecederam a promulgação da Lei 601/1850 [Lei de Terras] se percebe como a luta se deu entre os antigos sesmeiros cujas cartas tinham caído em comisso e os grandes posseiros. Esta luta deu-se sobretudo em São Paulo onde os novos latifundiários do café chocavam-se com os antigos beneficiários das sesmarias” (TRECCANI, 2001, p. 73s., nota 102).

³² Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: dez. 2012.

É preciso notar que isto foi o oposto do que fizeram Estados Unidos e Austrália, que encorajaram a ocupação desordenada do território. Aqui, por outro lado, quando já se encaminhavam medidas que desembocaram na abolição da escravidão³³ e no incentivo à migração europeia e asiática, as posses de produção para o autoconsumo não eram reconhecidas e se criavam instrumentos para coibi-las (MARÉS, 2003, p. 70s.), veja-se, por exemplo, a Lei de Terras (n. 601), de 1850:

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Paragrapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.

É claro que, havendo terra disponível, era impossível ao Estado impedir que fossem ocupadas por camponeses pobres. Contudo, sendo a ocupação ilegal, eles estariam à mercê não só do uso da força (à qual estariam sujeitos independente ou apesar da legalidade), mas também do uso da lei para expulsá-los da terra. Segundo Marés, o resultado é a “proteção e reserva de terras para as elites e a sentença de morte dos camponeses livres” (MARÉS, 2003, p. 73).

Enquanto as sesmarias reforçam o caráter de fato, próximo à posse, as concessões de terras devolutas têm um caráter de direito abstrato, independentemente da existência de ocupação pré-existente, seja de índios, afrodescendentes ou brancos pobres. Exatamente aqui reside a pouco sutil maldade do sistema: o que recebe a concessão não necessitava sequer conhecer a terra, nem mesmo demarcá-la; escolhia a terra correspondente quando quisesse e passava a ter o direito de retirar dela todos os que ali viviam, porque a situação dos não-beneficiários passava a ser ilegal. Para “limpar” poderia usar sua própria

³³ Como a lei Eusébio de Queiros (1850) e a lei do ventre-livre (1871).

força ou a chamada força pública, isto é, a polícia do Estado, como ocorre até hoje. (MARÉS, 2003, p. 70)

Após a proclamação da República, a Constituição Republicana de 1891 transferiria todas as terras devolutas ao patrimônio dos estados. E, aí, entramos numa discussão especialmente explicativa para o entendimento do enredo da apropriação de terras pela Jari. Não só porque a origem dessa cadeia dominial remete a um suposto destacamento de terras do patrimônio do estado do Pará, como também porque nos meandros dessa passagem (que em muitos aspectos foi continuidade) encontramos subsídios para entender a prática política de alienação de terras públicas em prol da grande apropriação privada da terra.

Se muitos comentam a brevidade da Lei de Terras – e, com efeito, ela formalmente teria sido revogada em 1889 –, Oliveira e Faria, em diálogo com Lígia Osório e Silva (1996), oferecem uma outra leitura: por conta de garantir “articulação política”, a Lei de Terras teria se mantido:

[...] encontramos uma regularidade no que diz respeito à adaptação da Lei de 1850 aos interesses dos posseiros. Todos os estados alteraram a data de validade das posses, para efeito de legitimação. A lei de 1850, como sabemos, havia estabelecido 1854 (ano da sua regulamentação) como limite para os processos de legitimação. Isso significava que as posses ocorridas após 1854 não podiam ser legitimadas dentro dos benefícios da lei. O máximo que uma legislação especial ainda no Império permitia era que os posseiros tivessem prioridade na compra das suas posses. Ao adotarem suas leis de terras, todos os estados alteraram essa data para, pelo menos, 1889. Em casos significativos para muito mais tarde, por exemplo, 1920 [...] Ao mesmo tempo, dilataram os prazos para os pedidos de legitimação até o final da Primeira República (1930). Em segundo lugar, o processo de privatização das terras públicas continuou a ocorrer em todas as regiões. A passagem das terras devolutas para o domínio privado continuou ocorrendo por meio das invasões e ocupações que os particulares (posseiros) realizavam, sem que os poderes públicos tivessem as condições ou o desejo de impedir esse movimento.

[...]

A questão da terra moveu-se, portanto, durante a República Velha, em torno destes dois eixos: de um lado, a existência ou não de uma política de ocupação de terras devolutas do governo federal, em que 1897 e 1911 aparecem como datas significativas; de outro, a existência de uma legislação favorável ao apossamento, cuja

aplicação, entretanto, esteve subordinada às condições sociais concretas predominantes no campo.” (Silva (SILVA, 1996, p. 252-253 apud OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 17s.)

Deslocando a discussão nacional para a esfera paraense, essa análise se comprova. O primeiro instituto legal do estado do Pará, o Decreto 410, de 8 de outubro de 1891, com efeito, prorroga a data limite para apossamentos legitimáveis para 1889 e, em vários outros pontos, o decreto reproduz a Lei de Terras de 1850:

o Decreto 410, de 08 de outubro de 1891, que: “regula a alienação das terras devolutas situadas nos limites do Estado do Pará, e dá regras para a revalidação de sesmarias e outras concessões do Governo e para a legitimação das posses mansas e pacíficas”, adotou a mesma sistemática da lei de terras nacional. SILVA e OLIVEIRA (1986, p. 46)^[34] avaliam desta maneira este decreto: “Inspirado na Lei de Terras vigente no Brasil desde 1850, que transformou definitivamente a terra em mercadoria, aquele dispositivo legal normatizava a alienação das áreas devolutas e revalidava as sesmarias em território paraense” (TRECCANI, 2001, p. 99)

Oliveira e Faria destacam ainda que, para Osório e Silva, “a liberalidade em relação aos detentores de posses, principalmente grandes, foi a característica fundamental da legislação aprovada pelos estados sobre as terras devolutas sob seu domínio” (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 18).

A acumulação de terras e o capitalismo no Brasil se coadunaram, uma vez que, como explicam Oliveira e Faria (2009, p. 1), “o debate sobre o processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil se fundamenta na concepção de que o desenvolvimento capitalista moderno se faz de forma desigual e contraditória e tem em sua raiz o caráter rentista”. E, mais, segundo esses autores, os caminhos de apropriação privada da terra constituíram uma das principais contradições do capitalismo de caráter rentista brasileiro:

A base teórica para se compreender o campo brasileiro está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e

³⁴ SILVA, Fábio Carlos da; OLIVEIRA, Léa Lobato de Carvalho. “A questão fundiária e a tensão social no meio rural paraense”. **Pará Desenvolvimento**, Belém: IDESP, n. 18, 27 jan. 1986. pp. 45-53.

contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e sua consequente expansão no campo, se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica está, portanto, no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo como característica fundante do capitalismo moderno.

Dessa forma, o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. Ou seja, no caso brasileiro o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Mas, por outro lado, esse mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 131)

Em suas aulas, José de Souza Martins – de modo um tanto anedótico – sintetizava no que consistia tal caráter rentista: no Brasil, não se quer investir na produção, ser um capitalista; o sonho do brasileiro é viver de aluguel.

Saindo da paródia, o sociólogo ajuda a explicar a relação da propriedade fundiária e da peculiaridade do capitalismo brasileiro, onde o capital torna-se latifundiário:

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros [...]. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder [...]. Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave à circulação e reprodução do capital. No modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando consequentemente o sistema oligárquico nela apoiado [...], portanto, [...] comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas.

(MARTINS, 1994, p. 13,79-80 apud OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 1)

E, para operar essa “irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista”, havia que se construir politicamente um aparato que permitisse ao capital o acesso à concentração fundiária nos moldes alcançados pelo que mostram os números do campo brasileiro. Nesse sentido, Oliveira e Faria percorreram todo o sistema de controle fundiário do Brasil, da legislação a órgãos e instituições de controle, e mostram como não se deu conta de ordenar o território na prática, mas, antes, prestou-se como reforço político à formação do capitalismo latifundista. Para os autores,

não se teve uma consolidação da legislação das terras no país, decorrente do conjunto da legislação existente e os inúmeros conflitos de interpretações jurídicas. Neste sentido, não há como os órgãos públicos – INCRA, SPU, institutos estaduais de terras, ou mesmo os cartórios de registros de imóveis – afirmarem quem são os proprietários das terras, uma vez que não ocorreu uma confirmação dos registros, salvo poucos casos de denúncias. (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 21)

Assim, grande parte das terras é apropriada irregularmente e permanece sem registro. Essa lacuna permite que a ilegalidade na apropriação de terras públicas se perpetue. Evidência disso é o modo como a grilagem de terras públicas se banalizou e renova seus métodos conforme as circunstâncias:

a história da grilagem das terras públicas revela uma sofisticação do processo. Isto porque agora não é mais necessário envelhecer os documentos com a ajuda dos grilos. Dois novos recursos passaram a ser utilizados. Em primeiro lugar, foi a estratégia de tentar regularizar as terras por meio de “laranjas”, via falsas procurações, em que se conseguia a área maior do que permitida na Constituição. Este período foi denominado de “grilagem legalizada”, que ocorreu principalmente durante os governos militares. Em segundo lugar, foi a estratégia utilizada pela “banda podre” dos funcionários do Incra, que, por meio da Reforma Agrária, passou a “oferecer” e “reservar” as terras públicas para os grileiros e indicar os caminhos “legais” para obtê-las. Sendo que, dois caminhos foram utilizados como alternativas de legalização: o uso da reforma agrária e da regularização fundiária. (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p. 21)

A conclusão dos autores é que a grilagem não é uma exceção do ordenamento territorial brasileiro, mas, ao contrário, constitui o próprio modo como o capitalismo se apropria das terras: “o processo histórico da grilagem das terras devolutas no Brasil é parte constitutiva do capitalismo rentista que nele se desenvolveu” (Idem). Assim, a estrutura fundiária que resulta desse processo tem, em si, a marca da grilagem.

Acreditamos que o caso aqui tratado pode, numa análise que extrapole a questão em si, ser muito bem pensado a partir dessa linha de entendimento pois, como tentaremos demonstrar, a exemplifica com literalidade.

3 O enredo do latifúndio: breve resgate histórico

Quando o bilionário norte-americano Daniel Keith Ludwig decidiu instalar um mega-empreendimento na Amazônia, mais precisamente, nos municípios de Almeirim, no Pará, e Mazagão, no Amapá, às margens do rio Jari, afluente norte do Baixo Amazonas, os mais próximos diziam ser o “projeto de sua vida”. E, com efeito, tanto a grandiosidade do projeto, como sua repercussão, principalmente no Brasil, são, em alguma medida, tributários dessa ideia.

Após receber centenas de milhões em incentivos na onda dos grandes projetos do governo militar para a Amazônia, e acumular escândalos e prejuízos³⁵, o Projeto é assumido, em 1982, por um grupo de empresas nacionais e, em 2000, passa para o comando do Grupo Orsa, um conglomerado paulista do setor de papel e celulose. O Grupo Orsa é conhecido hoje como exemplo pioneiro de “empresa verde” e são muitos os prêmios recebidos como reconhecimento de sua responsabilidade social e ambiental – embora, na Amazônia, ele opere num dos maiores latifúndios do mundo em meio a conflitos com posseiros e envolto em processos judiciais que apuram grilagem de terras e irregularidades do plano de manejo florestal em atividade.

Como já dito, a pretensão inicial era a de começar este trabalho falando de Daniel K. Ludwig, o idealizador do lendário “Projeto Jari”. Porém, a história que aqui se pretende contar é a história da formação do latifúndio onde teve lugar o Projeto. Essa história começa antes, com o Coronel José Júlio de Andrade.

Este capítulo não pretende dar conta da história que envolveu o latifúndio de forma exaustiva, não passa perto de nenhum impulso biográfico, mas visa apenas contextualizá-lo o suficiente para que possamos contar a história contida nas matrículas e certidões que envolvem sua formação e os conflitos que nele se repõem há mais de um século. Ou seja, resgata-se a vida do antigo coronel apenas à medida que ela explica e contextualiza o imóvel do vale do Jari.

³⁵ Há bibliografia relativamente farta sobre o Projeto Jari. Entre os mais críticos estão Sautchuk et al. (1981), Garrido (1980), Pinto (1986) e Silveira (1981), que tratam especificamente do Projeto. Oliveira (1995), Ianni (1986) e Morel (1989) estão entre os que falam do Projeto Jari e um contexto mais amplo.

3.1 José Júlio de Andrade

Os registros oficiais mais antigos da região do rio Jari datam de meados do século XVIII e tratam da formação da cidade de Almeirim, que fica às margens do Amazonas e tem sua origem na Aldeia Paru, fundada, não se sabe exatamente quando, por frades capuchos de Santo Antônio e índios descidos do centro. As principais etnias indígenas citadas na época são Aparai, Waiãpi e Wayana.

Com a passagem do governador do Grão-Pará rumo ao rio Negro, em 1758, a aldeia recebeu o status de vila e a denominação Almeirim³⁶. Contudo, no final do período colonial, as atenções do governo da Capitania se voltaram para a expansão do domínio sobre as terras do Alto Amazonas, e a região do Baixo Amazonas foi posta de lado. Por volta de 1822, nem seus moradores reconheciam mais Almeirim como vila. Em 1833, quando ocorreu a divisão da Província do Pará, Almeirim, embora existisse, não foi citada. Desse período, sabe-se que em 1835, durante a Cabanagem, o povoado foi praticamente destruído.

Apenas em 1890, após a proclamação da República e já no auge da exploração gomífera na Amazônia, Almeirim torna-se município. No primeiro Conselho Municipal, eleito em 1891, toma posse como vogal José Júlio de Andrade, figura emblemática da região e responsável pela formação, ainda no século XIX, do latifúndio – que muitos acreditam ter sido um dos maiores do mundo³⁷ – onde, anos mais tarde, teria lugar o Projeto Jari.

José Júlio de Andrade, cearense de Sobral, chegou ao Pará no final do século XIX, num período em que se acelerava a migração de nordestinos para a Amazônia. O declínio da cultura da cana no nordeste e as periódicas secas fizeram com que milhares de nordestinos se dirigissem ao Pará desde a primeira década do século XIX. Porém, foi a partir da grande seca de 1877-1879 que essa migração assumiu maiores proporções.

³⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o então Governador da Capitania do Grão-Pará, rebatizou várias localidades que possuíam nomes indígenas com nomes de cidades portuguesas como Almeirim, Óbidos, Alenquer, Portel, Santarém etc.

³⁷ Todos os autores aqui mencionados que tratam do Projeto Jari tocam neste ponto.

No Pará, por outro lado, o Governo da Província organizava um programa migratório do nordeste para suprir de mão de obra as atividades agrícolas, uma vez que a seringa já ocupava muitos braços, motivando, inclusive, a ida de paraenses para o Alto Amazonas. O foco desse projeto foi a colonização da região Bragantina, justamente para onde José Júlio se dirigiu. Benevides, a cidade onde passou alguns anos trabalhando na agricultura com um tio, chegou a ter, nesse período, cerca de 8 mil nordestinos, chamados indistintamente de “cearenses”, devido à grande maioria de naturais do Ceará.

À região do rio Jari, José Júlio de Andrade chegou em 1882, com, provavelmente, menos de 20 anos de idade. Trabalhou como seringueiro e coletor de castanha (LINS, 1991, p. 35). Não está esclarecido como o jovem migrante nordestino tornou-se, em pouco mais de 10 anos, um dos homens mais ricos e influentes do Jari, “com direitos de vida e morte em todo vale” (PINTO, 1986, p. 16). De acordo com Lins (1991, p. 77), José Júlio de Andrade nunca perdeu uma eleição em Almeirim. Foi deputado estadual e senador da República, possuía casas em Belém e no Rio de Janeiro, e viajou pelo mundo, conhecendo os cinco continentes. Tornou-se um mito.

Acumulou, também, uma enorme extensão de terras que, de acordo com a divisão política atual, se estende por Pará e Amapá, nas duas margens do rio Jari. Dizem que José Júlio comprou sua primeira área na localidade Prazeres, margem esquerda do Jari, pagando com linha de pesca, tecidos e outras mercadorias (LINS, 1991, p. 35). As circunstâncias nas quais obteve essas áreas são rodeadas de relatos de fraudes nas eleições e nos cartórios da região. Segundo Lúcio Flávio Pinto, o poder político o permitiu formar seu latifúndio:

Levava de Belém atas de eleições e as preenchia em Aramanduba, em nome de todos os eleitores, em favor do candidato político que apoiava. Em troca, os políticos lhe concediam títulos de posse e protegiam manobras de cartório para a incorporação de terras alheias. (PINTO, 1986, p. 16)

Apenas como ilustração do que se dizia do Cel. José Júlio (pois não pudemos, ainda, confirmar as acusações contidas no texto que segue), em 1892, Bento Aranha³⁸ publicou sobre ele em seu *Correio Paraense*:

Admiravel!

Da villa de Almeirim, comarca de Gurupá escrevem-nos que se acha exercendo o lugar de Intendente municipal, um individuo que não foi votado para tal lugar, nem para vogal, nem tampouco foi nomeado pelo Governador.

Chama-se José Julio d'Andrade, e no exercicio do cargo que intruza e illegalmente está de posse tem commettido arbitrios, principalmente no que diz respeito ao registro de terras.

Tudo serve-lhe de pretexto para dificultar, protellar o direito das pessoas de quem não gosta.

E não são poucas n'essas condições.

Ainda ultimamente não sabendo o modo pelo qual impedisse o registro dos terrenos de Manoel Raymundo do R[o]zario, que requereu por procurador legalmente constituido, juntando o traslado da procuração, deo o seguinte despacho na petição que lhe foi dirigida – “Venha com uma procuração legal”.

Este requerente ainda pode encontrar quem para elle fizesse um recurso para o Dr. Director das Obras Públicas, Terras e Colonização, que já d'elle tomou conhecimento; mas quantos pela sua ignorancia e falta de meios não ficaram preteridos em seus direitos pelo capricho e maldade d'esse funcionario intruzo; que entende poder fazer tudo impunemente, porque se diz governista e ter protectores poderozos que o sustentam.

Desgraçado paiz é o que eleva a protecção unicamente, como principio e base de sua administração.

Não cremos que o dr. Lauro Sodré possa sancionar um escandalo semelhante, quasi sem exemplo nos annaes da historia entre os que constantemente se praticam no interior.

O intruzo Intendente está sujeito às penalidades da Lei, e para exemplo torna-se necessario que ella se faça effectiva.

Os cidadãos que foram votados para Intendente e Vogaes do municipio de Almeirim, são os seguintes, como se vê da acta da eleição, remettida por copia ao Governador, da qual foi extrahida uma certidão e existe na secretaria do Governo:

³⁸ Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha II, republicano, porém crítico ferino dos governos federal e estadual, foi, em 1894, processado por injúria, preso e teve seu jornal “suspense por empastelamento”. (Cf. SALLES, 2001.)

Foram apurados os votos constantes que deo os seguintes resultados: Para Vogaes Miguel Claudio da Silva Saldanha, 109 votos, Antonio Quirino da Fonseca Junior, 109, Gustavo Rodolpho Vieira Lima, 109 votos. Para Intendente Manoel Maria da Silva Neno, 109 votos.

Como se vê não foi José Julio d'Andrade, actualmente no exercicio do cargo de Intendente votado, e só pelo mais solemne desprezo ao respeito da Lei vemol-o exercer um cargo electivo sem ter sido votado.

Consta-nos que o Dr. Director das Obras Públicas já levou este facto ao conhecimento do Governo.

Esperamos as providencias que o caso exige. (CORREIO PARAENSE, 1892, p. 3.)

Este foi, de modo sumário, o início da complicada situação fundiária até hoje sem solução e que pretendemos desvendar. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, o título de posse de apenas uma de suas glebas, a Fazenda Saracura, por exemplo, remetia a uma área de 2,6 milhões de hectares que, se cartografada conforme as descrições contidas na escritura, iria até o mar do Caribe.

Mesmo que o latifúndio “coubesse no país”, seria muito pouco crível a soma de tantas terras nas mãos de um só homem no vale do Jari, posta a sua relativamente densa ocupação. Na época em que José Júlio de Andrade começava a concentrar as terras, as principais atividades no Jari eram a coleta de castanha e a extração de seringa e balata, atividades que requerem mão de obra e desde há muito tempo atraíam migrantes principalmente do Nordeste. Ainda que não haja registros censitários da população da época, sabe-se ser um contingente significativo. João Gualberto da Costa, por exemplo, dizia existirem 600 estradas de seringa na região do Jari em 1888 (apud PINTO, 1986). Ele fala também dos “extensos igarapés que ‘levam as comunicações aos seringais mais distantes’, havendo ainda ‘estradas de rodagem, rudimentarmente abertas’, dando acesso aos ‘centros distantes à margem do rio’”. Isso sugere que a região já era, em 1888, muito habitada.

Os castanhais e seringais eram, então, explorados pelo sistema de **aviamento** que, por meio da exploração de seringueiros e castanheiros, ergueu imensas fortunas – ainda que efêmeras – por toda a Amazônia.

“Aviar”, na Amazônia, significa “fornecer mercadorias a crédito” (SANTOS, 1980, p. 159). Crédito, porém, praticamente sem dinheiro, baseado no escambo,

“a melhor modalidade de disfarçar a usura e outros meios de exploração” (SANTOS, 1980, p. 156). O aviamento era um sistema organizado em cadeia, bastante concentrador de renda: na base, o coletor, extorquido “até o ponto da intolerância fisiológica” (SANTOS, 1980, p. 162) e, no cume, as empresas exportadoras sediadas em Belém e Manaus, as principais beneficiárias do sistema, relacionando-se diretamente com o mercado internacional. Entre esses dois extremos, um ou mais “aviadores” eram responsáveis pelo fluxo de mercadorias até os extratores e da borracha até as “casas aviadoras”, de onde era exportada. Para Santos (1980, p. 163), nesse sistema, a menor parcela de excedente vinha da diferença entre os preços pelos quais o aviador comprava e vendia a borracha; sua principal fonte eram, na verdade, os lucros e juros gerados pela venda de bens de consumo ao extrator. Entretanto, para outros estudiosos – como Weinstein (1993) –, os preços extorsivos cobrados pelo aviador pretendiam, muito mais do que a aferição de lucro, um controle da mão-de-obra por meio do endividamento.

Eram muitos os mecanismos mobilizados para se obter esse controle. Na maioria das vezes, o coletor chegava ao seringal já endividado: eram-lhe cobrados os custos da viagem e as ferramentas necessárias para o trabalho. Além disso, devido ao isolamento e/ou coerção, os vínculos eram exclusivos com um aviador, que estabelecia tanto o preço pago pela produção, como o das mercadorias vendidas, restando ao seringueiro e ao castanheiro sujeitar-se. Estabeleceu-se, também, todo um sistema de punição e condenação, amparado pela polícia, para se evitar desvios e fuga dos envidados.

Diante desse quadro, não é difícil imaginar a insatisfação dos extrativistas com as condições de vida e de trabalho. Um dos indícios dessa insatisfação é o episódio ocorrido em 1928, do qual existem poucos registros, conhecido como Revolta do Cesário. Um grupo de trabalhadores tomou um barco e foi até Belém para denunciar os abusos cometidos por José Júlio de Andrade no Jari. Foi o episódio mais marcante, mas não o único, de insurreição popular contra José Júlio.

A partir da década de 1930, uma série de acontecimentos foi enfraquecendo politicamente o Coronel José Júlio de Andrade. O movimento tenentista estabeleceu-se em Belém, abalando o poder dos velhos políticos.

Magalhães Barata, governador do Pará nos períodos de 1930-35 e 1943-45, opôs-se a José Julio, ameaçando prendê-lo. O coronel, então, refugia-se no Rio de Janeiro e, em 1948, acaba por vender suas terras no Jari para um grupo de empresários, a maioria portugueses.

No “tempo dos portugueses” – como ficou conhecido o período pós-1948 –, cresceu a criação de gado, porém o extrativismo continuou como a atividade mais importante da região, inclusive em seu aspecto madeireiro, nas várzeas³⁹, juntamente com o transporte da produção extrativista. Perdurou o sistema de aviamento e as comunidades formadas por extrativistas, pescadores e pequenos criadores que, por meio do aviamento, participavam da estratégia do latifúndio.

3.2 O Projeto Jari

3.2.1 Daniel K. Ludwig

Daniel Keith Ludwig nasceu em South Haven, no estado norte-americano de Michigan, uma pequena localidade portuária à beira do Lago Michigan, em 1897 (PACE, 1992). Avesso à publicidade, deixou de falar com a imprensa na década de 1950, o que, provavelmente, contribuiu para gerar curiosidade, além de lendas e histórias em torno de sua figura – ao menos no Brasil, onde teve lugar seu projeto mais monumental⁴⁰. Ludwig foi um caso emblemático de “*self-made man*” (ou “*self-made billionaire*”, como repetem alguns textos sobre ele) e o número um na primeira lista dos 400 americanos mais ricos do mundo elaborada pela revista *Forbes*, em 1982 (KILACHAND, 2012).

Filho de um corretor de imóveis, o contato com barcos e navegação estava presente em sua família – seus tios eram capitães de navio e um dos pontos turísticos de South Haven, o Píer Ludwig, foi construído por seu avô. Dizem que começou a trabalhar ainda criança e, aos nove anos de idade, vendia

³⁹ A atividade madeireira ganhou expressão em todo Baixo Amazonas a partir da segunda metade do século 20, quando grandes serrarias se instalaram na região e passaram a explorar as florestas de várzea (BARROS; UHL, 1997).

⁴⁰ Há duas biografias publicadas em inglês, uma com o subtítulo “bilionário recluso” (ALEF, 2009) e outra “o bilionário invisível” (SHIELDS, 1986). Em uma das poucas entrevistas que concedeu, um repórter da revista *Fortune*, em 1957, concluiu que sua mais notável característica é a constante propensão para manter a boca fechada (ALEF, 2009).

pipoca e engraxava sapatos. Comprou, então, um pequeno barco naufragado por 75 dólares, o consertou e alugou por cerca de 150 dólares para turistas⁴¹.

Após terminar a oitava série, passou a frequentar a escola noturna e teve vários empregos relacionados à navegação e suprimentos para navios (PACE, 1992). Aos 19 anos, usando um empréstimo conseguido, principalmente, por seu pai, comprou um velho navio a vapor, que transformou em uma balsa para transporte de melão e madeira. Passou, então, a comprar navios velhos que pudesse reformar e usar no transporte de mercadorias (Idem). Sempre atrás de empréstimos, beirou a falência por mais de uma vez (ALEF, 2009).

Em 1936, fundou a National Bulk Carriers Inc. (empresa que seria o carro chefe de seus negócios), e sua sorte começou a mudar quando comprou um navio cargueiro, conseguiu um cliente para fretá-lo por 20 anos e convenceu um banco a aceitar o fretamento como garantia de um empréstimo. Acabou montando um estaleiro em Norfolk, no estado da Virgínia, que, graças à demanda gerada com a II Guerra Mundial, prosperou (ALEF, 2009). Ao final da II Guerra, Ludwig possuía a quinta maior frota de petroleiros dos Estados Unidos (PACE, 1992). Em 1951, arrendou um estaleiro japonês (Idem), aproveitando as oportunidades econômicas que o Japão do pós-guerra oferecia.

Tornou-se conhecido por sua habilidade de manejar empréstimos e investimentos⁴², e um dos primeiros defensores de “nunca arriscar seu próprio dinheiro quando se poderia usar o de outra pessoa” (WALLECHINSKY, 1980).

Durante as décadas de 1960 e 1970, diversificou suas atividades. Além de transporte, seus negócios passaram a incluir mineração, hotéis de luxo, empreendimentos imobiliários, entre outros, espalhados em mais de 20 países. E a National Bulk Carriers Inc. chegou a ser a maior empresa de transporte nos Estados Unidos e a terceira maior do mundo (HARVARD, s.d.).

⁴¹ Valores presentes em vários textos, como PACE (1992). ALEF (2009), por outro lado, apresenta outros valores.

⁴² O artigo do *The New York Times* publicado por ocasião de sua morte dizia ter Ludwig construído um “império dos transportes” a base de crédito – “shipping empire built on credit”, diz o autor (PACE, 1992).

O Projeto Jari não foi a única de suas aventuras monumentais⁴³ – embora, muito provavelmente, a maior delas. Em 1954 fundou, no México, a companhia Exportadora de Sal S.A., que ficou conhecida como “a maior companhia de sal do mundo”. Semelhante ao que aconteceu no Jari, uma localidade, hoje a maior do município, foi fundada para abrigar os trabalhadores levados para trabalhar na salina⁴⁴. Em 1960, comprou 4 mil ha de floresta no interior do Panamá, “limpou a terra e construiu estradas e pontes”⁴⁵, e 800 mil pés de laranja foram plantados pela Citricos de Chiriqui S.A. Em ambos os casos, os empreendimentos passaram, depois, para controle estatal⁴⁶.

Sobre sua atuação no Brasil, um jornalista americano resumiu a implantação do Projeto Jari de forma épica:

Mr. Ludwig and the foreign experts he brought in persevered, bulldozing existing forest, tapping deposits of kaolin and bauxite and building a 26-mile railroad, 3,000 miles of trails and roads and settlements that had 30,000 inhabitants by early 1982. Equipment imported to the enclave included a \$200 million pulp mill. (PACE, 1992)

Politicamente conservador, Ludwig era próximo a Richard M. Nixon e, dizem, exibia uma foto de Ronald Reagan em seu apartamento (PACE, 1992).

São muito comuns, ainda, os comentários sobre o que se consideram suas excentricidades. Apesar da fortuna que ergueu, se misturava na multidão ao caminhar por Nova York com sapatos baratos e uma mesma capa de chuva de plástico, que usou por anos, quando chovia. Voava na classe econômica e carregava a própria bagagem (ALEF, 2009).

⁴³ Beirando, talvez, a megalomania.

⁴⁴ Ver, por exemplo: <<http://www.guerreronegro.org/guerrero.html>>.

⁴⁵ Ver: <http://en.wikipedia.org/wiki/Daniel_K._Ludwig>.

⁴⁶ Em 1973, com rumores de que a Exportadora de Sal S.A. seria nacionalizada, Ludwig vendeu sua parte da empresa para a Mitsubishi. Posteriormente, o Governo do México assumiu o controle, ficando com 51% da empresa, a Mitsubishi ficou com o restante. Quanto a Citricos de Chiriqui S.A., quando já era propriedade do Estado do Panamá, faliu e foi a leilão em maio de 1991 sem receber nenhuma oferta (ver: “Auction Fails In Panama”, *The New York Times*, 24 maio 1991. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1991/05/27/business/auction-fails-in-panama.html?action=click&module=Search®ion=searchResults%230&version=&url=http%3A%2F%2Fquery.nytimes.com%2Fsearch%2Fsite%2Fsearch%2F%23%2FCitricos%2Bde%2BChiriqui%2F>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

Élio Gaspari, em um artigo de 1998, assim resumiu Ludwig:

Segundo a revista “Fortune”, tinha US\$ 3,5 bilhões. Era o maior armador do mundo, tinha minas de ferro na Austrália e de carvão na África do Sul, apartamentos em Nova York, hotéis no Caribe e uma cidade na Califórnia. Não tinha mulher nem filhos, não ria, detestava políticos e impostos. Tomava vodka com leite e voava na classe econômica. Um chato. (GASPARI, 1998)⁴⁷

É Glauco Carneiro, porém, que, ao falar com entusiasmo (e, mesmo, com deslumbramento) a respeito da personalidade de Ludwig, nos anuncia, como “incompreensões”, as críticas que tomaram corpo durante a década de 1970 e culminaram (como veremos adiante) com a nacionalização do Projeto Jari:

[...] um homem forte e determinado, que passava por cima das limitações burocráticas, quando todos os demais empreendimentos brasileiros a elas eram obrigados – por tudo isso e muito mais o Projeto Jari [...] levantou neste país uma onda de incompreensões. (CARNEIRO, 1988)

Ludwig morreu em agosto de 1992, aos 95 anos, e, sem herdeiros, deixou sua fortuna para o LICR Fund Inc., fundado por ele 20 anos antes, em 1971, com sede em Zurique. Este fundo é responsável por gerir seu espólio e financiar o Ludwig Institute for Cancer Research Ltd. (LICR), entidade sem fins lucrativos que promove e financia pesquisas para o combate ao câncer. Ludwig costumava ser discreto e misterioso com seus negócios, e não se sabe exatamente o quanto possuía na época de sua morte⁴⁸.

Em 6 de janeiro de 2014, seu nome chegou novamente às manchetes quando o LICR doou 540 milhões de dólares aos seis centros de pesquisa ligados ao instituto, localizados em diferentes universidades americanas⁴⁹. De

⁴⁷ Ludwig, na verdade, foi casado duas vezes. Uma filha de sua primeira esposa, nascida alguns meses após a separação, chegou a requerer judicialmente, sem sucesso, a condição de herdeira. De acordo com seus advogados, Ludwig havia deixado uma amostra de sangue congelada desde a década de 1970 já prevendo a necessidade de um futuro exame de paternidade, que, ao final, confirmou que Patricia não era sua filha. Cf. ARENA, Salvatore. “Court clips ‘heir’ claim to fortune”. *New York Daily News*, 19 jan. 1996. Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/archives/news/court-clips-heir-claim-fortune-article-1.721043>>.

⁴⁸ A revista *Forbes* avaliou sua fortuna em 1,2 bilhões de dólares em 1991, mas a *Fortune* não o colocou entre a lista de bilionários – cf. PACE, 1992.

⁴⁹ Segundo dados do próprio Instituto, já foram doados um total de 2,5 bilhões de dólares para pesquisas contra o câncer. Ver: “Ludwig Cancer Research bestows half a billion in new funding

acordo com a imprensa, esta foi uma das maiores doações, de uma única vez, destinadas ao combate à doença.⁵⁰

E foi em 1966 que esta peculiar figura voltou os olhos ao vale do Jari, dando início a uma das mais controversas das tantas narrativas de mega apropriações de terras na Amazônia. Entre todos os seus investimentos, o Jari é muitas vezes citado como o de menos sucesso⁵¹.

3.2.2 O Projeto Jari no contexto geopolítico voltado à implantação do grande capital na Amazônia

Em 1967, após alguns meses de negociação, Daniel Keith Ludwig compra a área e as três empresas pelas quais os portugueses atuavam no vale do Jari. O projeto de Ludwig, logo conhecido como “Projeto Jari”, visava à implantação de um complexo agroindustrial que tinha como carro chefe a produção de celulose em larga escala, principalmente para exportação. Também faziam parte do projeto plantação de arroz, criação de gado e mineração de caulim e bauxita.

No Jari, Ludwig pretendia se transformar no maior produtor de arroz e celulose para papel do mundo. Se ele realmente “botou na cabeça que a alfabetização dos miseráveis do Terceiro Mundo levaria a um brutal aumento da demanda de papel”⁵², como alguns defendem, ou não, o fato é que previu,

to six eminent U.S. research institutions”. New York, 06 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.ludwigcancerresearch.org/news/ludwig-cancer-research-bestows-half-billion-new-funding-six-eminent-us-research-institutions>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

⁵⁰ Ver, por exemplo, VALDMANIS, Richard. “Billionaire Ludwig’s estate donates \$540 million for U.S. cancer research”. Boston, 06 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/01/06/us-usa-cancer-ludwig-idUSBREA0504Y20140106>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

⁵¹ Cabe lembrar que Ludwig não foi o primeiro americano a se aventurar – e fracassar – com grandes projetos na Amazônia. Antes dele, Percival Farquhar (que comprou a Rio de Janeiro Light & Power, entre outras empresas brasileiras) constituiu a Madeira-Mamoré Railway Co. e, em 1911, recebeu do Governo brasileiro, *como doação*, 60 mil km² de terras no atual estado do Amapá. Entre as décadas de 1920 e 1930, foi a vez de Henry Ford fundar sua Fordlândia e tentar “fazer a civilização brotar da selva”. Também recebeu terras, desta vez, do governo do estado do Pará. Alguns elementos que exemplificam o esforço “civilizatório” presente no projeto de Ford podem ser rapidamente mencionados aqui: nos refeitórios de Fordlândia se servia carne em formato de hambúrguer e não se oferecia farinha de mandioca, uma séria afronta a cultura alimentar local e que parece ter sido o estopim do episódio que ficou conhecido como a Revolta de Panela. Guardadas as devidas diferenças, tanto Percival Farquhar como Henry Ford subestimaram as peculiaridades amazônicas e fracassaram em seus projetos econômicos.

⁵² Ver, por exemplo GASPARI, 1998.

corretamente, que haveria escassez mundial de fibras nas décadas de 1970 e 1980 (PACE, 1992). A intenção de Ludwig era fundar um projeto pioneiro, moderno e que serviria de modelo para o aproveitamento econômico da Amazônia, o que o fez cair nas graças do governo militar.

De acordo com Glauco Carneiro (1988), tanto Daniel K. Ludwig, o idealizador do Projeto Jari, como o consórcio de empresas nacionais que, como veremos, viria a assumir o Projeto em 1982 responderam a um chamado do governo brasileiro. O primeiro, no quadro dos “projetos de desenvolvimento” planejados para a Amazônia durante o regime militar no intuito de desenvolver e utilizar os recursos disponíveis “onde nada existia”⁵³. O segundo configurava uma tentativa de “salvar o Projeto”.

O “convite” do governo brasileiro a que o autor se refere é também citado por Octavio Gouvêa de Bulhões, Ministro da Fazenda do Governo do General Castelo Branco (1964-1967), a época em que Ludwig compra a área no vale do Jari⁵⁴. O que Carneiro chamou, aqui, de “convite” parece ter sido mais que uma abordagem direta a Ludwig – o que não podemos confirmar –, parte da política de atrair a iniciativa privada para a Amazônia, no contexto de um projeto maior, a “Operação Amazônia”, que visava, em linhas gerais, ocupar, desenvolver, “integrar” a Amazônia ao que se entendia como economia nacional. Como nos diz, de forma entusiasmada, Carneiro:

O Governo Brasileiro não se limitou a escrever esse chamamento, mas enviou dois emissários, de alto nível, ao mundo desenvolvido, para explicar, de viva voz, que se dispunha a apoiar, de todas as formas os investimentos que viessem somar seus capitais e experiência ao esforço nacional de ocupação econômica da Amazônia. Foram eles o jornalista e político Carlos Lacerda, que fez um giro pela Europa, conclamando esses investimentos, e o Ministro do Planejamento, Roberto Campos, que manteve contatos com os círculos financeiros internacionais, enfatizando que o governo instaurado em 1964 facilitaria

⁵³ Bulhões, Octavio Gouvêa de. “Apresentação”. In: CARNEIRO, 1988; p. 10.

⁵⁴ Ele toca no assunto citando Carneiro: “‘Foi aceitando o convite do Brasil que Daniel Ludwig decidiu-se a implantar o chamado Projeto Jari’. ‘A atenção de Ludwig voltava-se para a produção de celulose e de alimentos.’ Essa [foi] a intenção manifestada por Ludwig ao Presidente Castello Branco que a acolheu ‘declarando-se pronto a apoiar o Projeto’.” (Bulhões, Octavio Gouvêa de. “Apresentação”. In: CARNEIRO, 1988; p. 9).

de todas as formas a implantação de projetos que, integrados à política oficial brasileira, visassem a trazer para a civilização áreas do chamado “Inferno Verde”. (CARNEIRO, 1988, p. 26)

Assim, mais que um convite de fato, o que importa é, como veremos adiante, que o projeto de Ludwig se encaixou como uma luva nos planos do governo e foi, de fato, “acolhido” por este⁵⁵.

Duas décadas após a implantação do Projeto, em 23 de julho de 1979, o então Ministro do Interior, Mário Andreazza⁵⁶, disse à Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados:

O Projeto Jari não pode ser considerado como um elemento excepcional dissociado da nova estratégia amazônica [...]. Ele decorreu, como outros grandes projetos da Amazônia, do chamamento do Governo à Iniciativa Privada. Representa, o Jari, a implantação de um projeto de extensão inusitada, mas perfeitamente consistente com a dimensão amazônica. [...] Considerando, pois, esse novo quadro amazônico, em que a presença do Poder Público é cada vez mais atuante e incisiva, quer nas funções de apoio à iniciativa privada, quer como catalisador do desenvolvimento econômico, social e político da região, além de promotor da política de ocupação e valorização econômica de seu território, não pode o Projeto Jari, no meu entendimento, ser considerado como um fulcro ou elemento excepcional dissociado desse projeto. (Apud CARNEIRO, 1988, p. 27)

Na visão dos militares, a Amazônia era um vazio improdutivo a ser conquistado. Seu desenvolvimento viria com a instalação de grandes empresas, que foram atraídas com uma política de massivos incentivos fiscais. Neste período, muitas das grandes firmas existentes no Brasil compraram enormes extensões de terra na Amazônia: indústrias, bancos, empreiteiras, empresas de telecomunicação etc. O Projeto Jari era a realização de um desses programas

⁵⁵ O próprio Bulhões, conhecido por sua orientação liberal, alinhava-se ao grupo de economistas que acreditava caber ao capital estrangeiro “uma função decisiva e fundamental no desenvolvimento econômico” brasileiro, “dada a insuficiência da poupança nacional”. Para esses economistas, o favorecimento ao capital estrangeiro seria acompanhado da restrição à empresa estatal que, de certa forma, tenderia a estagnação da produção. (Cf. SARETTA, 2001.)

⁵⁶ Mário Andreazza foi Ministro do Interior de 1979 a 1985, durante o governo de João Figueiredo, e Ministros dos Transportes do Brasil de 1967 a 1974, no governo dos generais Costa e Silva, e Emílio G. Médici.

e, durante muito tempo, contou com amplo apoio do alto escalão do governo militar⁵⁷.

Nesse sentido, acreditamos que o caso do Jari permite lançar luz sobre o projeto dos governos militares para a Amazônia. Porém, o caso do Jari permite um passo além no tema, em especial, na análise da relação entre as políticas públicas para a Amazônia e sua concepção de propriedade privada da terra.⁵⁸

3.2.3 O Projeto Jari e os impactos na ocupação do vale

Com Ludwig, ocorre uma substancial transformação no Vale: introduz-se, ali, um novo modo de exploração dos recursos que não mais depende do sistema de aviação e, portanto, vai estabelecer outro tipo de relação com a mão de obra e com a população local.

Como aponta Greissing (2010, p. 49), com a chegada de Ludwig, houve, no Jari, uma “desorganização das redes de comercialização dos produtos extrativistas”. Em maio de 1975, a Jari desiste do arrendamento das filiais de castanha e outros extrativismos, e vai fechando todas as filiais (PINTO, 1986, p. 26). Pela primeira vez, o “grande projeto” instalado no Vale deixa de se ocupar do extrativismo, atividade exercida naquela região desde, pelo menos, o século XVIII.

Greissing menciona algumas das consequências das transformações trazidas por Ludwig: uma de suas primeiras ações foi a substituição de uma grande área de mata nativa por uma monocultura que pudesse abastecer a fábrica de celulose quando esta começasse a funcionar. Somente entre 1972 e 1979, 70 mil hectares de floresta foram derrubados com esse fim. A população ocupante dessas áreas teve que se deslocar, mudando-se para onde houvesse floresta, para a área urbana de Almeirim, para o Beiradão que se formava na margem esquerda do rio Jari (de que trataremos adiante), ou, ainda, para regiões mais distantes (PINTO, 1986). Poucos eram incorporados como mão de obra

⁵⁷ Além da bibliografia já citada, ver também a esse respeito: SILVEIRA, 1980 e PINTO, 1986.

⁵⁸ Na bibliografia indispensável para isto estão, entre outros, Octavio Ianni e Arioaldo U. de Oliveira. Especificamente sobre o Projeto Jari, ver: OLIVEIRA, 1995; PINTO, 1986; SAUTCHUK et al., 1981; GARRIDO FILHA, 1980; SILVEIRA, 1980; CARNEIRO, 1988.

nas atividades da empresa. Muitos permaneceram longe das áreas de onde foram expulsos até o final dos anos 1980, quando começaram a retornar, ocupando (e sendo novamente retirados) sistematicamente terras controladas pela empresa, mas não utilizadas por ela.

Outras restrições foram implantadas para que não fossem levantadas dúvidas sobre a propriedade das terras de que a empresa de Ludwig dizia ser dona: castanheiros foram proibidos de entrar em áreas por eles manejadas há décadas e, ainda em 1969, a Jari criou um setor destinado a impedir o ingresso de “estranhos” (aí incluídos representantes das famílias que outrora tradicionalmente ocupavam as terras), que funcionava como uma autêntica milícia privada (PINTO, 1986, p. 92ss.). Mesmo assim, isto não impediu que regatões continuassem a comprar castanha e madeira extraídas por moradores das comunidades tradicionais e nem mesmo que posseiros, atraídos à região pela possibilidade de trabalho na empresa, “tirassem”⁵⁹ terras em meio as áreas de floresta nativa (PINTO, 1986). Assim, as comunidades que não foram diretamente expulsas continuaram existindo, até hoje, adaptando-se às mudanças.

Em função das novas estratégias econômicas a orientarem a exploração do latifúndio e com a priorização de atividades agropecuárias e industriais que demandavam mão de obra, tornou-se necessária a contratação de milhares de trabalhadores para a derrubada da mata nativa e o plantio de florestas homogêneas na região de Monte Dourado, a sede administrativa do Projeto, bem como para a implantação do projeto de arroz e gado na região do rio Arraiolos (LINS, 1991). A Jari instaurou, então, um novo modo de recrutar mão de obra: estabeleceu uma rede de empreiteiras em estados do Nordeste e no sul/sudeste do Pará para aliciar trabalhadores dando início a um intenso processo de migração induzida. Assim, a região, que há mais de um século recebia migrantes, passa, a partir do início dos anos 1970, por uma profunda

⁵⁹ “Tirar” terra, ou “amansar” terra designa o ato de derrubar a mata, abrir um roçado, limpar o terreno e cultivá-lo. Quem tira ou amansa uma terra, possui, nessas comunidades, uma espécie de direito de procedência sobre a terra, que não deve se confundir com o direito de propriedade. Sua ocupação por outra pessoa está condicionada à permissão de quem a tirou ou amansou (MARTINS, 1998).

transformação ao ser o destino de milhares de maranhenses, cearenses, piauienses e migrantes de outros estados, a grande maioria homens entre 20 e 30 anos (PINTO, 1986).

Em 1974, para racionalizar a contratação de mão de obra e diminuir os problemas com a previdência social e com a crescente cobertura feita pela mídia nacional e internacional acerca dos problemas trabalhistas no latifúndio da Jari, foi criada a Serviços Agrários e Silviculturais Ltda. (Sasi), empresa que ficou responsável por conduzir o processo de contratação de mão de obra e distanciar a Jari dos escândalos (LINS, 1991, p. 152; PINTO, 1986).

Por conta da sazonalidade da demanda de mão de obra, a maioria dos contratos trabalhistas eram temporários (PINTO, 1986). Com exceção parcial aos garimpos existentes no alto curso do rio Jari, não havia alternativas de trabalho na região que pudessem manter ocupada essa imensa leva de trabalhadores quando os contratos terminavam, trabalhadores que, na maioria dos casos, não dispunham de recursos financeiros para retornar às suas regiões de origem (PINTO, 1986). Além disso, toda a estratégia de criação de silvivilas⁶⁰ adotada pela Jari para abrigar a mão de obra volante não foi bem sucedida, ou seja, mesmo os trabalhadores empregados, contratados formalmente ou não, não dispunham de infraestrutura de habitação adequada que os pudesse receber (PINTO, 1986, p. 106ss.).

Estas pessoas foram, então, se assentando na margem esquerda do rio Jari, no município de Mazagão-AP, em precárias condições, formando, desordenadamente, verdadeiras favelas sobre palafitas, apelidadas de Beiradão e Beiradinho.

⁶⁰ As Silvivilas eram pequenas localidades que dispunham de toda infraestrutura necessária (escola, supermercado, posto médico etc.) e abrigariam engenheiros, administradores, assistentes sociais, médicos, enfermeiros, capatazes, motoristas, operadores de máquinas e trabalhadores com suas famílias. Foram planejadas dez silvivilas no Pará e três no Amapá, porém, até 1982, havia apenas três: Planalto (1713 pessoas), São Miguel (1124) e Bananal, que acabara de ser construída (LINS, 1991, p. 157). Além disso, as casas destinadas aos trabalhadores braçais não dispunham, por exemplo, de fossa e água encanada (PINTO, 1986, p. 106). A maioria dos trabalhadores, principalmente os braçais, permanecia em acampamentos provisórios e em péssimas condições.

Todo esforço de induzir fluxos migratórios gerou, paralelamente, fluxos espontâneos e, partir da segunda metade dos anos 1970, à medida que cresciam o Beiradão e o Beiradinho, aumentou também o número de posseiros ocupando terras em várias regiões do latifúndio, processo que fugia ao controle da empresa, por maior que fossem os mecanismos de controle por ela utilizados (PINTO, 1986). Genericamente, a posse poderia ser “tirada” em área de mata virgem ou comprada de alguém que a tivesse estabelecido anteriormente. Multiplicavam-se, assim, sítios com roçados de mandioca e culturas anuais, além de outras benfeitorias. Parte das posses, quando descobertas pela empresa mesmo depois de vários anos, era violentamente destruída com a utilização do seu aparato de segurança privado. Depois de certo período, uma parcela desses posseiros voltava a ocupar novas áreas, sujeitando-se a ser novamente expulsos pela empresa (PINTO, 1986).

Contraditoriamente, quanto mais aumentava o uso da violência contra posseiros, menos a empresa parecia ter condições de comprovar a legitimidade dos seus títulos de propriedade da terra frente aos questionamentos que surgiam, conforme mostram os relatórios publicados a partir de 1978, discutidos no capítulo 4 “O enredo do latifúndio: análise documental”.

3.2.4 A nacionalização (de uma dívida)

Em 1982, após desembolsar 1,3 bilhões de dólares, acumular prejuízos e ver aumentar a pressão para que o Projeto fosse nacionalizado, Ludwig vendeu o Jari por 80 milhões de dólares para um consórcio de empresas brasileiras liderado pelo Grupo Caemi (Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração), uma *holding* de capital nacional tida como responsável pelos principais empreendimentos particulares de mineração no país.

Chamados pela revista *Veja* (1982, p. 70) de “cavaleiros do Amapá”, o grupo foi formado, entre outros, por: Construtora Andrade Gutierrez S/A; Banco Bamerindus do Brasil S/A; Banco de Crédito Nacional S/A; Banco Brasileiro de Descontos S/A (Bradesco); Construções e Comércio Camargo Correa S/A; Constran S/A; Banco Econômico S/A; Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A; Banco Itaú S/A; Banco Mercantil de São Paulo S/A; Banco Nacional de Investimentos S/A; Odebrecht S/A; Usina da Barra S/A; Sul América Cia. Nacional de Seguros;

Unibanco S/A (CARNEIRO, 1988, p. 63s.). Bueno (1989, p. 164) e Oliveira (1995, p. 30s.) destacam ainda: Atlântica, Boa Vista, Constran, Villares, Monteiro Aranha, Eluma, Ometto, João Fortes, Gomes de Almeida Fernandes e Mendes Júnior.

A transição se deu entre os últimos meses de 1981 e os primeiros de 1982. Augusto Trajano de Azevedo Antunes, então presidente do conselho administrativo da Caemi, foi chamado pelo próprio presidente da República para “liderar” o grupo (CARNEIRO, 1988, p. 64). A Caemi possuía empreendimentos tidos como bem sucedidos na Amazônia, como a exploração de manganês da Icomi (Indústria e Comércio de Minérios S/A) na Serra do Navio⁶¹, e a Amcel (Amapá Celulose), com 80 mil hectares de silvicultura de *pinus*, ambos no Amapá, e que teriam enfrentado problemas semelhantes aos do Projeto Jari (Ibid., p. 54s.; 64s.; passim).

A transição do Projeto Jari para o grupo nacional foi toda organizada pelo governo. Segundo Carneiro, um entusiasta dessa transição, “os 23 grupos empresariais brasileiros, ‘convocados’ pelo governo brasileiro, impregnaram-se de um sentido de ‘missão’, não de um propósito de negócio, de um investimento interessante” (CARNEIRO, 1988, p. 77 – ver também p. 13; 63ss.). Azevedo Antunes, por outro lado, em carta dirigida ao presidente João Figueiredo, quando aceita assumir o Projeto Jari, também fala em “missão”, porém, em tom bem menos heroico:

Entendo que recebi uma missão do Governo e permito-me lembrar que, ao se incumbir alguém de uma missão, cumpre propiciar-lhe também os meios indispensáveis para bem executá-la.

[...]

A consolidação do Projeto, com todos os benefícios políticos econômicos e sociais a esperar do mesmo, só poderá ser atingida se forem criadas condições para corrigir suas deficiências estruturais, que lhe fazem perder a competitividade em relação a outros produtores do país; se forem gerados recursos para dinamizar o Polo de Desenvolvimento do Jari, mediante exploração de todo seu potencial; e, principalmente, se o Governo entender que o Polo de Desenvolvimento é implantado pelo Poder Público,

⁶¹ Ver, a respeito, Oliveira (1995, p. 91).

que oferece incentivos à Iniciativa Privada para dela participar. (apud CARNEIRO, 1988, p. 78)

Assim, a passagem do Projeto Jari para o controle do grupo nacional recebeu apoio massivo do Banco do Brasil e BNDES:

Juntos, o BB e o BNDES colocaram mais de 200 milhões de dólares para cobrir dívidas deixadas por Ludwig. Além disso, o BB entrou sozinho com mais 180 milhões de dólares em ações preferenciais, sem direito a voto. Foi uma montanha de dinheiro público torrada na selva.” (CAVALCANTI, 1999)

Durante as décadas de 1980 e 1990, apenas em 1994 a Jari Celulose teve lucro (CAVALCANTI, 1999) e viu sua dívida chegar a 415 milhões de dólares (ROSENBURG, 2007).

3.2.5 O Grupo Orsa

A partir de 2000, o Grupo Orsa, umas das principais organizações brasileiras do setor de madeira, papel e embalagens, assumiu a área e a dívida acumulada pelo Projeto Jari. O Grupo é composto pelas empresas Jari Celulose, Orsa Florestal, Ouro Verde e a Fundação Orsa.

A divisão de celulose, instalada na Vila Munguba, em Almeirim, é a única fábrica do setor no mundo com certificação 100% FSC (Forest Stewardship Council), órgão reconhecido internacionalmente como o principal certificador de boas práticas florestais e sociais.

A Orsa Florestal é responsável por explorar o plano de manejo florestal que, certificado desde 2004 pelo FSC, é o maior projeto privado de floresta nativa tropical certificado no planeta, com aproximadamente 545.000 hectares.

Recentemente, o Grupo Orsa adquiriu o controle acionário da Ouro Verde, uma das empresas líderes do mercado de produtos florestais não-madeireiros que, na região, procura regular o mercado de castanha. As espécies oleaginosas e o cacau nativo estão entre seus projetos de prospecção (IFT; IMAFLORA, 2010).

A Fundação Orsa é a empresa social do grupo e trabalha no desenvolvimento de programas e projetos sociais, inicialmente relacionados aos temas infância e adolescência. Há cerca de cinco anos, começou a atuar na área

agrícola e florestal (ver: IFT; IMAFLORA, 2010), notadamente, onde há possibilidade de produção de eucalipto e extrativismo de produtos não-madeireiros.

Segundo o próprio Grupo Orsa, suas empresas atuam de forma integrada, incorporando modelos de ação economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos, numa visão ampliada de sustentabilidade que iria além do comprometimento com os negócios e com as comunidades onde eles estão inseridos, tudo com respeito à legislação nacional⁶². Porém as várias disputas judiciais e os inúmeros conflitos existentes com as comunidades do vale do Jari parecem contar outra história.

3.2.6 A formação de uma “elite local”

A despeito do fracasso econômico do Projeto Jari, as mudanças desencadeadas com a implantação do Projeto continuaram a todo vapor. Para se ter uma ideia da velocidade das transformações no vale do Jari, no intervalo de seis anos entre 1977 e 1983, a população de Monte Dourado passou de 2.096 para 8.500 habitantes. No Beiradão, nesse mesmo período, as estimativas são de um salto de 5 mil para 12 mil habitantes, e, no Beiradinho, de 884 para 4 mil (PINTO, 1986, p. 92).

Com o aumento da aglomeração nessas áreas, o estado do Amapá cria, em 1987, o município de Laranjal do Jari, que englobou o Beiradão e, em 1994, o município de Vitória do Jari, incorporando o Beiradinho. A maior contribuição para a composição da população desses dois municípios adveio dos fluxos migratórios de nordestinos relacionados à implantação e exploração, nos anos 70 e 80, do complexo agroindustrial da Jari. Como já dito, parte desses migrantes manteve vínculos trabalhistas, temporários ou não, com a Jari ou suas empreiteiras, outros jamais chegaram a trabalhar na empresa.

O Beiradão, em Laranjal do Jari, constituiu-se, assim, como alternativa de sobrevivência para um grande número de migrantes e posseiros expropriados que lá se empregavam nos comércios ou trabalhavam como pedreiros,

⁶² Ver: <<http://www.grupoorsa.com.br>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

carpinteiros, funileiros etc. Foi também no Beiradão que pequenos comerciantes começaram a se destacar e se tornaram médios e grandes empresários de Laranjal do Jari. De acordo com depoimentos colhidos em campo, em março de 2011, uma parcela deles chegou ali levada pela própria empresa: alguns trabalharam por longos períodos na Jari, passaram a prestar serviços a ela e, anos mais tarde, compuseram suas empresas; outros poucos nunca trabalharam para a Jari e conseguiram alguma estabilidade prestando serviços no Beiradão, muitas vezes nos garimpos, enquanto tentavam manter suas posses nas áreas rurais.

Alguns grandes e médios comerciantes, junto a alguns funcionários públicos graduados, são hoje os maiores posseiros e/ou detentores de terras na região da comunidade Estrada Nova, contribuindo com a expansão da pecuária por que passa essa região nos últimos 15 anos. Eles possuem de 200 a mais de 1000 hectares de terras (FOLHES; CAMARGO, 2011)⁶³.

A Estrada Nova, no entanto, é, hoje, uma das regiões em que a Jari mais incentiva o fomento florestal do eucalipto. Pecuáristas e a Jari vêm, grosso modo, conduzindo um tácito acordo: aqueles destinam parte de suas terras ao plantio do eucalipto e esta não move ações de reintegração na posse contra eles⁶⁴.

Recentemente, algumas ações movidas pelo Grupo Orsa contra pecuaristas que gozam de certa popularidade com os pequenos posseiros

⁶³ A partir dos anos 1990, com o acirramento da legislação ambiental, em vários momentos as posses passaram a ser incentivadas pela empresa, a partir da criação de projetos de colonização privada em áreas cuja titularidade é desconhecida. O objetivo por trás da colonização era o acesso à madeira para utilizá-la como fonte de energia na caldeira da fábrica de celulose. Nesse sentido, em 1994, foram criadas, com a ajuda da empresa, a COMPEJ (Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Jari) e a ACOPREN (Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Estrada Nova), para fins de facilitação de retirada de madeira das posses dos agricultores. A COMPEJ assentava as famílias e a empresa pagava ao escritório do IBAMA, criado em Monte Dourado em 1992, a autorização para fazer a derruba. O acordo previa que a Jari ficaria com a madeira e os agricultores indicados por ela com a terra, ficando sob responsabilidade da empresa a abertura e manutenção dos ramais. O acordo foi rompido em 1997, diante da negativa da empresa em fazer a manutenção dos ramais no momento em que a madeira em toda essa região já havia acabado. Como nunca houve repasse de documentação aos colonos, anos depois a Jari tentou persuadi-los a saírem dessas áreas, e hoje, tenta fazê-los aderir ao fomento florestal. (FOLHES; CAMARGO, 2011)

⁶⁴ Essa situação foi confirmada por vários dos depoimentos dados em uma audiência pública organizada em novembro de 2013 pelo Ministério Público Estadual do Pará com o objetivo de tratar dos conflitos entre posseiros e o Grupo Orsa.

levaram a mobilização destes, que, com apoio daqueles, denunciaram em cadeia nacional, numa entrevista à Rádio Amazônia, os problemas fundiários do vale do Jari.

As primeiras entrevistas realizadas em campo, em março de 2011 e novembro do 2013, sugerem que relações de compadrio e clientelismo entre grandes e pequenos posseiros na Estrada Nova venham reeditando vínculos de dependência social, favorecendo a concentração fundiária⁶⁵ em nome dos grandes e a migração dos pequenos para novas frentes de ocupação no interior do latifúndio ou seu assalariamento como peões nas fazendas de gado.

3.2.7 O Jari hoje

Do ponto de vista socioeconômico houve, no Jari, uma transição das atividades extrativistas de produtos não-madeireiros para o complexo agroindustrial orientado à produção de celulose e para extração madeireira nativa. Se, no seu início, as condições de dependência criadas em torno do aviamento regulavam as relações entre o “patrão”, José Júlio de Andrade, e os camponeses; durante o governo militar, o latifúndio experimentou uma fase de relacionamento contratual – formal e informal – entre grandes lavras de trabalhadores e uma grande empresa representante do moderno capitalismo mundial.

Depois de um período de intensa crise econômica nos anos 1980 e 1990, o empreendimento entrou numa nova fase: as duas estratégias anteriores foram retomadas e modernizadas sob o manto de certo capitalismo supostamente dotado de responsabilidade socioambiental. De um lado, foram mantidas e ampliadas relações contratuais entre as empresas componentes do Grupo Orsa e suas empreiteiras com os milhares de empregados que garantem a produção das florestas homogêneas, o fabrico da celulose e a extração de madeira nativa. De outro lado, há o discurso de inclusão social das comunidades sobrepostas à área de exploração da empresa, muitas vezes sem que se reconheça

⁶⁵ Aqui falo em “concentração fundiária” ou em “grandes” em termos relativos. Perto do imóvel do Grupo Orsa, as áreas que, aqui me refiro como concentradas, são insignificantes. Entretanto, tomando-se como referência a dinâmica entre camponeses e as “fazendas” instaladas, estes ganham contrastes e diferenciam-se socialmente.

oficialmente essa sobreposição – e sua contrapartida lógica, que são direitos territoriais⁶⁶. Em muitas comunidades ouve-se um discurso de parceria e dependência com relação à empresa, e ecoa, na boca dos camponeses, uma pergunta que também parte da Jari: “o que vai ser de nós se a empresa for embora?”. Assim, enfraquecido o sistema de aviamento, relações de dependência se repõem pela participação das comunidades em programas e projetos desenvolvidos pela empresa social do Grupo, a Fundação Orsa, que, em grande medida, ocupam o vácuo deixado pelo Estado. Assim, as famílias beneficiam-se dos projetos e da “permissividade” da empresa em aceitá-los na terra enquanto garantem o marketing social tão bem explorado pelo Grupo.

Não é nossa pretensão caracterizar a ocupação de terceiros no interior do latifúndio, mas é preciso notar que a imensa maioria dessas ocupações são posses ou detenções⁶⁷, pouquíssimos possuem título de propriedade da terra. Há, no entanto, algumas exceções: cerca de 120 títulos distribuídos pelo Iterpa nos anos 1990 em um trecho da Estrada Nova, e um ou outro caso isolado, como algumas titulações de naturezas diversas e algumas fazendas de gado nas várzeas, isso inclusive em áreas reivindicadas pela Jari.

Um dos fatores que desestimularam Ludwig a continuar o Projeto Jari, foi a dificuldade encontrada de regularizar as terras, mesmo com o apoio do

⁶⁶ Nas comunidades onde não há conflito declarado com a empresa e que podemos visitar em 2014, há, aparentemente, um respeito mútuo dos limites das áreas tacitamente reconhecidas como da comunidade e como da empresa. Contudo, essas comunidades não têm reivindicado junto ao Iterpa o reconhecimento de suas áreas de castanhal, o que significa que – cientes ou não do processo – estejam a abrir de mão do reconhecimento de seus direitos sob extensas áreas de terras de uso comum.

⁶⁷ A utilização da nomeação “posseiro” possui significados distintos. Na leitura sociológica, em alguns contextos ela é entendida como um segmento de campesinato que pode regionalmente ganhar outras nomeações, tais como: roceiro, sitiante, caipira, seringueiro etc. Já no entendimento jurídico de José E. Benatti, “posseiro é o ocupante de terra sem o consentimento de terceiro, seja em áreas públicas ou privadas, consequentemente, não possuindo título legal que lhe garanta o domínio da área que ocupa” (BENATTI, 2003, p. 192). Entretanto, adotamos aqui o princípio de que só uma situação admite a existência de posseiro em terras públicas, a descrita no art. 191, da Constituição Federal de 1988: “Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”. Afora essa condição, adotamos o entendimento de que não há posse em terras públicas, mas, antes, detenção.

governo militar. Como veremos no capítulo 4, em 26 de novembro de 1976, a Jari Florestal e Agropecuária Ltda., hoje Jari Celulose S/A, requereu ao Iterpa, por meio do processo nº 05562/76, a legitimação de 32 títulos de posse que, juntos, somavam 2.840.000 hectares. A empresa conseguiu comprovar a cadeia sucessória de 19 desses títulos, enquanto outros 13, inclusive o da Fazenda Saracura com seus 2.640.000 hectares⁶⁸, não cumpriram, na época, especificações e obrigações elementares⁶⁹.

As dimensões do latifúndio faziam, ainda, que sua legitimidade esbarrasse na legislação federal que limitava a aquisição de terras por empresas estrangeiras, que, além dos problemas de origem dos documentos, impedia que tal área fosse legitimada sem a aprovação da presidência da República e do Conselho de Segurança Nacional. Contudo, mesmo após a nacionalização do Projeto nada foi feito no sentido de resolver o problema fundiário.

Apenas em 2004, com o fim de acordos que flexibilizavam o licenciamento de exploração madeireira, de modo a permitir que o Ibama emitisse tais autorizações abdicando de documentação fundiária lúdima⁷⁰, o Grupo Orsa começa a se empenhar em tentar resolver a questão latifúndio, tanto por via administrativa, junto ao Iterpa, como por via judicial. Todos esses processos serão tratados em detalhe no capítulo 4. Por hora, importa observar que tem início, aí, uma sequência de processos, ainda em andamento, que expõem a fragilidade da argumentação da Jari em defender a totalidade da área como propriedade privada, bem como a ilegalidade da maior parte da documentação que ela apresenta.

Nesse contexto, em 21 de dezembro de 2006, as empresas Jari Celulose S/A, Orsa Florestal S/A e o governo do estado do Pará firmam um termo de compromisso, visando uma solução amigável para o conflito fundiário existente. Em tal documento, ficou consignado que o governo paraense aprovaria o plano

⁶⁸ A Fazenda Saracura será tratada no item 4.4.4.1.

⁶⁹ Como veremos no item 4.4.4, uma mudança posterior na legislação alterou essa situação.

⁷⁰ Sobre o que se procedeu em 2004 no sentido de o Ibama passar a exigir origem fundiária para aprovar planos de manejo madeireiro, veja-se TORRES, 2005, 2012.

de manejo florestal do Grupo Orsa⁷¹ e, em contrapartida, o grupo apoiaria a regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades no interior do imóvel sob sua pretensão. Assim, em 20 de agosto de 2007, foi assinado o termo de compromisso entre o Iterpa, a Orsa Florestal e a Jari Celulose visando “garantir a regularização fundiária das comunidades inseridas na faixa de abrangência do ‘Projeto Jari’ no município de Almeirim e possibilitar a continuidade da execução do plano de manejo florestal sustentável” (apud MPE, 2013, p. 6).

O plano de manejo seguiu – e segue – em atividade, mas muito pouco se caminhou no sentido de regularizar as áreas das comunidades.

Mesmo em meio às contestações de seu direito àquelas áreas, em 2010, a empresa obteve na Justiça Estadual uma leva de decisões a seu favor e contra os posseiros do imóvel, dando início a uma nova fase de violentas ações de reintegração de posse em várias comunidades do vale do Jari, levando ao chão benfeitorias e cultivos de dezenas de famílias de pequenos agricultores e alguns pecuaristas. E mais: o plano de manejo florestal, realizado naquelas áreas, não só continua em operação, como é certificado pelo FSC.

O termo de compromisso assinado entre a Jari Celulose, a Orsa Florestal e o governo do estado do Pará, vem permitindo a renovação do plano de manejo madeireiro, sem que a empresa cumpra sua parte no pacto, ou seja sem que as comunidades sejam regularizadas. É o que atesta o Ofício n. 153/2013, do Gabinete da Presidência do Iterpa, de 2 de fevereiro de 2013:

Conforme relatado [...] na última reunião ocorrida no dia 07 de novembro de 2012, na sede do Iterpa, resultou realmente comprovado o descumprimento, no Governo anterior, do Termo de Compromisso celebrado por esta Autarquia e as empresas Orsa Florestal S/A e Jari Celulose S/A, assinado em agosto de 2007, e que se destinava à garantir a regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais no âmbito do polígono de pretensão dominial daquelas empresas. (apud MPE, 2013, p. 159)

⁷¹ Já estava, então, em vigor a Lei 11.284/2006 que subtraía do Ibama e transferia aos estados a competência de licenciar os planos de manejo madeireiros.

Em 2014, mais um governo chegou ao fim sem que a situação fosse resolvida.

É também interessante notar outra forma de legitimação do latifúndio do Jari: a produção cartográfica que o retrata, principalmente aquela produzida pela própria empresa, mas também por organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas com o Projeto Almeirim Sustentável (IFT, IMAFLORA, 2010).

Em ambas, o produto cartográfico "traduz uma geopolítica de classe" que, como denomina Oliveira, dá visibilidade à dimensão territorial do latifúndio e à distribuição espacial das atividades produtivas e de preservação ambiental (principalmente quando retratadas pela empresa), e às potencialidades para o desenvolvimento de cadeias produtivas alternativas, vinculadas territorialmente a algumas comunidades inseridas no latifúndio, quando retratados, mais recentemente, pelas ONGs.

Tal cartografia impressiona mais pelo que omite do que pelo que representa.

No mundo das comunicações é atribuída a Roberto Marinho uma famosa frase que resumidamente diz "o mais importante não é a informação que se veicula, mas sim, aquela que não se veicula". Assim, se está sob uso geopolítico de uma cartografia produto de uma classe social determinada que a toma como instrumento de poder sobre aquilo que se quer representar. (Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entrevista em 26 jun. 2015)

Mapas podem ser entendidos enquanto um tipo específico de linguagem de poder e de discurso sobre o controle do território (ACSELRAD, 2008⁷² apud FOLHES; CAMARGO, 2011). Nesse sentido, a omissão, proposital ou não, do grande número de comunidades existentes no latifúndio, bem como das atividades produtivas de comunidades não parceiras da empresa que o controla, confere invisibilidade à maior contradição do latifúndio e, logo, ao maior conflito existente no seu interior: a presença histórica de milhares de pessoas que lutam por assegurar um pedaço de terra da qual depende sua sobrevivência. E, do

⁷² ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. 168 p. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n. 1).

ponto de vista da sobrevivência das comunidades ali existentes, essa cartografia torna-se, inevitavelmente, uma antítese do caminho de um “desenvolvimento sustentável” que supostamente se preocupa em representar.

O vale do Jari vem acumulando há mais de um século uma população que, quando não inserida nos grandes empreendimentos que ocuparam a região, vive de atividades marginais a estes ou nas áreas por eles deixadas de lado, de onde são expulsas quando a expansão da grande empresa exige terreno. Essa situação se perpetua e, ainda hoje, no latifúndio criado por José Júlio de Andrade, agora gerido pelo moderno Grupo Orsa, acontecem conflitos fundiários, e direitos elementares, como o acesso a saúde e a educação, são negados.

Só em Almeirim, o latifúndio abrange cerca de 60% da área municipal não destinada a unidades de conservação e terras indígenas. Isso faz presumir a dimensão da influência da empresa sobre todas as esferas do poder público local. E não é só isso, seus seguranças privados, por exemplo, controlam e limitam as atividades das comunidades no interior da área que a empresa reivindica como sua, ou acompanham incursões de oficiais de justiça em ações contra comunitários. O próprio Ibama chegou a designar funcionários da empresa para fiscalizar o cumprimento de autorizações de abertura de roçados (MPE, 2013).

Os vários prêmios de sustentabilidade ambiental e responsabilidade social conferidos à empresa⁷³ e a certificação concedida pelo FSC ao plano de manejo florestal acabam, na prática, por legitimar o latifúndio. Neles, as inúmeras irregularidades fundiárias e os conflitos socioambientais são omitidos, permitindo ao Grupo Orsa sustentar a alcunha de “empresa verde” e socialmente responsável.

Aliás, os procedimentos de certificação de produção florestal adotados pelo FSC vêm recebendo críticas em diversos países, inclusive por ignorar

⁷³ Ver, por exemplo: “Grupo Orsa recebe Prêmio Brasil de meio ambiente”. Disponível em: <http://www.fundacaoorsa.org.br/pt/arquivos/namidia/namidia_314176750.pdf>. Acesso em: 17 set. 2011; e “Sergio Amoroso, presidente do Grupo Orsa, recebe Prêmio ‘Faz Diferença’”. Disponível em: <http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=6908>. Acesso em: 17 set. 2011.

conflitos fundiários e apropriação indevida de terras (ver, por exemplo, BROERS, 2010).

Torna-se urgente que o problema fundiário, do qual decorrem outros conflitos, seja resolvido no vale do Jari, onde, há mais de 100 anos, trocam-se os “donos”, gestores de modernos grupos empresariais assumem o lugar antes ocupado pelos aviadores do extrativismo, mas perduram as amarras do imenso latifúndio.

O maior plano de manejo florestal madeireiro certificado do mundo está em operação no vale do Jari, sendo constantemente divulgado como exemplo de boas práticas socioambientais, apesar dos vários conflitos com comunidades sobrepostas à área pretendida, contra quem a empresa, costumeiramente, judicializa disputas. O latifúndio, revisado na agenda socioambientalista como meio de possibilitar o uso econômico responsável da floresta, surge na estrutura agrária da Amazônia, atrelado à preocupação ambiental e impedindo o acesso à terra a pequenos agricultores. E é premiado por isso.

4 O enredo do latifúndio: análise documental

Qual seria, de fato, o tamanho da área da Jari é uma pergunta que recebeu diferentes respostas ao longo do tempo. Trata-se da “mágica dança dos números” que acaba por “esticar” os limites dos latifúndios, nos termos de Treccani (2001, p. 237).

Ao vender todas as suas terras no vale do Jari, em 1948, José Júlio de Andrade não diz o tamanho total da área vendida. Estranhamente, essa informação tão básica para caracterizar os imóveis vendidos não está na escritura de compra e venda. Também não encontramos nenhum documento da época que afirme que essas áreas seriam contíguas.

Antes de efetivar a venda, José Júlio de Andrade pediu uma autorização ao governo do Pará para transferir os títulos de posse para a Empresa Jari Ltda. (Processo n. 0577/48 – ITERPA). Assim, em setembro de 1948, um engenheiro do Departamento de Obras, Terras e Vias do governo estadual analisou a documentação apresentada e, somando as áreas descritas em uma lista entregue por José Júlio, que reunia diversos tipos de documentos fundiários, chegou à extensão de 4.338.357 ha 42 a 88 ca (Ibid., p. 11), distribuídos entre o estado do Pará e o Território Federal do Amapá. Vale notar que, à época, o Território Federal do Amapá já havia sido administrativamente separado do Pará, o que ocorreu em 1943.

Em 1969, em um pedido de incentivos fiscais à Sudam, a empresa se declarou proprietária de 3.654.491 ha, sendo 579.013 ha no município de Mazagão, no Amapá, e 3.075.478 ha em Almeirim (OLIVEIRA, 1995, p. 22s.). No cadastro do Incra, em 1977, constava a declaração de 1.006.261,9 ha (430.039,6 ha em Mazagão e 576.223 ha em Almeirim) em nome da Jari (SAUTCHUK et al., 1981, p. 62). Acerca da “elasticidade” das dimensões desse imóvel, Oliveira ainda comenta que

Oficialmente, o que se sabe é que o projeto em si envolve em torno de 1.632.000 ha, mas a existência de documentos referentes a posses pode fazer aumentar esta superfície. Aliás, esta é uma das formas utilizadas pelos latifundiários para fugir do controle do Incra: manter as terras em nome de antigos proprietários.

Isto equivale dizer que as terras “santificadas” pelos governos militares para o Projeto Jari (uma superfície de 3.387.090 ha, equivalente a 33.870,9 km²) tornaram-se uma propriedade maior que os estados de Sergipe e Alagoas; maior que oito estados norte-americanos (New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Jersey, Delaware, Maryland); maior que muitos países tais como: Albânia, Bélgica, El Salvador, Haiti, Israel etc.; e maior que a soma da área ocupada por mais de 1,5 milhões de propriedades rurais no Brasil. (OLIVEIRA, 1995, p. 22s)

Em 21 de julho de 1997, Ronaldo Barata, então presidente do Iterpa, afirma que “inicialmente a empresa se considerava proprietária de cerca de 3,7 milhões de hectares, nos estados do Pará e Amapá”, e que “essa extensão, todavia, veio a ser posteriormente retificada, pela própria empresa, para 1,6 milhões de hectares, compreendida as áreas tidas como propriedade plena, os registros de posses sujeitos à legitimação e, por último, os imóveis aforados pelo Estado.”⁷⁴

De acordo com a tabela organizada por Carlos Lorena (ver Anexo 7.2), constavam, em 1980, 2.918.892 ha declarados em nome da Jari no cadastro do Incra. Em 1984, com a denominação Cia. Florestal Monte Dourado, a mesma empresa declarou possuir 1.682.227 ha ao Incra (Idem).

Na verdade, em 1979, Avertano Rocha, advogado da Jari⁷⁵, já havia admitido a incongruência desses números em depoimento à Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados:

Temos efetivamente títulos de posse que ultrapassam a 3.800.000 ha. Fazendo um levantamento da área, verificamos que, na realidade, esses títulos não podem ultrapassar [...] 1.600.000 ha, inclusive pela própria localização em que nos encontramos. (apud GARRIDO, 1980, p. 14)

O motivo dessa não possibilidade é explicitado por Avertano Rocha ao falar da Fazenda Saracura, sobre a qual trataremos no item 4.4.4.1: “sabemos

⁷⁴ Ofício n. 0316/97, já citado, dirigido ao Diretor de Desenvolvimento Regional do BNDES, que está entre as páginas iniciais do Processo n. 05562/76, sem numeração.

⁷⁵ “Avertano Rocha defendeu o Cecílio Rego de Almeida no projeto localizado em Altamira contestado pelo ITERPA por ser terra grilada” (TRECCANI, 2001, p. 238).

que, fisicamente, é impossível se colocar a Fazenda Saracura, com 2.400.000 ha, na região onde nos encontramos” (apud GARRIDO, 1980, p. 13). Mas o auge da naturalidade com que se trata a apropriação indevida de terras é apontado por Treccani:

O mesmo Avertano Rocha, em declaração à revista *Veja* (edição de 14.05.78) afirmava: “é difícil saber exatamente qual é a extensão do projeto, **pois limites só se definem com o tempo**” [apud SAUTCHUK et al., 1979, p. 62] (grifos nossos). Esta afirmação do representante da empresa representa perfeitamente o tratamento dado à questão fundiária: o que interessa não é a lei ou o direito, mas sim as conveniências e interesses dos proprietários. (TRECCANI, 2001, p. 238)

Não há, portanto, quem discorde da existência de discrepâncias e irregularidades na documentação das terras reivindicadas pela empresa.

A tomar pelo cadastro de imóveis do Incra de 2003 (que é declaratório, frise-se), não há imóvel registrado em nome da Jari. E, nas Estatísticas Cadastrais do Incra, de 1992, havia alguns poucos grandes imóveis em Almeirim, com 1.201.878 ha; 360.564 ha; 170.327 ha e 190.326 ha. As estatísticas divulgadas pelo órgão em 1998 repetiram os mesmos números, entretanto, nas Estatísticas Cadastrais de 2010 e de 2014 esses imóveis já não existem, virtualmente, por terem sido considerados terras públicas. Em Almeirim não havia nenhum imóvel com mais de 100 mil hectares.

Os títulos apresentados pela Jari que detalharemos adiante somam um total de 3.147.541,1438 ha⁷⁶, e dizem respeito apenas a parte paraense do latifúndio. Antes, porém, são necessárias algumas observações a respeito das dificuldades de se espacializar as informações contidas nesses documentos.

4.1 Dificuldades de espacialização

Para qualquer imóvel ser considerado uma propriedade privada, ele precisa, antes, ser destacado do patrimônio público, isto é, estar associado a um

⁷⁶ Vale notar que, em 30 de julho de 1997, a Jari vendeu parte dos imóveis Campos Saracura, Arumanduba, Santa Maria do Arumanduba, Santana, São Miguel e Pedreira (na área da foz do rio Arraiolos) para a D.D. Uliana Administração Industrial Ltda., constituindo a matrícula n. 4.532, fls. 33, livro 2-R do Registro de Imóveis de Monte Alegre, com uma área total de 22.353 ha.

documento em que se afirme que, por dada forma, ele deixou de ser terra pública para integrar o patrimônio de alguém. Nesse processo de destacamento de terras do patrimônio público, seja federal, estadual, ou municipal, precisam estar claras suas dimensões e sua localização. As terras hoje pretendidas pela Jari deveriam ter passado (como até foi o caso de algumas porções⁷⁷) por processo de medição e demarcação ainda no final do século XIX e início do XX, constituindo, para cada um dos imóveis, os então chamados “Autos de medição e demarcação”. Nesses Autos seria elaborada a descrição de limites a partir de coordenadas geográficas, fazendo-se acompanhar por plantas ou, ao menos, croquis mais precisos. Antes dos Autos de medição e demarcação, a **pretensão** de um particular de adquirir terras públicas (que, frise-se, por si só não configurava o destacamento do imóvel do patrimônio público) aceitava que o imóvel em questão fosse descrito a partir de marcos naturais ou simplesmente citando os confrontantes.

Os Autos de medição e demarcação constituem, então, processo indispensável para que determinada área seja reconhecida como propriedade. Instaurados há mais de cem anos, tais Autos relativos aos imóveis no município de Almeirim estão, em geral, bastante deteriorados e a maioria não conta mais com as plantas (ou croquis) legíveis. Mesmo nos casos em que elas se encontram em condições razoáveis, nem sempre é possível relacionar o imóvel ali representado com áreas hoje reivindicadas pela Jari, isso por conta da significativa ocorrência de posses homônimas e, também, das que tiveram seus nomes trocados ao longo da cadeia dominial, muitas vezes em razão de desmembramentos ou remembramentos. Como veremos, em muitos casos não foi, até hoje, possível reconstituir a cadeia dominial que liga essas posses aos imóveis hoje requeridos pela Jari. Para ter suas áreas legitimadas ou reconhecidas, a Jari deve, portanto, além de comprovar a cadeia dominial que leva o imóvel até ela⁷⁸, proceder ao mapeamento da área.

⁷⁷ Como veremos no item 4.4.2 “Títulos supostamente representativos de domínio”.

⁷⁸ Para os casos de legitimação de posse, a exigência para comprovação da cadeia sucessória diminuiu para os últimos 20 anos, contados a partir do pedido de legitimação. Isso se deu com a Lei n. 4.884, de 11 de dezembro de 1979, como veremos no item 4.4.4, que trata dos títulos de posse apresentados pela Jari.

Avançando no tempo para a década de 1970, o parecer do Departamento Jurídico do Iterpa (ITERPA, 1978), elaborado como parte do processo de legitimação de 32 posses iniciado em 1976 por iniciativa da Jari, indica a existência de um “mapa geral das terras que [a empresa] se diz titular” e confirma sua juntada ao referido processo:

Feita a juntada, a postulante voltou a requerer novamente a anexação de novas certidões relativas à comprovação dos liames sucessórios de algumas áreas cuja documentação se encontrava incompleta (Doc. fls. 445/453), e bem assim, do mapa geral de terras de que se diz titular. (Doc. fls. 454). (ITERPA, 1978, p. 03).

Esse mapa foi requisitado à empresa pelo Iterpa e, de acordo com uma lista assinada por um diretor da empresa em 30 de novembro de 1977, foi feito

na escala 1:250.000, baseado na Carta Planimétrica elaborada pelo Projeto Radam, com a indicação das posses cuja legitimação está sendo formulada, identificadas com a mesma numeração observada na petição protocolada nesse Instituto sob nº 05562/76 (Iterpa. Processo n. 1996/78180, p. 444)

Como explicado anteriormente, após a criação do Gebam, em 1980, esse processo de legitimação de posses, aberto a pedido da Jari em 1976, saiu da competência do Iterpa, sendo reaberto pelo órgão apenas em 1996, quando a questão retornou ao âmbito estadual, sem que tenha sido registrado qualquer encaminhamento por parte do Gebam nos anos em que esteve em seu poder⁷⁹. De volta ao Iterpa, o processo recebeu um novo número de protocolo, tornando-se o Processo 1996/78180, e nova numeração de páginas. Ocorre que, em algum momento desse percurso, esse mapa se perdeu e a folha onde ele estaria, a 454 da numeração antiga, não se encontra mais no processo.

Hoje, em meio a todo o conflito existente na área, o georreferenciamento virou “arma” na disputa e é tratado como um grande segredo. Nos processos em que a Jari requisita ao Iterpa reconhecimentos de domínio, por exemplo, há, em praticamente todos, indicações da contratação de serviços de georreferenciamento. Entretanto, nenhum resultado resta apensado ao

⁷⁹ O Gebam foi extinto em 1986, com o Decreto n. 92.678, de 19 de maio de 1986.

processo. A única exceção é o processo de reconhecimento de domínio do imóvel Santo Antônio da Cachoeira, do qual falaremos em detalhe adiante, que continha, em sua pasta, o relatório completo do georreferenciamento.⁸⁰

Obtivemos informações espacializadas em arquivos vetoriais que nos permitiram compor a base cartográfica desta dissertação, entretanto, por conta das dificuldades apresentadas, os mapas aqui constantes baseiam-se em informações que se mostraram confiáveis e que não entram em contradição substantiva com o que pudemos confirmar oficialmente, mas foram obtidas de modo “não oficial”. Em outros termos, obtivemos mapas elaborados pelo Iterpa, com o carimbo do Iterpa, fornecido por pessoas do quadro administrativo do órgão⁸¹, mas nunca em resposta aos pedidos oficiais e com base na legislação que garante transparência às informações públicas. Formalmente, a posição do Iterpa é a de que a informação cartográfica não existe no órgão.

A única base espacial “oficial” que obtivemos é o perímetro da suposta soma de todos os mais de uma centena de imóveis de que a Jari se anuncia proprietária. Suposta, pois, como veremos adiante, a extensão de cada um dos imóveis está cercada por incertezas. Esse perímetro pôde ser obtido na base de dados **declaratória** do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Note-se que os demais mapas são coerentes com o declarado pela Jari no CAR, não havendo, sequer, certos tipos de inexatidões muito frequentes, em geral provenientes de bases cartográficas distintas, como as de hidrografia, contorno de municípios etc. Isso é suficiente para nos levar a crer que todos os outros mapas a que tivemos acesso extraoficialmente tenham saído, também, da própria Jari.

Curioso, ainda, é que por diversas fontes, inclusive representações comunitárias contrárias à Jari, nos foi entregue o mesmo mapa, ora mais, ora menos detalhado, mas sem dúvida alguma, provindo da mesma origem.

⁸⁰ Também encontramos os relatórios de georreferenciamento de cinco aforamentos em seus respectivos pedidos de “Resgate administrativo”. Note-se, entretanto, que o CD-Rom contendo os arquivos digitais, bem como o relatório de georreferenciamento impresso, estavam soltos na pasta do processo, sem que tivesse sido feita a juntada oficial ao processo. Os aforamentos serão abordados no item 4.4.3 e Santo Antônio da Cachoeira no item 4.4.2.2.3.

⁸¹ Esses mapas encontram-se no Anexo 7.3.

Outra substantiva dificuldade, ligada a tema sobre o qual paira uma névoa de contradições e incertezas é sobre a extensão da área de cada um dos imóveis pretendidos pela Jari. Nem sempre especificada claramente pela empresa nos processos protocolados por ela, é faltante também, por vezes, nas matrículas dos imóveis ou – mesmo, é contraditória (certidões do mesmo imóvel trazem informações diferentes sobre seu tamanho). Nos casos omissos ou com informações conflitantes, entendemos como “área do imóvel pretendida da Jari” a dimensão constante na respectiva matrícula. Nos casos em que (estranhamente) as medidas também são ausentes na matrícula, recorremos aos documentos de origem, como os títulos de posse, com suas referências sempre aproximativas como “uma légua de frente por fundos correspondentes, mais ou menos”. E nos casos em que nem aí encontramos a informação sobre a dimensão do imóvel, a coletamos de alguma menção nos pareceres ou outras peças dos processos ou, ainda, fizemos o cálculo a partir dos mapas de que falamos anteriormente. A somatória das áreas dos imóveis prendidos pela Jari não coincide com a porção constante no cadastro declaratório do CAR, e não atinamos em quais documentos se baseia essa declaração de perímetro.

4.2 A unificação das matrículas

Em meio às tentativas de legitimação das terras no vale do Jari, está a unificação decorrente das fusões das transcrições e matrículas das terras das quais a empresa Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A se anuncia proprietária. Essa unificação, obtida administrativamente por meio de requerimento ao oficial responsável pelo registro imobiliário, deu origem à matrícula n. 4.554, denominada Gleba Jari I, com 965.367,45 ha, lavrada às fls. 01 a 03 do Livro 2-S, do Registro de Imóveis de Monte Alegre, em 11 de agosto de 1998.

Com base nessa unificação dos títulos, a Jari Celulose elaborou e apresentou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) um plano de manejo florestal a ser desenvolvido em 545 mil hectares pertencentes ao que seria a reserva legal do latifúndio, e que posteriormente passou a ser gerido pela Orsa Florestal, com base num contrato de comodato assinado entre as duas empresas.

A Promotoria de Justiça da Comarca do Município de Almeirim, porém, instalou a Ação Civil Pública 02/2001, com o objetivo de investigar indícios de fraude no processo de unificação das matrículas. Em 27 de fevereiro de 2004, o Provimento n. 001/2004, da Corregedoria das Comarcas do Interior, “Declara o cancelamento e bloqueio das transcrições e matrículas, registros e averbações dos imóveis rurais abaixo arrolados, referentes ao Cartório de Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Monte Alegre/PA”. Entre os motivos,

restou apurado a ocorrência de fraude por ocasião da unificação das áreas de terras da empresa Jari Celulose S/A. por meio da qual surgiu a Gleba Jari I, visto que **simples posses foram transformadas em propriedade**, em razão do quê grandes quantidades de terras devolutas do Estado passaram documentalmente para o domínio da empresa anteriormente mencionada. (sem negrito no original)

E outras ilegalidades:

a unificação antes mencionada [...] se realizou em desconformidade com a prescrição do art. 169 da Lei dos Registros Públicos, segundo a qual **todo assentamento imobiliário [...] deve ser efetuado no cartório da situação do imóvel**, o que não ocorreu no caso da unificação em questão, efetuada no dia 11 de agosto de 1998, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Alegre, quando já não era competente para a lavratura do ato, visto que o município de Almeirim, onde se situam as terras unificadas, deixara de integrar a sua circunscrição, isto desde o dia 08 de maio de 1990 [...]. (sem negrito no original)⁸²

A Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante argumenta que o cancelamento pode ser feito por via administrativa, sem necessidade de ação judicial, e conclui que

demonstrada a ilegalidade da unificação numa única matrícula dos imóveis supostamente pertencentes à empresa Jari Celulose S/A o cancelamento da mencionada matrícula torna-se imprescindível, conforme os termos do art. 214 da Lei dos Registros Públicos.

⁸² Fato curioso, a tabeliã do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre à época, Maria Diva de Almeida Lins, posteriormente afastada e punida, ser irmã de um dos diretores da empresa.

E ela determina que

as transcrições e matrículas que deram origem à referida unificação serão restauradas automaticamente, e aquelas cujos títulos forem possessórios serão também **canceladas**, diante da nulidade absoluta, enquanto que em relação aquelas decorrentes de assentos realizados com base em títulos supostamente de domínio impõe-se o **bloqueio**, até que judicialmente se possa dirimir a questão, onerando-se ainda, como medida lógica, o mesmo cancelamento dos registros e averbações constantes desses atos. (sem negrito no original)

Em 25 de janeiro de 2006, através o Acórdão n. 01/2006, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Pará decide que o cancelamento das matrículas não pode ser feito por via administrativa e que os registros anteriormente cancelados devem permanecer apenas bloqueados.

De fato, a matrícula unificada (n. 4.554) era composta, além de títulos de suposta propriedade, de títulos de posse, e, até, de títulos de aforamentos, todos registrados como se de propriedade fossem. Analisando os registros citados no Provimento n. 001/2004 com base em informações contidas em outros documentos a respeito dessas áreas, temos:

- 42 registros com origem em títulos de posse, entre os quais quatro que, segundo relatório de procurador do Iterpa de 24 de abril de 1978, são terrenos de marinha⁸³;
- 27 títulos de propriedade;
- 18 prováveis aforamentos;
- 04 registros de desmembramentos de imóveis com título de posse;
- 21 transcrições sem identificação.

Ainda sobre a prática – que não foi exclusividade da Jari – de se registrar como propriedades instrumentos tais como títulos de posses, vale lembrar que o Decreto nº 410/1891, primeira legislação paraense que regulamentou a questão fundiária, afinava-se à Lei de Terras de 1850 ao vedar o apossamento de terras devolutas, instituindo o instrumento do título de posse para o exercício

⁸³ De acordo com o procurador, estas áreas estariam cadastradas no Serviço de Patrimônio da União, livro PA-12, sob os nos. 2847 a 2851 (TOURINHO, 1978).

de tal controle. O fato, todavia, de essas posses serem tituladas ou legitimáveis, como dispunha, não significava domínio privado. Como explica Paulo Lamarão:

Para que essa posse, como todas as demais, fosse considerada domínio, era necessário, desde os meados do século passado [isto é, século XIX], que ela fosse **legitimada**. Isso implicava, sobretudo, que ela fosse demarcada, ocupada, e seu detentor pagasse os emolumentos da tabela em vigor no momento da legitimação. Desde 1891, portanto, os requisitos da demarcação, ocupação e pagamento do preço da terra, sempre foram indispensáveis para se obter o domínio de determinada área de terra cuja posse já houvesse sido contemplada com o respectivo título. (LAMARÃO, s/d., p. 98, sem negrito no original)

Também Girolamo Treccani expressa entendimento no mesmo sentido:

Os títulos de posse não constituíam domínio e deveriam ser confirmados pela autoridade competente (hoje, o Instituto de Terras do Pará – Iterpa), por isso, seu registro no Cartório de Registro de Imóveis, feito comum em nossa história, constitui um evidente crime, também porque, seria um absurdo jurídico que alguém tivesse reconhecido como propriedade algo que tinha como base uma mera declaração. (TRECCANI, 2001, p. 107)

Como dito anteriormente, o registro desse tipo de documentos como se fossem propriedades não se restringiu à Jari, tornando-se prática comum no Pará, como lembra ainda Lamarão:

O que sucedeu foi que esses documentos [isto é, os registros de posse tituláveis], a partir de 1917, quando tornou-se obrigatório o Registro Imobiliário com a entrada em vigor do Código Civil, foram levados a registro no antigo livro três (3), de Transmissão de Propriedade, após transitarem em Juízo em decorrência de inventários, execuções, hipotecas, ações demarcatórias etc. Oficial do Registro Imobiliário, desconhecendo a natureza da documentação e a legislação vigente, limitava-se a transcrevê-la, embora de boa-fé, irregularmente, no livro impróprio, gerando assim, a partir desse registro principal, uma cadeia sucessória **como se se tratasse de propriedade, quando na verdade não era**. (LAMARÃO, s/d., p. 98s., sem negrito no original)

O Provimento nº 13/2006-CJCI, coadunando com isso, também comenta que os títulos de posse, emitidos pelo estado ou pelas Intendências municipais,

“para se transformar em propriedade e serem aptos à matrícula no registro de imóveis, estavam sujeitos à legitimação” (PARÁ, 2006). O provimento também lembra que os títulos de posse que não tiveram seus pedidos de legitimação protocolados no Iterpa até 1996 caducaram, pois: “através do Decreto Estadual nº 1.054, de 14 de fevereiro de 1996, foi declarada a caducidade de todos os títulos de posse não legitimados.” (Idem).

Porém, independente de as matrículas estarem ou não unificadas, para efeito da discussão agrária que aqui se pretende, a pretensão da Jari pode ser considerada um único imóvel rural, a partir de critérios do Incra para definição do latifúndio regulamentados legalmente, como veremos a seguir.

4.3 Várias matrículas e um único *imóvel rural*

Os agraristas são uníssomos ao afirmar que a definição de **imóvel rural** no Direito Civil não é a mesma que lhe confere o Direito Agrário. Em primeiro lugar, a partir da óptica agrária, “a destinação que se dá ao imóvel ou a atividade nele exercida configura o principal elemento caracterizador do imóvel rural” (INCRA, 2011, p. 28), o que faria de sua localização (se em zona rural ou urbana), questão secundária. Em outras palavras, se o uso for caracterizado como rural, de **imóvel rural** se trata, independente de inserido em perímetro urbano. Entretanto, o que mais importa à discussão deste conceito para se pensar o latifúndio do Projeto Jari é outro elemento fundamental caracterizador do **imóvel rural**: sua continuidade, que, aliás, não implica, obrigatoriamente, a contiguidade espacial, mas, antes, a continuidade econômica e toma em consideração a unidade da exploração econômica.

No direito agrário, encontramos a formulação conceitual do **imóvel rural** na Lei 8.629, de 1993, que no inciso primeiro de seu artigo quarto, esclarece:

I – imóvel rural – prédio rústico de área contínua qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial.

E, esmiuçando o sentido jurídico de “área contínua”, segundo Chacpe, a Procuradoria Especializada do Incra entende que

A expressão “área contínua” é entendida pela doutrina como sendo a continuidade do empreendimento, da utilidade econômica extraída do bem, e não do aspecto puramente físico, material, de indivisibilidade do bem. (CHACPE, s/d., p. 9)

Daí depreendemos que, independente de seccionado por cursos d’água, estradas ou, mesmo por títulos fundiários distintos, para efeito agrário, consiste em um único imóvel:

[...] a realidade existente em campo se contrapõe à noção dada pelo Direito Civil de que o imóvel rural estaria relacionado à propriedade devidamente delimitada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Vale dizer que o conceito de imóvel rural é diverso e distancia-se da noção de propriedade rural. (INCRA, 2011, p. 29)

Inclusive, para fins de melhor conhecer o status fundiário nacional, o cadastro de imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) gerido pelo Incra deve ater-se a estes parâmetros para inscrever imóveis em seus bancos de dados.

Isso implica, eventualmente, em unificar num mesmo cadastro áreas com cadastros diversos, cancelando os demais, ou, eventualmente, cadastrar imóveis que embora com cadastro único, em campo são diversos, pois não possuem unidade de exploração econômica. Vale dizer, o cadastro do Incra não é de propriedades rurais, mas de imóveis rurais. O registro de propriedades é incumbência das serventias de registros de imóveis. (INCRA, 2011, p. 30)

Destarte, resta-nos bastante claro que o fato de o Projeto Jari estender-se sobre um mosaico de diversas matrículas independentes, perfaz apenas um **imóvel rural**, pois inegavelmente, há continuidade da exploração econômica. Note-se que, ainda que a atividade do Projeto não abranja toda a área pretendida, vale lembrar, por conta da legislação ambiental, para cada hectare usado, há outros quatro como reserva legal permanente, que, sem dúvida, são diretamente integrados na atividade econômica da porção em uso. Aliás, no caso do Projeto Jari, também podemos constatar – a partir do perímetro **declarado** pelo Grupo Orsa (hoje, detentor do Projeto) – que também há a continuidade física, como notamos no Mapa 1.

A propósito, no ato declaratório que consiste a efetivação do CAR, junto ao governo estadual, o próprio Grupo Orsa declarou os limites das dezenas de matrículas dos imóveis abrangidos pelo Projeto como se um único imóvel fosse por, como vimos, um único **imóvel rural** ser.

Vejamos agora, com mais detalhe, o conjunto dos imóveis dos quais a Jari se diz proprietária.

4.4 Análise dos imóveis sobre os quais a Jari alega direito de propriedade

Atualmente, o Grupo Orsa se diz dono de 916.602 ha de terras no município de Almeirim, cadastrados como um único imóvel, a gleba Jari I⁸⁴ (Mapa 1), de acordo com o sistema **declaratório** do Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁸⁵, em nome da Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A. Porém, se ao órgão ambiental a situação do imóvel parece estabelecida e regular a partir do que declara sua suposta proprietária, o mesmo não se repete em relação a sua

⁸⁴ De acordo com Cadastro Ambiental Rural n. 66.149, provisório, com data 02 fevereiro de 2012.

⁸⁵ O CAR foi criado pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, com o objetivo de, finalmente, se avançar na regularização ambiental de imóveis rurais (cf.: <<http://www.car.gov.br/#/sobre>>. Acesso em: maio 2014). Contudo, vem sofrendo duras críticas, tanto a respeito de sua efetividade no âmbito ambiental, quanto na sua relação com questões fundiárias. Grande parte das críticas decorrem do fato de ser um cadastro declaratório, com pouca ou precária ação prática no sentido de se verificar em campo as informações prestadas; com apenas a etapa declaratória já é possível o acesso às vantagens oferecidas em troca da adesão ao CAR, como crédito agrícola e suspensão de multas ambientais (ver, a esse respeito, ARAÚJO, 2014a, 2014b). Com relação às questões fundiárias, Eliane Cristina Pinto Moreira (2014), promotora do Ministério Público Estadual do Pará, alerta para o fato de o CAR ser um instrumento criado na área ambiental que não dialoga com os dados fundiários. Para a promotora, sua Instrução normativa (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014) está “completamente em descompasso com o Estatuto da terra”. Alguns dos problemas enumerados por ela são: 1) a definição de imóvel rural utilizada aceita que não haja nenhum tipo de uso da área a ser cadastrada, o que seria contrário à ideia de posse agrária ou de posse agroecológica; 2) não há nenhum limite para o tamanho das propriedades, o que desampara a erradicação do latifúndio tal como estabelecida no Estatuto da terra (BRASIL, 1964); 3) a exigência de comprovação da posse ou propriedade não é cumprida, sendo aceitos os mais diversos tipos de documentos e declarações, gerando conflitos e sobreposições; 4) a ideia de se facilitar a regularização fundiária de quem tem CAR põe de lado a prioridade de assentamento de famílias de trabalhadores rurais, tal como estabelece a Constituição do Estado do Pará; 5) segundo o novo código florestal, o registro de reserva legal no CAR desobrigaria a averbação no cartório de registro de imóveis da área de reserva legal, o que facilitaria sua redefinição ao longo do tempo, levando a instabilidade e incerteza da preservação.

situação fundiária. A esse respeito, a área reivindicada pela Jari é composta de mais de uma centena de matrículas que tiveram origem nos mais diferentes tipos de documentos, que vão desde propriedades registradas a aforamentos, passando por títulos de posse e até registros Torrens. Além disso, entre esses diferentes tipos há, ainda, os regularizados, os legitimáveis e os que apresentam vícios que põem em dúvida sua legalidade.

Pretendemos, neste capítulo, percorrer todos esses diferentes documentos que foram levados a registro procurando, no primeiro momento, indicar quais são instrumentos jurídicos com competência de transferir o domínio do patrimônio público para o privado e quais, apesar de terem sido levados a registro, não eram capazes de efetivar alienação dominial.

Nas pesquisas no órgão fundiário, o Iterpa, no Ministério Público Estadual e em processos judiciais, pudemos encontrar alguns documentos produzidos em diferentes épocas que analisam a situação fundiária desses diferentes imóveis. Esses documentos também explicitam como diferem entre si a avaliação dos diferentes órgãos a respeito da competência de os documentos apresentados pela empresa comprovarem ou não propriedade, e também como a postura de um mesmo órgão mudou ao longo do tempo.

É preciso lembrar que a área reivindicada pela Jari se estende pelos estados do Pará e Amapá. Porém, a intenção desse trabalho é tratar apenas da parte paraense, que se encontra no município de Almeirim. No Amapá, Território Federal até 1988, sob jurisdição do Incra, o caminho de regularização da área foi diverso e foge ao escopo deste trabalho. Mesmo a dinâmica de ocupação daquela área, à margem esquerda do rio Jari, apresenta especificidades se comparada ao lado paraense. Ali, por exemplo, foram criados dois municípios: primeiro Laranjal do Jari, com a divisão do município de Mazagão, e Vitória do Jari, desmembrado, em 1994, de Laranjal do Jari, ambos originados da ocupação motivada pela implantação do Projeto Jari. Houve ainda, em parte da área, a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari, em 1990.

No lado paraense, todas as áreas reivindicadas pela Jari estão sob jurisdição estadual, tal como informa um despacho do Setor de Cartografia do Iterpa datado de 26 de janeiro de 1978 (apud ITERPA, 1978, p. 03).

Conforme os preceitos constitucionais emanados da Carta de 1988:

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados: I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União; II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros; III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; **IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.** (sem negrito no original)

Considerando que a porção pretendida pela Jari está fora da faixa de fronteira, de terras arrecadadas pelo Incra por força do Decreto n. 1.164 de 1971, e, quase em sua totalidade, fora das áreas de marinha, presumimos como procedente a alegação do Iterpa de que tratam-se de terras sob sua jurisdição.⁸⁶

Os imóveis pretendidos pela Jari, com os quais trabalhamos e apresentaremos adiante obedecem, portanto, em sua maior parte, a legislação fundiária do estado do Pará⁸⁷. Aqueles situados na área dos terrenos marginais e acrescidos obedecem à legislação própria federal, uma vez que as supostas titulações deram-se todas após a transferência para o domínio estadual das terras devolutas pela Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891. E,

⁸⁶ Também não encontramos matrículas em nome do Incra, do SPU ou da União nas pesquisas no Registro de Imóveis de Almeirim em janeiro de 2014.

⁸⁷ Dos 32 registros com origem em títulos de posse, constam quatro que, segundo relatório de procurador do Iterpa de 24 de abril de 1978, são terrenos de marinha e, portanto, de competência do Serviço de Patrimônio da União (SPU). De acordo com o procurador, essas áreas estariam cadastradas no SPU, livro PA-12, sob os nºs. 2847 a 2851. Diz o relatório do procurador do Iterpa: “Verificamos a existência de transcrições de terrenos de marinha efetuados em 18/01/1949 às fls. 10v.; 11v. e 12v. do Livro 3-E [do Registro de Imóveis de Monte Alegre] sob o n. 830 e 831, com as denominações de São João, São Raimundo, Santa Maria ou Arumanduba e Cuieiras, citando somente os limites de confrontações. Verificamos, ademais, que todos esses terrenos estão cadastrados no Serviço de Patrimônio da União (SPU), Livro PA-12, sob os nos. 2847, 2849, 2848, 2851 e 2850, respectivamente, tendo como vendedor o senhor José Júlio de Andrade” (TOURINHO, 1978, p. 2). Entretanto, por se tratarem de porção relativamente bastante pequena em relação ao todo da pretensão da Jari e por conta de o escopo desta dissertação voltar-se às áreas sob legislação paraense, as terras registradas sob essas quatro matrículas não serão inseridas em nossa análise.

se trataremos essencialmente de terras supostamente alienadas sob o regime legal desse estado, importa, então, resgatar, ainda que brevemente, algumas peculiaridades do ordenamento jurídico fundiário implementado no Pará com o fim do Império.

Proclamada a República, a assunção da gestão sobre as terras paraenses (excluídas aquelas de jurisdição federal, a saber, faixa de fronteira e faixa de marinha) deu-se pelo Decreto Estadual n. 410, de 8 de outubro de 1891, que “regula a alienação das terras devolutas situadas nos limites do Estado do Pará, e dá regras para a revalidação de sesmarias e outras concessões do Governo e para a legitimação das posses mansas e pacíficas”. No geral, tal regulamento adota “a mesma sistemática da lei de terras nacional” (TRECCANI, 2001, p. 99). A grande novidade desse decreto, focada por todos os agraristas, é o instituto jurídico do “título de posse”, uma peculiaridade da legislação paraense.

O Pará introduziu na sua legislação um instrumento inédito no direito brasileiro: o título de posse, combinação originalíssima de **fato**, que era a **posse**, com o documento, que era o título. E como este se originava daquela, tornava-se evidente que a ela se subordinava e somente prevaleceria na medida em que a exercesse. (MENDONÇA, 1982, p. 37⁸⁸ apud TRECCANI, 2001, p. 102s., grifos no original).

Girolamo Treccani detalha como o Decreto 410, de 1891, especificava que os títulos de posse deveriam ser lançados em livros próprios e outros quesitos:

O prazo para que fossem apresentadas estas declarações era de um ano (Art. 132). Os registros de terras deveriam ser feitos na Repartição de Terras, localizada na capital, ou nas Intendências Municipais (Art. 116 do Regulamento). Eram previstos dois livros distintos, um no qual eram registradas as propriedades (cartas de confirmação de sesmarias e de legitimação de posses, cartas de sesmarias não demarcadas por licença do poder público e qualquer outro título de domínio como os definitivos de venda expedidos pelo governo) e outro no qual seriam registrados os títulos sujeitos a legitimação e reavaliações (Arts. 117 e 118). Ao permitir aos Intendentes Municipais a expedição

⁸⁸ MENDONÇA, Otávio. “O direito agrário e o desenvolvimento da Amazônia”. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, Belém, v. 15, n. 28, jan.-jun. 1982.

de Títulos (Arts. 116 e 120), se realizava uma descentralização administrativa que visava desenvolver o interior do estado. A municipalização da expedição dos títulos perdurou até a edição da Lei nº 1.108 de 06 de novembro de 1909, quando só o estado voltou a conceder as terras (Art. 161). (TRECCANI, 2001, p. 103)

Com poucas cartas de sesmarias (TRECCANI, 2001, *passim*), os títulos de posse foram o instrumento mais usado para destinação de terras públicas no estado do Pará no início da República. E uma quantidade enorme desses títulos sem legitimação permanecem, muitas vezes, registrados como se propriedade fossem, alimentando a grilagem no Pará, como veremos adiante.⁸⁹

Entretanto, uma falha comum nas grilagens é não atentar aos limites de tamanho estabelecidos pela legislação estadual. As Tabela 1 e Tabela 2 sintetizam as alterações nos limites impostos ao longo do tempo.

Tabela 1 – Limites federais para alienação de terras públicas

LEIS FEDERAIS		
Período	Diploma legal	Limite
01/01/1934	Constituição Federal de 1934 (art. 130)	10.000 ha
01/01/1937	Constituição Federal de 1937 (art. 155)	10.000 ha
18/09/1946	Constituição Federal de 1946 (art. 156 §2º)	10.000 ha
09/11/1964	Constituição de 1946, através da Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964, (art. 6º)	3.000 ha
01/01/1967	Constituição Federal de 1967 (art. 164 § único)	3.000 ha
17/10/1969	Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (art. 171 § único)	3.000 ha
01/01/1988	Constituição Federal de 1988 (art. 49)	2.500 ha

⁸⁹ Paraguassu Éleres, em publicação de 1983, estimava haver 57 mil títulos de posse não legitimados no estado do Pará (ÉLERES, Paraguassu. “Terras na Amazônia: ocupação e conflitos (2): um latifúndio empapelado”. *O Liberal*, Belém, 18 set. 1983, p. 28 apud TRECCANI, 2001, p. 107, nota 169). Treccani também registra que “não foram encontradas cartas de sesmarias confirmadas além do médio Amazonas, nem nos rios Tapajós, Jari e Araguaia e no sul do Pará” (TRECCANI, 2001, p. 62).

Tabela 2 – Limites para alienação de terras públicas estaduais

LEIS ESTADUAIS				
Período	Diploma legal	Limite para extrativismo	Limite para agricultura	Limite para pecuária
8/10/1891 a 23/04/1910	Decreto 410	545 ha	1.089 ha	4.356 ha
23/04/1910 a 18/11/1918	Decreto 1.686		30 ha	
18/11/1918 a 25/07/1931	Lei 1.741	1.089 ha	2.178 ha	4.356 ha
25/07/1931 a 10/03/1954	Decreto 397	4.356 ha		
10/03/1954 a 05/01/1966	Lei 762		100 ha	
05/01/1966	Lei 3.641		3.000 ha	

4.4.1 Os pareceres sobre a área

Uma completa análise sobre a documentação fundiária apresentada pela Jari está dividida em dois pareceres elaborados com uma diferença de quase 30 anos entre eles.

O primeiro, datado de 10 de julho de 1978, foi elaborado pelo Departamento Jurídico do Iterpa (ITERPA, 1978), como parte do processo em que a Jari solicita ao órgão, por meio do Processo n. 05562/76⁹⁰, a legitimação de 32 títulos de posse. Em 52 páginas, assinadas pelos procuradores Carlos Alberto Lamarão Corrêa e Constantino Augusto Tork Brahuna, são analisadas a situação jurídica de todos esses títulos, documentos de origem e cadeia dominial.

⁹⁰ Em diversos documentos esse processo é citado com o final “77” ao invés de “76”. Como essa é a numeração da capa do processo e deve corresponder ao ano em que ele foi protocolado no órgão, e isso ocorreu em 26 de novembro de 1976, optamos por sempre utilizar o final “76”. Quando este processo voltou para a competência do Iterpa após a extinção do Gebam, recebeu um novo número, tornando-se o Processo 1996/78180. Porém, ele ainda é conhecido e sempre referido como o “05562/76” – ou 77.

O segundo foi feito por um grupo de trabalho formado em 2006 pela Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE) e Iterpa (PGE, 2006)⁹¹. O grupo, coordenado pelo procurador Ibraim Rocha⁹², responsável, à época, pela Procuradoria Fundiária da PGE, analisou 50 títulos supostamente representativos de domínio e a documentação de 19 áreas de aforamento. Essa documentação foi apresentada pela própria Jari ao Iterpa e compõem: a) 50 processos de “reconhecimento de domínio”, cujo objetivo é obter, junto ao órgão fundiário, a confirmação de que esses imóveis configuram propriedade privada, ou seja, foram regularmente destacados do patrimônio público para o privado; e b) 19 processos de resgate de aforamento, que visam a consolidação do domínio, pelo enfiteuta, das áreas públicas aforadas pelo estado do Pará. Todos esses processos foram protocolados no Iterpa em abril de 2004, após a publicação do Provimento n. 01/2004, que cancelou a unificação das matrículas das áreas pretendidas pela Jari.

As atividades do grupo também previam a análise dos 32 títulos de posse dos quais trata o Processo n. 05562/76. Porém, o relatório foi finalizado sem que essa etapa tivesse sido concluída, e toma como válido o parecer do setor jurídico do Iterpa a respeito dessas 32 áreas (ITERPA, 1978). A situação dos títulos de posse é tratada apenas em linhas gerais e propõe-se diretrizes de encaminhamento.

⁹¹ Compuseram o grupo os procuradores: Ibraim José das Mercês Rocha, Carolina Ormanes Massoud, José Eduardo Cerqueira Gomes, Flávio Luiz Rabelo Mansos Neto, Lilian Mendes Haber, Clodoaldo Augusto Pinto Ribeiro, Artur da Costa Tourinho Neto, e Carlos Lamarão Corrêa. É preciso notar que, conforme expresso no documento, embora as análises dos representantes do Iterpa (os três últimos supra listados) tenham sido incorporadas ao relatório ao qual tivemos acesso, eles não o assinam e tal relatório é apresentado como uma análise dos procuradores do estado.

⁹² Trata-se do mesmo procurador estadual que assina a “Ação de inexistência de domínio e impossibilidade de reconhecimento fora da via administrativa”, de 21 de setembro de 2005, que fez frente à ação iniciada pela Jari Celulose visando a demarcação e aviventação judicial da Fazenda Saracura. Ele também era responsável pela Procuradoria Fundiária da PGE quando o governo do estado deu início à Ação direta de inconstitucionalidade que acabou por derrubar o art. 316 da Constituição do Estado do Pará e o art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que fundamentavam juridicamente a ação demarcatória ajuizada pela Jari. Trataremos mais detalhadamente desses processos no item 4.4.4.1, dedicado ao caso da Fazenda Saracura.

É preciso notar que o trabalho da PGE visava, sobretudo, verificar se as terras em questão pertencem ou não ao estado do Pará, ou seja, se são públicas ou privadas. Desse modo, não houve grande esforço na verificação das cadeias sucessórias dos imóveis analisados:

o Grupo [de trabalho] não se preocupou na presente análise em conferir a perfeição da cadeia imobiliária dos imóveis, até porque inexistentes nos autos, mas tão-somente em verificar se há ou não uma boa origem nos imóveis matriculados como propriedade privada. (PGE, 2006, p. 5s.)

Nesse ponto, nossa análise eventualmente diferencia-se das conclusões da PGE – sempre lembrando que intencionalmente nos esquivamos de questões de cunho estritamente jurídico. Casos em que, apesar de ter havido destacamento do imóvel do patrimônio público, ou seja, de não constituírem terras públicas, não há como dizer se tratar de propriedade da Jari, por conta de não estar comprovada a sucessão ininterrupta da cadeia dominial por meio da qual as terras teriam chegado à empresa. Se isso nos importa, o relatório da PGE é claro ao afirmar outro enfoque.

Com efeito, a PGE não afirma ou refuta a propriedade da Jari, mas, antes, limita-se a qualificar em terra pública ou privada, ressaltando que é responsabilidade da interessada comprovar os elos da cadeia e levam até ela.

Outra observação importante ainda sobre o trabalho da PGE é que, apesar de, segundo o próprio relatório, ter havido certa equalização de procedimentos⁹³, notamos diferenças entre níveis de exigência e protocolos adotados que importam nas conclusões geradas. Apenas a título de exemplo, observamos que, na maioria dos casos, outros membros do grupo fundamentaram suas análises em um nível de exigências menos acirradas se comparadas às do procurador Ibraim Rocha. Em casos em que a empresa requerente não apresentava o processo de origem do imóvel, Rocha

⁹³ “Para cumprir o seu papel, o Grupo realizou diversas reuniões de trabalho, na sede do ITERPA, onde foi deliberada a metodologia de trabalho, sendo definido pelos seus membros que os eventuais pontos de divergência jurídica sobre a análise dos documentos seriam postos em sessão e deliberados por votação aberta, a fim de unificar os procedimentos de conclusão dos trabalhos.” (PGE, 2006, p. 3)

demandava-o ao Iterpa para dar prosseguimento à análise. Caso o processo não fosse localizado, Rocha pautava-se pela validação da origem conferida pelo Iterpa para afirmar tratar-se de propriedade privada. Todo esse percurso, bem como as contradições apresentadas pela documentação analisada, é descrito com relativa clareza e detalhamento. Outros componentes do grupo de trabalho não tiveram esse mesmo cuidado na maioria dos casos. De modo geral, na ausência do processo de origem, ou mesmo do título de posse, documento imprescindível para dar início ao destacamento do imóvel do patrimônio público, a terra era considerada propriedade privada se o processo de legitimação de posse houvesse sido concluído, como foi o caso da análise do módulo Três Bocas, Laranjal, Goiabal e Pacoval. Em caso como esse, sem questionarmos a quem pende maior consistência jurídica, na avaliação que fazemos priorizamos o interesse do erário privilegiado nas análises mais rigorosas, até porque, atos praticados pelo poder público considerados ilegais, independente da instância estatal em que ocorra, são susceptíveis a novas análises. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, os crimes contra o patrimônio público estarão sempre sujeitos a ações de ressarcimento:

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. (BRASIL, 1988, art. 37)

Procuradores do Iterpa compuseram o grupo de trabalho, entretanto, curiosamente, não assinam o relatório da PGE⁹⁴ e acabaram por elaborar, em paralelo, um relatório próprio, datado de 18 de outubro de 2006 (ITERPA, 2006). Nesse documento, os procuradores do Iterpa propõem diretrizes gerais para o encaminhamento e regularização das áreas pretendidas pela Jari, sem analisar caso a caso. Esse mesmo trabalho ganhou uma nova versão em 2013, com pouquíssimas alterações (ITERPA, 2013)⁹⁵. As propostas contidas nesses documentos serão evocadas, sempre que pertinentes, ao longo da análise que apresentamos a seguir.

⁹⁴ A saber: Carlos Lamarão Corrêa (chefe da Procuradoria Jurídica do Iterpa), Clodoaldo Augusto Pinto Ribeiro (procurador do Iterpa) e Artur da Costa Tourinho Neto (assessor).

⁹⁵ Este, assinado por Carlos Lamarão Corrêa, como presidente do Iterpa.

Mapa 2 – Imóveis pretendidos pela Jari de acordo com o tipo de documentação apresentada

Como última advertência, cabe lembrar, ainda, que todos esses imóveis constam na escritura pública de compra e venda lavrada, em 24 de dezembro de 1948, às fls. 01 do livro n. 320 do Cartório de Notas Chermont, localizado em Belém, e transcrita, em 18 de janeiro de 1949, no Cartório de Registro de Imóveis do município de Monte Alegre, às fls. 07 a 11 do livro 3-E, sob o número de ordem 829, onde “Cel. José Júlio de Andrade e sua esposa vendem áreas de terras cobertas por títulos de posse e de legitimação de posse, e promovem a alienação dos títulos de domínio em favor da empresa Jari Ltda.” (PGE, 2006, p. 6), da qual a Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A é, hoje, sucessora.⁹⁶

4.4.2 Títulos supostamente representativos de domínio

4.4.2.1 Títulos de propriedade sem irregularidade constatada

Dos títulos apresentados como representativos de domínio pela Jari, em 38 casos⁹⁷ a PGE concluiu se tratar de propriedade privada sem qualquer irregularidade, ainda que em 11⁹⁸ deles as cadeias dominiais encontrem-se interrompidas. Ou seja, apesar de afirmarem-se como propriedade privada, não se pode caracterizá-las como propriedade privada da Jari. O tamanho dessas áreas varia de 66 a 3.751 ha, somando um total de 45.371 ha, dos quais 42.387 ha estão sendo reivindicados pela Jari⁹⁹. (ver Tabela 3)

⁹⁶ Ver, no Anexo 7.2, quadro com todas as alterações de denominação da empresa.

⁹⁷ São eles: Ilha [do] Laranjal; Fonte dos Macacos; Jupatitubazinho [ou Jubatitubazinho]; Santo Antônio dos Macacos; Ilha [dos] Parijós; Castanhalzinho [ou Ilha do Jupatitubazinho]; Ilha do Marajó [antiga Ilha do Tanaquera]; Ilha Jupatituba [ou Japatituba]; Laranjal dos Macacos; Japuna; Bananal; Boa Harmonia; Hespanhol; Capital; Alfaia; Boca do Jary; Segredo; Friaes [Friaes]; Bom Jardim; Rosário do Jari; Gogo do Guariba; Laranjal e Capinzal; Estirão do Caracuru; Goiabal, Pacoval, Tres Bocas e Laranjal; Boa Vista; Poção [Pução]; Jupatituba; Esperança do Arapiranga [Ilha do Arapiranga]; Saudade; Papudo; Porto Franco Xinguhy, Canaquera [Tanaquare] e Providencia; Campo Grande do Acaraçuçana [ou do Acariçaua]; Tucunarehy; s/d; São Bento; Axiahú; Ilha Grande do Comandary [Ilha do Comandahy] [Cumandahy].

⁹⁸ São eles: Jupatitubazinho [ou Jubatitubazinho]; Santo Antônio dos Macacos; Castanhalzinho [ou Ilha do Jupatitubazinho]; Japuna; Rosário do Jari; Laranjal e Capinzal; Poção [ou Pução]; Esperança do Arapiranga [ou Ilha do Arapiranga]; Porto Franco Xinguhy, Canaquera [ou Tanaquare] e Providencia; s/d (Processo 2004/96254); Ilha Grande do Comandary [ou Ilha do Comandahy, ou Cumandahy] e Cruzeiro.

⁹⁹ A diferença deve-se aos imóveis Ilha Grande do Comandary e Alfaia que possuem áreas maiores que as reivindicadas pela Jari, provavelmente por ter havido alguma partição da área. Dos 4.131 ha do documento de origem de Ilha Grande do Comandary, apenas metade está

Tabela 3 – Títulos de propriedade sem irregularidade

Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA¹	Instrumento de destacamento do imóvel do patrimônio público	DATA EXPEDIÇÃO	ÁREA (ha)
1	Ilha [do] Laranjal	n. 377, fls. 60, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	09/05/1921	65,9250
2	Fonte dos Macacos	n. 357, fls. 40, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	23/09/1915	78,1200
3	Jupatitubazinho [Jubatitubazinho]	n. 394, fls. 77, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	–	126,2388
4	Santo Antônio dos Macacos [ou Santo Antônio]	n. 388, fls. 71, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	23/04/1903	161,1787
5	Ilha [dos] Parijós	n. 378, fls. 61, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	07/12/1938	168,8400
6	Castanhalzinho [Ilha do Jupatitubazinho]	n. 390, fls. 73, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/12/1902	239,9133
7	Ilha do Marajó [antiga Ilha do Tanaquera]	n. 373, fls. 56, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	05/05/1914	243,0000
8	Ilha Jupatituba [ou Japatituba]	n. 380, fls. 63, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	28/06/1901	299,4487
9	Laranjal dos Macacos	n. 367, fls. 50, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	16/01/1901	312,2010
10	Cruzeiro	n. 371, fls. 54, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	12/02/1919	317,4600
11	Japuna	n. 392, fls. 75, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/12/1902	338,3780
12	Bananal	n. 356, fls. 39, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	10/10/1903	390,3251
13	Boa Harmonia	n. 372, fls. 55, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	04/03/1902	396,6330
14	Hespanhol	n. 389, fls. 72, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	19/05/1904	439,6442
15	Capital	n. 398, fls. 81, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	17/03/1903	459,3708
16	Alfaia	n. 391, fls. 74, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	10/10/1903	476,0046
17	Boca do Jary	n. 368, fls. 51, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	10/08/1904	506,0698
18	Segredo	n. 364, fls. 47, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/09/1938	568,6825
19	Friaes [Friaís] ²	n. 374, fls. 57, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	16/10/1901	588,0188
20	Bom Jardim	n. 383, fls. 66, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	29/04/1939	804,3875
21	Rosário do Jari ²	n. 365, fls. 48, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	06/02/1919	921,2500

sendo reivindicada pela Jari. O mesmo ocorre com Alfaia, cuja documentação apresenta área de 1.395 ha dos quais apenas 476 são reivindicados.

Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Instrumento de destacamento do imóvel do patrimônio público	DATA EXPEDIÇÃO	ÁREA (ha)
22	Gogo do Guariba	n. 366, fls. 49, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	29/07/1921	944,8500
23	Laranjal e Capinzal	n. 381, fls. 64, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	20/08/1901	998,5894
24	Estirão do Caracuru ¹⁰⁰	n. 4149, fls. 56, livro 2-P	Título de Legitimação de Posse	10/02/1919	1.013,8400
25	Goiabal, Pacoval, Três Bocas e Laranjal	n. 387, fls. 70, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	14/02/1906	1.123,3700
26	Boa Vista	n. 355, fls. 38, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/09/1938	1.170,2800
27	Poção [Pução]	n. 363, fls. 46, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	12/09/1938	1.334,3700
28	Jupatituba	n. 382, fls. 65, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/06/1900	1.395,5100
29	Esperança do Arapiranga [Ilha do Arapiranga]	n. 379, fls. 62, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	05/02/1919	1.676,7200
30	Saudade	n. 376, fls. 59, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	02/08/1921	1.854,2400
31	Papudo	n. 361, fls. 44, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	12/09/1938	1.951,6300
32	Porto Franco Xinguhy, Canaquera [Tanaquare] e Providencia	n. 359, fls. 42, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	03/10/1900	1.990,2000
33	Ilha Grande do Comandary [Cumandahy]	n. 397, fls. 80, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	17/05/1902	2.065,4400
34	Campo Grande do Acaraçuana [ou do Acariçaua]	n. 385, fls. 68, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	28/05/1937	3.048,3700
35	Tucunarehy	n. 369, fls. 52, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	11/05/1921	3.054,8600
36	Sem denominação ²	n. 352, fls. 35, livro 2-B	Título Definitivo de Venda de Terras	20/08/1938	3.442,0600
37	São Bento	n. 370, fls. 53, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	31/12/1937	3.669,7000
38	Axiahú	n. 358, fls. 41, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	15/09/1892	3.751,5300
Total					42.386,6330

¹ Todos os imóveis foram registrados no Cartório de Registro de imóveis de Monte Alegre, salvo quando houver indicação em contrário.

² Não encontrados no mapa.

¹⁰⁰ Em 31 de julho de 1989, os imóveis “Estirão do Caracuru” e “Porto Salvo” (item 5 da Tabela 5) foram fundidos em uma única matrícula atualmente sob n. 272, fls. 01, livro 2-B, do Registro de imóveis de Almeirim, somando as áreas duas áreas num total de 7.863,9004 ha. Como nos importa aqui discutir a origem de cada imóvel e, no caso desses dois, ela é bastante distinta, optamos por tratá-los separadamente.

Apenas em um caso, o do imóvel sem denominação própria com processo no Iterpa de n. 2004/96254, o documento de origem é um Título Definitivo de Venda de Terras¹⁰¹, datado de 20 de agosto de 1938, através do qual o estado do Pará aliena uma área de 3.442,06 ha. Todos os demais são títulos de posse que passaram pelo processo de legitimação de posse conforme o Decreto nº 410/1891 e converteram-se, portanto, a partir daí, em matrícula de propriedade imobiliária.

Desses 38 casos, 27 têm como beneficiário José Júlio de Andrade e foram emitidos pelo Iterpa entre 1900 e 1938. Três foram emitidos em nome de Martins Andrade & Cia, empresa que tinha José Júlio de Andrade como sócio, tornando-se ele proprietário desses imóveis da empresa após a sua dissolução. As outras oito áreas foram adquiridas por José Júlio de Andrade depois de legitimadas.

O problema mais comum identificado pela PGE na análise desses documentos foi a não localização, quando solicitados, dos processos de origem, onde restaria documentado o destacamento do imóvel do patrimônio público. Isso ocorreu em oito desses 38 processos. Contudo, todos esses títulos que têm origem em processos não encontrados nos arquivos do órgão responsável foram considerados válidos pelo órgão competente (Iterpa ou, anteriormente, pelo Departamento de Administração ou pela Divisão de Terras da Secretaria Estadual de Agricultura) em diferentes épocas.

Há ainda seis casos em que o talonário¹⁰² próprio onde estaria registrada a legitimação dessas posse desapareceu dos arquivos e o título foi restaurado pelo Iterpa, por via administrativa. Trata-se do Talonário de Legitimação de Posse n. 25. O que se diz no Iterpa é que ele foi extraviado antes mesmo da criação do órgão em 1975.

¹⁰¹ Título definitivo foi emitido em nome de José Júlio de Andrade, mas o primeiro beneficiário foi Marcos Athias. O processo de origem desse imóvel não foi localizado, porém, a Comissão Permanente de Análise de Documentos, informou em 04 de agosto de 2006 que: “diante do Relatório de Análise de Documentos n. 2.872, datado de 20 de janeiro de 2006, concluiu pela validade administrativa do título”, que foi homologado pela Presidência do Iterpa, confirmando a existência do Título Definitivo de Venda de Terras como descrito pelo arquivo.

¹⁰² Talonário é uma espécie de livro onde ficam registrados os títulos emitidos pelo Iterpa.

Figura 2 – Terra de Legitimação de Posse do imóvel São Bento

4.4.2.2 Títulos de propriedade com irregularidade

Dos 50 títulos de propriedade em que a Jari demanda reconhecimento de domínio há 12 casos em que foram constatadas irregularidades pela PGE.

4.4.2.2.1 Títulos de propriedade em desobediência ao limite máximo permitido pela legislação vigente

Em cinco casos o estado teria alienado áreas, em conformidade com alguns protocolos determinados legalmente, entretanto, com extensões maiores do que o limite máximo permitido pela legislação vigente.

Quatro desses casos são títulos de posse que passaram pelo processo de legitimação como especificava a lei, mas excedendo o limite legal da época de 4.356 ha. São eles: Cujahy ou Velha Pobre; Cajueiro e Serra do Almeirim; Pedreiras; e Conceição.

Vale notar o caso do imóvel Cajueiro e Serra do Almeirim, que teve o título de posse legitimado e foi levado a registro com uma área de 12.447 ha, 8.091 ha a mais que o limite estabelecido por lei. O título de posse desse imóvel já o descrevia com quatro vezes a área máxima permitida: “duas léguas de frente e duas de fundo aproximadamente”¹⁰³, quando o limite legal era de uma légua por uma légua (ou 4.356 ha). Podemos, assim, questionar a validade desse processo de legitimação de posse, uma vez que o procedimento administrativo não se deu em obediência a normativa vigente.

Esses casos, de acordo com a análise da PGE, deveriam ser reconhecidos como propriedade até o limite determinado por lei, cada um ficando com 4.356 ha. O que representaria uma redução acumulada de 12.449 ha. Porém, reconheceria com legítima propriedade da empresa um nada modesto quinhão de 17.424 ha.

O quinto desses casos é o imóvel sem denominação própria, Processo n. 2004/96309, não oriundo de um Título de Posse legitimado, mas de um Título Definitivo de Venda de Terras, instrumento que dispensava o procedimento de legitimação. Esse imóvel teria uma área de 7.297 ha. Também neste caso, a

¹⁰³ Registro de posses do município de Almeirim, livro 1, fls. 100.

PGE recomendou o reconhecimento como propriedade privada da área de 4.356 ha, dentro do limite legal.

Em resumo, esses cinco casos que, segundo a Jari seriam 37.171 ha de propriedade privada, para a PGE incluiriam 15.390 ha de terras públicas e 21.780 ha de propriedade privada. (ver Tabela 4)

Tabela 4 – Títulos de propriedade em desobediência ao limite máximo permitido pela legislação vigente

Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Instrumento de destacamento do imóvel do patrimônio público	DATA EXPEDIÇÃO	ÁREA DO TÍTULO (ha)	Área máx. legitimável para PGE
1	Pedreiras	n. 354, fls. 37, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	06/02/1900	4.905,0585	4.356,00
2	Conceição	n. 386, fls. 69, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	26/08/1938	4.977,4025	4.356,00
3	Sem denominação ²	n. 362, fls. 45, livro 2-B	Título Definitivo de Venda de Terras	20/08/1938	7.297,6300	4.356,00
4	Cujahy ou Velha Pobre [ou s/d]	n. 401, fls. 84, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	23/09/1889	7.543,4035	4.356,00
5	Cajueiro e Serra do Almeirim	n. 375, fls. 58, livro 2-B	Título de Legitimação de Posse	10/10/1903	12.447,2287	4.356,00
Total					37.170,7032	21.780,00

¹ Todos os imóveis foram registrados no Cartório de Registro de imóveis de Monte Alegre, salvo quando houver indicação em contrário.

² Não encontrado no mapa.

Entretanto, o fato de o título ter sido emitido em desacordo com a legislação da época caracterizaria vício de origem, de modo a ensejar sua nulidade, como seria passível de nulidade, hoje, um ato administrativo em que a União alienasse a um terceiro, sem autorização do Congresso, uma porção maior que 2.500 ha.

Aventamos, então, a aparente disposição da PGE em regularizar a situação fundiária com permissiva benevolência em prol da empresa. Como retomaremos adiante, onde tal postura se ratificará a partir de novos elementos trazidos à esta análise, a razoabilidade desse posicionamento da PGE é questionável não só se considerando o interesse do patrimônio público como o de milhares de famílias camponesas que ocupam área.

Mapa 4 – Imóveis com títulos expedidos com área maior que o limite legal*

***Nota:** Não pudemos identificar no mapa o imóvel sem denominação.

Figura 4 – Título Definitivo de Venda de Terras do imóvel “Sem denominação”

Pagou de sello 2.110\$000 na Recbe. Recbe. o título 0607
 dorã em 18 de Agosto de 1938. que se refere a presen-
 te título. Balanço 24/8/38
 Antunio Gato

avonil José Julius de Andrade e terras devolutas separa-
 das pelo igarapé Inferno, a partir da foz do igarapé In-
 ferminho, por uma linha quebrada de 34 elementos: 51° NW-
 180 ms; 5° NE-270 ms; 35° NW-400 ms; 79° NE-170
 ms; 21° NW-260 ms; 31° NE-260 ms; 42° NW-210 ms; 23°
 NE-250 ms; 21° NW-270 ms; este elemento possui "Boa Vis-
 ta" foz do igarapé Ferreira, da margem direita; 2° marco-
 37° NW-600 ms; 9° NW-220 ms; 27° NW-660 ms; 65° NW-
 360 ms; 43° NW-300 ms; 16° NW-540 ms; 62° NW-300 ms; 44°
 NW-280 ms; 17° NE-530 ms; 3° NW-420 ms; 70° NW-320 ms; 43°
 NW-440 ms; 6° NE-470 ms; 43° NW-490 ms; 11° NW-310 ms; 33°
 NW-200 ms; 8° NW-570 ms; 14° NE-640 ms; 42° NW-400 ms;
 0° NE-1000 ms; 24° NW-440 ms; 6° NW-950 ms; 0° NE-520 ms;
 12° NW-740 ms; 3° NW-420 ms; Esta linha quebrada liga o
 1° ao 3° marco, subindo o igarapé Inferno. Estas terras dis-
 criminadas com 4 marcos de cimento armado: o 1° na confluência
 dos igarapés Inferno e Inferminho; o 2° na confluência dos igara-
 pés Inferno e Ferreira; o 3° e 4° nos eixos da linha demarcadora de Santo
 Antônio da Cachoeira, as margens esquerda do Inferno e direita do In-
 ferminho, respectivamente. Estas terras testemunhadas por arvores e
 pedras; todos os rumos são verdadeiros, atendida a variação
 magnética local de 10° 30' W.

E tendo o citado comprador recolhido aos cofres da Recebedoria de Rendas do Estado a importância de
 34.500\$200, sendo, pelo custo
 do terreno a quantia de 33.028\$200, 1/2 brachagem 1.464\$000,
 vinte mil reis pelas despesas de edital e a de oito mil reis pelo feição do título; mandei que pela Directoria de
 Obras Publicas, Terras e Viação lhe fosse expedido o presente título definitivo de venda por mim assignado, em
 virtude do qual poderá gozar o dito comprador de pleno dominio sobre as terras requeridas com a extensão
 e confrontações acima designadas e constantes dos respectivos autos de medição e discriminação, que ficam archi-
 vados naquella repartição; e em consequencia, o mencionado Coronel José Julius
 de Andrade
 investido do direito de propriedade das ditas terras, nos termos e em conformidade das Leis n. 1741 de 18 de
 Novembro de 1918 e n. 1108 de 6 de Novembro de 1909, e sujeito aos onus estabelecidos no art. 15 desta Lei.

Dado na Directoria de Obras Publicas, Terras e Viação, em vinte (20)
 de Agosto de 1938

Documento Ilegível

O Interventor Federal
 (a) José da Gama Malcher

Título definitivo de um lote de terras devolutas, vendidas pelo Estado no municipio de
 São Carlos, 2ª circumscrição, passado ao Coronel José Ju-
 lio de Andrade.

O Director Geral,
 (a) Domingos Acatunassini e Nunes

O Secretario Geral do Estado,
 (a) Pedro de Alencar

Figura 5 – Título Definitivo de Venda de Terras do imóvel "Sem denominação" (verso)

4.4.2.2.2 O caso dos seis registros Torrens

Os imóveis Ubintuba, Porto Salvo, Santa Margarida, Gavião, Samahuma e Santo Antônio da Cachoeira apresentados pela Jari como de sua propriedade e que somam a área de 147.306 ha são registrados pelo sistema Torrens de acordo com suas matrículas. (Tabela 5)

Por ser essa modalidade de registro já apontada como, também, um sofisticado instrumento de grilagem (TORRES, 2008), importa fazer um resgate para compreensão do que consiste um registro Torrens.

Tabela 5 – Imóveis com supostas matrículas Torrens

Nº	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Instrumento de destacamento do imóvel do patrimônio público	ÁREA MATRICULADA	Área máx. legitimável para PGE
1	Gavião	n. 396, fls. 79, livro 2-B	–	1.309,3851	0,00
2	Ubintuba	n. 395, fls. 78, livro 2-B	–	3.197,1000	0,00
3	Santa Margarida	n. 393, fls. 76, livro 2-B	–	4.615,5700	0,00
4	Samahuma [ou Sumauma]	n. 399, fls. 82, livro 2-B	–	5.258,7651	0,00
5	Porto Salvo ¹⁰⁴	n. 400, fls. 83, livro 2-B	–	6.848,0604	4.356,00
6	Santo Antônio da Cachoeira	n. 360, fls. 43 do livro 2-B	Título de Propriedade	126.080,6600	4.356,00
Total				147.309,5406	8.712,00

¹ Todos os imóveis foram registrados no Cartório de Registro de imóveis de Monte Alegre, salvo quando houver indicação em contrário.

4.4.2.2.2.1 O registro Torrens

Inicialmente, importa apresentar a origem desta modalidade de registro imobiliário, o “Registro e Transmissão de Imóveis pelo Sistema Torrens” e como

¹⁰⁴ Em 31 de julho de 1989, os imóveis “Estirão do Caracuru” (item 24 da Tabela 3) e “Porto Salvo” foram fundidos em uma única matrícula (atualmente sob n. 272, fls. 01, livro 2-B, do Registro de imóveis de Almeirim) somando as duas áreas num total de 7.863,9004 ha. Como nos importa aqui discutir a origem de cada imóvel e, no caso desses dois, ela é bastante distinta, optamos por tratá-los separadamente.

seu uso por parte dos proprietários de terras transformou-se após sua implementação em 1889.

Segundo Ligia Osório Silva (2008), o Serviço de Terras, órgão encarregado da gestão fundiária após a vigência da Lei de Terras de 1850, defrontava-se com a dificuldade de discriminar as terras devolutas, ou seja, de separar o que seriam áreas públicas daquelas já alienadas e, portanto, de particulares. A autora comenta como depois de quase quatro décadas de vigência da Lei de Terras, o fracasso do Serviço de Terras na gestão das terras públicas era de reconhecimento público e notório e, a embasar a afirmação, a autora reproduz o último relatório elaborado pela inspetoria-geral do mencionado Serviço de Terras, em que esse confessa um limitado desenvolvimento na medição e na discriminação de terras devolutas, bem como nas ações de legitimação e revalidações de posses (Relatório da Inspeção Geral de Terras e Colonização, 1889, p. 79s. apud SILVA, 2008, p. 248).

A legislação que vigorava sobre o ordenamento fundiário¹⁰⁵, limitava-se ao registro de hipotecas, afinando-se à ideologia liberal a partir da qual a propriedade era valorizada. Assim, até o período imediatamente anterior à Constituição Republicana, o Brasil carecia de qualquer sistema registral que lhe desse as mínimas condições de ter controle sobre seu imenso estoque de terras devolutas. Além disso, até a citada Constituição, que veio a disciplinar que aos estados restaria o domínio das terras devolutas, isso era alvo de intensa contenda em que poderes centrais disputavam com oligarquias regionais a competência sobre a destinação dessas terras (SILVA, 2008). Nesse bojo, e no sentido de disciplinar a questão ainda no Governo Provisório, é implementado o Registro Torrens como uma forma de intervenção na questão.

O instrumento vinha importado da Austrália, onde havia sido implementado originalmente, em 1858, recebendo o nome de seu idealizador, o irlandês Robert Richard Torrens. No Brasil, é em 31 de maio de 1890, pelo Decreto no 451-B, regulamentado pelo Decreto no 955-A, de 5 de novembro de 1890, que entra em vigor o Registro e Transmissão de Imóveis pelo Sistema

¹⁰⁵ Lei Orçamentária nº 317, de 21/10/1843; Decreto nº 482, 14/11/1846; Lei nº 1.237, de 24/09/1864; Decreto nº 3.453, de 26/04/1865.

Torrens, como intento de regularizar a situação fundiária do país, em especial, de resolver as questões concernentes a

legitimação das posses, revalidação de sesmarias e seus respectivos registros; e, sobretudo, à discriminação, arrecadação e venda das terras devolutas do Estado, sobre as quais os processos de posse e ocupação aceleraram-se na segunda metade do século XIX, apesar da proibição expressa na Lei 601. (JONES, 1997, p. 147)

Rui Barbosa, na Exposição de Motivos do decreto que instituiu o sistema Torrens (BARBOSA, 1891, p. 291-313), argumentava com fervor que o novo sistema se caracterizava pela publicidade real e não apenas pessoal; segurança jurídica, ao permitir o expurgo de toda incerteza a respeito da cadeia de alienações, garantindo a continuidade do entrelaçamento dos sucessivos registros; valorização do título de propriedade, então depreciado pela interdependência das escrituras sucessivas de aquisição e transmissão; registro de todos os ônus reais incidentes sobre o imóvel.

O Torrens, basicamente, consistia no seguinte:

A depuração do título a registrar deve ser feita antes do registro, oportunizando-se a qualquer interessado obstaculizar seja o imóvel transcrito em nome de quem o está pretendendo. Mas essa oportunidade de oposição deve ser executada dentro de um prazo previsto em lei. A não-oponibilidade tempestiva significa que aquele que poderia se opor precluiu deste direito, trazendo como consequência jurídica o silêncio para todo sempre a respeito desta oposição. Em outras palavras, em vez de se permitir que após o registro os interessados fundamentadamente o desfaçam, se obriga que os mesmos ou, de logo, no prazo que o juiz lhes dá, impugnem fundamentadamente o registro ou, pelo silêncio, tem-se como renunciado implicitamente o seu direito de oposição, precluindo para todo sempre qualquer direito de reclamação. (Tupinambá Nascimento apud JONES, 1997, p. 150)

Diferente do registro ordinário, instituído pelo advento da Lei 3.071, de 1916, com sua entrada em vigor em 1917, que confere apenas a presunção de

propriedade¹⁰⁶, o Torrens conferiria um caráter absoluto à propriedade privada. Apenas por meio do Registro Torrens o adquirente garante-se com a presunção absoluta sobre a titularidade da propriedade imóvel registrada.

O Registro Torrens, após transcorridos os prazos tempestivos aos recursos que lhe possam ser opostos, tem a sentença transitada em julgado e, a partir dela, a matrícula aberta no registro de imóveis não pode mais ser desconstituída. Assim, se o registro tradicional é passível de ser cancelado em decorrência de se evidenciarem fraudes ou mesmo erros, o mesmo não se procede com o Torrens, e dessa condição abre-se, na prática, uma oportunidade à grilagem especializada, pois, como explica Jones, independente de se lhe provarem vícios de qualquer ordem e até má fé, o Torrens permanece inabalado e a propriedade não é, então, passível de ser questionada.

Esta sempre foi uma grande porta aberta à grilagem especializada, fundada nas brechas abertas pela lei e que, como foi evidenciado em nossa pesquisa de doutorado (Jones, 1997), aperfeiçoou-se, na medida em que os problemas fundiários se tornaram mais complexos e as terras, mais valorizadas. Essa modalidade “legal” e especializada de grilagem será cada vez mais desenvolvida com o suporte de verdadeiras assessorias jurídicas, tornando-se, em si mesma, um forte obstáculo aos processos de regularização fundiária e de reforma agrária. (JONES, 1997, p. 151)

Torres, (2008), registra o entusiasmo de juristas contemporâneos que vieram em defesa ao Registro Torrens, citando o jurista João Afonso Borges que, em publicação de 1960, mostrava “a excelência desse processo, que deveria ser largamente aplicado nos levantamentos topográficos e nas ações de divisão e de demarcação, auxiliado e complementado pelos processos comuns e preconizados no Código de Processo” (BORGES, 1976, p. 22¹⁰⁷ apud TORRES, 2008, p. 236.) e Ismael Marinho Falcão, quando escreve, em 1995, que o Registro Torrens é investido de “uma validade esplêndida na proteção do direito

¹⁰⁶ “No Brasil, um dos princípios que regem o registro de imóveis é o da força probante (fé pública) ou presunção. Os registros têm poder probante, eis que gozam de presunção juris tantum de veracidade. Trata-se de uma presunção relativa, pois o adquirente do direito real é tido como titular da propriedade imóvel registrada até que se prove o contrário, conforme determina o artigo 1.245, § 2º do novel código.” (FURLAN, s/d). Ver também, entre outros, FALCÃO, 1995.

¹⁰⁷ BORGES, João Afonso. **Terras devolutas e sua proteção jurídica**. Goiânia: Oriente, 1976.

à propriedade” (FALCÃO, 1995, p. 111¹⁰⁸ apud TORRES, 2008, p. 236) e, num tom salutar, garante que o Registro Torrens confere à propriedade privada um *status* intocável, garante à propriedade “o caráter de irrefragabilidade, vale dizer, contra a propriedade assim registrada a lei não admite possa contra ela haver qualquer ação de reivindicação. É a tranquilidade absoluta” (Idem). E, Torres (2008) seleciona, no Decreto nº 451-B, de 1890, onde isso fica explícito:

Art. 19 – Nenhuma sentença, ou mandado de execução terá efeito contra imóvel admitido ao regime deste Decreto [Torrens], enquanto não for averbada no livro da matrícula e mencionada a averbação na própria sentença, ou no mandado.

[...]

Art. 40 – Ninguém poderá produzir contra o registro contrato ou ato, de data anterior ao título que não tenha sido também registrado.

[...]

Art. 61

§1º – Desse fundo pagar-se-ão os créditos judicialmente reconhecidos, das pessoas que houverem sido privadas do domínio da garantia hipotecária, ou de direito real, pela admissão do imóvel, no todo, ou em parte, ao regime desse decreto, ou pela entrega de título, ou outra inscrição de ato, que obste a ação contra aquele a quem aproveitou o registro.

[...]

Art. 75 – Nenhuma ação de reivindicação será recebível contra o proprietário do imóvel matriculado. (Decreto n. 451-B, de 31 maio 1890)

Esse artigo 75 selava o caráter absoluto da propriedade registrada pelo Sistema Torrens, pois sequer se poderiam ser recebidas ações judiciais com o mínimo questionamento ao título.

Mesmo que tomemos o Registro Torrens como uma intenção de implantar um, ainda inexistente, sistema de registro imobiliário no Brasil¹⁰⁹, isso seria

¹⁰⁸ FALCÃO, Ismael Lima. Direito agrário brasileiro: doutrina – jurisprudência - prática. Bauru: Edipro, 1995.

¹⁰⁹ Para Torres (2012, p. 261), “No tocante ao registro de terras, as normas até então promulgadas, acompanhando a voga liberal de sensível valorização da propriedade imobiliária, restringiam-se apenas ao registro de hipotecas. De modo que, ao final do Império e no alvor da República, a inexistência de um sistema imobiliário satisfatório impunha a adoção de normas de eficácia nacional. Nesse contexto, proclamada a República, o Governo Provisório editou o Decreto no 451-B, de 31 de maio de 1890.”

questionável, uma vez que ser, em muitos casos, facultativo, uma vez que apenas as terras públicas alienadas após maio de 1890 e, eventualmente, os imóveis urbanos do Rio de Janeiro seriam obrigatoriamente sujeitos ao Registro Torrens. A todos os demais casos, o registro era optativo:

Art. 1º – Todo imóvel, susceptível de hipoteca ou ônus real, pode ser inscrito sob o regime deste regulamento.

Art. 2º – As terras públicas, alienadas depois da publicação deste regulamento, serão sempre submetidas ao seu regime, sob pena de nulidade da alienação; sendo o preço restituído pelo governo, com dedução de 25%. Serão também obrigatoriamente sujeitas ao mesmo regime, se o Governo entender conveniente, os terrenos e prédios da Capital Federal no perímetro marcado para o imposto predial.

Essa condição denotaria sua ineficácia frente ao descontrole fundiário instalado. Ainda assim, se entre seus primeiros intentos, esteve alguma intenção de constituir algum sistema de registro imobiliário, após a adoção, em 1917, do sistema de registro que, com algumas alterações, veio a derivar no que hoje está em vigor, o Torrens passa a configurar um sistema paralelo e restringir-se a blindar a grilagem de terras.

Torres reproduz o enredo como o Registro Torrens deixa de ser uma expectativa de aparelho registral e torna-se instrumento da grilagem:

na sequência imediata da Constituição de 1891, toma fôlego uma corrente doutrinária que defendia a inconstitucionalidade dos casos em que o registro Torrens era obrigatório, quais sejam, as terras públicas adquiridas. Em decorrência disso, o “Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 3 de agosto de 1895, declarou efetivamente essa inconstitucionalidade” (SILVA, 2008, p. 264)^[110].

A ideia de tal revogação firma-se ainda mais com o advento do Código Civil, em 1916, o qual, além de não mencionar o Registro Torrens, ainda ab-rogou, no artigo 1807, todas as normas jurídicas concernentes à matéria de direito por ele regradas. Os tribunais, então, decidiram no sentido da revogação das normas referentes ao Torrens (cf. BORGES, 1960, p. 20)^[111]. Sucedeu-lhe, então, o novo

¹¹⁰ SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed., Campinas: Unicamp, 2008.

¹¹¹ BORGES, João Afonso. **O Registro Torrens no Direito Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1960.

sistema registral estabelecido no Código Civil, de caráter obrigatório, mais dinâmico, mais amplo, adotando os mesmos princípios da universalidade, publicidade e continuidade do sistema anterior. (ERPEN, 1987, p. 64)^[112] Porém, o texto da Lei nº 3.446/1917, orçando a receita, levantou controvérsia sobre a vigência do Sistema Torrens (BORGES, 1957, p. 20)^[113]. Apenas com a edição do Código de Processo Civil de 1939, resolveu-se tal dúvida (ASSIS, 1974, p. 37)^[114] ao esclarecer-se que ambos os decretos de 1890 continuavam em vigor, exceto no que diz respeito ao direito processual, que passava a ser disciplinado pelos artigos 457 a 464 da nova norma processual. Ou seja, o Registro Torrens acaba por ser ressuscitado.

Posteriormente, o Código de Processo Civil de 1973, no artigo 1.218, manteve em vigor os artigos 457 a 464 do Código de Processo Civil de 1939, como procedimento especial, até serem incorporados em lei especial.

Por fim, a Lei nº 6.015/1973 incorpora, nos artigos 277 a 288, as regras do Sistema Torrens, repetindo os dispositivos do Código Processual anterior, o que importa afirmar que os Decretos nº 451-B/1890 e nº 955-A/1890 continuam em vigor (Ibid., p. 93) nos dispositivos em que não forem conflitantes com a norma de 1973, isto é, se ao registro comum competia apontar o proprietário, ao Torrens doravante era dado outorgar apenas a **garantia de invulnerabilidade da propriedade**.

Ou seja, se outrora desempenhava no sistema do direito imobiliário uma função substantiva, de ordenação e regulamentação, com a entrada em vigor do Código Civil e dos códigos processuais subsequentes a instituir um registro de imóveis, o Torrens passou apenas a agir como uma ferramenta a qualificar a propriedade de maneira a imunizá-la contra qualquer desiderato reivindicatório. Ao abandonar seu caráter pioneiro de instrumento jurídico implementador de um sistema registral para a garantia da segurança jurídica, da universalidade e da continuidade dos assentos registrais imobiliários, o Registro Torrens – em radical inflexão à sua concepção original – tornou-se apenas uma garantia absoluta de invulnerabilidade da dominialidade (TORRES, 2012, p. 267s., grifos no original)

¹¹² ERPEN, Décio Antônio. “O registro Torrens e o sistema imobiliário atual”. **Revista de Direito Imobiliário**, IRIB, n. 19-20, jan.-dez. 1987.

¹¹³ BORGES, João Afonso. O Registro Torrens no direito brasileiro. Goiânia, 1957.

¹¹⁴ ASSIS, Jacy de. *Processos de Procedimento Edital*. Faculdade de Direito de Uberlândia, 1974.

O Registro Torrens, assim, torna-se meramente alternativo e paralelo ao sistema registral vigente, após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 1939. E, como resgata Torres, um dos aspectos sociais mais flagrantemente indesejáveis do sistema foi sintetizado pelo agrarista Ismael Lima Falcão, justamente, ao fazer uma vigorosa defesa do instrumento:

A propriedade, uma vez admitida a registro pelo Sistema Torrens, estará perfeitamente saneada e esse saneamento perfeito da propriedade é, sem dúvida a grande e inabalável conquista desse tipo de registro, porque se trata de uma conquista do direito. Quantos proprietários rurais amargam, hoje, problemas sérios, quase irremovíveis, diante da política nefasta de determinados órgãos federais, que levantam dúvida sobre o domínio privado quarentenário antes da vigência do Código Civil, trazendo noites de insônia para empreendimentos de significativo valor econômico para a região onde se situam e para o próprio país, tão-somente para dar vazão a um sentimento discutível de proteção a determinadas castas, hoje sem motivo nenhum para acobertar tutela. Verdadeiro crime contra a propriedade privada que não teria guarida se estivesse essa propriedade sob a proteção do Registro Torrens. (FALCÃO, 1995, p. 113s. apud TORRES, 2008, p. 267)

Entretanto, os casos de Registro Torrens apresentados entre as pretensões da Jari não podem, segundo os próprios pareceres da PGE, serem considerados como tal, uma vez que há vícios de origem no processo que teriam derivado nas sentenças judiciais e, até, suspeitas da inexistência das próprias sentenças que teriam determinado a abertura das matrículas Torrens, como veremos adiante.

4.4.2.2.2 Ubintuba; Santa Margarida; Gavião e Samahuma

São quatro os imóveis matriculados pelo sistema Torrens, mas, definitivamente, não reconhecidos como propriedade pela PGE: Ubintuba; Santa Margarida; Gavião e Samahuma.

Esses quatro imóveis têm um histórico muito semelhante. Todos se originam de títulos de posse emitidos pela intendência municipal de Almeirim na década de 1890, sendo apenas um deles, Gavião, em nome de um terceiro; os outros em nome da firma Martins & Irmãos, que adquiriu Gavião após alguns

anos. Nenhum dos processos de origem foi localizado no Iterpa, ainda assim, tiveram seus respectivos títulos de posse considerados válidos pelo órgão, embora já caducos, uma vez que os prazos para sua legitimação já tinham se esgotado.

Foi a firma Martins & Irmãos a responsável pelos supostos registros Torrens, o de Samahuma emitido em 4 de abril de 1903 e os demais em 08 de outubro de 1909, todos emitidos pelo juiz da Comarca de Gurupá (Almeirim não era comarca na época). Lembrando que todas as áreas foram posteriormente compradas por José Júlio de Andrade.

Em todos os casos o registro Torrens seguiu o mesmo obscuro caminho: não houve o processo de legitimação de posse e o suposto processo judicial que teria resultado no registro Torrens não foi localizado. Assim, o sistema de garantia da idoneidade da propriedade (Torrens) foi conferido ao que, sequer, propriedade era, uma vez que os títulos de posse não estavam legitimados.

Não existe nos autos a reconstituição do processo do registro Torrens e, mesmo que houvesse, seria impossível aos titulares proceder tal registro antes de ter requerido a legitimação de posse do título originariamente perante o Estado, na forma do § 5º da Lei Estadual n. 82, de 15 de setembro de 1892, Lei de Terras Estadual, e seguido os trâmites legais. Destaca-se que é condição necessária para que exista a possibilidade de registro Torrens que o mesmo seja instruído com a prova da área já se constituir propriedade. (PGE, 2006, p. 14)

O trecho se refere ao imóvel Samahuma, mas é válido também para Ubintuba, Santa Margarida e Gavião.

Parece, assim, ter havido a intenção de legitimar a área por meio do registro Torrens, à revelia das normas estabelecidas para sua emissão. Isso fica evidente no modo como tal processo é citado nos documentos relativos aos imóveis que foram levados a registro imobiliário. A escritura pública que trata da venda das terras de José Júlio de Andrade para a empresa Jari Ltda., por exemplo, fala em “Título de Legitimação [...] expedido nos termos da ‘Lei

Torrens”¹¹⁵. Ou a certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Mazagão informando que a posse Gavião foi “demarcada judicialmente com 3.499 ha 96 a 75 ca^[116], registrado no sistema Torrens” (apud PGE, 2006, p. 30).

E, reformulando o dito anteriormente, o processo de registro Torrens profere um sólido reconhecimento à propriedade que se prove impoluta. Entretanto,

não constitui o direito de propriedade, o que somente o processo de legitimação poderia fazer, pois tal procedimento é apenas um *modus operandi* registral e nada mais, não sendo procedimento de constituição de domínio. (PGE, 2006, p. 14, sem negrito no original)

Além disso, ainda houve tentativa de aumentar as áreas desses imóveis. O título de posse do imóvel Samahuma, por exemplo, o descreve com apenas 200 ha: “Área: um kilometro [sic] de frente por igual tanto de fundo em uma margem do Igarapé Tucunarehy e a mesma na outra margem frente em frente”¹¹⁷. Novamente, vemos o comum recurso da grilagem de se registrar ilegalmente títulos de posse como se fossem propriedade. Nesse processo, além de se forjar o destacamento do imóvel do patrimônio público, ainda comumente se aproveitava para registrar áreas maiores que as contidas no título original:

É importante registrar, por relevante, que a situação do imóvel denominado "Samahuma" se assemelha aos milhares de títulos de posse espalhados por diversos municípios paraenses, até hoje em grande circulação e erroneamente apresentados como documentos representativos de domínio, e que, neste caso, forja-se a existência de suposto registro Torrens para alargar a sua dimensão. (PGE, 2006, p. 13)

¹¹⁵ Cf. “Certidão da Escritura pública de venda e compra de diversas sortes de terras situadas no município de Almeirim, deste estado, entre as partes vendedores o Coronel José Júlio de Andrade e sua mulher, e compradora a empresa Jari Limitada como segue”, livro 320, fls. 01 [24 dez. 1948]. 1. Ofício de Notas Cartório Chermont, Belém, 17 mar. 1989; p. 14.

¹¹⁶ Essa área corresponde ao registro da área total do imóvel, que se estende entre Pará e Amapá às duas margens do rio Jari.

¹¹⁷ Registro de Posse do município de Almeirim, livro 02, fls. 94v. e 95 (Arquivamento 773)

Mapa 5 – Imóveis com supostos registros Torrens

As imprecisões nas descrições e indicações de localização dessas áreas, tendo como referência marcos naturais, também favorece esse tipo de fraude.

Sendo nulos os registros Torrens, restariam os títulos de posses que, como dito, foram considerados válidos pelo Iterpa. Entretanto, mesmo esses não mais teriam efeito para fins de transferirem terras públicas à Jari, pois devem ser considerados caducos desde 1996:

Com a edição do Decreto Estadual n. 1054, de 14 de fevereiro de 1996, expirou definitivamente o prazo para a legitimação dos títulos de posse, cessando a expectativa de direito dos detentores que, até aquela data, não tivessem requerido o benefício junto ao Iterpa, com fundamento no artigo 29 da Lei n. 4584/75, o que ocorreu, também, em relação à referida posse relacionada no processo nº 2004/96527 [Samahuma], pois o requerimento foi protocolado em 07 de abril de 2004, de interesse da empresa Jari Celulose S/A. (PGE, 2006, p. 13)

Assim sendo, a PGE conclui que cada um desses imóveis, apesar de terem sido matriculados, não podem ser considerados como propriedade privada, devendo ser reconhecidas as respectivas áreas como terra pública.

Os dois casos dos quais trataremos a seguir também obtiveram o registro Torrens sem que o percurso estabelecido legalmente para tanto tivesse sido cumprido. Contudo, a PGE recomendou que fosse confirmada a propriedade privada para esses casos, ainda que em parte. São eles Santo Antônio da Cachoeira e Porto Salvo, que juntos, correspondem a uma área de quase 133 mil hectares no município de Almeirim. Como veremos, situação documental de cada um deles se revelou bastante distinta e os trataremos separadamente.

4.4.2.2.3 Santo Antônio da Cachoeira

O imóvel Santo Antônio da Cachoeira tem, no Pará, a segunda maior área pretendida pela Jari. De acordo com o título de propriedade, são 126.080 ha apenas no município de Almeirim, mais 297.741 ha se estendendo pelo estado do Amapá, além de 800 ha em ilhas, perfazendo, no todo, mais de 422 mil hectares. Uma peculiar situação fundiária que contaria com um Registro Torrens.

Segundo o relatório da PGE, não há, no Iterpa, registro da origem desse imóvel, porém, seguindo as indicações apresentadas pela Jari, encontramos, às

fls. 4v. do livro 01 de Registros de Posse de Almeirim, o registro da posse “Cachoeira”, de 03 de junho de 1892, em nome de Martins & Irmão Ltda., assim descrito:

Nome e situação do terreno: Cachoeira do Rio Jary e é conhecido por “Cachoeira” – Município de Almeirim, Comarca de Gurupá – Área: trezentos hectares de extensão. – Casas, baracões e caminhos de seringa: Duas casas cobertas de telha, construídas de alveiros de pedra e cal, com barracas cobertas de palha, uma estrada de rodagem, seiscentos caminhos de seringueiras com sessenta mil pés aproximadamente em estado de corte.

De acordo com o título de propriedade emitido em 17 de setembro de 1937¹¹⁸, 45 anos após o título de posse, a denominação Santo Antônio da Cachoeira, “ou simplesmente ‘Cachoeira’”, passou a abarcar um conjunto de seis posses à margem esquerda do rio Jari (hoje Amapá), duas à direita e cerca de uma dezena de ilhas, com um total de 422.622,6 ha. O percurso entre estes dois documentos, contudo, é bastante tortuoso.

Em primeiro lugar, não há qualquer registro de que o título de posse tenha sido levado a legitimação, para que, assim, pudesse constituir propriedade. Um simples título de posse de 300 ha, segundo a PGE, seria passível, apenas, de originar o procedimento da legitimação de posse e não de dar origem a um procedimento de Registro Torrens.

Em linha de demonstração da inexistência do registro Torrens de José Júlio de Andrade, verifica-se que é *conditio sine qua nom* para dar início ao processo misto de registro Torrens a prova literal e legítima de propriedade privada, o qual inexistente conforme registro do Iterpa e é confessado pela própria Jari ao fazer referência a um título de posse. (PGE, 2006, p. 42)

Segundo, apesar da existência da “matrícula Torrens” do imóvel Santo Antônio da Cachoeira, segundo a PGE, não existe qualquer registro de que, de fato, tenha havido o processo de Registro Torrens indispensável para que o próprio existisse (PGE, 2006, p. 41). Como visto, o Registro necessariamente

¹¹⁸ N. 18, Livro 1, Títulos de propriedade (Diversos municípios).

decorreria de sentença judicial e, se não houve a sentença que originaria o Torrens, inexistente é o efeito do Registro.

Em 1931, José Júlio de Andrade solicita, perante o Juízo da Comarca de Gurupá, a reconstituição dos autos do processo do registro Torrens supostamente iniciado pela empresa Martins & Irmão, cuja sentença teria sido emitida em 02 de agosto de 1902 e registrada no Livro Matriz da Comarca de Gurupá em 04 de abril de 1903. Porém, notam os procuradores que,

Como se comprovou alhures, segundo a legislação da época, não existia hipótese legal de “restauração de autos de registro Torrens”, fato que demonstra que o imóvel em questão nunca esteve submetido à matrícula Torrens, vez que não existe e nunca existiu o livro especial de registro Torrens em Almeirim à época. (PGE, 2006, p. 42)

Contudo, em 17 de setembro de 1937, conforme determinado por um ofício do Juiz de Direito da Comarca de Gurupá, o governador José Carneiro da Gama Malcher assina o título de propriedade em favor de José Júlio de Andrade.

À Procuradoria, parece não restar qualquer dúvida da “flagrante irregularidade” do Registro Torrens, e, portanto, da validade da matrícula do imóvel:

A simulação chega a um ponto de total desfaçatez que ao final do suposto “procedimento”, determina-se ao Governador do Estado do Pará a expedição de título de propriedade em favor do Sr. José Julio de Andrade, quando o suposto título de propriedade deveria ter sido expedido *a priori*, como *conditio sine qua non* de legalidade e legitimação do processo de registro Torrens.

É bom salientar: o Governador do Estado do Pará à época somente expediu o título em virtude de uma sentença judicial inexistente supostamente proferida em uma simulação grosseira de procedimento de registro Torrens tomada com base em uma certidão do cartório de Almeirim^[119] que fazia referência a imóvel de área de 3.000 ha (três mil hectares)^[120]. (PGE, 2006, p. 42)

¹¹⁹ Às fls. 142 a 151 do Processo 2004/96327 (Iterpa), de reconhecimento de domínio do imóvel Santo Antônio da Cachoeira.

¹²⁰ Acreditamos haver, aqui, um erro de transcrição no relatório da PGE pois o referido título de posse fala claramente em 300 ha, como já referido anteriormente.

Mapa 6 – Santo Antônio da Cachoeira

Como apontam os procuradores em um outro parecer, o próprio processo de reconstrução dos atos também apresentaria uma série de problemas:

não foi possível aferir, pelos documentos trazidos a exame, a regularidade dos elos sucessórios referentes a esse imóvel no que diz respeito à transferência de direitos entre a empresa Martins & Irmãos Ltda. e o cidadão José Júlio de Andrade [...].

[...]

Já se vê, por aí, que existem várias lacunas nas transmissões dos supostos direitos que teriam legitimado o sr. José Júlio de Andrade a requerer a reconstituição do processo de registro Torrens, tido como originalmente concedido em favor da empresa Martins & Irmãos Ltda. (ITERPA, 2005, p. 08)

Tal processo também deveria proceder a demarcação judicial do imóvel, o que não ocorreu:

O que houve, quando muito, foi simples levantamento topográfico de diversas posses, com áreas incertas e/ou imprecisas, até porque, em momento algum o Estado do Pará promoveu concessão de propriedade com a enorme dimensão de 422.622ha.50a.00ca. [...], como fato capaz de gerar qualquer presunção de domínio particular anterior àquela matrícula Torrens. (ITERPA, 2005, p. 10)

Registre-se, ainda, que caso se argumente que o título de posse poderia ser levado a legitimação, ainda assim, jamais poderia haver uma matrícula com tamanha extensão, uma vez que a legislação da época limitava a um máximo de 4.356 hectares a emissão dos títulos de posse. A PGE, então, conclui que “somente são terras privadas a área do imóvel Santo Antônio da Cachoeira até o limite de 4.356 ha, sendo o excedente terras públicas”. (PGE, 2006, p. 42)

Ora, causa estranheza que uma titulação que tenha sido adjetivada pela PGE como uma “simulação [que] chega a um ponto de total desfaçatez”, como “simulação grosseira de procedimento de registro Torrens”, seja entendida pela própria PGE, no mesmo documento como merecedora de ter reconhecida como propriedade privada o limite máximo para alienação de terras à época da “simulação”. (PGE, 2006, p. 42)

A diferença entre esse imóvel e os quatro com registros Torrens tratados anteriormente é que, no caso de Santo Antônio da Cachoeira, ainda que tenha tido o Torrens emitido antes da legitimação do título de posse – ou seja, sem que

houvesse a propriedade –, em decorrência da suposta sentença judicial que determinou a abertura da matrícula Torrens, foi emitido (extemporaneamente) o título de propriedade pelo estado do Pará. Esse título, mesmo que oriundo de processo eivado de vícios, levou a PGE a recomendar o reconhecimento, ainda que em parte, de propriedade privada.

Já nos caso de Ubintuba, Santa Margarida, Gavião e Samahuma, não houve a emissão do título de propriedade em momento algum, de forma que a PGE entende a integridade desses imóveis como terras públicas. Ainda assim, não atinamos o porquê de, no caso de Santo Antônio da Cachoeira, se reconhecer como propriedade privada o limite máximo permitido na primeira metade do século XX sem que haja um procedimento legal para o destacamento desse imóvel do patrimônio público.

A atual Procuradora-chefe da Procuradoria Jurídica do Iterpa, Tátilla Passos Brito, corrobora a avaliação da PGE (comunicação pessoal em 30 jan. 2015). Para ela, apesar de todos os vícios e ilegalidades apontados no processo que originou o Registro Torrens, até hoje nenhuma providência jurídica foi tomada para sua anulação e não caberia ao Iterpa, por via administrativa, questioná-lo, ou seja, segundo Brito, não caberia ao Iterpa questionar um título fraudado que levou à apropriação ilegal de 126 mil ha de terras do próprio Iterpa. De acordo com suas palavras, o registro foi emitido por instância competente e o órgão não pode ignorá-lo, o que tem procedência; entretanto, fica a dúvida de porque o Iterpa não recorrer a instâncias igualmente competentes no sentido de reverter ao seu patrimônio as terras ilegalmente tituladas.

E assim, permanecem as coisas: cristalizadas. O *status quo* vem em franco benefício do latifúndio e em prejuízo de camponeses que lá vivem a quem essas terras públicas deveriam ser destinadas.

Independente das garantias constitucionais à sentença transitada em julgado, há precedentes, no Pará mesmo, de Registros Torrens sendo questionados e com decisões liminares contrárias à grilagem aparelhada com Torrens (TORRES, 2008). Adicionando-se isso à lembrança da imprescritibilidade das ações de ressarcimento sobre crimes contra o patrimônio público, podemos tomar como questionável a inação do Iterpa.

4.4.2.2.4 Porto Salvo

Porto Salvo, é outro dos imóveis cujo título de legitimação de posse teria sido expedido “nos termos da Lei Torrens”. Para esse caso, assim como para Santo Antônio da Cachoeira, a análise da PGE indica que deveria ter reconhecida como propriedade a área de 4.356 ha com base na existência de um título de propriedade, ainda que emitido após o registro do imóvel. Entretanto, por mais que tenhamos buscado, não localizamos tal título e acreditamos, pelo que exporemos adiante, ter havido uma confusão que levou a uma avaliação errônea da PGE.

Segue, então, o que foi possível reconstruir da história desse imóvel a partir dos documentos contidos no arquivo do Iterpa.

O título de posse de Porto Salvo é o primeiro registrado no livro 1 de Registro de Posses do município de Almeirim, em 03 de junho de 1892, tendo como beneficiária a empresa A. J. de Sousa & Companhia. Assim descrito:

Nome e situação do terreno: Rio Jary ambas as margens, conhecido por “Porto Salvo”. Município da Villa de Almeirim, Comarca de Gurupá. Área: Meia légua de frente mais ou menos. Casa, barracas, caminhos de seringueiras: Casa coberta de palha, nove barracas cobertas de palha, [trinta?] caminhos de seringueiras, com três mil pés aproximadamente em estado de corte, plantações de laranjeiras e outras árvores frutíferas.

Como se vê, o registro do título de posse não é claro quanto ao tamanho da área do imóvel, ainda mais considerando que ele se estende pelas duas margens do rio Jari. O processo de origem do título de posse não foi localizado no Iterpa, o que não nos permite buscar mais elementos nesse sentido. Vale notar que esse título foi considerado válido pela comissão competente¹²¹.

No processo de reconhecimento de domínio de Porto Salvo, pudemos encontrar uma certidão, de 19 de janeiro de 1910, referente à sentença de 04 de abril de 1903 que, após a aprovação da demarcação pelo Juiz de Direito de

¹²¹ Fls. 84 do Processo n. 2004/96537 (Iterpa), de reconhecimento de domínio do imóvel Porto Salvo.

Macapá em 02 de agosto de 1902¹²², determinou a matrícula e a expedição do título Torrens¹²³. Assim como os demais Torrens aqui tratados, o processo foi iniciado por Martins & Irmãos Ltda. O registro Torrens teria sido expedido pelo juiz da Comarca de Gurupá e transcrito em favor de José Júlio de Andrade às fls. 41 a 44 do livro 1 do Registro de imóveis dessa mesma comarca em 08 de outubro de 1909¹²⁴.

Essa certidão é o único registro encontrado da existência do processo que teria resultado na sentença judicial, responsável pelo registro Torrens. Também não há qualquer vestígio de que o imóvel tenha passado por um processo de legitimação de posse, o que o coloca, nesse particular, exatamente na mesma situação dos cinco imóveis anteriormente tratados.

E, ao contrário da situação de Santo Antônio da Cachoeira, onde a sentença da qual decorreria a abertura da matrícula Torrens é inexistente, segundo a PGE, para o caso do imóvel Porto Salvo, há ao menos registro de que houve a sentença; assim, o registro Torrens existiria e gozaria do suposto *status* de invulnerabilidade já mencionado. Entretanto, tomamos o paralelo de outro registro Torrens feito a partir de fraudes evidentes e que é questionado judicialmente, inclusive a partir de questões relacionadas à relativização da coisa julgada. Trata-se do caso da grilagem praticado pela empresa paranaense Indussolo que havia levado a registro Torrens mais de uma dezena de títulos que somavam 1,3 milhões de hectares¹²⁵.

Nesse percurso, ainda segundo a certidão citada, Porto Salvo tornou-se um imóvel com um total de 25.135 ha 51 a 40 ca, sendo 18.287 ha 45 a 26 ca à margem esquerda do rio Jari, hoje estado do Amapá, e 6.848 ha 06 a 04 ca à

¹²² O Território Federal do Amapá ainda não havia sido criado nessa época, o que só aconteceu em 1943, e era parte do estado do Pará.

¹²³ Fls. 185 a 188 do Processo n. 2004/96537 (Iterpa), de reconhecimento de domínio do imóvel Porto Salvo.

¹²⁴ De acordo com a já citada escritura pública de compra e venda lavrada às fls. 01 do livro n. 320 do Cartório de Notas Chermont, transcrita, em 18 de janeiro de 1949, no Cartório de Registro de Imóveis do município de Monte Alegre, às fls. 07 a 11 do livro 3-E, sob o n. de ordem 829, onde José Júlio de Andrade vende suas terras para a empresa Jari Ltda.

¹²⁵ Caso tratado em Torres, 2008.

margem direita, no município de Almeirim, no Pará. Vale, também aqui, portanto, o que o relatório da PGE afirma para o imóvel Samahuma:

Como título de posse não legitimado, impossível é que constitua propriedade privada. Ainda que fosse legitimado, pelas dimensões do título [de posse], jamais poderia ensejar a absurda dimensão com que foi supostamente levado a registro. (PGE, 2006, p. 13)

Ocorre que o relatório da PGE afirma a existência de um título de propriedade emitido para o imóvel Porto Salvo, à semelhança do que aconteceu com Santo Antônio da Cachoeira. Porém, não encontramos qualquer menção a tal título nos arquivos do Iterpa, nem mesmo no processo de reconhecimento de domínio da área, que traz o documento apresentado pela interessada na área.

De acordo com a PGE,

há indicação do Título de Propriedade n. 18, datado de 17.09.1937, constante às fls. 18v. do Talonário próprio n. 01, por ato terminativo do então Governador do Estado do Pará, José Carneiro da Gama Malcher.

Assim, apesar de coberto por título de domínio, essa porção de terras denominada Porto Salvo mais tarde também veio a ser objeto do registro Torrens, com a dimensão de 422.522 ha 50 a 00 ca, o que comprova a sua irregularidade.

Com base nessa informação, a PGE recomenda, à semelhança do que fez para Santo Antônio da Cachoeira, que Porto Salvo seja reconhecido como propriedade até o limite máximo de 4.356 ha.

Entretanto, até onde pudemos apurar, o título de propriedade citado – “Título de Propriedade n. 18, datado de 17.09.1937, constante às fls. 18v. do Talonário próprio n. 01, por ato terminativo do então Governador do Estado do Pará, José Carneiro da Gama Malcher” – é exatamente o título de propriedade de Santo Antônio da Cachoeira. Ocorre que tal título não cita, em parte alguma, o imóvel Porto Salvo. Portanto, cremos na possibilidade de a PGE ter tomado como título de Porto Salvo o que, na realidade, era documento relativo a Santo Antônio da Cachoeira. E, se houve, em algum momento, emissão de título de propriedade para Porto Salvo, ele não é mencionado no processo de reconhecimento de domínio e também não se encontra no livro indicado pela PGE.

Mapa 7 – Porto Salvo*

***Nota:** O polígono aqui representado corresponde ao imóvel Estirão do Caracuru Porto Salvo, formado pela fusão de Estirão do Caracuru, tratado no item 4.4.2.1 “Títulos de propriedade sem irregularidade constatada”, com Porto Salvo.

Baseando-se em informações atuais, também podemos afirmar que Santo Antônio da Cachoeira e Porto Salvo não são áreas contíguas, para eventualmente, terem sido abrangidas no mesmo título e posteriormente desmembradas.

De acordo com o próprio relatório da PGE, as informações apresentadas se basearam em um parecer jurídico “de lavra de Ibraim Rocha e do Diretor Jurídico do ITERPA, Dr. Carlos Alberto Lamarão Corrêa, no Processo n. 2005/169308” (PGE, 2006, p. 3). Nas buscas por esse parecer, encontramos o documento Iterpa (2005), já aqui citado. Nesse documento, Porto Salvo é mencionado apenas uma vez (ITERPA, 2005, p. 08) entre as áreas que, junto com Santo Antônio da Cachoeira, foram vendidas por Manoel Carlos Ferreira a Dias, Bastos & Andrade. A redação um pouco ambígua do trecho sugere que Porto Salvo era parte de Santo Antônio da Cachoeira e não uma área separada. Nenhum outro documento, tanto entre os encontrados a respeito de Santo Antônio da Cachoeira como os de Porto Salvo, indicam isso.

Assim, a menos que surjam novos documentos, nos resta concluir que o caso do imóvel Porto Salvo se assemelha aos já tratados Ubintuba, Santa Margarida, Gavião e Samahuma, para os quais não houve emissão do título de propriedade em momento algum, o que levou a PGE a entendê-los, em sua totalidade, como terras públicas.

Sobre Porto Salvo, é preciso ainda dizer que, diferente dos outros imóveis aqui tratados, sua matrícula não se encontra bloqueada pelo Provimento n. 04/2004.

Em 31 de julho de 1989, Porto Salvo foi unificado com seu contíguo Estirão do Caracuru (tratado aqui no item 4.4.2.1 “Títulos de propriedade sem irregularidade constatada”) e incorporado à matrícula desse, de n. 4.149, no Registro de Imóveis de Monte Alegre. Suas áreas foram somadas formando um imóvel de 7.864 ha. Em 1998, a matrícula 4.149 foi incorporada a matrícula 4.554, da qual tratamos no item 4.2 “A unificação das matrículas”. Em 2002, objeto de hipoteca, o imóvel Estirão do Caracuru Porto Salvo foi novamente desmembrado da matrícula 4.554, tendo, posteriormente, seu registro transferido para o Registro de Imóveis de Almeirim, hoje matrícula n. 272, fls. 01, livro 2-B.

É importante para a Jari Celulose a situação regular desta matrícula pois é a área onde se localiza a Vila Munguba, onde está instalada a fábrica de celulose, e que já foi objeto de hipotecas.¹²⁶

4.4.2.3 Ilha São José: título de posse apresentado como título de domínio

Há ainda mais um imóvel apresentado pela Jari como propriedade, mas considerado terra pública pela PGE, chamado Ilha São José. Trata-se de um título de posse de 100 ha para o qual não foi pleiteada a legitimação em tempo hábil e a Jari ingressou com pedido de reconhecimento de domínio, provavelmente, como última tentativa de regularizar a área. Diz o relatório da PGE:

O referido título caducou em virtude da inexistência de pleito de legitimação de posse. Registre-se que o Estado expediu em favor de Arlindo Faria Almeida Título Provisório de venda de terras nº 29, constante no talonário próprio de n. 15, o qual foi declarado sem efeito. Conclui-se que a área denominada Ilha São José é terra pública, com dimensão de 100 ha.

A situação de todos os títulos supostamente representativos de propriedade está sintetizada no gráfico:

¹²⁶ Há ainda mais uma matrícula ligada à Jari Celulose no Registro de Imóveis de Almeirim. É a gleba Jesa I, matrícula n. 064, com 1.483 ha destacados de Santo Antônio da Cachoeira em novembro de 1994. Essa gleba foi vendida à Jari Energética S.A. (Jesa), subsidiária da Jari Celulose que compõe o consórcio responsável pela usina hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em operação desde setembro de 2014.

Gráfico 1 – Comparação das áreas dos títulos de propriedade por tipo

4.4.3 Os aforamentos

A Jari tem hoje 19 processos, abertos junto ao Iterpa, em 2004, de resgate de aforamentos. Nesses processos, a empresa demanda que seja verificada a legitimidade do aforamento para que se proceda seu resgate pelo foreiro e, a partir disso, seja convertido em domínio.

Antes de tratarmos desses casos específicos, faz-se necessário um breve comentário, acerca do uso desse tipo de concessão de terras públicas no Pará, bem como de sua legislação, apenas retomando, assim como fizemos com relação ao registro Torrens e aos títulos de posse, os elementos pertinentes à análise do caso estudado.

4.4.3.1 Breve apresentação da legislação

O instituto do aforamento, tido hoje como arcaico (TRECCANI, 2001, p. 378), foi utilizado durante o Império com o objetivo de incentivar a ocupação de terras não exploradas.

O Código Civil atual (BRASIL, 2002) proíbe, em seu art. 2.038, a constituição de novos aforamentos e determina que os existentes sejam regidos

pelo Código Civil de 1916 (BRASIL, 1916, art. 678 a 694). No Pará, os aforamentos existentes estão regulados pela Lei estadual n. 913 (art. 38 e seguintes), de 04 de dezembro de 1954.

De acordo com o Código Civil de 1916, art. 678, a enfiteuse, aforamento ou empraçamento é o instituto civil por meio do qual “o proprietário atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto uma pensão, ou foro, anual, certo e invariável” (BRASIL, 1916).

Assim, no aforamento, há o exercício simultâneo de dois direitos dominiais sobre o mesmo imóvel: o **domínio útil**, que “consiste no direito de usufruir o imóvel do modo mais completo possível e de transmiti-lo a outrem, por ato entre vivos ou por testamento”; e o **domínio direto**, “também chamado domínio eminente, é o direito à substância mesma do imóvel, **sem as suas utilidades**” (GOMES, 2012, p. 380, sem negrito no original).

A partir do Código Civil de 1916, o que diferencia o arrendamento do aforamento é que o arrendamento se dá por um tempo determinado, enquanto o aforamento é um contrato perpétuo ou, ao menos, enquanto o foreiro cumprir com as obrigações contratuais. Sua principal contrapartida é a obrigação do pagamento de foro anual:

Art. 679: O contrato de enfiteuse é perpétuo. A enfiteuse por tempo limitado considera-se arrendamento, e como tal se rege.

[...]

Art. 687. O foreiro não tem direito à remissão do foro, por esterilidade ou destruição parcial do prédio enfitêutico, nem pela perda total de seus frutos; pode, em tais casos, porém, abandoná-lo ao senhorio direto, e, independentemente do seu consentimento, fazer inscrever o ato da renúncia [...]. (BRASIL, 1916)

A renúncia, por parte do foreiro, é caracterizada pelo não pagamento de três foros consecutivos: “Art. 692 [...]: II - pelo comisso, deixando o foreiro de pagar as pensões devidas, por 3 (três) anos consecutivos, caso em que o senhorio o indenizará das benfeitorias necessárias” (Idem).

O foreiro pode transferir seu direito ao domínio útil do aforamento desde que autorizado pelo senhorio, que tem preferência nessa alienação:

Art. 683: O enfiteuta, ou foreiro, não pode vender nem dar em pagamento o domínio útil, sem prévio aviso ao senhorio direto, para que este exerça o direito de opção; e o senhorio direto tem 30 (trinta) dias para declarar, por escrito, datado e assinado, que quer a preferência na alienação [...]. (Idem)

Caso o senhorio não exerça esse direito, deve receber o laudêmio, uma porcentagem estabelecida sobre o valor da transação:

Art. 686: Sempre que se realizar a transferência do domínio útil, por venda ou dação em pagamento, o senhorio direto, que não usar da opção, terá direito de receber do alienante o laudêmio, que será de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o preço da alienação, se outro não se tiver fixado no título de aforamento. (Idem)

Após dez anos de aforamento e tendo cumprido todas as obrigações contratuais, o foreiro tem o direito de resgate. Com o pagamento de dez foros mais o laudêmio, adquire o domínio pleno do imóvel:

Art. 693. Todos os aforamentos, inclusive os constituídos anteriormente a este Código, salvo acordo entre as partes, são resgatáveis 10 (dez) anos depois de constituídos, mediante pagamento de um laudêmio, que será de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor atual da propriedade plena, e de 10 (dez) pensões anuais pelo foreiro, que não poderá no seu contrato renunciar ao direito de resgate, nem contrariar as disposições imperativas deste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 5.827, de 23 nov. 1972). (Idem)

Em terras públicas, o aforamento é concedido para o desenvolvimento de uma atividade específica, determinada em contrato, e o resgate depende, também, de tal exigência estar sendo cumprida e não ter havido desvio de finalidade na ocupação do terreno. Cumpridas todas as exigências, o resgate do aforamento é um direito do foreiro.

Para os aforamentos concedidos pelo estado do Pará, o valor laudêmio para transferência do domínio útil é de 10% sobre o preço da terra¹²⁷, estabelecido pelo Iterpa. A legislação estadual também prevê a possibilidade de ser incorporada ao aforamento, após a demarcação, verificação se houve desvio de finalidade e pagamento do valor da terra, as áreas já ocupadas pelo foreiro

¹²⁷ Art. 42, item 2º, inciso III da Lei estadual n. 913/54; e art. 33, do Decreto-lei n. 57/69 apud art. 2º, inciso III do Decreto [estadual] n. 1.805, de 21 jan. 2009.

que excedam, até o limite de 50%, a área descrita no título do aforamento¹²⁸. Esses excessos, apesar de vinculados ao aforamento, serão tratados “de forma autônoma, não computando-se para fins de respectivas autorizações legislativas a área aforada”¹²⁹. Ou seja, os excessos serão considerados à parte, como uma concessão de terras públicas, e, assim, não serão somadas as áreas do excesso e do aforamento na aplicação do limite constitucional para alienação de terras públicas, estabelecido pelo art. 241 da Constituição do estado do Pará:

Art. 241. O Estado somente concederá suas terras, até o limite máximo de dois mil e quinhentos hectares, respeitadas as seguintes normas, além de outras previstas em lei:

I – área de até mil e quinhentos hectares, mediante aprovação do órgão fundiário competente;

II – área acima de mil e quinhentos até o limite de dois mil e quinhentos hectares, além do disposto no inciso anterior, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa. (PARÁ, 2012)

Observando também a Constituição Federal:

Art. 188. [...] § 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. (BRASIL, 1988)

No Pará, a lei n. 913, de 1954 (Seção III – Dos aforamentos), também determina que só poderão ser aforadas terras devolutas do estado que antes tenham sido arrendadas, o que significava um contrato de cinco anos, e o cumprimento das seguintes exigências:

Art. 29 - O arrendamento será concedido, no primeiro ano, a título precário, vigorando por mais quatro anos, se ao fim daquele for provado terem sido satisfeitas as seguintes exigências:

- a) abertura de estradas;
- b) limpeza de igarapé;

¹²⁸ “A possibilidade de incorporação da área excedente àquelas previstas nos respectivos títulos de aforamento está inserida no Decreto Estadual n. 9.203/75 e depende de um procedimento administrativo, cuja aprovação foi delegada por decisão final do Exmo. Sr. Governador do Estado ao Iterpa, por meio do Decreto n. 2.363, de 31 de julho de 2006, mediante a prévia demarcação das terras, como também o pagamento do valor da terra, em cumprimento ao preceito contido no art. 1º, § 4º, do mencionado Decreto.” (PGE, 2006, p. 46)

¹²⁹ Art. 2º, § 1º da Instrução normativa n. 05, de 15 de setembro de 2010.

- c) construção de abarracamento;
- d) plantação de roçado com o mínimo de dez hectares, para cereais;
- e) quitação dos tributos devidos pelos produtos extraídos, e quaisquer outros;
- f) exploração direta pelo arrendatário.

Art. 30 - A partir do segundo ano, o arrendatário terá ainda, as seguintes obrigações:

- a) construir, em caráter permanente, casa de moradia;
- b) fazer plantação de cereais, mandioca, legumes ou forragem, com as seguintes áreas mínimas nos arrendamentos de uma légua quadrada (3.600 hectares):

Segundo ano	10 hect. ou 33 tarefas
Terceiro ano	15 hect. ou 50 tarefas
Quarto ano	20 hect. ou 66 tarefas
Quinto ano	36 hect. ou 118 tarefas

- c) replantar as espécies vegetais retiradas ou inutilizadas pela exploração, em proporção à produção apresentada.

Parágrafo único - Verificado, após o segundo ano, que esse replantio não está sendo feito, embora observadas as demais exigências contratuais, o Estado cancelará o arrendamento, sem que o arrendatário tenha direito a qualquer indenização. (PARÁ, 1954, Seção II)

A partir dessa lista de exigências, nos parece claro que a intenção dos arrendamentos era promover a ocupação efetiva de terras devolutas por quem as explorasse diretamente, produzindo ali inclusive os gêneros, ao menos, para consumo próprio.

4.4.3.2 O instituto dos aforamentos no Pará

No Pará, a concessão pública de aforamentos se deu principalmente para incentivar a exploração de castanha. A lei n. 1.947, de 11 de novembro de 1920, por exemplo, em seu art. 6º, visava possibilitar o trabalho de extrativistas que não tivessem condições de obter propriedades. Previa-se ali “a concessão de castanhais para os Conselhos Municipais que os destinariam ao uso: ‘dos extratores sem recursos para a aquisição da terra’” (TRECCANI, 2001, p. 110). Segundo Treccani, “estes extratores seriam cadastrados anualmente e teriam que pagar 3% de seu ganho para os Conselhos. Estes recursos serviriam para custear as despesas com a fiscalização e a demarcação destes castanhais” (Idem). Ao que dá a entender a leitura do jurista, o instituto do aforamento fora concebido preocupando-se com o castanheiro, com o pobre, e não com os “patrões” da castanha.

licença especial para exploração de gêneros nativos, nos termos do artigo 2.º do Decreto estadual n.º 3413, de 30 de Novembro de 1939

De acôrdo com o despacho do Exmo. Sr. Gouveia

datado de quinta-feira de 4 janeiro 1940, fica o Sr.

autorizado a explorar o lote de terras devolutas, situado no município de Alcázar, destinado à indústria extrativa

de de conformidade com os seguintes limites e indicações:

a) Sul, com terras liqüenziadas e Antonio de
masio Soares; ao Sul, com terras devolutas; do
Oeste, com terras devolutas, e a Leste, com terras li-
qüenziadas José Pereira da Silva, metido, duas
leguas quadradas. Olicenciataria Licença obrigatória, e área
propriedades conguadas no decreto Estadual nº 3.743,
de 11 de setembro de 1938, e 3.413, de 30 de novembro
de 1939, a Browner, o plantio de todas as arvo-
res ou arbustos destruídos, como decorrente da explora-
ção de salata, e simultaneamente, a cultura
de cereais úteis para consumo local. O plantio
em abrego e cultura subsidiária, deverão
ser providos antes do término dos trabalhos
de cada safra, cabendo a fiscalização respecti-
vas aos prefeitos municipais que prestarão
o resgate as necessárias informações no
requerimento de renovação das licen-
ças concedidas Renovação Salta de 1951 -

Procuradoria Fiscal do Estado do Pará, 110 de Severino de 1945

VISTO

Procurador Fiscal

154

Contudo, conforme segue Treccani, as mudanças políticas advindas com o golpe de 1930 trouxeram à tona o fato de que as concessões de castanhais realizadas nos governos anteriores serviram para favorecer aliados políticos em prejuízo do patrimônio público:

A revolução de 1930 denunciou o sistema de favorecimento iníquo, no qual se tinha tornado a concessão de exploração dos castanhais que tinha beneficiado alguns poucos atravessadores em prejuízo da coletividade e reformulou todo o sistema extinguindo, através do Decreto n.º 397 de 25 de julho de 1931, o aforamento perpétuo e permitindo que quem tivesse um título de exploração anterior, pudesse adquirir o domínio definitivo das terras. (TRECCANI, 2001, p. 111)¹³⁰

Assim, o interventor federal Magalhães Cardoso Barata, que assumiu o governo do Pará em 1930, acabou com o aforamento perpétuo de castanhais argumentando que eles “não têm fundamento legal, visto desvirtuar do instituto de enfiteuse pela ausência formal de feição de contrato, teve por objetivo direto lesar o patrimônio do Estado” (Considerando do Decreto n. 397/31 apud TRECCANI, 2001, p. 111). O depoimento de Ronaldo Barata¹³¹ à CPI da Assembleia Legislativa do Pará é esclarecedor nesse sentido:

Ao assumir o governo em 1930, cancelou todos os arrendamentos [de castanhais] e fez editar em 1931 o decreto 397, de 25 de junho, que extinguiu o instituto do aforamento da legislação de terras do Pará. Medida acertada, pois os castanhais eram fonte de riquezas incalculáveis, produto de exportação de primeira ordem, e, de certa forma, ainda constituem fator de enriquecimento e poder. [...] Castanhais se distribuíam aos correligionários, arrancando-os as vezes das mãos dos adversários. Ter

¹³⁰ A esse respeito, Treccani também cita o Decreto n. 11, de 07 de novembro de 1930, que trata da locação de castanhais: “Considerando que certos cidadãos que fruía prestígio político fornecido por uma lei que permitia a compra de terras com cupons e apólices da dívida do estado conseguiram passar para a sua fortuna particular a maior parte dos melhores castanhais existentes no Estado; considerando mais que as rendas arrecadadas da indústria da castanha estavam até a vigência do governo deposto definhadas e exangues, sofrendo o Estado graves deficiências orçamentárias em benefício daqueles citados cidadãos, os quais, com o protecionismo da política malsã que era a marca iniludível dos governos pré-revolucionários, lograram quase que açambarcar os copiosos lucros da referida indústria; considerando que os múltiplos contratos favorecidos por aquele protecionismo, que foram lavrados entre o Estado e os ditos particulares não consultaram os interesses da coletividade, pois, prejudicavam profundamente a fortuna pública, além de cercearem a liberdade do comércio” (2001, p. 110).

¹³¹ Ronaldo Barata foi superintendente do Incra no Pará e presidente do Iterpa.

castanhais era o mesmo que vencer eleições, controlar o poder político em áreas extensas, mandar e desmandar. (apud TRECCANI, 2001, p. 111)

A partir dos elementos trazidos por Treccani a respeito dessa relação entre o controle das terras (nesse caso públicas) e poder político, nos fica evidente que o estabelecimento de uma legislação fundiária pelo governo que assumiu em 1930 foi parte do processo de transição que visava mudar o poder político de mãos. Assim, no que diz respeito aos aforamentos: “cada caso foi submetido à análise de funcionários de confiança do governador. O resultado foi que os desafetos da nova ordem ficaram sem nada, enquanto seus aliados políticos foram beneficiados” (TRECCANI, 2001, p. 111).¹³²

A partir de 1955, com a lei estadual n. 913 (PARÁ, 1954), o estado do Pará volta a arrendar terras públicas sob regime de aforamento para a exploração de castanha. Entre 1955 e 1966, 252 áreas foram concedidas.¹³³

Com relação a esse período, Treccani é taxativo em afirmar que os aforamentos promoveram concentração de imensas porções de terra nas mãos de poucas famílias¹³⁴, o que, aliado ao pouco rigor na demarcação dessas áreas, acabou dando origem a conflitos: “Como a lei não exigia a demarcação destes lotes, e só 31% das terras aforadas pelo estado foram demarcadas, começaram a nascer os primeiros conflitos agrários” (TRECCANI, 2001, p. 378). E, novamente, ocorreu o uso político das concessões:

Esta prática permitiu, mais uma vez, utilizar estas concessões como instrumento político, como afirma Pinto (1980, p. 139)¹³⁵: **“O aforamento acabou se transformando num instrumento político, usado para beneficiar cabos eleitorais, e por isso, o próprio governo começou a tumultuar a situação ao tentar trocar os donos de aforamento e cancelar os existentes nas mãos de**

¹³² Oliveira e Faria (2009, p. 13s.) notam como, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, estabeleceram-se mudanças na legislação que rege a alienação de terras públicas, em especial, determinando um limite para o tamanho das áreas.

¹³³ Cf. Decreto estadual n. 1.805, de 21 de julho de 2009.

¹³⁴ Segundo Treccani, a consolidação de latifúndios na região de Marabá, por exemplo, se deu “ao redor de algumas famílias detentoras dos aforamentos de castanhais” (2001, p. 320).

¹³⁵ PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec. 1980.

inimigos políticos”. (apud TRECCANI, 2001, p. 378, grifos no original)

De acordo com levantamento realizado por Shiraishi, 862.298 hectares de terras públicas foram aforados neste período, o que corresponde a um terço do território da Bélgica (SHIRAISHI, 1998, p. 20¹³⁶ apud TRECCANI, 2001, p. 378). É desse momento, pós 1955, que provêm as concessões em nome da Jari.

Os 252 aforamentos desse período, salvo raras exceções, foram concedidos com uma área de 3.600 ha. Isso significa que, com a possibilidade de incorporação de um excesso de até 50% do seu tamanho (1.800 ha), podem chegar a 5.400 ha, considerando-se (generosamente) a necessidade de ajustes de medida de área à descrição inicial referenciada por marcos naturais ou, mesmo (e ainda mais generosamente), que a ocupação do foreiro extrapole a medida legal inicialmente estipulada.

4.4.3.3 Os aforamentos da Jari

Todos os aforamentos de que trataremos a seguir, um total de 19, foram concedidos entre dezembro de 1956 e março de 1957 a pessoas físicas. Até onde pudemos apurar, foram destinados ao extrativismo de balata e de castanha.

Entre os beneficiários originais dos títulos de aforamento, foi possível identificar ao menos cinco sócios da Empresa de Navegação e Comércio Jari Ltda., que, em 1948, comprara as terras de José Júlio de Andrade. São eles: Aires Júlio da Fonseca, Crispim Joaquim de Almeida, Joaquim Nunes de Almeida, José Fernandes Fonseca, e José Joaquim Martins. Tudo indica que esses aforamentos foram a contribuição dos chamados “portugueses” para a formação do latifúndio reivindicado pela Jari hoje.

Todos esses aforamentos foram transferidos para a Jari Indústria e Comércio S/A – da qual a Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A é sucessora – pelo foreiro original entre 1968 e 1969. À exceção do aforamento em nome de Flávia Freitas de Almeida Maia, autorizado em 15 de janeiro de 1969, todos

¹³⁶ SHIRAISHI Neto Joaquim. **Inventário de Leis, Decretos e Regulamentos de terras do Maranhão (1850-1996)**. Belém: UFPa/NAEA/PLADES, 1998.

obtiveram a devida autorização para transferência em 23 de julho de 1968. De acordo com o Setor de extrativismo do Iterpa, responsável pelos aforamentos, foi pago o laudêmio e, até 2014, todos os foros anuais também estavam com o pagamento em dia. Não há, portanto, pendências na documentação desses imóveis, conforme os artigos 683, 686 e 687 do Código Civil de 1916.

Como parece ter sido regra no Pará, esses aforamentos foram concedidos com a área de 3.600 ha, porém, nenhum dos 19 casos da Jari teve ainda sua área demarcada (PGE, 2006, p. 46). Às páginas 67 a 71 do Processo n. 2004/94708 (Iterpa), que trata do resgate do aforamento com título em nome de José Joaquim Martins Júnior, há um relatório informando que, em 1975, foram abertos no Iterpa, a requerimento da Jari, processos de demarcação desses aforamentos. O relatório também informa que esses processos foram arquivados sem que a demarcação fosse concluída, sem nada informar sobre os motivos. Apenas para dois casos foi feita a juntada de peças técnicas (como o memorial descritivo), mas sem que tenham sido realizadas as demais etapas da demarcação (como fiscalização e conferência).

Apenas em 07 de abril de 2004 esses 19 aforamentos voltam a ser objeto de processo administrativo no Iterpa, desta vez, com o pedido de resgate protocolado pela Jari, conforme previsto no art. 693 do Código Civil de 1916, do qual tratamos anteriormente.

Em janeiro de 2015, durante as pesquisas no arquivo do Iterpa, encontramos, em cinco processos de resgate administrativo¹³⁷, o relatório completo de georreferenciamento dos respectivos aforamentos, quatro com data de 2006 e um deles, de 2010. Entretanto, o CD-Rom contendo os arquivos digitais, bem como o relatório completo do georreferenciamento, memorial descritivo etc., estavam soltos na pasta do processo, sem que tivesse sido feita sua juntada oficial ao processo.

¹³⁷ São os processos referentes ao aforamento concedidos à Ana Fernandes da Fonseca Teixeira, Benedito de Oliveira Feitosa, José Antônio de Almeida, Maria de Nazaré de Almeida Guedes e Maria Rosa Antunes Martins Correa.

Nos demais processos, havia apenas um bilhete, escrito à mão e colado à capa, com a inscrição “C/ GEO” e a área em hectares. Confirmando, não oficialmente, as informações assim obtidas com servidores do Iterpa, pudemos completar, com razoável confiabilidade, os dados apresentados na coluna “Área segundo a Jari” da Tabela 6. É preciso notar que essas informações não foram validadas pelo Iterpa, o que só ocorre, de fato, após concluídas as várias etapas do processo demarcatório. Trata-se apenas do georreferenciamento apresentado pela empresa interessada.

Segundo os setores responsáveis do Iterpa, esses 19 aforamentos estão com toda documentação regular e poderão ser resgatados pela Jari em sua totalidade (3.600 ha), tal como estabelece a legislação, mediante o pagamento de dez foros e um laudêmio, correspondente 10% do valor da terra estabelecido por uma avaliação do Iterpa, conforme art. 33, § 3º do Decreto-lei n. 57/69.

Tabela 6 – Título de aforamento

Nº	DATA EXPEDIÇÃO	BENEFICIÁRIO DO TÍTULO	Área do Título (ha)	Área segundo a Jari (ha)	Área máxima legitimável PGE
1	04/12/1956	Maria de Nazaré de Almeida Guedes	3.600,00	3.537,8533	5.400,00
2	03/12/1956	Maria Rosa Antunes Martins Correa	3.600,00	3.551,0562	5.400,00
3	03/12/1956	José Joaquim Martins Júnior	3.600,00	3.599,5795	5.400,00
4	03/12/1956	Antônio Fernandes da Fonseca Teixeira	3.600,00	3.600,0000	5.400,00
5	04/12/1956	Ana Fernandes da Fonseca Teixeira	3.600,00	3.607,4973	5.400,00
6	04/12/1956	Eduardo Antônio Valente Teixeira	3.600,00	3.620,3562	5.400,00
7	03/12/1956	José Joaquim Martins	3.600,00	3.621,1547	5.400,00
8	03/12/1956	Huascar Lopes Portugal	3.600,00	3.622,7304	5.400,00
9	03/12/1956	Eugênio José Gentil Guedes	3.600,00	3.630,7496	5.400,00
10	13/03/1957	Flávia Freitas de Almeida Maia	3.600,00	3.633,2391	5.400,00
11	03/12/1956	Benedito de Oliveira Feitosa	3.600,00	3.646,8407	5.400,00
12	03/12/1956	José Tavares de Lima	3.600,00	3.647,0000	5.400,00
13	03/12/1956	Crispim Joaquim de Almeida	3.600,00	3.647,6032	5.400,00

Nº	DATA EXPEDIÇÃO	BENEFICIÁRIO DO TÍTULO	Área do Título (ha)	Área segundo a Jari (ha)	Área máxima legitimável PGE
14	04/12/1956	Antônio Fernandes Teixeira	3.600,00	3.661,8482	5.400,00
15	03/12/1956	Aires Júlio da Fonseca	3.600,00	3.670,8900	5.400,00
16	04/12/1956	José Fernandes Fonseca	3.600,00	3.970,8927	5.400,00
17	03/12/1956	Alzira Antunes Martins	3.600,00	5.590,3766	5.400,00
18	04/12/1956	José Antônio de Almeida	3.600,00	6.873,1512	5.400,00
19	03/12/1956	Joaquim Nunes de Almeida	3.600,00	8.199,8481	5.400,00
Total			68.400,00	78.932,6670	102.600,00

E, como lembra o parecer da PGE, “se a empresa provar ocupar mais áreas vinculadas a este título”, há, ainda, a possibilidade de incorporação de 1.800 ha de área excedente a cada aforamento (PGE, 2006, p. 48), o que daria um total de 102.600 ha. Essa centena de milhares de hectares poderia ser atingida, segundo a PGE, sem a necessidade de consulta ao Congresso Nacional:

a área excedente poderá atingir nos presentes casos o máximo de 1.800 ha, sendo uma forma de concessão de terras públicas, ainda que tendo origem pelo legislador vinculada ao contrato de aforamento. Aplica-se os critérios definidos em lei para a transferência do domínio ao particular de terras públicas, especialmente o art. 241, caput e incisos, da Constituição Estadual, dependendo da área a ser apurada, estando excluída, neste caso, a incidência do art. 188, § 1º, da CF/88, pois não será a área superior a 2.500 ha, quando se exige prévia aprovação do Congresso Nacional. (PGE, 2006, p. 47)

Como podemos ver na Tabela 6, as áreas apresentadas pela Jari contêm excessos, em três casos maiores que os permitidos pela legislação.

Atualmente, o Decreto n. 1.805, de 21 de julho de 2009, art. 3º, inciso IV, determina uma situação oposta à orientação da PGE, uma vez que:

nos casos de aforamento em que houver área excedente, e a somatória da área total objeto do resgate for superior a 2.500 hectares o Congresso Nacional deverá ser

consultado nos termos do art. 188, § 1º da Constituição Federal.

Porém, a Instrução Normativa n. 05, de 15 de setembro de 2010, do Iterpa, continua indicando que os excessos de aforamentos serão tratados em separado: “Art. 2º. § 1º no caso de haver excedente do aforamento, este será considerado de forma autônoma, não computando-se para fins das respectivas autorizações legislativas a área aforada.”

Gráfico 2 – Área total de aforamentos comparada

ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA FISCAL DA FAZENDA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARÁ

L. 1 Fls. 27

19.56

ESTADO DO PARÁ

TÍTULO DE AFORAMENTO

de um terreno sem denominação própria para castanheira no Município de Almeirim, deste Estado, à margem direita de Rio Caracará,

que assina _____ o Sr. Aires Julio da Fonseca, português, casado, extrator de produtos nativos residente e domiciliado no Município de Almeirim

obrigando-se a pagar per hectare a Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública do Estado do Pará, o foro anual de 0,30 de centavo, do terreno sem denominação na quantia de Cr\$ 10.800,00, referente a taxa de aforamento recolhida ao D. Receita em 29/11/56, medindo, conforme verificação in loco, 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos, fica à margem direita de Rio "Caracará", afluente de rio Jary, limitando-se pelo lado de cima com terras devolutas, a partir do lugar "Chia-nele", por uma normal de rio ao centro; pelo lado de baixo com terras com o igarapé Dendon e terras devolutas e pelas fundos também com terras devolutas, e pelas também com terras devolutas, medindo aproximadamente / uma légua quadrada - ou seja a área de 3.600 hectares, devidamente demarcada no citado terreno constante do presente título

que lhe é aforado tendo em vista o requerimento em que ele prova possuir e lote por sucessivos arrendamentos, ainda mais provando através de vistoria, junta aos autos, conforme certidão de Tribunal de Justiça do Estado, anexa, a existência de várias benfeitorias, sendo-lhe depois das formalidades da lei, deferido o aforamento pelo sr. General Governador do Estado, tudo na forma do processo nº 2785/55, e em cumprimento ao acordo nº 284, de 11/7/56, do Tribunal de Justiça do Estado.

AOS três (3) dias do mês de dezembro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil novecentos e cinquenta e seis (1956) sexagessimo 67 da República dos Estados Unidos do Brasil, nesta cidade de Santa Maria de Belém, do Estado do Pará, Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública, compareceu o Senhor Aires Julio da Fonseca, português, casado, residente em Almeirim.

Obs.: A dimensão deste aforamento não excede de 6.000 mts. de frente por 6.000 ditos de fundos, conforme determina a lei nº 913, de 4.12.54.

Figura 8 – Título de Aforamento em nome de Aires Julio da Fonseca

apresentando-me requerimento original referente à operação de ratificação de posse do imóvel descrito e detalhado no anverso deste, e que tudo fica transladado a este livro e nestas Fls. com dita petição *ipsis literis*; e porque nesta, depois de devidamente processada pela Secretaria de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação: **com o despacho de Exmo. Sr. General Governador do Estado nos seguintes termos: "Deferido" Ad-referendum da Assembleia Legislativa do Estado nos termos da alínea B, do artº 23 da Constituição Estadual. Em, 25.1.56**

a) **Gen. Alexandre Z. de Assunção-Governador do Estado**, dá-se-lhe, por esta forma e com a inscrição do presente Título, exato cumprimento. **Térmo lavrado em cumprimento ao Acórdão nº 294, de 11/7/56, do Tribunal de Justiça do Estado.**

Em observância, enfim, a dito despacho, lavra-se o presente termo, pela qual a nova enfiteuse se obriga a pagar a Fazenda Pública o fóro da área constante do cabeçalho deste e que lhe será cobrado a partir desta data, assim como laudemio e domínio útil respectivo, na forma dos incisos 1.º 2.º e 3.º do artigo 46, número (2) dois da lei n. 913, de 4/12/54, obrigando-se mais o enfiteuta as seguintes condições: — PRIMEIRA — pagar ele enfiteuta, anualmente, o referido fóro em moeda corrente da República, e o direito dominial de um laudemio de 10% sobre o valor da transação, no caso de transferência ou venda do mesmo imóvel. SEGUNDA — Fazer o referido pagamento dos fóros à Fazenda Pública do Estado do Pará dentro de cada ano civil. TERCEIRA — Não fazer venda, doação, transação, permuta, cessão, divisão, penhor, hipoteca, constituição de servidão, doação em pagamento, concessão, anticreze ou outra qualquer alienação deste imóvel, ainda, e de forma ou maneira alguma, sem prévia audiência e expresse consentimento do Estado do Pará, como direto senhorio. QUARTA — Não destruir, escavar ou inutilizar qualquer obra ou edifício, ou parte do mencionado terreno, que já estiver consagrado ao uso e servidão pública, cedendo para o mesmo fim, quando necessário e sem extrepto judicial ou qualquer embaraço a quantidade precisa do terreno. QUINTA — Finalmente, incorrer o enfiteuta, na penas de comisso e de devolução ao Estado, no caso de faltar o cumprimento de qualquer das condições, ora estipuladas. Como assim disseram e todos se conformaram e obrigaram, assinam este TERMO, e eu *Alexandre Z. de Assunção* o escrevo.

a) **Gen. Joaquim de Magalhães Cardozo Barata-Governador do Estado**

a) **José Ribamar Cruz (procurador)**

Testemunhas: - **Castorina Azevedo Santes**

Evandro Rodrigues de Carmo

Era o que continha em o dito termo de posse pedido por certidão, e que foi transcrito do próprio livro a que me reporto. Procuradoria Fiscal da Fazenda Pública do Estado do Pará, aos *três (3)* dias de *Dezembro* de mil novecentos e cinquenta e

três (1956) Eu *Alexandre Z. de Assunção* o escrevo e datilografo.

Alexandre Z. de Assunção o escrevo.

Figura 9 – Título de Aforamento em nome de Aires Julio da Fonseca (verso)

4.4.4 Os títulos de posse não legitimados

Em 26 de novembro de 1976, a Jari protocolou no Iterpa o pedido de legitimação de 32 posses, formalizando o já mencionado Processo 05562/76. Como já vimos, os títulos de posse foram uma peculiaridade da legislação paraense, após a Proclamação da República, usados na tentativa de regularização fundiária e como forma de alienação das terras públicas estaduais.

Todos os imóveis tratados nessa seção têm sua origem em títulos de posse, ou seja, em um documento que enseja o início do processo de destacamento da terra do patrimônio público. Como dito, o título de posse não é um instrumento que completa a alienação, mas o primeiro passo de um protocolo que termina com a legitimação do título de posse, e, então, caracteriza-se a alienação do imóvel e seu destacamento do erário público.

A emissão dos títulos de posse, desde o Decreto n. 410 de 1891, teve regulamentação no tocante a vários aspectos, inclusive, limites máximos de áreas passíveis de alienação e, neste tópico, iremos, a partir de análises jurídicas, contrastar a documentação dos pretensos imóveis da Jari e essas regulamentações, de modo a identificar ou não vícios de origem.

Dos imóveis listados na escritura de compra e venda onde José Júlio de Andrade vende seus imóveis à empresa Jari Ltda., em 24 de dezembro de 1948¹³⁸, constavam os 32 títulos de posse não legitimados (os já legitimados, configuram títulos de propriedade e, no respectivo tópico, foram tratados). Após uma sequência de prorrogações que se estendeu por décadas, o prazo para que os pedidos de legitimação de tais títulos fossem feitos se esgotou definitivamente em 1996¹³⁹. Assim, ainda que esses títulos de posse ainda não tenham sido legitimados, o pedido de legitimação foi feito tempestivamente, em 1976.

¹³⁸ Lavrada, como já dito, às fls. 01 do livro n. 320 do Cartório de Notas Chermont, localizado em Belém, e transcrita, em 18 de janeiro de 1949, no Cartório de Registro de Imóveis do município de Monte Alegre, às fls. 07 a 11 do livro 3-E, sob o número de ordem 829.

¹³⁹ Com a edição do Decreto Estadual n. 1054, de 14 de fevereiro de 1996.

*Nota: Não pudemos identificar no mapa os imóveis Goiabal e São Miguel.

Como parte do processo de legitimação, toda a documentação apresentada pela Jari foi analisada, com base na legislação pertinente da época, por procuradores do setor jurídico do Iterpa, gerando um parecer já aqui citado, Iterpa (1978).

Esse parecer concluiu que apenas 19¹⁴⁰ dos 32 títulos de posse apresentados possuíam a documentação necessária para que seu processo de legitimação tivesse continuidade. Os outros 13¹⁴¹ possuíam falhas na cadeia sucessória, não restando comprovada a ligação entre a empresa requerente e os títulos de origem (ITERPA, 1978, p. 45s.). Em dois desses casos, Maracujá e Ilha Grande do Xingu, não havia qualquer documento entre a emissão do título de posse e a venda feita por José Júlio de Andrade. É preciso notar também que, de todos os 32 títulos de posse, apenas um, Panama (ou Mapau), teve José Júlio de Andrade como primeiro beneficiário.

Assim, o parecer considera o pedido de legitimação “viável”, desde que excluídas as áreas que apresentam falhas na documentação: “o pedido de legitimação deve ser considerado viável, em tese, excluídas as posses cuja documentação se apresenta incompleta ou imperfeita” (ITERPA, 1978, p. 51). Em termos de área, isso significa que de um total de cerca de 2.840.000 ha de supostos títulos de posse a serem legitimados, 2.710.000 ha (95%) já foram considerados não suscetíveis à legitimação (Gráfico 3). É preciso adiantar que, desses, 2.640.000 ha (93% do total) estão concentrados em um único título de posse, o da Fazenda Saracura, da qual trataremos separadamente adiante. Os 130.000 ha (5%) restantes estariam ainda, como veremos, sujeitos a outras limitações.

Outra condição elencada pelos procuradores é o respeito aos limites descritos em cada título, porém, sem prejuízo de possíveis posseiros que

¹⁴⁰ São eles: Maripamu; Porto Alegre; Cruzeiro; Ilha Urumã; Boa Esperança; Gonçalado ou Gonçalado da Ilha do Maroin; São Raymundo; Boa Vista; Marachipaua [Ilha do Maracachipaua]; Paraizo; Niterói; Conceição; Cuieiras; Santo Antônio do Fugido; São João; Terra Preta do Castanhal; Castanhal do Urucurituba; Santo Antônio do Título de Posse [do Urucurituba]; e Panamá ou Mapau.

¹⁴¹ Goiabal; Bom Intento; Maracujá; Igarapé Pucu; Jaburu; Ilha Grande de Xingu; Maracapucu; São Miguel ou Cujahy; Pau Grande; Santa Maria ou Arumanduba; Santana; Campos Saracura; e Fazenda Saracura.

ocupassem, de modo legítimo, a área. Diz o parecer que “devem ser observados para cada qual das posses legitimandas, os limites naturais consignados em cada título, contanto que não se superponham outros títulos legítimos, nem prejudiquem posseiros amparados pelas Constituições Federal e Estadual” (Ibidem, p. 52). É certo que tais posseiros existiam – como existem até hoje –, mas isso só se confirmaria nas etapas seguintes do processo, com o devido levantamento em campo.

A Lei n. 4.584, de 08 de outubro de 1975, em seu art. 29 estabelece que

§ 3º - Serão excluídas de legitimação de posse as terras sobre as quais já houverem sido expedidos Títulos Provisórios ou Definitivos, bem assim aqueles onde outros posseiros comprovem, por período superior a um (1) ano, ocupação efetiva não judicialmente, impugnada pelos antigos possuidores.

Gráfico 3 – Comparação das áreas dos títulos de posse apresentados pela Jari (ha), segundo análise documental Iterpa, 1978

O parecer de 1978 faz uma longa explanação a respeito da aplicação da legislação elencada como pertinente pelos procuradores. Entre suas principais observações, está a discussão a respeito do tamanho dos imóveis e os limites passíveis de legitimação.

Em primeiro lugar, eles concluem que não cabe o enquadramento do pedido no chamado “regime legal diferente”, que permitiria a legitimação de áreas maiores do que limite então vigente:

Contudo, ainda que juridicamente legitimáveis tais posses, não se lhes aproveita, de modo algum, o pretendido benefício do regime legal diferente, como argumento

excepcionante ao limite máximo de 4.356 hectares para cada lote pretendido. (ITERPA, 1978, p. 46)

O parecer fundamenta tais dizeres no art. 29, § 2º, da acima citada Lei n. 4.584, de 1975, que explicita que

A extensão de cada lote legítimável será constante do respectivo registro, não podendo exceder, salvo quando concedido sob regime legal diferente, de 1.089 hectares quando as terras se destinarem à indústria extrativa, 2.178 hectares quando se destinarem à lavoura, e 4.356 hectares quando se destinarem à pecuária, conforme o art. 4º, da Lei n. 1.741, de 18 de novembro de 1918, revigorado pelo art. 254, do Decreto n. 1.044, de 19 de agosto de 1933. (ITERPA, 1978, p. 46)

Após uma longa análise legal, o parecer indica a absoluta inaplicabilidade do “regime diferente”:

[...] não há que se falar em regime legal diferente, a não ser, – e isso já seria uma interpretação forçada – nas concessões decorrentes da Lei n. 1.238/11, por força da qual veio a ser autorizado o processamento de alienações até o limite máximo de 100.000 hectares.

E a prova mais exuberante de que o limite de 4.356 hectares sempre se constituiu em regra absoluta e de inquestionável rigidez, é que a própria Lei 1.235/11, conquanto prevísse alienações por compra até 15.000 hectares, fez questão de ater-se também, relativamente às extensões legítimáveis, à mesma sistemática das concessões de légua em quadra já tradicionalmente consagradas na contextura legislativa paraense. (ITERPA, 1978, p. 48s.)

Por fim, o parecer exclui qualquer possibilidade de as posses serem legitimadas em “regime legal diferente” e estabelece como limite a extensão máxima de 3 mil hectares, ou seja, o limite constitucional à época do pedido de legitimação e da elaboração do parecer. (Ver Tabela 7 e Tabela 8.)

Tabela 7 – Títulos de Posse com área até o limite máximo permitido pela legislação vigente

Nº	DATA EXPEDIÇÃO	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Área segundo a Jari (ha)	Área legitimável Iterpa 1978	Área legitimável Iterpa 2013
1	17/06/1892	Goiabal ³	Sem localização de matrícula ²	10,00	–	10,00
2	13/08/1893	Maripamu	Sem localização de matrícula ²	30,00	30,00	30,00
3	05/08/1893	Bom Intento	Sem localização de matrícula ²	110,00	–	110,00
4	11/07/1892	Maracujá	Sem localização de matrícula ²	200,00	–	200,00
5	12/06/1892	Porto Alegre	Sem localização de matrícula ²	580,80	580,80	580,80
6	14/09/1892	Cruzeiro	n. 2249, fls. 141, livro 2-H	580,80	580,80	580,80
7	12/09/1899	Ilha Urumã	Sem localização de matrícula ²	825,00	825,00	825,00
8	07/07/1897	Boa Esperança	Sem localização de matrícula ²	1.089,00	1.089,00	1.089,00
9	21/11/1896	Igarapé Pucu	Sem localização de matrícula ²	1.089,00	–	1.089,00
10	19/09/1893	Jaburu	n. 2249, fls. 141, livro 2-H	1.452,00	–	1.452,00
11	10/02/1899	Ilha Grande de Xingu	n. 401, fls. 84, livro 2-B	1.633,00	–	1.633,00
12	30/01/1854	Gonçalado ou Gonçalado da Ilha do Maroin ⁴	Sem localização de matrícula ²	2.178,00	2.178,00	2.178,00
13	20/12/1894	São Raymundo	n. 2252, fls. 144, livro 2-H	2.178,00	2.178,00	2.178,00
14	06/08/1897	Boa Vista	Sem localização de matrícula ²	2.178,00	2.178,00	2.178,00
15	16/09/1899	Marachipaua [Ilha do Maracachipaua]	Sem localização de matrícula ²	2.178,00	2.178,00	2.178,00
16	30/10/1899	Paraizo	Sem localização de matrícula ²	2.178,00	2.178,00	2.178,00
17	18/09/1893	Maracapucu	Sem localização de matrícula ²	2.178,00	–	2.178,00
18	30/01/1894	São Miguel ou Cujahy ⁵	n. 2251, fls. 143, livro 2-H	2.178,00	–	2.178,00
19	11/03/1897	Pau Grande	n. 2253, fls. 145, livro 2-H	2.178,00	–	2.178,00
20	15/09/1893	Niterói	n. 2246, fls. 138, livro 2-H	4.356,00	3.000,00	4.356,00
21	15/11/1893	Conceição	n. 2256, fls. 148, livro 2-H	4.356,00	3.000,00	4.356,00
22	18/12/1903	Cuieiras	n. 2255, fls. 147, livro 2-H	4.356,00	3.000,00	4.356,00
23	30/01/1904	Santo Antônio do Fugido	Sem localização de matrícula ²	4.356,00	3.000,00	4.356,00

Nº	DATA EXPEDIÇÃO	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Área segundo a Jari (ha)	Área legitimável Iterpa 1978	Área legitimável Iterpa 2013
24	21/09/1904	São João	Sem localização de matrícula ²	4.356,00	3.000,00	4.356,00
25	04/08/1892	Santa Maria ou Arumanduba	n. 2257, fls. 149, livro 2-H	4.356,00	–	4.356,00
26	16/08/1894	Santana	n. 4533, fls. 34, livro 2-R	4.356,00	–	4.356,00
Total				55.515,60	28.995,60	55.515,60

¹ Todos os registros foram feitos no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre.

² Imóveis para os quais não conseguimos localizar a matrícula, mas apenas na transcrição n. 829, às fls. 09 a 11 do livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre, em 18/01/1949, da Escritura Pública de Compra e Venda na qual José Júlio de Andrade vende suas terras à Jari Ltda. É preciso lembrar que todos esses imóveis, oriundos de títulos de posse não legitimados, foram incorporados, como se fossem propriedade, no ato da unificação de matrículas que deu origem à matrícula n. 4.554, posteriormente bloqueada.

³ Não encontrados no mapa.

⁴ Gonçalado da Ilha do Maroin tem como origem um Registro Paroquial.

⁵ São Miguel não foi encontrada no mapa. Essa posse foi vendida pela Jari, em 30 de julho de 1997, junto com parte dos imóveis Campos Saracura, Arumanduba, Santa Maria do Arumanduba, Santana e Pedreira para a D.D. Uliana Administração Industrial Ltda., constituindo a matrícula n. 4.532, fls. 33, livro 2-R do Registro de Imóveis de Monte Alegre, com uma área total de 22.353 ha.

Tabela 8 – Títulos de Posse com área maior que o limite permitido pela legislação vigente

Nº	DATA EXPEDIÇÃO	NOME DO IMÓVEL	MATRÍCULA ¹	Área segundo a Jari (ha)	Área legitimável Iterpa 1978	Área legitimável Iterpa 2013
1	16/09/1899	Terra Preta do Castanhal	n. 2254, fls. 146, livro 2-H	6.534,00	3.000,00	4.356,00
2	15/01/1904	Castanhal do Urucurituba	Sem localização de matrícula ²	17.424,00	3.000,00	4.356,00
3	22/01/1904	Santo Antônio do Título de Posse [do Urucurituba]	Sem localização de matrícula ²	17.424,00	3.000,00	4.356,00
4	03/10/1899	Panamá ou Mapau	Sem localização de matrícula ²	52.472,00	3.000,00	4.356,00
5	27/10/1891	Campos Saracura	n. 2250, fls. 142, livro 2-H	52.272,00	–	4.356,00
6	27/10/1894	Fazenda Saracura	n. 2259, fls. 151, livro 2-H	2.640.000,00	–	4.356,00
Total				2.786.126,00	12.000,00	26.136,00

¹ Todos os registros foram feitos no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre.

² Imóveis para os quais não conseguimos localizar a matrícula, mas apenas na transcrição n. 829, às fls. 09 a 11 do livro 3-E, no Cartório de Registro de Imóveis de Monte Alegre, em 18/01/1949, da Escritura Pública de Compra e Venda na qual José Júlio de Andrade vende suas terras à Jari Ltda. É preciso lembrar que todos esses imóveis, oriundos de títulos de posse não legitimados, foram incorporados, como se fossem propriedade, no ato da unificação de matrículas que deu origem à matrícula n. 4.554, posteriormente bloqueada.

Assim, a situação ficou ainda mais desfavorável à Jari: dos cerca de 2.840.000 ha apresentados em títulos de posse, apenas 41.000 ha foram considerados lídimos para legitimação de acordo com a avaliação desses procuradores, uma redução bastante significativa – e isso apenas com a análise dos documentos, ou seja, antes de qualquer trabalho de campo (**Gráfico 4**). Esse número cairia ainda para aproximadamente 29.000 ha se considerarmos apenas os títulos de posse que respeitaram a extensão máxima legal na época, a légua quadrada (4.356 ha).

Gráfico 4 – Área dos títulos de posse apresentados pela Jari (ha), segundo análise do Iterpa em 1978

Outra preocupação do parecer é com a aplicabilidade da legislação que limita a aquisição de terras por estrangeiros, Lei Federal n. 5.709, de 07 de outubro de 1971 e seu regulamento, Decreto n. 74.965, de 26 de novembro de 1974. Por ser a Jari, na época, uma empresa brasileira constituída por pessoa jurídica estrangeira, com maioria de capital e sede no exterior, estaria sujeita a essa legislação (ITERPA, 1978, p. 51). De acordo com as leis federais, o total das terras adquiridas pela empresa não poderia exceder um quarto da área total do município¹⁴² ou “50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua”¹⁴³. E ainda:

¹⁴² Art. 5º do Decreto n. 74.965, de 26 de novembro de 1974.

¹⁴³ Art. 3º da Lei Federal n. 5.709, de 07 de outubro de 1971.

Art. 12 - A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis, com base no livro auxiliar de que trata o art. 10.

§ 1º - As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias, em cada Município, de mais de 40% (quarenta por cento) do limite fixado neste artigo.

Isso equivaleria que para o município de Almeirim, o limite máximo para apropriação privada por estrangeiro seria de 678.700 ha, número muito inferior ao que se arrogava a empresa.

Diante da impossibilidade de regularizar aquelas áreas, graças à legislação que limitava a aquisição de terras por estrangeiros, o Estado simplesmente se omitiu em tomar qualquer atitude. Ainda que toda a área fosse realmente propriedade privada, a compra da Jari e seu patrimônio imobiliário pela empresa de Ludwig foi ilegal, mas aconteceu sob as bênçãos do presidente marechal Castelo Branco. A criação do Gebam, mudando a competência da questão de órgão, parece ter sido mais um evento no sentido de adiar uma solução. Houve, assim, tempo para que o empreendimento fosse nacionalizado e a limitação para estrangeiros não mais se aplicasse.

Tendo o município de Almeirim 6.787.000 ha¹⁴⁴, os procuradores observam, então, que a aplicabilidade da lei de terras para estrangeiros demandaria consulta ao presidente da República e ao Conselho de Segurança Nacional, tal como estipulado no art. 3º §3º da Lei Federal n. 5.709/71¹⁴⁵.

Assim, em abril de 1980, o parecer elaborado em 1978 foi encaminhado, pelo então presidente do Iterpa, para o governador do estado, indicando a

¹⁴⁴ Tal como informa memorando do Iterpa de 05 de maio de 1978, à página 479 do Processo 05562/76 – ITERPA. Note-se que, segundo dados de 2013 do IBGE, a área de Almeirim é de 7.295.479,8 ha, o oitavo maior município brasileiro.

¹⁴⁵ “Art. 3º - A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.

§ 1º - Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.

[...]

§ 3º - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá aumentar o limite fixado neste artigo.”

necessidade de consulta ao Conselho de Segurança Nacional. O governador Alacid da Silva Nunes, por sua vez, ainda em abril de 1980, encaminhou o parecer ao então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, General de Brigada Danilo Venturini. Esta é a última movimentação do Processo 05562/76.

Com a criação do Gebam, em 1980, o problema fundiário do Jari saiu, como vimos, da competência do Iterpa. Em 1996, o processo de legitimação dos títulos de posse é reaberto no Iterpa, sem que nenhuma atividade do Gebam tenha sido registrada. De acordo com o Ofício n. 0316/97, do Gabinete da Presidência do Iterpa¹⁴⁶, a iniciativa de reabertura partiu da própria presidência do órgão, então ocupada por Ronaldo Barata, e se concretizou após manifestação de interesse da empresa.

A nacionalização do projeto, em 1982, fez com que a restrição para aquisição de terras por estrangeiros não mais se aplicasse.

Quanto aos limites de área para a legitimação de cada posse, estabelecido em 1978 em 3 mil hectares, o limite constitucional da época, seguindo a mesma linha de coerência, poderíamos questionar se o limite máximo para a legitimação das posses pleiteadas pela Jari, hoje, não seriam 2.500 hectares, por conta da aludida redução do limite constitucional, em 1988, para alienação de terras públicas sem anuência do Congresso Nacional.

Em novo relatório, em 2006, Carlos Lamarão, um dos autores do parecer de 1978, e demais representantes do Iterpa no Grupo de Trabalho em conjunto com a PGE, ratificam a argumentação a favor da obediência ao limite constitucional vigente à época do pedido de legitimação:

É importante notar, ainda, que no caso específico das legitimações de posses requeridas pela empresa antecessora da Jari Celulose S.A., através do Processo Administrativo n. 05562/76 ITERPA, poderão elas ser concluídas até a dimensão de **3.000 hectares**, por lote, em obediência ao limite máximo fixado pela Constituição Federal vigente à época, independentemente de nova autorização legislativa, considerando não só que o art. 29

¹⁴⁶ Tal ofício, dirigido ao Diretor de Desenvolvimento Regional do BNDES, está entre as páginas iniciais do Processo n. 05562/76, sem numeração.

da Lei n. 4.584/75 já concedera tal permissão, mas também que o art. 41 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989 autorizou, expressamente, que os processos de regularização fundiária, protocolados no órgão estadual competente, até a data da instalação da Assembleia Estadual Constituinte, fossem concluídos nos termos da legislação anterior. Por envolver 32 títulos, a regularização dessas áreas poderá, nesse caso, atingir a extensão máxima de **96.000 hectares**. (ITERPA, 2006, p. 29, sem negrito no original).¹⁴⁷

Há ainda um parecer de 2005 (ITERPA, 2005), assinado por Ibraim Rocha e Carlos Lamarão, que ratifica esse limite de 3 mil hectares.

Entretanto, Lamarão, em 2013, na condição de presidente do Iterpa, parece ter revisto seus posicionamentos e adotado uma interpretação mais afinada com as pretensões da empresa. Lamarão passou, então, a defender o limite de 4.356 ha para a legitimação desses títulos de posse:

Os tempos e os ventos mudaram, alterando a perspectiva de visão socioeconômica do empreendimento, como também, de algum modo, até mesmo a pertinência de algumas nuances legislativas, como, por exemplo, a conceituação adotada pela Constituição Federal de 1988, quanto a **imóvel rural produtivo**, em confronto com a antiga noção contida no Estatuto da Terra, de “**latifúndio por extensão**”, e o teto constitucional estabelecido para autorização senatorial, hoje em via congressual, de 3.000 para 2.500 hectares. (ITERPA, 2013, p. 5s.)

Lembramos, aqui, como já comentado, que embora o prazo para legitimação dos títulos de posses esteja legalmente expirado, os títulos de posse da Jari (à exceção de um caso) ainda são passíveis de terem sua legitimação. Ocorre que a empresa protocolou um processo requerendo a legitimação das 32 posses em 1976, portanto, quase 20 anos antes de o prazo se esgotar, ou seja, agiu tempestivamente e não poderia ser penalizada em função da morosidade do órgão público em dar andamento em seus processos. O fato de o estado do Pará não ter deferido ou indeferido os processos, neste particular, o coloca em débito com a pretendente das legitimações, que teria direito a ter respondidos e definidos seus requerimentos, seja deferindo, seja indeferindo-os. Entretanto, o

¹⁴⁷ Trata-se do relatório feito em 2006 pelos representantes do Iterpa no GT em conjunto com a PGE, mas que não assinam o relatório da PGE, como explicamos na página 111.

latifúndio se beneficia da inação do Estado, pois, embora os títulos possam (pela questão dos prazos) ainda serem legitimados, a grande maioria da área não poderia ser legitimada por vício em sua documentação. Então, a paralização dos processos vem em prol da Jari uma vez que a não resposta aos pleitos mantém o *status quo* e a empresa continua explorando uma área da qual não é proprietária.

E Lamarão chega mesmo a reproduzir seu parecer de 2006, sílaba a sílaba, alterando, apenas, o que ele entende ser o limite máximo passível de ser legitimado em favor da Jari:

É importante notar, ainda, que no caso específico das legitimações de posses requeridas pela empresa antecessora da Jari Celulose S.A., através do Processo Administrativo n. 05562/76 ITERPA, poderão elas ser concluídas até a dimensão de **4.356 hectares**, por cada lote, em obediência ao limite máximo fixado pela Constituição Federal vigente à época, independentemente de nova autorização legislativa, considerando não só que o art. 29 da Lei n. 4.584/75 já concedera tal permissão, mas também que o art. 41 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1989 autorizou, expressamente, que os processos de regularização fundiária, protocolados no órgão estadual competente, até a data da instalação da Assembleia Estadual Constituinte, fossem concluídos nos termos da legislação anterior. Por envolver 32 títulos, a regularização dessas áreas poderá, nesse caso, atingir a extensão máxima de **139.392 hectares**¹⁴⁸. (ITERPA, 2013, p. 25, sem negrito no original)

Ou seja, se antes o limite constitucional de 3 mil hectares seria indubitavelmente limite aos pedidos de legitimação de posse da Jari, hoje, em novos “tempos e ventos”, a Constituição Federal já não configuraria, ao entendimento de Lamarão, óbice algum à pretensão da empresa de legitimar até 4.356 ha, quase o dobro do limite constitucional atual.

¹⁴⁸ Essa conta que chega aos 139.392 hectares considera cada título de posse com, indistintamente, 4.356 ha. Como mostra a Tabela 7, 19 desses títulos não atingem esse valor máximo. Além disso, não há qualquer consideração a respeito de para qual tipo de exploração cada título foi emitido, o que, em alguns casos, reduziria os limites máximos de área (ver o já citado art. 29, § 2º, da Lei n. 4.584, de 1975).

O relatório da PGE de 2006, por sua vez, também aceita limite máximo de 4.356 ha para cada posse:

Assim, por evidente, os imóveis cuja documentação esteja assentada em via regressiva, em registros intendenciais de posse não legitimadas e nem revalidadas, protocolados no Iterpa antes de 31 de dezembro de 1996, poderão ser objeto de legitimação, **de acordo com a dimensão dos respectivos documentos**, com fundamento no art. 1º da Lei n. 4.992/81, que deu nova redação ao Decreto-Lei n. 57/69, modificado pelo art. 27, inciso VIII, da Lei n. 4.584/75, e a **área possível de ser legitimada por cada título será de, no máximo, de 4.356 ha**". (PGE, 2006, p. 65, sem negrito no original)

E também cita o limite máximo de mais de 139 mil hectares para o conjunto das posses legítimas: "pressupondo que cada um destes registros de posse seja de dimensão máxima de 4.356 ha, evidentemente que as áreas decorrentes desses 32 títulos não pode ultrapassar a dimensão máxima de 139.392 ha" (PGE, 2006, p. 64).

Algo que poderíamos inferir aqui seria a razoabilidade de se legitimar título a título, entendendo-os como se diferentes imóveis fossem, ante o apresentado no tópico 4.3, onde normativas agrárias deixam claro que todas essas pretensões configurariam um único imóvel rural.

Porém, para as posses em que se chegue a esse teto, também evoca o limite constitucional atual, de 2.500 ha:

Nesse caso, por atingir área superior a 2.500 ha, atrairá a incidência do art. 188, § 1º, da Constituição Federal de 1988, ou, se a área definida for inferior a 2.500 ha, por se tratar de modalidade de concessão de terras públicas, aplica-se os critérios definidos em lei para a transferência do domínio público ao particular de terras públicas, especialmente o art. 241, *caput* e incisos, da Constituição Estadual^[149].

¹⁴⁹ Qual seja: "Art. 241. O Estado somente concederá suas terras, até o limite máximo de dois mil e quinhentos hectares, respeitadas as seguintes normas, além de outras previstas em lei:
I – área de até mil e quinhentos hectares, mediante aprovação do órgão fundiário competente;
II – área acima de mil e quinhentos até o limite de dois mil e quinhentos hectares, além do disposto no inciso anterior, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Legislativa."
(Constituição do Estado do Pará, de 5 de outubro de 1989)

Desse modo, conclui-se que, das áreas decorrentes desses 32 títulos de posse, poderão ser legitimados sobre uma área de dimensão máxima de 139.392 ha (cento e trinta e nove mil, trezentos e noventa e dois hectares), sendo aplicáveis o regime legal e o constitucional pertinentes. (PGE, 2006, p. 66).

É também nesse relatório de 2006 que se fala com mais ênfase da necessidade de a Jari realmente ocupar aquelas áreas como condição para a legitimação dos títulos de posse:

Não resta dúvida, pois, quanto à possibilidade de legitimação desse imóveis cobertos por títulos de posse, desde que sejam cumpridas, pela empresa interessada, as exigências legais relativas à prévia comprovação dos pressupostos essenciais que regulamentam os procedimentos desta natureza, **principalmente os que se refere ao efetivo aproveitamento daquelas terras**. (PGE, 2006, p. 64, sem negrito no original)

Vale notar, ainda, que, de acordo com o Ofício n. 0316/97, de 21 de julho de 1997, escrito por Ronaldo Barata, então presidente do Iterpa, para o Diretor Regional do BNDES¹⁵⁰, o parecer escrito em 1978 sobre os títulos de posse da Jari “não foi reconhecido oficialmente pelos organismos federais encarregados do estudo do assunto”, no caso, o Gebam. Ainda de acordo com esse ofício,

o processo de legitimação das posses em tramitação do Iterpa (Processo n. 05562/76), ficou paralisado à espera de uma manifestação por parte daquele novo órgão (Gebam). É importante destacar que, até agora, apesar das inúmeras solicitações feitas pelo Iterpa aos órgãos federais, não se sabe quais as conclusões a que chegou o Gebam no que se refere a situação fundiária das terras do Jari.

A despeito da já comentada maior flexibilidade de Lamarão em prol da Jari, também alterações na legislação vieram em prol do latifúndio. Se 13 posses foram tidas, em 1978 como não passíveis de serem legitimadas em virtude de não apresentarem uma cadeia dominial sucessória ininterrupta, todas elas perderam esse obstáculo em virtude do advento da Lei n° 4.884, de 11 de dezembro de 1979.

¹⁵⁰ Tal ofício, já citado, está entre as páginas iniciais do Processo n. 05562/76, sem numeração.

Por conta dessa lei, os pareceres mais recentes não mencionam as falhas nas cadeias sucessórias dos títulos de posse. Isso se deu por conta da alteração de 1979 à Lei Estadual n. 4.584/75, que ficou com a seguinte redação:

Art. 29 - As posses legalmente registradas nas repartições de terras do Estado poderão ser legitimadas desde que os interessados o requeiram até 31 de dezembro de 1976.

§ 1º - Os requerentes deverão comprovar que a posse foi mantida através da respectiva cadeia sucessória **durante os últimos vinte (20) anos, contados da data do Requerimento**, devendo ser expedido o Título Definitivo de propriedade em nome do ocupante atual, após a necessária demarcação. (Redação alterada pela Lei nº 4.884, de 11 de dezembro de 1979)

Assim, não há mais a necessidade de comprovação da cadeia sucessória desde a origem do título de posse – e desde que houvesse, de fato, um título de posse emitido para o imóvel. Uma vez que os imóveis foram adquiridos pela própria Jari em 1948, retrocedendo 20 anos da data do pedido de legitimação feito pela Jari, protocolado em 1976, não haveria mais cadeia sucessória a se comprovar.

Podemos questionar se a legislação que renuncia à comprovação da cadeia sucessória ininterrupta não feriria a legislação federal a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e, principalmente, os princípios do Código Civil.

Uma última observação a respeito dos títulos de posse diz respeito aos emitidos com áreas acima da estabelecida pela legislação vigente na época da emissão, a légua quadrada, ou 4.356 ha. Assim como o já dito aqui sobre os títulos de propriedade emitidos à revelia do limite legal, acreditamos que tal fato configura vício de origem, o que ensejaria a nulidade do ato e a impossibilidade de legitimação desses títulos, mesmo se considerada apenas parte de sua área, até o limite de 4.356 ha.

Entretanto, não foi esse o entendimento do Iterpa (2013) e da PGE (2006), que consideram a possibilidade de legitimação de todas essas posses até o limite de 4.356 ha. Assim, o total da área legitimável chegaria a 81.651,60 ha, considerando-se as áreas dos títulos inferiores à légua quadrada. (Ver Gráfico 5)

Gráfico 5 – Comparação das soma das áreas (ha) apresentadas pela Jari e indicadas como legítimas pelo Iterpa em 1978 e 2013

Mapa 10 – Títulos de posse classificados quanto a documentação e limites legais de área

4.4.4.1 A Fazenda Saracura

A Fazenda Saracura, com seus míticos 2.640.000 ha, é o mais comentado imóvel da história da Jari.

Na verdade, há dois imóveis chamados Saracura, o Fazenda Saracura e o simplesmente Saracura, às vezes chamado de “Campos Saracura”. Ambos tiveram seu título de posse registrado no dia 27 de outubro de 1894 em nome dos órfãos Anna, Raymundo e Lisbino, “filhos legítimos do Capitão Ignacio José Cardoso da Fonseca e de sua mulher D. Maria Pingarilho da Fonseca, ambos já falecidos”¹⁵¹. Os três menores teriam recebido as posses como herança em fevereiro de 1888.

Pelas descrições dos dois imóveis, eles estariam frente a frente, em ambas as margens do rio Arraiolos, nas proximidades de sua foz com rio Amazonas, a Fazenda Saracura à margem esquerda e Saracura à margem direita. Cada um deles tem uma cadeia sucessória distinta, chegando, com falhas, a José Júlio de Andrade.

Quanto ao tamanho, ambas têm área muito acima do limite de 4.356 ha. Saracura é descrita, no título de posse, com “três léguas de frente e quatro ditas de fundos, mais ou menos”, o equivalente a 52.272 ha. Contudo, ainda fica pequena perto da Fazenda Saracura.

A Fazenda Saracura, desde a Declaração de Posse – documento que inicia o processo de registro de posse, que termina com a emissão do título de posse –, é descrita com “quatro léguas de frente e um milhão de metros de fundos, mais ou menos”¹⁵² (**Figura 10**), uma medida bastante incomum, tanto pelo uso do sistema métrico como, mais ainda, pela extensão da área: 2.640.000 ha, uma área maior que o estado de Sergipe¹⁵³. E, a partir daí, essa mesma medida se repete em todos os documentos referentes a esse imóvel.

¹⁵¹ Registro de Posses de Almeirim, livro 2, fls. 49v. a 50v., a Fazenda Saracura, e fls. 50v. a 51, o imóvel Saracura.

¹⁵² Processo de registro de posse da Fazenda Saracura, n. 7405 - ITERPA, de 1894, folha sem numeração.

¹⁵³ Sergipe, o menor estado brasileiro, tem 2.191.849,30 ha, atrás de Alagoas, com 2.777.499,30 ha (fonte: IBGE, 2013).

Declaração de posse.

Nomes dos possiveiros: Anna, Raymundo e Bisking, orphãos filhos legítimos do Capitão Ignacio José Cardoso da Fonseca e de sua mulher D. Maria Pugarilho da Fonseca, ambos já falecidos, representados por seu legítimo tutor Antonio da Silva Pugarilho.

Nome e situação dos Campos: Fazenda "Saracura" à margem esquerda do rio Arayá, los d'este Município.

Área: Quatro leguas de frente e um milhão de metros de fundos, mais ou menos.

Casas e benfeitorias: Duas casas de madeira real cobertas de palha, uma que serve de retiro e outra para morada habitual com varanda adiante e atrás, duas salas e duas alcovas, um corredor no interior, cozinha, currais de madeira real, caixas e arranhamentos, um curral, ingazeira, muitas plantações frutíferas, roças de mandioca com axiamento para fabrico de farinha, sendo os campos de varzea pela frente e de terra firme pelos fundos, próprios para criação de gado e ocupados pela pastagem do gado pertencente a dita fazenda que é habitada pelo capitão Manuel Joaquim Apolha, que cultiva parte dos terrenos da mesma, nos quais seistem também diversas pessoas por concessão do mesmo.

Figura 10 – Declaração de posse da Fazenda Saracura (trecho), 14 set. 1894.

Tal extensão, entretanto, além de exceder em muito o limite legal para emissão de títulos de posse (de uma légua por uma légua, ou 4.356 ha), configura um erro evidente. Ela é tão absurda que, se somarmos às outras áreas que a Jari reivindica e considerarmos os rios Paru, Jari e Amazonas como limites naturais, ela não caberia no continente e avançaria em direção ao mar do Caribe. Tanto é assim que nem a própria Jari acredita ter toda essa área. De acordo com o mapa que compõe a gleba Jari I, a Fazenda Saracura teria 386.435 ha. Contudo, não há qualquer base documental para tal número. Chega-se a ele ao, simplesmente, se excluir do total da área pretendida pela Jari as áreas supostamente cobertas por outros títulos.

Figura 11 – Registro de posse da Fazenda Saracura (trecho 1), 27 out. 1894.

ILEGÍVEL

tio e tutor Antonio da Silva Longuinho. Nome e situação dos Campos.
 OBS. O presente título foi considerado válido pelo CPAD através do RAD. n.º 2880 aprovado por despacho da Sr. Pres. de ante de do TERPA em 26/01/2006.

"Fazenda Saracura" é margem esquerda do rio Araripe, este rio
 principia no rio Saracura. Carreiros legados de frente e um milhar de metros
 considerados fundos, mais ou menos. - Carreiros e bem feitos. - Vários eiras de
 madeira mal cobertas de pedras uma que serve de retiro e outra
 para moradia habitual com varanda alcinada e outras, duas se-
 das e duas alcoras um corredor no centro e cozinha, currais de
 madeira mal, caixas e arrumamentos, um curral, mazenha,
 muitas plantações frutíferas, roças de mandioca com arvoredo
 para fubise de farinha, sendo os campos de murra pela frente
 e de terra firme pelos fundos, por fim para criação de gado
 e ocupados pela pastagem do gado pertencente adita fazenda
 que é habitada pelo Capitão Manoel Joaquim Sophia, que cul-
 tiva parte dos terrenos da mesma, dos quais existem também
 diversas pessoas por concessão do mesmo. Limites. Pela frente o
 rio Araripe, pelo lado direito a ponta fronteira ao igarapé de
 denominado Poço, acima do lugar chamado Pau Grande, pelo lado
 esquerdo a por do referido rio, e saindo de rote para a parte de baixo,
 a margem esquerda do Araripe, os fundos pelo centro do subitido.
 dignos noturnos. Pelo lado direito, adita ponta fronteira ao igarapé
 denominado Poço acima do lugar chamado Pau Grande, pelo lado
 esquerdo a boca do rio Araripe, e a margem esquerda do Araripe,
 os fundos pelo centro e lado Pau Grande a ponta denominada de
 monte e a ilha cham. - Carreiros e do lado da cerca da fazenda, tendo
 do por parte de partida o retiro denominado Arimambaguara, tem
 por limites, ao norte a cabeceira do igarapé Arimambaguara, ao nascente
 a grande mata que circula o dito campo, ao sul a desembocadura
 da estrada denominada Saracura, e ao lado do ponto, o riacho
 capim seguindo até a serra Tabatinga, e partindo da desembocadura
 na Braguelha estrada seguindo em direção ao riacho Saracura,
 subindo adita mata grande, tendo nesses campos uma estrada
 com trinta palmos de largura e duas leguas mais ou menos de com-
 primento, aberta pelo meio da grande mata, que da passagem
 ao gado para o campo geral de terra firme. Comprimento. Capitão
 Manoel Joaquim Sophia. Memorandum. Para melhores esclareci-
 mentos, os declarantes juntam os docs. n.º um e dois uma relação
 com certidão de herança em pública forma e um auto de pos-
 sissão. Abaixo de 14 de Setembro de 1894. Por parte do Sr. Di-
 rector de Souza Pinheiro. Estão quatro estampilhas no valor de

Figura 12 – Registro de posse da Fazenda Saracura (trecho 2), 27 out. 1894.

De todo modo, em 2004, a Jari foi à justiça requerendo a “demarcação e aviventação judicial das terras da Fazenda Saracura” e também a correção dos seus limites¹⁵⁴. Essa ação pressupõe ser a Fazenda Saracura propriedade, apesar de o título de posse ainda não ter sido legitimado pelo Iterpa. Ela se fundamentava juridicamente no art. 316 da Constituição do Estado do Pará e no art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dizem o seguinte, respectivamente:

Art. 316. Todo aquele que possuir terras estaduais, do domínio público ou privado, por mais de quarenta anos ininterruptos, contados anteriormente a 1º de janeiro de 1917, sem contestação, adquirirá automaticamente o seu domínio, devendo para este fim, tão-somente apresentar ao órgão fundiário competente documentação que comprove essa posse, através de títulos legítimos, com os respectivos impostos pagos ao Estado.

Art. 44. As áreas de terras sobre as quais existam decisões judiciais de partilha ou de adjudicação e as respectivas cadeias dominiais comprovem a existência de título legítimo são consideradas propriedades, devendo a sua regularização, no órgão fundiário do Estado, ocorrer sem nenhum pagamento por parte do interessado.

De acordo com essa legislação, o inventário que transferiu a Fazenda Saracura para os órfãos poderia servir como destacamento do imóvel do patrimônio público, constituindo, assim, propriedade privada.

Esse processo teve uma decisão contrária em primeira instância, com a juíza substituta da Comarca de Almeirim argumentando que “a requerente não apenas nunca foi proprietária do imóvel em discussão, como também que somente obteve a posse documental do mesmo” e “não exerceu sobre a totalidade dele qualquer atividade econômica”. Ela considera, ainda, que “grande parte da área que a requerente diz ser sua vem sendo ocupada já há muitos anos por pequenos agricultores, os quais tiram da terra o alimento de suas famílias”.

¹⁵⁴ Trata-se do processo n. 0009035-38.2010.814.0051 (atualmente na 2. Câmara Civil Isolada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará).

Mapa 11 – Fazenda Saracura e Campo Saracura

Em 13 de junho de 2005, o desembargador Enivaldo da Gama Ferreira deu, em 2º instância, provimento para anular a sentença e todos os atos praticados a partir dela, a fim de que prosseguisse a ação demarcatória.

Em 21 de setembro de 2005, o estado do Pará entrou com uma “ação declaratória de inexistência de domínio”¹⁵⁵, alegando que a área “ainda integra o patrimônio devoluto do estado do Pará”. Entre outras coisas, o procurador do estado, Ibraim Rocha, evocou o parecer do Iterpa de 1978 e os limites de área passados e atuais para alienação de terras públicas.

No início de 2006, os dois artigos que serviam de argumento jurídico na ação da empresa foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal¹⁵⁶. O STF concordou que essas normas instituíam uma espécie de usucapião em bens públicos, o que acabou desmontando a argumentação da empresa.

Tanto a ação demarcatória da Jari quanto a ação de inexistência de domínio do Governo do Estado ainda correm na justiça, bem como segue aberto o processo de legitimação de posse no Iterpa.

Na prática, apesar de a medida de área apresentada nos títulos ser evidentemente um erro, a indefinição tem servido para que os limites da Fazenda Saracura se moldem plasticamente para preencher toda a área pretendida pela Jari para a qual ela não tenha qualquer outro documento. (ver Mapa 11)

4.4.5 Síntese da avaliação da documentação fundiária da Jari

Fazendo um balanço do que foi apresentado, temos, segundo nossa análise:

- 3.137.008,4768 ha em títulos apresentados pela Jari;

¹⁵⁵ Processo n. 0010358-40.2011.814.0051 (atualmente na 2. Câmara Civil Isolada do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em fase de apelação). Abordaremos esse processo também no item 4.6, quando comentamos uma entrevista com Ibraim Rocha, o procurador do estado responsável por essa ação e que, em 2006, coordenaria o grupo de trabalho da PGE que analisou a documentação fundiária apresentada pela Jari no relatório PGE, 2006.

¹⁵⁶ Ver Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3438.

- 42.386,633 ha de propriedades com documentação aceita como regular;
- 55.515,6 ha de títulos de posse emitidos com respeito à legislação da época (ou seja, dentro do limite de 4.356 ha¹⁵⁷);
- 68.400 ha de aforamentos, com possibilidade de ampliação até 102.600 ha (lembrando que a Jari reivindica, atualmente, 78.932,667 ha em aforamentos);
- 2.970.706,2438 ha com alguma irregularidade (184.480,2439 ha em títulos de propriedade e 2.786.226 em títulos de posse).

Gráfico 6 – Comparação das áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo e obediência à legislação da época

Há, no total, 83 títulos emitidos sem irregularidades, obedecendo a legislação da época de sua emissão. As áreas desses títulos “regulares” somam, assim, 166.302,233 ha (Gráfico 9), cerca de 5% da área do total de títulos apresentados pela Jari: 3.137.008,4768 ha¹⁵⁸ (Gráfico 8). Vale notar que apenas a Fazenda Saracura representa 84% desse total e, desconsiderando sua área, a soma de todos títulos cairia para cerca de 500.000 ha. Os títulos regulares

¹⁵⁷ Lembrando que o limite constitucional atual para alienação de terras públicas sem necessidade de autorização do Congresso é de 2.500 ha (Constituição Federal de 1988, art. 188, § 1º).

¹⁵⁸ Se considerarmos as áreas georreferenciadas dos aforamentos e não apenas as áreas dos títulos de aforamento, esse número sobe para 3.147.541,1438 ha.

representam 34% desse novo número, o que muda bastante o quadro, mas ainda mantém uma grande área coberta por títulos ilegais.

Gráfico 7 – Participação da Fazenda Saracura em relação ao total das áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo

Gráfico 8 – Áreas (ha) dos títulos apresentados pela Jari, segundo tipo e obediência à legislação da época

Gráfico 9 – Áreas (ha) dos títulos emitidos em obediência à legislação da época por tipo

Dos 101 imóveis analisados, apenas 18 apresentam ilegalidades, mas sua soma chega à extensão de 2.970.706 ha. Essas áreas são, portanto, grilagens. A Fazenda Saracura sozinha corresponde a 89% dessa área. Os outros 17 títulos (6 títulos de posse e 11 com pretensão de propriedade) somam 330.706 ha. (Gráfico 10)

Gráfico 10 – Áreas (ha) dos títulos emitidos à revelia da legislação da época por tipo

O Mapa 12 apresenta a síntese da nossa avaliação de acordo com a espacialização possível. É preciso lembrar que, nesse mapa, a Fazenda Saracura tem uma superfície de 386.435 ha.

Outra observação a respeito do mapa é que, como vimos, as áreas georreferenciadas dos aforamentos representam um acréscimo de aproximadamente 10.500 ha em relação à área dos títulos. Contudo, mesmo que esse excedente possa, legalmente, chegar a 34.200 ha, não contabilizamos esses excessos como passíveis de serem convertidos em propriedade porque, enquanto no aforamento o Estado é obrigado a consolidar a propriedade em nome do foreiro se ele cumprir todas as normas e obrigações, no excesso, não. A conversão do excedente em propriedade depende da conveniência administrativa do Estado em conceder ou não essa parcela ao foreiro, caso não haja nenhum terceiro ocupando a área. A não conversão dessas áreas em propriedade privada nos parece atender ao princípio do combate ao latifúndio, já vaticinado pelo Estatuto da Terra, que estabelece a diretriz de se “erradicar os males do minifúndio e do latifúndio” (Art. 11, §2º).

Os pareceres do Iterpa e da PGE, contudo, apresentam outra avaliação na contabilidade geral das áreas a serem atribuídas à Jari.

Aplicando-se os critérios da PGE de, nos títulos emitidos com áreas maiores do que legislação permitia, reconhecê-los até o limite legal, teremos uma área total de 257.130,233 ha, sendo 72.878,633 em títulos de propriedade, 81.651,6 em títulos de posse e 102.600 em aforamentos, já considerando o máximo de excessos possível.

Porém, no cômputo final apresentado no relatório, apenas em “títulos representativos de domínio”, ou seja, de propriedade, a PGE considera uma área total de 232.869,24526 ha (PGE, 2006, p. 67). Não conseguimos refazer a soma que chega a este número exato, mas é certo que aí foram consideradas, em sua totalidade, as áreas de todos os títulos supostamente de propriedade apresentados pela Jari, mesmo que a área correspondente extrapolasse, em muito, qualquer limite legal para alienação de terras públicas, ou mesmo que tais áreas se fundamentem em registros Torrens de posses não legitimadas. Isso ainda que toda argumentação ao longo do relatório buscasse demonstrar que tais títulos seriam ilegais.

Encontramos a justificativa para tal postura nos documentos do Iterpa (2006 e 2013). De acordo com memorial assinado por Carlos Lamarão, agora como presidente do Iterpa:

Tendo a empresa comprovado, por cadeia sucessória idônea, estar no ápice ou na ponta dessa mesma cadeia sucessória, **é evidente que os títulos de legitimação, ou de aquisição de domínio, que haja obtido em condições tais, são insuscetíveis de revisão ou de anulação, independente de seu tamanho ou de sua extensão.** Tal afirmativa decorre do princípio oriundo do Direito Romano, de que *tempus legis regit actum*, em consonância com o qual deve sempre prevalecer, no exame da eficácia e validade dos atos jurídicos em geral, a época da celebração ou da prática desses atos. Desde a primeira de nossas Constituições, e da nossa Lei de introdução ao Código Civil, sempre se impôs respeito ao ato jurídico perfeito, à coisa julgada e ao direito adquirido. Por outro lado, as regras de ordem pública com o selo da garantia vindas da prescrição, tornam os atos dessa natureza insuscetíveis de revisão quando a ação do tempo lhes haja emprestado força tal a se tornarem inatacáveis por qualquer forma de modificação ou extinção.

O princípio constitucional da segurança jurídica tem por fundamento assegurar a estabilidade dos direitos. Para tanto, a Constituição Federal de 1988, seguindo a orientação das anteriores, estabelece expressamente que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (art. 5º, XXXVI). (ITERPA, 2013, p. 7)

Assim,

Consumado o ato sob a égide de determinada lei, tal como ocorreu no caso dos Títulos de Legitimação de Posses em nome da empresa Jari Celulose S.A., cuja autenticidade foi atestada pelo setor competente do Iterpa, não resta a menor sombra de dúvida de que esse ato passa a ser protegido constitucionalmente contra qualquer ingerência de novas leis [...]. (ITERPA, 2013, p. 8)

Lamarão continua argumentando que "leis novas, mesmo que expressamente pretendam, não podem mais interferir nos efeitos de atos jurídicos comprovadamente consumados sob a vigência da lei anterior". Ora, ao longo deste trabalho, tentamos justamente demonstrar como a maior parte da área reivindicada hoje pela Jari não obedeceu à legislação da época em que os

títulos foram emitidos. Oportunamente, Lamarão não cita em seu relatório “sob a égide” de qual lei tais atos teriam sido “consumados”. E arremata:

De mais a mais, seria extremamente difícil e arriscado para o Estado do Pará, tentar arguir eventuais vícios formais ou substanciais no processo de titulação das posses já legitimadas e de os outros documentos representativos de domínio, a pretexto de haverem infringido disposições de leis limitativas em suas dimensões, se o próprio Estado, por seus agentes e prepostos, deu diretamente causa a esses pretensos vícios e se a arguição de nulidade vem redundar em prejuízos a terceiros de boa-fé, ou mesmo aos primitivos adquirentes, a partir da regra vertente de teoria geral das nulidades, pela qual não podem arqui-las quem lhes tenha dado causa, nem delas se pode valer aqueles que o façam buscando proveito em face da própria torpeza, princípio com aplicação tanto a pessoas físicas quanto jurídicas, e, em relação a estas, tanto as de direito privado quanto às de direito público.

Ninguém desconhece que o poder de autotutela da administração autoriza anular, quando ilegais, seus próprios atos, ou mesmo revogá-los se inconvenientes ou inoportunos (Súmula 473 do STF), mas isso não significa dizer que o ato de anulação ou de revisão produza resultados imunes à assunção da responsabilidade civil para a reparação dos danos a que tenha dado causa, em razão da anulação ou revisão prejudicial a direitos patrimoniais de terceiros de boa-fé ou mesmo dos primitivos participantes do ato revisto ou anulado. (ITERPA, 2013, p. 9s.)

Diante de tal argumentação, o latifundiário praticamente vira vítima da ação do Estado, que permitiu a apropriação indevida de seu patrimônio. Ou seja, uma vez que o Estado permitiu que suas terras fossem ilegalmente apropriadas nesses termos, não poderia mais reclamá-las, sob pena de ter que ressarcir aquele que se apropriou e usufruiu da terra pública (ou seus sucessores).

Também não há no relatório qualquer consideração quanto ao Art. 37 da Constituição Federal de 1988 segundo o qual os crimes contra o patrimônio público estarão sempre sujeitos a ações de ressarcimento:

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. (BRASIL, 1988, art. 37)

Quanto aos títulos de posse, já vimos que Lamarão mudou de posição com relação à aplicação dos limites constitucionais: se em 1978 e em 2006 defendia a legitimação de até 3.000 ha para cada título de posse – limite imposto pela Emenda Constitucional de 1964 (ver Tabela 1) –, em 2013, passou a defender o limite de 4.356 ha, estabelecido pelo Decreto Estadual n. 410, de 1891 (ver item 4.4.4 “Os títulos de posse não legitimados”).

Gráfico 11 – Comparação das áreas (ha) dos títulos segundo os diferentes critérios de avaliação

A esse respeito, a PGE, mesmo dizendo ser necessária a aprovação do Congresso, também reconhece como limite para legitimação dos títulos de posse a área máxima permitida pela legislação da época, 4.356 ha (PGE, 2006, p. 65s.). Como não faz a análise desses títulos no relatório, apresenta como limite total para sua legitimação a área de 139.392 ha, resultante da simples multiplicação do número de títulos de posse (32) por 4.356 ha, não levando em conta que muitos desses títulos não atingem o limite máximo.

Assim, somando 232.869,24526 ha em títulos de propriedade, 139.392 ha em títulos de posse, e 102.600 em aforamentos mais excessos, na conclusão do relatório, a PGE apresenta uma área de 474.861,24526 ha como patrimônio privado ou passível de assim se tornar – uma área superior a três vezes o

município de São Paulo¹⁵⁹. Esses números também são repetidos nos relatórios do Iterpa (2006; 2013, p. 25). A conta sempre é feita com o limite máximo possível de concessão à Jari.

Ainda assim, em que pese, em nossa opinião, uma permissividade do Estado em reconhecer como propriedade a maior porção possível de terras, o documento conclui:

Da análise empreendida, fica evidente que não possui a Jari Celulose S/A documentos com origem no patrimônio público que justifiquem a sua pretensão de domínio de mais de 900.0000 ha (novecentos mil hectares) sobre o território paraense, além do fato de que os registros imobiliários foram devidamente bloqueados pelo E. TJE/PA, por meio do Provimento nº 001/2004.

[...]

Forçoso é vislumbrar que, a partir do momento em que se reconheça a área excedente que não possui nenhum tipo de cobertura, esta área constitui **terras griladas, que foram de uma forma muito engenhosa levada a registro imobiliário, sem sequer existir um documento, ainda que precário, que pudesse justificar o seu registro.** (PARÁ, 2006, p. 67, grifos nossos)

Poder-se-ia argumentar que a principal preocupação desses relatórios foi estabelecer os limites máximos para o atendimento das demandas da Jari. O relatório da PGE se apresenta como um documento de base que não pretende apontar a solução definitiva para as terras demandadas pela Jari e fala também da necessidade de se verificar cadeias dominiais antes de atribuir a propriedade à empresa. Todos os relatórios aqui comentados (PGE, 2006; ITERPA, 1978, 2006 e 2013) também apontam a necessidade de um trabalho demarcatório, com a verificação de ocupantes cujo direito aquelas terras se sobreponha aos da Jari, e são enfáticos em afirmar que as ocupações tradicionais e camponesas devem ser reconhecidas com prioridade.

Entretanto, ainda que a intenção tenha sido a de limitar, o efeito desses relatórios acaba sendo o de estabelecer um parâmetro bastante alto para o atendimento das demandas da empresa e bastante baixo no sentido de

¹⁵⁹ Segundo dados do IBGE de 2013, o município de São Paulo tem 152.111 ha.

preservar o patrimônio público, mesmo se considerando que é função do estado destinar as terras públicas, sempre sob as regras constitucionais.

O quadro fica mais grave quando direitos de camponeses, extrativistas e comunidades tradicionais estão em risco. As disputas em torno das áreas de castanhais exploradas pelas comunidades deixa isso bastante evidente.

Os efeitos da postura do Estado em colocar na mesa de negociação apenas o limite máximo possível de atendimento às demandas da empresa reforça uma desproporção de poder na disputa entre empresa e comunidades que fica bastante clara nos termos de compromisso assinados entre a empresa e o Iterpa. Como apontou a defensora pública agrária Andréia Macedo Barreto a respeito do termo de compromisso negociado ao longo de 2014, não havia ali, como trataremos adiante, nenhuma contrapartida para as comunidades (MDA, 2014, p. 1ss.)

Comunidades bastante antigas, que remontam aos primórdios do extrativismo da seringa e da balata, não têm sua área regularizada o que, sem dúvida, esbarra na capacidade do órgão responsável, o Iterpa, de atender essa demanda, tanto de estrutura quanto de financiamento. Porém, após tantos anos de conflito e tão pouco encaminhamento nesse sentido, me parece uma obrigação do pesquisador se perguntar o quanto dessa demora se deve à pretensão da Jari sobre aquelas terras e à decisão política do Estado de agir no sentido de atender a essa pretensão.

A análise dos termos de compromisso firmados entre a empresa e o Iterpa auxiliam no entendimento dessa questão.

4.5 Os termos de compromisso

Em 2004, com o fim de acordos que flexibilizavam o licenciamento de exploração madeireira em terras cujo requerente não provava a titularidade¹⁶⁰, o Grupo Orsa, talvez, tenha se visto em relativa insegurança, pois começou, então, a se preocupar com a questão fundiária. Uma das primeiras providências foi a assinatura de um termo de compromisso (TC) entre a empresa e o poder público de modo a viabilizar a continuidade do licenciamento da atividade madeireira mesmo sem que a Jari provasse, como determina a lei, a propriedade da terra e, assim, não interrompesse suas atividades econômicas. Inclusive, a priorização do governo paraense do aspecto econômico sobre o fundiário manifestou-se tão explicitamente que um dos compromissos exigidos pelo estado era o de que a empresa desse continuidade às suas atividades.

O termo de compromisso assinado entre o Iterpa e o Grupo Orsa, em 21 de dezembro de 2006¹⁶¹, garantiu, então, a aprovação do plano de manejo madeireiro. Por outro lado, o Grupo Orsa assumiu a obrigação de colaborar com a regularização das áreas das comunidades sobrepostas às suas áreas de pretensão, reconhecendo o direito delas à terra que ocupavam.

Lembramos que esse acordo é posterior tanto ao primeiro parecer do Iterpa, de 1978, quanto ao relatório da PGE, de 2006. Então, havia ciência por parte do estado de que o Grupo não era proprietário de mais de 90% das áreas que reivindicava. Por outro lado, José Heder Benatti, presidente do Iterpa na época, argumentou, apoiado no próprio relatório da PGE, que algumas áreas ocupadas pelas comunidades era de propriedade do Grupo Orsa¹⁶². Assim, para Benatti, firmar o acordo parecia a melhor solução para garantir que todas as comunidades tivessem suas áreas reconhecidas sem objeções por parte da empresa. Entretanto, podemos questionar se o direito dessas comunidades à terra que ocupam – muitas vezes há gerações – não viria antes de qualquer

¹⁶⁰ Sobre o que se procedeu em 2004 no sentido de o Ibama passar a exigir origem fundiária para aprovar planos de manejo madeireiro, veja-se TORRES, 2005, 2012.

¹⁶¹ Esse foi o primeiro TC de uma sequência de acordos que visavam garantir o reconhecimento das comunidades, seu uso da terra e a aprovação do plano de manejo madeireiro do Grupo Orsa.

¹⁶² Entrevista concedida em 08 ago. 2014.

“cooperação” da empresa. Ou seja, se o reconhecimento do direito das comunidades não prevaleceria à pretensão de propriedade do Grupo Orsa, não demandando, portanto, que sua efetivação dependesse de o estado permitir a exploração de terras públicas por ente privado.

No termo de compromisso ficou acordado que o Grupo Orsa financiaria o levantamento e cadastramento das comunidades pelo Iterpa, o que foi cumprido pela empresa. O Grupo também colaborou com a logística do trabalho do Iterpa e, o que dizem as comunidades, é que, nesse trabalho, a empresa teria omitido a existência de comunidades, não levando o Iterpa a todas elas. O próprio Girolamo Treccani, assessor chefe do Iterpa na época, aventou essa possibilidade¹⁶³. Já Benatti, afirmou que o levantamento foi completo e o que houve foram novas ocupações¹⁶⁴. O fato é que não se pode garantir como concluído esse trabalho.

Após a visita do Iterpa, teve início uma sequência de decisões judiciais concedendo reintegrações de posse em favor da empresa. Dezenas de camponeses foram vítimas dessas ações judiciais que acatavam a argumentação do Grupo Orsa que os caracterizava como invasores. Muitas comunidades relacionaram o trabalho do Iterpa com os despejos. Eles dizem ter fornecido ao Iterpa dados pessoais e informações a respeito das ocupações que serviram para que a empresa desse início a esses processos. Isso fez com que o Iterpa fosse alvo de grande desconfiança e comunidades passaram a relutar em fornecer as informações demandadas pelo órgão (ITERPA, 2008, p. 84).

Um relatório de atividades do Iterpa, em 2008, indicou a necessidade de um procurador ou advogado do órgão ir a Almeirim para esclarecer e orientar os agricultores sobre as reintegrações de posse (ITERPA, 2008, p. 83), entretanto, não encontramos registros nesse sentido.

Desse período para cá, o Iterpa já realizou várias incursões na região, levantando ocupantes e comunidades, mas sem que a regularização avançasse, o que também contribui para o descrédito no trabalho do Iterpa na região.

¹⁶³ Entrevista concedida em 06 ago. 2014

¹⁶⁴ Entrevista concedida em 08 ago. 2014.

O plano de manejo madeireiro, por outro lado, continua e, nos últimos dois anos, quando a fábrica de celulose ficou paralisada para uma reformulação, foi a principalmente atividade econômica do Grupo na região.

E o não cumprimento do TC foi atestado formalmente pelo Ofício n. 153/2013, do Gabinete da Presidência do Iterpa, de 2 de fevereiro de 2013, onde Lamarão, presidente do órgão a partir de 2011, critica a gestão de Benatti, à frente do Iterpa, pela debilidade dos resultados do TC:

Conforme relatado [...] na última reunião ocorrida no dia 07 de novembro de 2012, na sede do Iterpa, resultou realmente comprovado o descumprimento, no Governo anterior, do Termo de Compromisso celebrado por esta Autarquia e as empresas Orsa Florestal S/A e Jari Celulose S/A, assinado em agosto de 2007, e que se destinava à garantir a regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades tradicionais no âmbito do polígono de pretensão dominial daquelas empresas. (apud MPE, 2013, p. 159)

A despeito da veemência demonstrada por Lamarão pela não efetivação do TC, em sua gestão também não houve avanços significativos na regularização fundiária das comunidades em oposição à aprovação dos planos de manejo madeireiros que se seguiram.

A partir de 2012, a promotora Ione Nakamura, à frente da Promotoria Agrária do Ministério Público Estadual, envolveu-se mais diretamente com a questão e levantou cerca de 45 processos da empresa contra agricultores entre 2006 e 2008 (MPE, 2013). Mais recentemente, a Defensoria Pública Agrária do Pará também se engajou nos conflitos fundiários do vale do Jari e está intervindo na defesa dos camponeses, onde se destaca a atuação da defensora Andréia Macedo Barreto. Até dezembro de 2014, a Defensoria havia reunido 63 ações possessórias ajuizadas pela Jari Celulose entre 2005 e 2011 contra famílias de trabalhadores rurais (DEFENSORIA PÚBLICA, [s.d.]). Após o envolvimento dessas instituições, não houve novos casos de ações possessórias.

A entrada em campo desses órgãos vem desempenhando importante papel no desequilibrado jogo de forças envolvendo o Grupo Orsa e as comunidades camponesas. Ao que esperamos apresentar neste trabalho, a ação do estado do Pará, nunca ou raramente faz algo que não acentuar tal

desequilíbrio. E não o faz por desconhecimento da situação, como prova o relatório de atividades de levantamento das comunidades do Iterpa de 2008:

São inegáveis os inúmeros benefícios que os empreendimentos do Grupo Orsa/Jarí Celulose S.A. trazem ao município de Almeirim e ao Estado do Pará, porém o grupo exerce um poder e influência direta na vida e rotina das comunidades inseridas na sua área de pretensão. Esse poder em alguns momentos é benéfico, quando visto os trabalhos da Fundação Orsa em algumas comunidades, ora este poder demonstra sua vertente cerceadora, quando as comunidades relatam que são impedidas de implantar maiores benfeitorias nos seus lotes devido a interferência da empresa, pois quando iniciam a abertura de novas áreas, são impedidas pela segurança do Grupo. **Este domínio da empresa é tamanho, que segundo relatos, os agricultores das comunidades ribeirinhas necessitam de autorização do escritório do Grupo para construírem os “barracos de inverno” na época da enchente dos rios.**

[...]

Fato que ilustra a realidade local, é que as comunidades, mesmo centenárias, possuem suas áreas comprimidas (cercadas) por áreas operacionais – entenda-se áreas operacionais como áreas em que a empresa possui plantio de eucalipto, e as áreas que a empresa informa estar em pousio para novo aflorestamento de eucalipto; mesmo essas áreas, segundo as comunidades, serem inicialmente de posse das comunidades. (Iterpa, 2008, p. 83, sem grifos no original)

Em 2014, negociaram-se condições para celebração de um novo TC, com pontos nada razoáveis, como, por exemplo, a aquiescência de que cada família teria garantido o direito a um lote de 100 ha, medida absolutamente incompatível para comunidades tradicionais extrativistas, que comumente andam muitos quilômetros para alcançarem seus castanhais e outros produtos. Nesse sentido, manifestou-se a defensora Andréia Barreto:

Em análise a este documento, verifico que os § 1º e 2º da Cláusula Terceira são totalmente prejudiciais às famílias de agricultores, pois viola o direito ao acesso à terra, alimentação e trabalho, à medida que apenas garante a regularização fundiária/legitimação/doação até o limite de um módulo rural (legitimação) ou 100 hectares (doação), desconsiderando a posse e ocupação dos trabalhadores, inclusive de áreas maiores ao previsto, áreas estas que podem ter a garantia da regularização pelas normativas estaduais, a exemplo da Lei 7.284/2009, que reconhece a

regularização de áreas superiores ao módulo rural. Lembro que em alguns municípios do Estado do Pará o módulo rural compreende a 75 hectares. Além disso, essa previsão também implicará em um despejo forçado, dos trabalhadores, referente às áreas excedentes, o que representaria violação do direito à moradia, estabelecido há décadas, bem como ao trabalho, excluindo áreas de plantações e construção de benfeitorias. Desse modo, entendo que esta previsão não está de acordo a Constituição Federal, que prevê o cumprimento da função social e o acesso à terra, nem com a Convenções Internacionais dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (que garante o direito de moradia), assim como não está de acordo com as disposições do Comentário Geral nº 4 e 7, adotado pelo Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;

Ademais, o Termo de Ajustamento de Conduta trata de forma distinta os trabalhadores rurais e a empresa, dando à Jari Celulose condições de vantagem sobre os trabalhadores, prevendo cláusulas com condições abstratas, já que não fica evidente quais as situações jurídicas das terras a serem regularizadas (e o ITERPA tem condições de produzir essas informações), nem o limite a área de terra a ser regularizada pela empresa, embora o TAC faça essa a previsão para os trabalhadores rurais;

Por fim, e sem esgotar as considerações, o TAC exclui às famílias do debate, à medida que o ITERPA não apresenta o conteúdo do documento previamente às famílias. Embora constem representantes de entidades e de órgãos públicos, estes não substituem os trabalhadores, especialmente porque o documento, da forma em que está redigido, irá implicar em desocupação da área excedente ao previsto no documento, o que, no meu entendimento, implica em despejo forçado. (MDA, 2014, p. 1s.)

A postura benevolente com a empresa vinda em detrimento do direito à terra (pública) ocupada pelas comunidades insere-se num contexto político onde a atividade produtiva é idealizada e tida como um viés de bem estar social, inclusive, às próprias comunidades expropriadas. Nesse sentido, entendemos como bastante ilustrativa a entrevista a seguir.

4.6 Da complacência ao incentivo: a convivência do estado do Pará frente a apropriação de terras públicas pela Jari

Como já comentado, o governo do Pará, por meio da PGE e do seu órgão fundiário, tem pleno conhecimento de que centenas de milhares de hectares sob detenção da Jari são terras públicas. Tal ciência é documentalmente constatada em dois documentos já aqui analisados, quais sejam, o Parecer do Departamento Jurídico do Iterpa sobre os títulos de posse de 1978 e o Relatório da PGE de 2006. Cabe, então, perguntar a razão de, se as terras eram públicas e do estado do Pará, por que esse consente – há pelo menos 35 anos – que um ente privado permaneça na detenção de uma espantosa extensão? A questão torna-se ainda mais intrigante à medida em que ocupações camponesas e territórios tradicionalmente ocupados sobrepõem-se à área ilegalmente apropriada e, sob vários aspectos, teriam franca prioridade em termos de destinação de terras públicas.

A entrevista que nos concedeu Ibraim Rocha em fevereiro de 2015, registrada em áudio com autorização do entrevistado, foi extremamente elucidativa em relação a essas questões.

Rocha foi de coordenador do Relatório da PGE elaborado em 2006, quando era responsável pela Procuradoria Fundiária da PGE. Além disso, é autor da “Ação de inexistência de domínio e impossibilidade de reconhecimento fora da via administrativa”, impetrada em 21 de setembro de 2005, e que fez frente à ação iniciada pela Jari Celulose visando a demarcação e aviventação judicial da Fazenda Saracura. Rocha também estava à frente da Procuradoria Fundiária da PGE quando o governo do estado judicializou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que acabou por derrubar o art. 316 e o art. 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição do Estado do Pará, que fundamentavam juridicamente a ação demarcatória ajuizada pela Jari.

Rocha protagonizou, em momentos cruciais, a defesa do erário em oposição à pretensão da Jari de se apropriar de algumas centenas de milhares de hectares de terras do patrimônio público paraense. Isso torna especialmente significativa a postura do procurador estadual expressa quando afirma que o

“estado combate a Jari, mas não quer que ela saia”¹⁶⁵. Ou seja, o próprio advogado contrário à empresa manifesta, com muita franqueza, diga-se, um posicionamento de expressa complacência com a parte à qual se opõe. Rocha, hoje, sintetiza a postura de sucessivos governos paraenses durante décadas.

Antes de adentrar à argumentação do procurador, importa lembrar, mais uma vez, que não nos atemos ao conteúdo jurídico da fala de Rocha, mas debruçamos sobre ela uma análise sociológica e geográfica. Não é intenção avaliar, sob nenhum aspecto, a “razoabilidade” das manifestações do procurador (um dos poucos a se mostrar disposto e disponível para falar sobre a espinhosa questão), mas, antes, entender o processo da apropriação de terras pela empresa. E nisso operamos uma leitura política (e não moral) acerca do entendimento do posicionamento de Rocha sobre a questão.

Uma leitura política também implica reconhecer que a fala de Rocha não nos interessa aqui enquanto postura individual, isolada, mas como expressão da posição de diversos sujeitos nesse processo que consideram legítima a pretensão da Jari e trabalham no sentido de regularizar centenas de milhares de hectares em nome da empresa. Tal postura tem adquirido diferentes nuances ao longo do tempo, se transformado e se adaptado, novos sujeitos entram em cena enquanto outros saem. Contudo, mesmo que sempre acompanhado de críticas, tem-se a continuidade do latifúndio como resultado. Uma situação que atravessou décadas não pode jamais ser atribuída a ações individuais.

Sem negar que a empresa “tem esse problema fundiário”, o procurador, falando da perspectiva do estado, remete a uma “relação de amor e ódio com a Jari”. Apesar da ilegalidade da apropriação, vê-se claros benefícios provindos da detenção praticada:

Ao mesmo tempo, a gente não visualiza na região uma outra empresa que tenha capital, tecnologia para dar conta daquela área, para evitar também que outros venham e detonem, porque aí tem muita gente que está querendo aquela área da Jari, e aí também isso não é bom.

¹⁶⁵ Todas as citações de Ibraim Rocha contidas neste capítulo que não forem identificadas com outra fonte, farão referência à entrevista que nos foi concedida em 02 fev. 2015 e registrada em áudio com autorização do entrevistado.

Uma suposta prestação de serviços ambientais seria um significativo bem, nessa lógica, da apropriação das terras:

Eles [a Jari] têm capacidade tanto de exploração como de fiscalização. Só não entraram ainda lá [na área sob detenção da empresa] porque eles têm capacidade de guardar. Toda vez que outros tentam entrar eles impedem. Se fosse uma área pública ali, [...] acho que aquela área não teria a mesma proteção nem se ela fosse unidade de conservação, porque ela é de fácil acesso. E diferente da região [onde estão criadas unidades de conservação], [...] é fácil entrar naquela área. Mas a Jari soube manter, criar outras rotas, eles têm toda uma logística que dificilmente outra empresa ou o próprio estado teria condição de implantar e manter.

A partir de sua experiência, Rocha avalia que outros órgãos partilham do entendimento de que ilegalidade fundiária envolvida na apropriação da Jari seria compensada pela questão ambiental.

Tu vêes que o próprio Ibama quando atua com a Jari dá uma flexibilizada, sempre deu, porque o poder público tem consciência de que se tirar ela é pior do ponto de vista ambiental. Resolve uma questão fundiária, vamos dizer assim, força uma barra eu diria, mas teria, eu acho, um risco maior de perda do patrimônio ambiental. Aí, acho que não faz muito sentido brigar pela terra, pelo domínio [...]. Acho que essa é a questão fundamental do direito agrário moderno, o domínio só é uma forma de ter um instrumento jurídico, de acionar o jurídico para a proteção da posse¹⁶⁶. Então, quando tu tens uma posse bem estruturada, como é o caso da Jari, é complicado só discutir o ponto de vista fundiário.

[...]

Porque todo mundo que convive na região sabe que o risco real é isso, tu proteger o patrimônio e, na verdade, correr o risco de perder por causa da estrutura que a Jari tem na área e que ela construiu. A própria ação de proteção, se não tiver ela lá, outro rapidamente se apossa. E com certeza o estado não tem estrutura para assumir aquela área, não tem, porque eu nunca cheguei, por exemplo, a levantar todos esses dados de quantos veículos eles têm, a estrutura de comunicação que eles têm [...]. Eles têm uma estrutura eficaz de fiscalização da área. Então, se, de repente, a Jari sai, claro que eles não vão deixar isso lá. E

¹⁶⁶ Chama a atenção que o procurador refira a detenção de centenas de milhares de hectares como *posse*.

aí o estado com certeza não vai ter a mesma efetividade de botar um batalhão lá, enfim.

A intenção de manter a empresa na área definiu, inclusive, os instrumentos jurídicos com os quais ele defenderia o interesse do estado, em especial, no caso do imóvel Fazenda Saracura, uma área de terras de 2,64 milhões de hectares, comprovadamente griladas:

Tu vê o caso da Saracura, propositalmente eu não entrei com uma ação declaratória de nulidade. Isso faz muita diferença juridicamente. Eu entrei com uma ação declaratória de inexistência. Por quê? Porque quando tu entras com uma ação declaratória de nulidade de domínio necessariamente precisas, ao ser julgado procedente, fazer a arrecadação imediata da área, caso seja do estado. Se eu faço isso, eu automaticamente estou me apossando dessa área. Então, eu deixei uma brecha para que se houver a composição administrativa com a Jari essa área não esteja no meu [do estado] domínio ainda [...]. Então, se eu declaro a não existência do domínio, eu preciso depois acionar o judiciário ou uma via administrativa para arrecadar essa área. Assim, eu tenho um instrumento de pressão contra a Jari, mas eu não estou mexendo com a posse dela. [...] se tu fores ver, a maioria das ações do estado são ações declaratórias de nulidade de domínio, o estado já pede a nulidade e pede a matrícula, a arrecadação, porque aí ele sabe que aquela posse é má, não faz sentido, não tem nenhum proveito para a sociedade. Ele vai discutir o domínio, mas quer a posse mesmo da área. No caso da Jari, não. A gente discute o domínio, mas se houver uma possibilidade de regularizar essa posse dela, o estado tem todo interesse, sempre teve. Então, [...] mesmo na época em que eu fui procurador geral, na época em que eu conversei com o Amoroso [presidente do Grupo Orsa], eu falei “vamos resolver essa situação”.

Pela lógica de atuação do Estado, desenhada no discurso de Rocha, “resolver a questão” equivaleria, em resumo, a formalizar a maior parte das terras sob pretensão da Jari como de propriedade da empresa mediante uma transação de compra feita ao Estado em regime especial. Entretanto, segundo o próprio procurador, os titulares da Jari resistem a esse encaminhamento, pautados pela pretensão de serem proprietários da terra. Isso seria um óbice ao acordo que o Iterpa tenta encaminhar com a empresa, em que áreas privadas seriam

repassadas às comunidades que as ocupam em compensação às terras públicas sob pretensão da empresa, que seriam formalmente transferidas a ela.

Tem a área das comunidades. Tu chegaste a ter acesso ao acordo que foi feito no Iterpa? Pois é, então aquele é um documento que espelha muito bem essa relação com a Jari. O estado procura solucionar a situação fundiária deles porque realmente o estado não tem como simplesmente ignorar que existe o uso daquela área desde José Júlio, que vem lá de 1820, por aí mais ou menos. Isso é uma coisa que o estado não consegue ignorar. Por outro lado, a Jari tem essa resistência que eu sinceramente não consigo entender juridicamente porque essa resistência. Primeiro, porque o valor da terra no estado é muito baixo, então eu acho que a Jari não teria dificuldade de pagar o valor. Como a área está conservada, ela teria aquele desconto da lei 7.289 de 2009, que dá 50% de desconto no valor da terra quando há conservação da área de reserva legal e eles têm muito mais que uma área de reserva legal. Na verdade, praticamente toda área é conservada do ponto de vista florestal, fora as áreas que têm celulose, que de certa forma também é. Hoje existe uma nova política que a áreas plantadas são consideradas florestas, então essa própria área de celulose pode ser considerada floresta hoje, entra na política nacional de florestas. E eles têm um parque industrial que tem uma relação direta com essa área. Então eles têm toda uma engrenagem que dá legitimidade para eles regularizarem a área. Quando eu conversei com o Amoroso, ele disse, “não, mas se for pro Congresso, eu não sei...” Sim, mas, se for para o Congresso com o aval do estado, dificilmente o Congresso vai dizer não, porque o estado é que está vendendo, o estado tem interesse, é uma posse quase que secular. Aliás, é secular, se considerar desde o José Júlio. Tu excluindo as áreas das comunidades, e mesmo quando tu exclus as áreas das comunidades, as áreas que sobriariam para a Jari não vão ser os outros 500 mil hectares, porque eu sei que muitas das áreas das comunidades estão próximas de áreas que ela usa hoje, a Jari. Então eu acredito que vá se tirar ali pelo menos 120 mil hectares, eu creio, de áreas das comunidades, de pretensão das comunidades. Então, sobriariam uns 300 mil hectares para serem regularizados, vamos dizer assim. E ainda que a Jari perdesse um pouco dessa área, se você for ver a área que eles exploram mesmo hoje, não seria significativo.

– Então seriam 300 mil hectares além dos 320 mil que eles já têm a possibilidade de regularizar?

É, a gente estima que eles ficariam com uns 700 a 800 mil hectares, vamos supor assim, de área efetiva.

O procurador reconhece a existência de comunidades na área de pretensão da Jari – e, eventualmente, em terras públicas –, assim como reconhece também certo controle praticado por parte da empresa sobre elas. Entretanto, parece não ver maiores problemas nisso:

Porque não tem como tu deslocar as comunidades e também não tem como ampliar a área que eles [a Jari] ocupam. Porque a própria área das comunidades eles vigiam, vamos dizer assim. Porque assim, eles conhecem quem são as comunidades. Então, até isso, eles conhecem.

A grilagem da Jari não cumpriria somente uma “função ambiental”, cumpriria também uma “função social”, remetendo ao que existe de mais característico na tradição clientelista brasileira.

O próprio Amoroso, quando eu fui visitar a área com ele, eu senti isso de perto, o pessoal das comunidades respeita ele, tem uma relação com ele. Em determinado momento surgem conflitos com eles, mas eles reconhecem ele. Ele não é um estranho. E, de repente, por exemplo, se essa área sai da mão da Jari e entram outros atores, a tendência natural seria acirrar os conflitos, porque existe conflito da Jari com eles, mas é um conflito quando eles extrapolam aquela área que eles já usam e muitas vezes eles extrapolam essas áreas incentivados por agentes externos. Então existe toda essa relação social que é muito complicada ali dentro.

Nesse ponto, o procurador afirma uma visão um tanto parcial da relação das comunidades com a empresa. É certo que há muitos e os mais diversos interesses naquela área, principalmente por ser uma área muito rica em madeira. Porém, como já vimos, há ali uma ocupação camponesa, muitas vezes bastante antiga; e também territórios tradicionalmente ocupados. Parece estranho supor que apenas as comunidades sejam responsáveis pelos conflitos e que a Jari sempre respeite os limites e as atividades dessas comunidades, principalmente quando se acumulam, como veremos, relatos de abusos por parte da empresa. A sequência de reintegrações de posse, por exemplo, que expulsou pequenos posseiros e que vem sendo investigada pelo MPE e pela Defensoria Agrária do estado, indica outra situação.

A partir das justificativas utilizadas, o que depreendemos é que, nessa lógica de atuação do estado apresentada pelo procurador, muito mais relevante do que o interesse das comunidades – ou mesmo indo ao encontro desse interesse – o caso da Jari é, de certo modo, “especial” e seria de interesse público a regularização por meio da transferência de patrimônio público para o domínio privado da empresa, garantindo-lhe uma imensa área.

Tudo isso [a suposta boa relação com a floresta e as comunidades] tem elementos suficientes para uma justificativa legislativa, mandando para o Congresso Nacional, e o Congresso Nacional não iria erguer a mão para dizer “não, não pode”. [...] Porque realmente assusta, chega uma área de 300 mil [hectares] que você já diz que é dele [Sergio Amoroso], chega mais 300 [mil hectares]... pra quê ele precisa tanto, não é? Só que aí, quando tu começa a conhecer a história, tu foste lá, tu viste essa relação com as comunidades, e tu falas dos riscos que têm de outros agentes entrarem naquela área. Aí tu percebe que o negócio precisa de uma solução diferenciada.

Por fim, percebemos que a “solução”, nessa linha de raciocínio, orienta-se na mais pura linha neoliberal, onde só pode haver ordem, desenvolvimento, proteção ambiental e, até, bem-estar social se houver a propriedade privada capitalista. E não qualquer propriedade privada, mas uma das maiores do país e, certamente, do planeta.

Sem referir-se à situação no vale do rio Jari, ou muito menos à fala de Rocha, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida expressa, em publicação de 2005, um contraponto ao posicionamento do estado paraense. Ao abordar as disputas territoriais travadas entre as práticas tradicionais de uso dos recursos naturais e a racionalidade intrínseca ao mercado de *commodities*, afirma:

O propósito de apresentá-las em contradição, enunciando o **senso prático das estratégias**, dialoga criticamente com as formulações de inspiração neoliberal que, fazendo uso de um discurso ambientalista de fachada, decretam o “fim dos conflitos sociais” pela “parceria”, pela “colaboração” e pela ilusão de “participação comunitária” nos grandes projetos. Com tal leitura crítica, visamos provocar uma ruptura com o argumento evolucionista de que se assiste, no momento atual, a uma “nova etapa de industrialização” na região amazônica, que a integra no “mercado global”, com os conflitos sociais lhe sendo

inerentes e, portanto, “naturais”. (ALMEIDA et al., 2005, p. 28, grifo no original)

Corroborando com a análise em grande escala de Almeida et al. e evidenciando maior debilidade nos argumentos de Rocha, em 7 de julho de 2015, a Jari Florestal foi multada pelo Ibama em R\$ 5,989 milhões por crime ambiental e teve suas atividades suspensas, colocando em cheque o título de empresa prestadora de “serviços ambientais” e ambientalmente responsável que lhe é atribuído.¹⁶⁷

¹⁶⁷ Ver “Madeira tem atividades suspensas por fraudes em manejo florestal no PA”. **G1**, Santarém, 09 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2015/07/madeira-tem-atividades-suspensas-por-fraudes-em-manejo-florestal-no-pa.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

5 Considerações finais

Talvez as falas do procurador, no capítulo anterior, fossem o melhor desfecho para este trabalho. Sintetizou-se ali, não só a ilegalidade (e a ciência estatal acerca dessa ilegalidade) da situação fundiária da Jari, como também a postura de complacência de sucessivos governos do estado do Pará e, ainda, a sustentação ideológico-argumentativa para a condescendência com a apropriação privada de terras públicas.

A partir da análise documental procedida, podemos extrair, de toda a pretensão da empresa, os seguintes quadros:

Tabela 9 – Área de pretensão da Jari

Tipo	Área (ha)	Porcentagem com relação ao área total dos títulos
CAR provisório (declaratório)	916.602,0000	29% ¹
Total de títulos apresentados	3.137.008,4768	100%

¹ A área declarada pela própria Jari no sistema do CAR representa 29% da somatória das áreas constantes nos documentos fundiários por ela apresentados.

Tabela 10 – Total de títulos apresentados por tipo

Tipo	Área (ha) conforme os títulos	Porcentagem
Títulos de posse	2.841.741,6000	91%
Títulos de propriedade	226.866,8768	7%
Aforamentos	68.400,000	2%
Total	3.137.008,4768	100%

Tabela 11 – Total de títulos apresentados por situação

Tipo	Área (ha) conforme os títulos	Porcentagem com relação ao total de títulos	Porcentagem com relação à área do CAR
Com documentação lídima	166.302,2330	5%	18% ¹
Em descordo à legislação	2.970.706,2438	95%	324% ²
Total	3.137.008,4768	100%	

¹ A somatória das áreas constantes nos documentos fundiários considerados lídimos representa apenas 18% da área declarada pela Jari no sistema do CAR.

² A somatória das áreas constantes nos documentos fundiários com alguma irregularidade, por sua vez, é três vezes maior que a área declarada pela Jari no sistema do CAR.

Tabela 12 – Títulos emitidos com respeito à legislação por tipo

Tipo	Área (ha) conforme os títulos	Porcentagem
Títulos de posse	55.515,6000	33%
Títulos de propriedade	42.386,6330	26%
Aforamentos	68.400,0000	41%
Total	166.302,2330	100%

Tabela 13 – Títulos emitidos à revelia da legislação por tipo

Tipo	Área (ha) conforme os títulos	Porcentagem
Títulos de posse	2.786.226,0000	94%
Títulos de propriedade	184.480,2439	6%
Aforamentos	–	0%
Total	2.970.706,2438	100%

Ou seja, 95% (ou 2.970.706,2438 ha) da somatória das áreas constantes nos títulos apresentados pela Jari são terras públicas. Se considerarmos a área que a Jari declara no sistema CAR como em sua “posse”, podemos dizer que, no mínimo, 82% (aproximadamente 750.300 ha) são terras públicas.

E mais, tratam-se de terras públicas ocupadas por camponeses¹⁶⁸, entre os quais, comunidades tradicionais extrativistas que vivem cerceadas em seu direito à terra, quando não, expropriadas sob guarida da justiça estadual.

Há quase 40 anos, e por sucessivos governos, o Estado aquiesce com esse quadro, seja por omissão, seja por atos objetivos como, por exemplo, o que permite a exploração madeireira em terras públicas que podem estar ocupadas por comunidades camponesas. Disso, concluímos que:

- O estado do Pará não cumpre a lei quando essa vem em detrimento do latifúndio, uma vez que se omite da retomada das terras públicas detidas pela empresa e, ainda, abona e licencia a detenção;
- O estado do Pará não cumpre a lei quando essa vem em benefício de camponeses, uma vez que permite uma situação bastante precária e suscetível à ingerência da empresa;
- Diante de impasses, muitas vezes, o estado muda a lei para atender aos interesses do latifúndio. A exigência de comprovação de apenas os últimos 20 anos da cadeia sucessória para a legitimação de títulos de posse é um exemplo, entre tantos outros, disso.

Os acordos firmados pelos termos de compromisso não rompem com esse quadro, uma vez que não trouxeram, na prática, benefícios às comunidades, pois elas já têm seu direito à terra garantido por lei. Mesmo que ocupem área comprovadamente de propriedade privada da empresa, seria direito delas o reconhecimento, por parte do Iterpa, das ocupações, por meio de regularização fundiária ou da criação de projetos de assentamentos agroextrativistas para as comunidades que têm esse perfil ou de qualquer outra forma de destinação. E isso é indicado pelo próprio Iterpa, no relatório de atividades de 2008 (ITERPA, 2008, p. 84). Mesmo que isso pudesse gerar obrigações de indenizações em prol da empresa, garantiria o reconhecimento do

¹⁶⁸ Como dito, não foi alvo desse trabalho verificar a ocupação efetiva da área, mas há informações de que ela é ocupada não só por camponeses, mas também por outros grupos que não teriam a mesma legitimidade, inclusive alguns grileiros.

direito dessas comunidades e poria fim à intromissão e controle da empresa às suas atividades. Intromissões que vão desde a impossibilidade de abertura de novos roçados e o impedimento de reformas em moradias já existentes até reintegrações de posses com famílias expropriadas.

Ao contrário, os termos de compromisso acabam por conferir uma aura de interesse social ao licenciamento, praticado pelo estado, de modo que a empresa continuasse a explorar terras públicas.

Além do verniz social, o discurso ambiental também opera a argumentação política a justificar a benevolência estatal para com a apropriação ilegal das terras públicas, numa lógica em que a grilagem vista como caminho para a sustentabilidade ambiental.

Percebemos como, mesmo autoridades que deveriam se empenhar em zelar pelo patrimônio público, mostram empenho, não na retomada de terras ilegalmente apropriadas, mas em encontrar soluções para, definitivamente, “esquentar” o destacamento dessas terras em favor do ente privado.

Na lógica da inexistência do conflito e do fim da luta de classes, o único caminho possível para a questão ambiental e, até, para o bem estar das comunidades camponesas, seria o pacto com o grande empreendimento privado, se põe o benefício potencial da apropriação das terras públicas. E a Jari faz bom uso dessa lógica: “eu acho que justamente pela ausência do Estado a Jari passa a ser cada vez mais importante”, disse Jorge Francisco Henriques, um diretor-geral e também acionista do Grupo Orsa, em entrevista publicada em 18 de abril de 2015 (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2015).

Como diz James Holston, em *Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil*, “como podemos pensar o direito se o sistema jurídico não objetiva resolver os conflitos, se é um meio de perpetuar e obscurecer as disputas em vez de resolvê-las?”. O que se pode esperar como solução para uma das maiores grilagens do planeta se justamente essa condição parece ser seu maior trunfo de empoderamento político para assim se manter?

6 Referências bibliográficas

ALEF, Daniel. **Daniel Keith Ludwig**: reclusive billionaire. Santa Barbara (CA-USA): Titans of Fortune, 2009 (Edição digital).

ALMEIDA, Alfredo W.B.; SHIRAISHI Neto, Joaquim; MARTINS, Cynthia C. (2005). **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf.

ARAÚJO, Flávia de Camargo. (2014a). "CAR para 'inglês ver'". Instituto Socioambiental, 12 maio 2014. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/car-para-ingles-ver>>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

_____. (2014b). "Cadastro Ambiental Rural: 'falta prioridade política para a gestão ambiental no campo'". Entrevista. Instituto Humanitas Unisinos, 27 maio 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/cadastro-ambiental-rural-falta-prioridade-politica-para-a-gestao-ambiental-no-campo-entrevista-especial-com-flavia-camargo-de-araujo/531707-cadastro-ambiental-rural-falta-prioridade-politica-para-a-gestao-ambiental-no-campo-entrevista-especial-com-flavia-camargo-de-araujo>>. Acesso em: 30 maio 2014.

ARAÚJO, R., LENA, P. (org.). **Desenvolvimento sustentável e sociedades na Amazônia**. Belém: MPEG, 2011. 510 p.: il. (Coleção Eduardo Galvão).

BARBOSA, Rui. Exposição de Motivos ao Decreto nº 451-B, de 1890. In: **Obras Completas**, XVIII, t. II, pp. 291-313. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde e Educação, 1891. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>>. Acesso em 03 abr. 2015.

BARROS A.C.; UHL, C. **Padrões, problemas e potencial da extração madeireira ao longo do rio Amazonas e do seu estuário**. Vol. 4, Série Amazônia, n. 4. Belém: IMAZOM, 1997. 42 p.

BENATTI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003.

BEVILÁQUA, Clovis. **Código civil**: comentários. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955.

BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/leis/LEI12651.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. Presidência da República. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. Presidência da República. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4504.htm>, Acesso em: 03 mar. 2015.

BROERS, Leo. "Sustainable on paper: the eucalyptus plantations of Bahia, Brazil", [S.l.]: 2010. Disponível em: <http://www.kauri.be/Uploads/Documents/doc_0966.pdf>. Acesso em: 16 set. 2011.

BUENO, Ricardo. "A negociata da nacionalização do Jari". In: MOREL, Edmar. **Amazônia saqueada**. 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Global, 1989.

CARNEIRO, Glauco. **Jari**: uma responsabilidade brasileira. São Paulo: Lisa, 1988.

CAVALCANTI, K.; FERRAZ, S. "Vende-se por 1 dólar". **Veja**, Ed. Abril, 07 jul. 1999. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/070799/p_074.html>. Acesso em: 29 set. 2011.

CHACPE, Juliana Fernandes. “Do conceito de imóvel rural”. [S.l.: s/d.] Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/procuradoria/artigos-e-doutrinas/file/1093-do-conceito-de-imovel-rural-por-juliana-fernandes-chacpe>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CORREIO PARAENSE, Belém, ano 1, n. 58, 09 jul. 1892, p. 3. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paraense/302619>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. Interditos proibitórios n. 0000205-84.2015.8.14.0051. Contrarrazões à contestação da Requerida, onde estão contidas as razões para o indeferimento da petição de fls. 702/705, que versa sobre pedido contraposto e de reintegração da estrada, a qual está inserida no interior do imóvel objeto da presente ação. Santarém-PA, 27 mar. 2015.

_____. Núcleo das Defensorias Públicas Agrárias. “Caso Jari” [documentos reunidos]. Belém, [s.d.].

DIÁRIO DO AMAPÁ. “Pela ausência do estado aqui a Jari Celulose passa a ser a empresa mais importante”. Disponível em: <<http://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/editorias-i/entrevista/item/3377-pela-ausencia-do-estado-aqui-a-jari-celulose-passa-a-ser-a-empresa-mais-importante>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ENGELS, Friedrich. “A Origem da Família, da Propriedade e do Estado”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **Obras Escolhidas**, v. 3. São Paulo: Alfa Omega, 1985.

FALCÃO, Ismael Lima. **Direito agrário brasileiro**: doutrina – jurisprudência – prática. Bauru: Edipro, 1995.

FEISTAUER, Diogo et al. “Análise da cobertura florestal em propriedades rurais, com dois diferentes sistemas produtivos, no Portal da Amazônia – MT”. **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Foz do Iguaçu: INPE, 2013. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/capa.html>>. Acesso em: jun. 2013.

FOLHES, Ricardo; CAMARGO, Maria Luíza. “Os braços do Jari: entre a terra, o latifúndio e os grandes projetos”. In: 5. Simpósio Internacional de Geografia Agrária / 6. Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. **Anais do...** Belém, 2011.

FOSTER, Germano de Rezende. **A privatização das terras rurais**. Barueri: Manole, 2003.

FRANCISCO, C. N. **Conceitos de Sensoriamento Remoto**. Disponível em: <<http://www.professores.uff.br/cristiane/Documentos/conceitos%20SR1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

FURLAN, João Carlos. **Quem registra não é dono**. Disponível em: <<http://www.exacta.cnt.br/news/semana/04092003.html>>. Acessado em: mar. 2006.

GAMA, Ângela Maria Resende Couto; DOMINGUES, Eloisa. (2011). “Geoprocessamento aplicado ao mapeamento da cobertura e do uso da terra no estado do Rio Grande do Sul”. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Curitiba: INPE.

GARRIDO FILHA, I.B.M. **O Projeto Jari e os capitais estrangeiros na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1980.

GASPARI, Élio. “O ‘problema social’ dos banqueiros do Jari”. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 1998; Caderno Brasil, p. 18.

GOMES, J. **Fontes aplicadas de direito administrativo**. [S.l.]: Clube de Autores, 2012.

GREISSING, Anna. **Revista Universidade**, Sorocaba, v. 36, n. 3, p. 43-75, dez., 2010.

HARVARD BUSINESS SCHOOL. “Daniel K. Ludwig”. American Business Leaders of the Twentieth Century. [S.l.]: s.d. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/leadership/database/#L>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

HOLSTON, James. “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 21, fev. 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

HOUAISS eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. (2006). **Manual técnico de uso da terra**. 2. ed., Rio de Janeiro.

_____. Banco de dados agregados: Sidra. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>. Acesso em: dez. 2012.

IFT, IMAFLORA. **Diagnóstico Econômico Ecológico de Almeirim**. Belém: IFT; Imaflora, 2010.

INCRA. **O livro branco da grilagem**. Brasília: MDA, [s.d.]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf>. Acesso: 19 mar. 2015.

_____. Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra. **Lei 8629/93 comentada por procuradores federais**: uma contribuição da PFE/Incra para o fortalecimento da reforma agrária e do direito agrário autônomo. Brasília: Incra, 2011.

ITERPA. À Ilma. Dra. Rosyan Campos de Caldas Britto, MD. presidente do Iterpa. Belém, 2006.

_____. Análise jurídica sobre a situação documental das terras do “Projeto Jari”: visão geral. Belém, 2013.

_____. Parecer do Departamento Jurídico, de 10 de julho de 1978, no âmbito do Processo n. 05562/76, assunto: solicitação de legitimação de posse; interessado: Jari Florestal e Agropecuária Ltda. Belém, 1978.

_____. Processo n. 2005/169308. Relatório dos procuradores Carlos Lamarão Correa e Ibraim J. das Mercês Rocha à presidência do Iterpa. [Belém,] 29 de junho de 2005,

_____. Relatório técnico da fase de mobilização – município de Almeirim (Distrito de Monte Dourado). Almeirim, 2008.

JONES, Alberto da Silva. **A política fundiária do regime militar**: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do Instituto de sesmaria ao Estatuto da terra). São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – FFLCH-USP.

JORGE FILHO, Edgar José. **Moral e história em John Locke**. São Paulo: Loyola, 1992.

KILACHAND, Sean. “The Forbes 400 Hall Of Fame: 36 Members Of Our Debut Issue Still In Ranks”. [S.l.]: 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/seankilachand/2012/09/20/the-forbes-400-hall-of-fame-36-members-of-our-debut-issue-still-in-ranks/>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

KONRATH, Júlio; BITENCOURT, Marisa; MANTOVANI, Waldir. “Avaliação rápida de ecossistemas florestais utilizando imagens de satélite,

geoprocessamento e campo”. **Anais XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Belo Horizonte: INPE, 2003.

LAMARÃO, Paulo. **Comentários à legislação de terras do estado**: outros Ensaio. Belém: Grafisa, s.d.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 4. ed., Brasília: ESAF, 1988.

LINS, C. **Jari**: 70 anos de história. Almeirim: Dataforma; Prefeitura Municipal de Almeirim, 1991.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACPHERSON, C. B. **A teoria política do individualismo possessivo**: de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003.

_____. “Função social da propriedade”. In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (orgs.). **Reforma agrária e meio ambiente**: teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba: ITCG, 2010. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEI_O_AMBIENTE/PARTE_3_1_CARLOS_MARES.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MARTINS, José S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. “Sobre Proudhon”. (s.d.) Disponível em: <dori.pcp.pt/images/classicos/oe3_me_t2t04.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Ouvidoria Agrária Nacional. Ata da 726ª reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, em Belém do Pará, na sede do Iterpa, no dia 01 de outubro de 2014, às 15 horas. Belém, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instrução Normativa n. 02, de 06 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. Procedimento Administrativo n. 01/2013. Belém: 2013.

MOREIRA, Eliane Cristina Pinto. Mesa 2: Conflitos socioambientais: terra, água e floresta. In: 1. CONGRESSO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA AMAZÔNICA: dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário amazônico. 06-09 out. 2014. Belém, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QfBgQSAHNFI#t=319>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

MOREL, Edmar. **Amazônia saqueada**. 3. ed. rev. e ampl., São Paulo: Global, 1989.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA-FCT-UNESP). (2012). **Dataluta**: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2011. Coord. C. A. Feliciano; E. P. Girardi. Presidente Prudente-SP, out. 2012. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2011.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

OLIVEIRA, A. U. “A mundialização da agricultura brasileira”. In: _____; LIRA, E.R.; CABRERA, J.P.; SANTOS, R.S. (org.). **Território em Conflitos, Terra e poder**. 1. ed., Goiânia: Kelps, 2014.

_____. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1995.

_____. “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”. In: _____; MARQUES, M. I. M. (orgs.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. “Agricultura brasileira: transformações recentes”. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. “BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização”. In: TORRES, M. (org.). **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

_____. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. São Paulo, 1997. Tese (Livre Docência) – FFLCH-USP.

_____. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. 2. ed., São Paulo: Papirus, 1991.

_____. FÁRIA, Camila Salles de. “O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil”. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA

LATINA, 12., 2009, Montevideo (Uruguay). Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PACE, Eric. "Daniel Ludwig, Billionaire Businessman, Dies at 95". **The New York Times**, 29 ago. 1992. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1992/08/29/us/daniel-ludwig-billionaire-businessman-dies-at-95.html?sec=&spon=&pagewanted=all>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

PARÁ. Assembleia Legislativa. **Constituição do Estado do Pará**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 53, de 21 de março de 2012. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/243099>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. Assembleia Legislativa. Lei estadual n. 913, de 4 de dezembro de 1954. Dispõe sobre a colonização e aquisição de terras devolutas do Estado e a extração dos seus produtos nativos e dá providências correlatas. Belém, 1954.

_____. Poder Judiciário. Corregedoria do Interior. Provimento n. 013/2006-CJCI. **Diário da Justiça**, n. 3672, 23 jun. 2006.

PGE (Procuradoria Geral do Estado do Pará). **Relatório** com as conclusões dos Procuradores do Estado, referentes à análise dos documentos realizada pelo grupo de trabalho instituído pela portaria n. 001/06-PGE-GAB-ITERPA, de 18 de julho de 2006, publicada no DOE n. 30.731. Belém, set. 2006.

PINTO, Lúcio F. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo: Marco Zero, 1986.

PROUDHON, Pierre Joseph. **Que é a propriedade?** São Paulo: Cultura Brasileira, s.d.

ROSENBURG, Cynthia. "O desafio de salvar o Jari". **Época Negócios**, Ed. Globo, edição 4, 26 jul. 2007. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG77547-8384-4,00-O+DESAFIO+DE+SALVAR+O+JARI.html>>. Acesso em: 29 set. 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade**. Trad. Maria Lacerda de Moura. [S. l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/desigualdade.html>>. Acesso em: dez. 2012.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*: capítulos da história do Pará. Belém, Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Cleusa. "Marx e a crítica da reforma". In: 3. Conferencia Internacional la Obra de Carlos Marx e los Desafios del Siglo XXI, 2006, Havana. **Anais eletrônicos da...** Havana: Revista de Trabajos Científicos sobre Diversas Facetas de la Sociedad Cubana e Latinoamericana, 2006.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: TAQ, 1980.

SARETTA, Fausto. "Octavio Gouvêa de Bulhões". **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 41, abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 maio 2013.

SARTORI, Anderson Antonio da Conceição et al. "Análise multitemporal do uso e cobertura do solo na Área de Proteção Ambiental (APA) Tejuapá, no período de 1984 a 2011". **Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Foz do Iguaçu: INPE, 2013. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2013/capa.html>>. Acesso em: jun. 2013.

SAUTCHUK, J.; CARVALHO, H.M.; GUSMÃO, S.B. **Projeto Jari: a invasão americana**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SCIENTIFIC CERTIFICATION SYSTEMS. Avaliação do Manejo Florestal das plantações da Jari Celulose S.A. na região de Almeirim, estado do Pará – Brasil, conduzido conforme os preceitos do FSC e do Programa de Conservação Florestal da SCS. 2009. Disponível em: <http://www.scscertified.com/nrc/certificates/forest_jari_port.pdf>. Acesso em: maio 2013.

SHIELDS, Jerry. **The Invisible Billionaire**: Daniel Ludwig. Houghton Mifflin, 1986.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed., Campinas: Unicamp, 2008.

SILVEIRA, Modesto da. **Ludwig, o imperador do Jari**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma de Teología III**. Edición dirigida por los Regentes de Estudios de las Provincias Dominicanas en España. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 1990.

TORRES, Maurício. "Fogos de artifício no céu do Pará". **Caros Amigos**, São Paulo: Casa Amarela, n. 96, mar. 2005.

_____. **A beiradeira e o grilador**: ocupação e conflito do oeste do Pará. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH-USP.

_____. **Terra privada, vida devoluta:** ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH-USP.

TOUCHARD, Jean. **História das idéias políticas:** do Renascimento ao Iluminismo, v. 2. Sintra: Europa-América, s.d..

TOURINHO NETO, Artur da Costa. “Relatório de viagem”. Belém, 24 abr. 1978. Processo n. 1996/78180 – Iterpa [antigo 05562/76], fl. 469.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem:** instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA; Iterpa, 2001.

VATENTE, Roberta de Oliveira A.; VETTORAZZI, Carlos Alberto. “Mapeamento de uso e cobertura do solo da Bacia do Rio Corumbataí, SP”. **Circular técnica IPEF**, n. 196, 2003. Disponível em: <<http://www.ipef.br/publicacoes/ctecnica/>>. Acesso em: maio 2013.

VEJA. “O país afinal comprou o sonho do Jari”. São Paulo: Abril, n. 697, 13 jan. 1982.

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Os Pensadores**, vol. 23 (1). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WALLECHINSKY, David; WALLACE, Irving. “Richest People in History: Daniel K. Ludwig”. Trivia-Library, 1981. Disponível em: <<http://www.trivia-library.com/b/richest-people-in-history-daniel-k-ludwig.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia:** expansão e decadência 1850-1920. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas**, v. 1: A ideia. Porto Alegre: L&PM, 2002.

7 ANEXOS

7.1 Tabela “Os maiores detentores de terras”¹⁶⁷

QUADRO 02: MAIORES DETENTORES DE TERRAS							
Nº DETENTORES	ANO	UF	MUNICÍPIOS	ÁREA	TOTAL	Nº	TOTAL
				HECTARES	MÓDULOS FISCAIS		
1 MANASA — Madeireira Nacional S/A.	78 81 83	AM PR	Lábrea e Guarapuava	4.140.767	40.294	3	3.584.129
2 JARI FLORESTAL e Agropecuária Ltda.	80	PA	Almeirim	2.918.892	33.358	0	—
3 APUB — Agroflorestal Amazônia	78	AM	Jutai e Caruari	2.194.374	13.085	6	1.529.164
4 Cia. Florestal Monte Dourado	84	PA	Aleirim e Mazagão	1.682.227	7.209	2	1.682.227
5 Cia. de Desenvolvimento do Piauí	78 79 81 82	PI	Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Pimenteiras, Manoel Emidio, Nazaré do Piauí, S. Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Floriano, Ribeiro Gonçalves e Urucui.	1.076.752	12.553	5	855.225
6 Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A	82	MT	Aripuanã	1.000.000	3.000	1	1.000.000
7 João Francisco Martins Barata	79	AP	Calcoene	1.000.000	1.428	1	1.000.000
8 Manoel Meireles de Queiroz	81	AC	Manoel Urbano	975.000	2.925	1	975.000
9 Rosa Lina Gomes Amora	78 79 81	AM	Lábrea	901.248	7.209	0	—
10 Pedro Aparecido Dotto	80	AC	Manoel Urbano e Sena Madureira	804.888	3.104	2	671.480
11 Albert Nicola Vitali	78	BA	Formosa do Rio Preto	792.575	10.680	3	792.575
12 Antônio Pereira de Freitas	78 79 81	AM	Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estirão do Equador	704.574	5.656	0	—
13 Malih Hassan Elmadula	78	AM	Itamarati	661.173	2.195	2	661.173
14 Moraes Madeiras Ltda.	80	AM	Itamarati e Caruari	656.794	2.367	2	577.341
15 INDECO S/A — Int. Desenvolvimento e Colonização	81 82 84	MT	Alta Floresta, Aripuanã e Diamantino	615.218	4.921	0	—
16 Mário Jorge Medeiros de Moraes	82	AM	Carauari	587.883	1.763	2	587.883
17 Agroindustrial do Amapá S/A	80	AP	Mazagão	540.612	2.861	1	540.613
18 Francisco Jacinto Silva	81 82 84	SP AC AM MS	Sandovalina, Feijó, Taraúaca, Envira e Navirai	460.406	3.044	2	256.536
19 Plinio Sebastião Xavier Benfica	78	AM	Auxiliadora e Manicoré	452.000	3.136	1	160.000
20 Cia. Colonizadora do Nordeste	82	MA	Carutapera	448.000	3.306	1	448.000
21 Jorge Wolney Atala	82 84	SP AC	Pirajui e Feijó	436.340	1.640	1	427.390
				23.049.723	165.734	36	15.748.736

FONTE: Cálculo, tabulação e idealização do Eng.º Agr.º Carlos Lorena a partir de dados do INCRA.

LATIFÚNDIOS POR DIMENSÃO					OUTROS IMÓVEIS				
ÁREA		SITUAÇÃO JURÍDICA		Módulos Fiscais	Nº	Total	ÁREA		
Exploração		Registrada	Posse				Registr.	Posse	Mod. Fisc.
Aproveitada	Utilizada								
3.584.129	0	1.281.575	2.302.554	35.841	5	556.638	89.709	466.929	4.453
—	—	—	—	—	1	2.918.892	2.918.892	0	33.358
642.848	0	1.529.164	0	6.428	12	665.710	665.710	0	6.656
504.668	142.554	680.046	1.002.180	7.209	0	—	—	—	—
693.583	0	855.22	0	10.003	13	221.527	22.527	0	2.550
300.000	0	1.000.000	0	3.000	0	—	—	—	—
—	—	1.000.000	0	1.428	0	—	—	—	—
292.500	270.000 (8)	975.000	0	2.925	0	—	—	—	—
—	—	—	—	—	20	901.248	901.248	0	7.209
203.740	121.950	671.480	0	2.037	5	133.408	133.408	0	1.607
694.216	1.640	792.575	0	10.680	0	—	—	—	—
—	—	—	—	—	17	704.574	704.574	0	5.636
219.550	0	661.173	0	2.195	0	—	—	—	—
173.225	173.201 (8)	577.341	0	1.732	5	79.453	79.453	0	635
—	—	—	—	—	6	615.218	615.218	0	4.921
176.364	173.364 (8)	587.883	0	1.763	0	—	—	—	—
200.306	118.287	540.613	0	2.861	0	—	—	—	—
94.330	86.195(8)	256.536	0	1.304	4	203.870	203.870	0	1.740
80.000	0	160.000	0	800	6	292.000	292.000	0	2.336
248.000	0	448.000	0	3.306	0	—	—	—	—
128.217	128.217 (8)	0	427.390	1.282	1	8.950	8.950	0	358
8.137.571	1.215.408	12.016.611	3.732.124	94.794	95	7.301.488	6.834.559	466.929	70.919

¹⁶⁷ Publicada em: **Revista Reforma Agrária**, Campinas, ano 16, n. 01, abr.-jul. 1986, p. 28s. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=9670>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

7.2 Resumo das alterações societárias da Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A.¹⁷⁰

Nome atual: **Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A** (CNPJ: 04815734000180)

19/08/1948 – constituição da **Empresa Jari Ltda.**;

11/04/1949 – alteração de denominação social para **Empresa de Navegação e Comércio Jari Ltda.**;

08/04/1965 – alteração de denominação social para **Jari Indústria e Comércio S/A**;

08/10/1970 – alteração de denominação social passando para **Jari Florestal e Agropecuária Ltda.**, registrada na Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa) em 19/10/1970;

18/02/1982 – transformação de sociedade Ltda. para sociedade anônima, passando a denominação social para **Companhia Florestal Monte Dourado S/A**, registrada na Jucepa em 22/03/1982;

18/08/1993 – a Assembleia Geral Extraordinária, alterou a denominação social para **Jari Celulose S/A**, registrada na Jucepa em 10/09/1993;

08/07/1991 – criada a **Jarcel Celulose S/A**, através da Assembleia Geral, registrada na Jucepa em 06/08/1997, cujos acionistas eram **Jari Celulose S/A**, com 99.99% e **Jata Administração e Participações S/A**. A Jarcel absorveu, por transferência contratual, todos os ativos operacionais de Jari Celulose S/A, dentre eles as terras.

¹⁷⁰ Fontes: Certidão n. 05/86, de 03 de janeiro de 1986, da Junta Comercial do Estado do Pará (Jucepa); comunicado da Jari Celulose S/A ao Iterpa, de 06 de outubro de 2006; Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 18 de agosto de 1993; Ata de constituição e Boletim de subscrição da Jarcel Celulose S/A, de 08 de julho de 1997; Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Jarcel Celulose S/A, de 1º de novembro de 2001; consulta à Jucepa em agosto de 2014.

- 21/12/1999 – **Saga S/A** (empresa controlada pelo acionista Sérgio Antônio Garcia Amoroso), adquiriu o controle acionário da Jari Celulose S/A, com a intervenção do BNDES. Até a incorporação da Jarcel Celulose S/A por Jari Celulose S/A na data abaixo, as terras pertenciam aos ativos da Jarcel Celulose S/A. Esta transação foi averbada à margem da matrícula n. 4.554, hoje bloqueada, sob o n. 25 (Av. 25-4554), no Registro de Imóveis de Monte Alegre.
- 01/11/2001 – **Jarcel Celulose S/A** foi incorporada por **Jari Celulose S/A**, conforme registro na Jucepa de 26/12/2001. Por este ato, todos os ativos da Jarcel Celulose S/A, dentre eles as terras, voltaram ao patrimônio da Jari Celulose S/A. Este ato foi averbado à margem da matrícula n. 4.554 sob o n. 26 (Av. 26-4554).
- 27/08/2009 – alteração de denominação social passando para **Jari Celulose, Papel e Embalagens S/A**.

7.3 Mapas produzidos pelo Iterpa

Mapa 13 – “Área total”

Mapa 14 – “Posse legitimada”

Mapa 15 – “Aforamento”

Mapa 16 – “Áreas públicas estaduais”

Mapa 17 – “Título de terceiro”

Mapa 18 – "Todas as áreas"